Volume 2

MULHERES EM FOCO

O QUE AS PESQUISAS REVELAM SOBRE A SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES

Organizadora
Liliane Pereira de Souza

INOVAR

MULHERES EM FOCO: O QUE AS PESQUISAS REVELAM SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITO DAS MULHERES

INOVAR

Liliane Pereira de Souza
(Organizadora)

MULHERES EM FOCO: O QUE AS PESQUISAS REVELAM SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DIREITO DAS MULHERES

Volume 2

MATO GROSSO DO SUL
EDITORA INOVAR
2025

Copyright © dos autores.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons

Editora-chefe: Liliane Pereira de Souza
Diagramação: Vanessa Lara D Alessia Conegero
Capa: Juliana Pinheiro de Souza
Revisão de texto: Os autores

Conselho Editorial
Prof. Dr. Alexsande de Oliveira Franco
Profa. Dra. Aldenora Maria Ximenes Rodrigues
Prof. Dr. Arlindo Costa
Profa. Dra. Care Cristiane Hammes
Profa. Dra. Carla Araújo Bastos Teixeira
Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias
Prof. Dr. Claudio Neves Lopes
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins
Profa. Dra. Débora Luana Ribeiro Pessoa
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa
Prof. Dr. Francisco das Chagas de Loiola Sousa
Prof. Dr. Gabriel Mauriz de Moura Rocha
Profa. Dra. Geyanna Dolores Lopes Nunes
Prof. Dr. Guilherme Antônio Lopes de Oliveira
Profa. Dra. Ivonalda Brito de Almeida Morais
Profa. Dra. Janine Silva Ribeiro Godoy
Prof. Dr. João Vitor Teodoro
Profa. Dra. Juliani Borchardt da Silva
Prof. Dr. Leonardo Jensen Ribeiro
Profa. Dra. Lina Raquel Santos Araujo
Prof. Dr. Márcio Mota Pereira
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Marcus Vinicius Peralva Santos
Profa. Dra. Nayára Bezerra Carvalho
Profa. Dra. Roberta Oliveira Lima
Profa. Dra. Rúbia Kátia Azevedo Montenegro
Profa. Dra. Susana Copertari
Profa. Dra. Susana Schneid Scherer
Prof. Dr. Sílvio César Lopes da Silva

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas ad hoc.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

M922
1.ed. Mulheres em foco [livro eletrônico] : o que as pesquisas revelam sobre saúde, educação e direito das mulheres, vol. 2 / organização Liliane Pereira de Souza. – 1.ed. – Campo Grande, MS : Editora Inovar, 2024. 386 p.; PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5388-300-0
DOI 10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0

1. Mulheres – Educação. 2. Mulheres – Direitos. 3. Mulheres – Saúde. I. Souza, Liliane Pereira.

02-2025/60 CDD 305.4

Índice para catálogo sistemático:
1. Mulheres : Direitos : Aspectos sociais 305.4
Aline Graziele Benitez – Bibliotecária - CRB-1/3129

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra assumem publicamente a responsabilidade pelo seu conteúdo, garantindo que o mesmo é de autoria própria, original e livre de plágio acadêmico. Os autores declaram, ainda, que o conteúdo não infringe nenhum direito de propriedade intelectual de terceiros e que não há nenhuma irregularidade que comprometa a integridade da obra. Os autores assumem integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão do conteúdo desta obra. Esta declaração tem por objetivo garantir a transparência e a ética na produção e divulgação do livro. Cumpre esclarecer que o conteúdo é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da editora, organizadores da obra ou do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

A história das mulheres é marcada por desafios, lutas e conquistas que atravessam diferentes tempos, espaços e campos do saber. As relações sociais de gênero, permeadas por estruturas de poder e desigualdade, afetam diretamente o acesso das mulheres à educação, à saúde e aos seus direitos fundamentais. É nesse contexto que se insere **"Mulheres em Foco: o que as pesquisas revelam sobre saúde, educação e direito das mulheres – Volume 2"**, um livro que dá continuidade à missão de ampliar o debate acadêmico sobre as múltiplas experiências femininas.

Esta coletânea reúne 22 pesquisas desenvolvidas por estudiosas e estudiosos comprometidos com a análise e transformação da realidade social. Os capítulos percorrem temas essenciais e interdisciplinares, oferecendo um olhar crítico sobre as condições das mulheres na contemporaneidade. São estudos que abordam desde as bases históricas e filosóficas da formação feminina até as desigualdades enfrentadas no mercado de trabalho, na academia e no espaço doméstico. Questões como assédio moral, racismo estrutural, maternidade, empoderamento, saúde mental e políticas públicas são analisadas sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, permitindo um diálogo aprofundado entre distintas áreas do conhecimento.

Este livro, lançado em 08 de março, no Dia Internacional das Mulheres, é um espaço de voz e resistência. Ele reflete a urgência de discutir e transformar as realidades enfrentadas pelas mulheres, reafirmando o papel da ciência na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Que esta obra possa contribuir para a reflexão, o debate e a ação. Que cada página inspire novas pesquisas, políticas e iniciativas em prol dos direitos das mulheres. E que, acima de tudo, reafirme a importância de manter as mulheres em foco, não apenas na produção científica, mas na construção de um futuro mais inclusivo e igualitário.

Boa leitura!

Dra. Liliane Pereira de Souza
Organizadora do livro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 **11**
A CONFERÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DA MULHER EM EDITH STEIN, ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E FILOSÓFICOS SOBRE A CONFERÊNCIA DE 1930
Rarden Luis Reis Pedrosa
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_001

CAPÍTULO 2 **31**
A CONTA QUE NÃO FECHA: MATERNIDADE E UNIVERSIDADE
Alexandra Santos do Valle
Laiany Rose Souza Santos
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_002

CAPÍTULO 3 **47**
A EVOLUÇÃO DE NÚCLEOS ESPORTIVOS DE EMPODERAMENTO FEMININO EM PROJETO SOCIAL NA CAPITAL CEARENSE
Ediney Linhares da Silva
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_003

CAPÍTULO 4 **63**
A EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES E O AMPARO LEGAL NA GARANTIA DA IGUALDADE EDUCACIONAL
Silvana Grijó Gurgel Costa Rego
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_004

CAPÍTULO 5 **82**
A MULHER COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DO PODER DO EMPODERAMENTO
Andreia Araujo Marcolino
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_005

CAPÍTULO 6 **97**
AS RAÍZES DO MACHISMO E O PAPEL DO FEMINISMO NA BUSCA POR EQUIDADE
Dayza de Lima Santos
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_006

CAPÍTULO 7 **111**
ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NEGRA NO AMBIENTE DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS
Isabella Soares dos Santos Francelino
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_007

CAPÍTULO 8 **133**
AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM DE ALIMENTOS DIET: CONFORMIDADE DIANTE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE
Naam Souza Bomfim
Bárbara Juliana Pinheiro Borges
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_008

CAPÍTULO 9 **145**
DESCONSTRUINDO A NATURALIZAÇÃO DA POSIÇÃO SUBALTERNA DAS MULHERES NEGRAS NA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL PELO TRABALHO DO CUIDADO
Suzane Carvalho Domingos
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_009

CAPÍTULO 10 **171**
HIERARQUIA DE GÊNERO NO TRABALHO DE PESCADORES E PESCADORAS
Elizangela Vale Cunha Paz
Ane Caroline de Oliveira Cunha Andrade
Antonio Fábio Coelho Paz
Zulmira Aurea Bomfim
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_010

CAPÍTULO 11 **184**
“IMPOSSÍVEL FAZER LITERATURA SOZINHA”: VOZES FEMININAS E SEUS RESPECTIVOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO
Raquel Figueiredo Barretto
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_011

CAPÍTULO 12 **199**
MATERNIDADE ATÍPICA
Luciana Silva Torres Matsushita
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_012

CAPÍTULO 13 **210**
MATERNIDADE E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS ENTRE MÃES MONOPARENTAIS E MÃES COM SUPORTE FAMILIAR
Amanda Lopes Ribeiro da Costa
Bruna Scardini
Janaína Silva
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_013

CAPÍTULO 14 **226**
MULHERES EM FOCO: DIREITOS CONQUISTADOS E A DISCRIMINAÇÃO INTERSECCIONAL
Marina Gabriela Silva Nogueira Soares
Sthefany de Carvalho Lima Oliveira
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_014

CAPÍTULO 15 **242**
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AUTONOMIA FINANCEIRA
Elianna Holanda Silva
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_015

CAPÍTULO 16 **274**
MULHERES, EXTRATIVISMO E JUSTIÇA AMBIENTAL: EDUCAÇÃO CRÍTICA VOLTADA À SAÚDE DO ECOSSISTEMA SOCIAL EM REGIÕES CARBONÍFERAS DO PAMPA GAÚCHO
Ana Paula Tacques
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_016

CAPÍTULO 17 **290**
“O FIAT DE MARIA NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO E NA PIEDADE POPULAR!” “AS VIRTUDES TEOLOGAIS NA DINÂMICA DO SIM DE MARIA.”
Carmem Lúcia Cantilho da Silva
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_017

CAPÍTULO 18 **308**
OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES-MÃES
Tainara Mirian Salvador Passos

Janaína Silva
Reziele Maria Malavasi
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_018

CAPÍTULO 19 **326**
POSSIBILIDADES E DIFICULDADES NAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DE MULHERES NEGRAS EM CARGOS DE LIDERANÇA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE
Maria Juliana dos Santos Farias
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_019

CAPÍTULO 20 **336**
PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE MATERNA NO CONTEXTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA
Jordânea Freitas Ponte
Christina César Praça Brasil
Catarina Nívea Bezerra Menezes
Maria Vieira de Lima Saintrain
Mirna Albuquerque Frota
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_020

CAPÍTULO 21 **357**
RESSIGNIFICANDO O FEMININO: CORPO, DESEJO E ESCRITA COMO RESISTÊNCIA E MULTIPLICIDADE
Elizabeth Fátima Teodoro
Wilson Camilo Chaves
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_021

CAPÍTULO 22 **373**
TRAJETÓRIAS FEMININAS: INVESTIGANDO ORALIDADE, MIGRAÇÃO, COTIDIANO E MEMÓRIA SOB PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS
Darlene Rodrigues Area Silva
doi.org/10.36926/editorainovar-978-65-5388-300-0_022

SOBRE A ORGANIZADORA **384**
Liliane Pereira de Souza

ÍNDICE REMISSIVO **385**

CAPÍTULO 1

A CONFERÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DA MULHER EM EDITH STEIN, ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E FILOSÓFICOS SOBRE A CONFERÊNCIA DE 1930

THE LECTURE ON WOMEN'S EDUCATION BY EDITH STEIN HISTORICAL, POLITICAL, AND PHILOSOPHICAL ASPECTS OF THE 1930 LECTURE

Rarden Luis Reis Pedrosa
Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP
ORCID: 0009-0004-2307-7411
rardenscj@gmail.com

RESUMO
O capítulo analisa a conferência proferida por Edith Stein em 1930, intitulada *Grundlagen der Frauenbildung* (Fundamentos da formação da mulher), situando-a no contexto histórico, político e filosófico da época. Stein, filósofa e educadora alemã, aborda a questão da mulher a partir de uma perspectiva integradora, enraizada na fenomenologia, mas também influenciada pela doutrina cristã e pelas mudanças sociais decorrentes do período entreguerras, evidenciando uma "filosofia da mulher". O capítulo inicia com um panorama histórico da década de 1930, marcado pela instabilidade política da República de Weimar e pelo avanço das ideias nazistas. Esse cenário é confrontado com a visão de Stein, que propõe uma formação feminina que reconhece as especificidades do feminino. Em seguida, são apresentados os aspectos filosóficos e antropológicos de sua abordagem, centrados na valorização da essência da mulher enquanto ser único, dotado de vocações distintas, mas plenamente capaz de participar da vida intelectual, profissional e pública.
Palavras-chave: Edith Stein, Política, Cultura, Mulher.

ABSTRACT
The chapter analyzes the lecture delivered by Edith Stein in 1930, titled *Grundlagen der Frauenbildung* (*Foundations of Women's Education*), situating it within the historical, political, and philosophical context of the

time. Stein, a German philosopher and educator, addresses the question of women from an integrative perspective rooted in phenomenology, while also influenced by Christian doctrine and the social changes of the interwar period, revealing a “philosophy of woman.” The chapter begins with a historical overview of the 1930s, marked by the political instability of the Weimar Republic and the rise of Nazi ideologies. This context is juxtaposed with Stein’s vision, which advocates for a women’s education that recognizes the specificities of femininity. Subsequently, the philosophical and anthropological aspects of her approach are presented, focusing on the affirmation of women’s essence as unique beings, endowed with distinct vocations yet fully capable of participating in intellectual, professional, and public life.
Keywords: Edith Stein, Politics, Culture, Woman.

Introdução

Edith Stein deixou um legado intelectual por meio de seus trabalhos, suas obras, suas correspondências e suas conferências na Alemanha e fora dela. Toda essa produção intelectual de Stein influenciou tanto os seus contemporâneos, e ainda influenciam os intelectuais de hoje, não apenas no campo da filosofia e da fenomenologia, mas também em estudos e pesquisas acerca da mulher, da pedagogia e mais recentemente no campo da psicologia e da psicanálise.

Stein esteve comprometida com os movimentos e grupos político-sociais que investiam na formação feminina e defendiam os direitos das mulheres em meio a uma sociedade dominada pelos homens. Além disso, a participação ativa de Stein como conferencista, demonstra não apenas sua convicção pessoal na igualdade entre homens e mulheres, mas também, a sua compreensão das barreiras enfrentadas pelas mulheres em busca de oportunidades acadêmicas e culturais durante a primeira metade do século XX.

1. Aspectos biográficos sobre Edith Stein

Edith Hedwig Stein, nome dado por seus pais (Siegfried Stein e Auguste Courant), nasceu em 12 de outubro de 1891, na cidade de Breslau, hoje conhecida por Wrocław, Polônia. A maioria dos fami-

liares de Stein eram de origem judaica provenientes das províncias orientais da Alemanha especialmente da Silésia (STEIN, 2018).

Desde o ingresso de Stein na escola primária em 1897, até o início dos estudos universitários na Universidade de Breslau, em 1911, e, em Göttingen, em 1913, percebemos sua dedicação na busca de respostas para as perguntas acerca da verdade, da política e da formação do ser humano, especialmente sobre o feminino.

No dia 27 de abril de 1911, Stein deu início aos seus estudos universitários na Universidade de Breslau. Ao longo de seus estudos ela frequentou não somente as disciplinas, mas também foi atuante no *Pädagogische Gruppe* (Grupo Pedagógico), fundado por Hugo Hermsen, e formado por estudantes que possuíam engajamento social na formação de educadores (STEIN, 2018).

Os membros do Grupo Pedagógico, inclusive Stein, em 1911, pertenciam também à *Verein der Reformpädagogik* (Associação pela Reforma Escolar), que fazia parte da Federação Geral Alemã para Educação e Ensino. De acordo com Tenorth (1994), a esfera das políticas e práticas educacionais e a pedagogia da reforma apoiava os direitos adquiridos em 1890. Foi nesse período que o sistema educacional abriu a escola para todas as crianças e jovens, independentemente do gênero e da classe social, meta apoiada pela associação, colaborando assim, para o surgimento de um movimento pedagógico reformista na Alemanha entre 1890 a 1933.

Ao terminar o quarto semestre dos estudos na Universidade de Breslau, Stein começou a receber influência de Georg Moskiewicz acerca dos estudos filosóficos realizados na Universidade de Göttingen. Moskiewicz, conhecido entre os colegas universitários por Mos, conhecia o professor Edmund Husserl e havia sido aluno dele na Universidade de Göttingen. Moskiewicz fez parte do círculo de intelectuais de Stein durante o tempo em Göttingen, mas também manteve contato com a autora posteriormente aos seus estudos (NOVINSKY, 2014).

Edmund Husserl foi um importante filósofo, mediador de uma cultura intelectual, que contribuiu e influenciou o desenvolvimento universitário, bem como, colaborou na construção dos alicerces do pensamento desenvolvido por Stein, especialmente acerca do método fenomenológico (ALES BELO, 2010).

Aos 21 anos de idade, Edith Stein chegou à cidade de Göttingen e em sua autobiografia procurou descrever a nova cidade em contraposição com sua cidade natal. Ela definiu Göttingen como uma verdadeira cidade universitária, com cerca de 30.000 habitantes, em sua maioria, imigrantes, o que a tornava uma cidade plural (STEIN, 2018).

Após seus anos de estudos na Universidade de Göttingen, Stein realizou o seu doutoramento com a tese intitulada: *Zum Problem der Einfühlung* (Sobre o Problema da Empatia) e alcançou o resultado final *"summa cum laude"* (STEIN, 2018).

Durante o período de 1923 a 1933, Edith Stein lecionou respectivamente para alunas no *Mädchenlyzeum und Lehrerinnenbildugsanstalt der Dominikanerinnen von St. Magdalena* (Liceu e Escola Feminina para as Jovens Moças de Formação do Professorado de Santa Madalena – 1923-1931) e posteriormente para professoras no *Deutsches Institut für wissenschaftliche Pädagogik* (Instituto Alemão de Pedagogia Científica – 1932-1933) na cidade de Münster (MÜLLER, 2013). Esses foram períodos importantes na vida e na produção intelectual de Stein dentro do movimento católico, uma vez que em 1921 havia se convertido ao catolicismo, sendo batizada em 1º de janeiro de 1922, na Igreja de São Martinho em Bergzabern (ACUÑA, 2013).

Desse modo, além de seu legado intelectual, a vida de Stein também reflete a complexidade e os desafios enfrentados por indivíduos em tempos de convulsões sociais e políticas, sendo marcada pelo ambiente turbulento da República de Weimar, seguido da ascensão do Partido Nacional Socialista e da crescente perseguição aos judeus. Assim, a repressão política imposta pelo governo de Hitler impactou na vida de Edith Stein, levando-a ao Campo de Concentração de Auschwitz-Birkenau, onde foi assassinada na câmara de gás, em 9 de agosto de 1942.

2. Edith Stein como conferencista na Alemanha

Durante os oitos anos em que Edith Stein atuou como conferencista, segundo Fulbrook (2016), a Alemanha foi marcada por transformações políticas e sociais. Esse período inclui o crescimento

do nacional-socialismo e a ascensão de Adolf Hitler, evento que impactaram diretamente a vida e a atuação intelectual da autora. Suas conferências refletem essas mudanças político-culturais, incorporando observações sobre a situação político-social e educacional da época. Dessa forma, ela se permitiu realizar, em suas conferências, observações e opiniões também sobre a situação político-social e educacional de sua época.

Visto acima, Staccone (1991, p. 342) afirma que, "a análise das funções intelectuais se revelou rica de resultados, pois permite ver, criticamente, as conexões entre os vários grupos sociais e, ao mesmo tempo, apontar um novo polo de aglutinação de forças sociais e intelectuais, capazes de realizar uma nova e radical reforma intelectual e social". Edith Stein, portanto, emergiu como uma figura importante e central nesse movimento de intelectuais, articulando pensamento e ação em um contexto de profundas transformações.

De 1926 a 1933 estava em vigor, na Alemanha, a Constituição Democrática da República de Weimar, que tinha sido promulgada no dia 14 de agosto de 1919, a qual equiparou os mesmos direitos e a mesma dignidade de homens e mulheres (HEISOHN, 2018). Entretanto, a lei tinha suas fragilidades no que era percebido na ação social, isto é, as mulheres ainda precisavam conquistar o que estava representado na Constituição de Weimar. O reconhecimento da mulher como protagonista social moderna não rompeu com uma estrutura masculina vigente na sociedade germânica. Assim, a mudança constitucional não realizou de fato uma transformação na estrutural social.

Para Heinsohn (2018, tradução nossa), "a Constituição de Weimar colocou mulheres e homens em pé de igualdade perante a lei, mas, do ponto de vista da história das mulheres, o período foi caracterizado por continuidades em vez de rupturas". Diante disso, podemos exemplificar que, na conferência realizada pela autora em Salzburg, no dia 30 de agosto de 1930, onze anos após a promulgação da Constituição de Weimar, apenas Edith era uma conferencista mulher dentre os 16 convidados (STEIN, 2001; 2003). De fato, a voz feminina ainda não estava em pé de igualdade com o patamar masculino.

Segundo Heinsohn (2018), as eleições de 1919, nas quais as mulheres exerceram o direito ao voto pela primeira vez, resultaram

na eleição de Friedrich Ebert[1], considerado o primeiro presidente da república alemã. Ebert permaneceu no cargo até sua morte em 1925. No entanto, os partidos que compunham a maioria na Assembleia Nacional não tiveram força política suficiente para conter as crescentes pressões e tendências que se opunham ao Estado democrático. Esse contexto político revelou as fragilidades do recém-estabelecido sistema republicano, que enfrentava resistências e ameaças significativas à sua estabilidade e continuidade.

De acordo com Giordani (2012), as imposições econômicas estabelecidas pelo Tratado de Versalhes geraram, no povo alemão, um crescente ceticismo em relação ao governo republicano. O sentimento de humilhação nacional e as dificuldades econômicas fomentaram o descontentamento popular, minando a confiança na República de Weimar. O colapso da Bolsa de Nova York em 1929, que deu início à Grande Depressão, agravando ainda mais a situação, causando um colapso generalizado da economia mundial e aprofundando a crise econômica na Alemanha (ELIAS, 1997).

Em 5 de janeiro de 1933, poucos dias antes, Edith Stein proferiu sua última conferência, na capital Berlim, intitulada: *"Jugendbildung im Lichte des katholischen Glaubens* (Formação da juventude à luz da fé católica), representando o *Deutsches Institut für wissenschafliche Pädagogik* – DIP (Instituto Alemão de Pedagogia Científica), na qual ela fundamentou os princípios gerais de uma pedagogia católica (STEIN, 2003), e que contribuiu para a publicação de um *Compêndio de Pedagogia* – CP*,* promovido pelo mesmo instituto. Edith viveu esse momento turbulento de ascensão de Hitler, o que gerou consequências para a sua vida como professora no DIP e como conferencista (STEIN, 2003).

O antissemitismo na Alemanha foi crescendo desde o fim da Primeira Grande Guerra em 1919, mas com a fundação do *Nationalsozialistische Detusche Arbeiterpartei* – NSDAP (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães), em 1920, e depois que Hitler tornou-se líder do partido em 1921, a força e os discursos antissemitas cresceram de maneira descontrolada, sendo ocupada por cerca de 3.000 membros. Após passar quatro meses na prisão, devido

1 Friedrich Ebert nasceu em 04 de fevereiro de 1871 na cidade de Heidelberg e morreu em Berlim no dia 28 de fevereiro de 1925. Ele foi o primeiro presidente da República da Alemanha instaurada em 1919 após a Primeira Grande Guerra de 1919 até 1925 (FULBROOK, 2016).

ao assassinato de Walther Rathenau[2], Hitler anunciou em 28 de julho de 1922 que, “põe-se contra nós como nosso inimigo mortal, sempre e para sempre”, no qual, ele se referia ao povo judeu.

A cidade de München, capital do Estado de Bayern, de maioria católica, desempenhou um papel importante no fortalecimento do Partido Nazista. Foi ali que o movimento encontrou terreno fértil para seu crescimento, tanto por causa do descontentamento social quanto pelo cenário político conturbado da época. Paralelamente, München também foi o centro de atuação para Edith Stein. Entre 1929 a 1932, ela proferiu diversas conferências na cidade, abordando temas como a pedagogia católica e a formação da mulher. Além disso, München é a sede de algumas associações que convidaram a autora para proferir tais conferências.

Edith refletia nas conferências, sua preocupação com a educação integral, baseada em princípios cristãos, e com o papel da mulher na sociedade, enfatizando sua formação intelectual, política e cultural. München, portanto, serviu como palco tanto para o crescimento de uma ideologia totalitária quanto para a disseminação da produção intelectual da conferencista, criando um contraste entre o avanço do radicalismo político e o esforço da autora por uma formação integral do ser humano sob os fundamentos católicos.

O Estado de Bayern, onde se localiza a cidade de München, sempre foi considerado a região mais católica da Alemanha (TORNIELLI, 2011). Além disso, a conexão entre os Estados de Bayern e Rheinland-Pfalz e o catolicismo é, portanto, não apenas histórica, mas também de grande relevância contemporânea, e essa atmosfera religiosa influenciou o ambiente intelectual e cultural, no qual, a autora atuou, especialmente em suas conferências sobre pedagogia católica e a formação da mulher.

Em 1930 o catolicismo era uma das principais religiões nos Estados de Bayern e Rheinland-Pfalz, na República de Weimar. Bayern historicamente é considerada o campo do catolicismo na Alemanha, e por isso, grande parte da população estava envolvida na vida ecle-

2 Walther Rathenau nasceu no dia 29 de setembro de 1867 e faleceu no dia 24 de junho de 1922 em Berlim. Ele exerceu a função de Ministro das Relações Exteriores da Alemanha durante a República de Weimar e foi responsável por uma importante política de assimilação entre judeus e alemães. Para eles os judeus deveriam se opor ao socialismo e integrar a base da sociedade alemã (FULBROOK, 2016).

siástica e na prática religiosa, se engajando em associações católicas, as quais defendiam os fundamentos e as bases do catolicismo.

A crescente perseguição contra os judeus e a expansão do poder do Partido Nazista começaram a se intensificar além das fronteiras de München, alcançando outras cidades da Alemanha. Em 1923, o nazista Julius Streicher, natural de Nürnberg – cidade onde a autora também proferiu conferências – fundou o semanário antissemita: *Der Stürmer* (O Atacante). O jornal tinha como principal objetivo disseminar entre os alemães a ideologia de que, os judeus eram uma força maléfica e uma ameaça à sociedade.

De acordo com Gilbert (2010), a partir de 1927, *Der Stürmer* começou a incluir permanentemente o slogan: *"Die Juden sind unser Unglück"* (Os judeus são nossa desgraça), promovendo ódio racial e fortalecendo a retórica antissemita que ganhava cada vez mais força com o apoio do regime nazista. O periódico nazista tornou-se um importante instrumento de propaganda, ampliando a influência do regime não apenas em Nürnberg, mas em todo o país, alimentando o preconceito e preparando o terreno para a violência sistemática que culminaria no Holocausto.

Enquanto o jornal *Der Stürmer,* conhecido por sua propaganda antissemita, lançava manchetes inflamadas atacando os judeus e fomentando o ódio racial na Alemanha, a conferencista estava simultaneamente engajada em um esforço intelectual de natureza oposta. Por meio de suas conferências ela defendeu uma antropologia pedagógica centrada na dignidade humana e no desenvolvimento integral da pessoa, independentemente de sua origem étnica ou religiosa.

Entre os afetados estava a conferencista Edith Stein. Assim, ela não poderia mais continuar com seus cursos e conferências e a partir disso, sua vida tomou um novo caminho. Contudo, a situação de desamparo institucional não desempenhará nenhum trauma pessoal para ela.

3. A temática da mulher nas conferências de Edith Stein

A questão do feminino desenvolvida por Edith Stein em suas conferências sempre teve um lugar de relevância. Desde seu tempo nas Universidade de Breslau e Göttingen, passando pela atuação so-

ciopolítico e cultural da conferencista, evidenciamos que os diversos convites para discursar às mulheres, outorgou-lhe um substrato acadêmico e reconheceu a sua produção intelectual. O que fora estudado nas Universidades e desenvolvido nas redes intelectuais dos grupos e círculos que a autora participou até então, fez dela uma força intelectual reconhecida, particularmente, pelo grupo católico.

No que tange a dimensão do feminino, especialmente nesse momento em que a Alemanha experimentava, mesmo com dificuldades, a Constituição democrática de Weimar, a conferencista via a necessidade de estabelecer princípios característicos do feminino para que, a partir deles, a mulher pudesse ter consciência de sua diversidade e desenvolver os valores, que não somente lhe distingue, mas também que lhe proporciona um caminho autêntico para compreender o desenvolvimento de sua vida na totalidade.

> Jurídica e politicamente, na virada do século, as mulheres eram equiparadas aos menores de idade, isto é, às crianças e aso deficientes mentais. A constituição de 1919 trouxe o princípio da igualdade dando às mulheres plenos direitos de cidadãs. Com a outorga do direito de votar, elas se transformaram em fator de poder político de peso. O direito de serem também votadas lhe deu a possibilidade de assumirem posições de responsabilidade na vida do Estado. Certamente, não se pode generalizar quanto às experiências que se teve com deputadas e funcionárias públicas em cargos de destaque. Como entre seus colegas masculinos, deve haver também entre elas algumas que, segundo a vocação e o caráter, sejam mais ou menos qualificadas para suas funções. Acho, no entanto, que se pode dizer que as repartições com uma experiência mais longa nessa inovação, dificilmente se disporiam a renunciar à participação das mulheres, pois existe um grande número de tarefas em que elas se tornaram simplesmente indispensáveis. Por outro lado, essa situação exige, também, que se realize o treinamento sistemático necessário à execução adequada dessas tarefas, para que não sejam confiadas a pessoas despreparadas. Precisamos de uma preparação política e social completa para o cumprimento dos deveres civis (aliás, não só para as mulheres, e sim para todo o povo alemão que se viu lançado no sistema democrático sem que estivesse maduro para ele) além de cursos especiais de preparação para as diversas car-

> reiras funcionais que exigem a presença do trabalho feminino. Tudo isso poderia realizar-se aos poucos, se tivéssemos diante de nós anos de desenvolvimento tranquilo. Fica difícil prever como as coisas se ajeitariam com a interrupção violenta do desenvolvimento orgânico (STEIN, 2020, p. 139).

Desse modo, o tema da mulher ocupa um lugar de destaque no pensamento de Edith Stein, situando-a no contexto da formação integral do feminino, sob um olhar nas mudanças sociopolíticos e culturais experimentados a partir, especialmente, da Constituição de Weimar. Assim, Edith nos conduz a uma investigação fenomenológica coerente sobre a natureza feminina, desenvolvendo o que denominamos por "filosofia da mulher". Essa filosofia surge da comunhão entre a antropologia filosófica e a teologia antropológica, onde a autora explora a essência da feminilidade à luz de uma visão integrada do ser humano, considerando tanto suas dimensões filosóficas quanto espirituais.

Para Stein (2020), a "filosofia da mulher" está centrada na compreensão da natureza e essência feminina a partir de uma perspectiva filosófica e antropológica-teológica. A conferencista articula o feminino com base na dignidade e singularidade da mulher, considerando aspectos como a vocação, o papel na sociedade e na complementariedade entre os sexos. Segundo Stein (2020, p. 52), "nenhuma mulher é somente mulher, todas têm sua individualidade e sua predisposição tanto quanto o homem, e essa predisposição a capacita para essa ou aquela atividade artística, científica, técnica, etc.".

Desse modo, a autora compreende que a mulher possuiu uma essência distinta, refletida em sua capacidade única para o acolhimento, cuidado e relação. Isso não se limita à maternidade biológica, mas se estende para uma maternidade espiritual, intelectual e emocional. A mulher, segundo a conferencista, tem uma inclinação para formar relações interpessoais e para nutrir a vida, o que a faz especialmente adequada para áreas como educação e o cuidado social.

> Em princípio, a predisposição individual pode referir-se a qualquer área, mesma àquelas mais estranhas à natureza feminina. Mas, nesses casos, não se fala em profissão feminina. Só faz sentido falar em profissões próprias

> quando estas dependem de tarefas concretas de caráter feminino, isto é, todas as profissões ligadas a cuidados com pessoas doentes, à educação, à assistência, à compreensão empática do outro, portanto, à profissão da médica e da enfermeira, da professora e da educadora, da empregada doméstica, as modernas profissões sociais, na ciência, às atividades ligadas à vida pessoal concreta, isto é, às ciências humanas, e ao trabalho de caráter auxiliar, de serviço, tradução e publicação, eventualmente também de direção compreensiva dos trabalhos alheios. Fica evidente que, no fundo, todos eles exigem a mesma atitude básica da alma que distingue a esposa e a mãe, só que agora ampliada para um círculo maior e a pessoas diversas e, por isso, praticamente desatrelada dos vínculos vitais do parentesco sanguíneo e mais fortemente ligados ao espiritual. Mas, com isso, perde-se também grande parte dos impulsos naturais próprios da comunhão vital que precisam ser compensados por uma disposição maior ao sacrifício (STEIN, 2020, pp. 52-53).

Edith Stein enfatiza a importância da educação no desenvolvimento da mulher. Para autora, a mulher precisa alcançar sua plenitude, sendo necessário que ela seja educada de forma integral, abarcando o intelecto, o corpo e o espírito. Diante disso, a "filosofia da mulher" é construída, a partir de uma base fenomenológica, na qual se busca compreender a essência do feminino em seu contexto existencial, social e divino, como ele é e se apresenta.

Stein (2020) enfatiza a complementariedade entre homem e mulher, rejeitando a ideia de uma competição entre os gêneros, e defende que a integralidade do ser humano só é alcançada quando, homem e mulher, colaboram de forma equilibrada respeitando suas naturezas próprias. Portanto, segundo a autora, a dignidade da mulher está em viver plenamente sua vocação em ser mulher. Assim, a conferencista retoma essa essencialidade do ser feminino dentro da formação pedagógica.

> Aquilo que é essencial para todas as moças deveria ser acompanhado em todas as instituições pedagógicas de um sistema de aulas mais livre e opcional, que leve em conta os dotes especiais e ofereça a oportunidade de um estudo mais profundo e exaustivo de determinadas matérias teóricas e de cultivo de talentos técnicos e artís-

> ticos, ao lado da matéria obrigatória para todas. Assim, seria possível respeitar a individualidade e preparar as moças para a futura opção e formação profissional. Aplica-se também a todas essas alternativas o princípio de que o verdadeiro trabalho educativo só pode ser realizado por aqueles que possuem formação completa na respectiva área. E de um modo geral vale o princípio de que, em consonância com a índole e a vocação da mulher, mulheres devem ser formadas por verdadeiras mulheres (STEIN, 2020, p. 105).

Consequentemente, conforme a autora, o papel da mulher na sociedade e na Igreja deve ser valorizado, não como um reflexo do masculino, mas como uma contribuição única e essencial para o equilíbrio social. Na dimensão antropológica-teológica da "filosofia da mulher", Edith Stein, afirma que a verdadeira realização da mulher só pode ser alcançada em relação com o Transcendente.

4. A Conferência intitulada *Fundamentos da formação da mulher* de 1930

A conferência *Grundlagen der Frauenbildung* (Fundamentos da formação da mulher) foi proferida por Edith Stein, em 8 de novembro de 1930, no *Zentral-Bildungs-Komission des Katholischen Deutschen Frauenbundes* (Comitê Central de Educação da União Católica Alemã de Mulheres), em sua sede denominada: *Hedwig-Dransfeld--Haus,* localizada na cidade de Bendorf.

A fundação da *Hedwig-Dransfeld-Haus* (Casa Hedwig-Dransfeld) ocorreu em 25 de maio de 1925, pela *Katholischer Deutscher Frauenbund* – KDFB (Associação Católica de Mulheres Alemã). Este local foi nomeado *Hedwig-Dransfeld-Haus* (HDH) em homenagem a Hedwig Dransfeld, que havia falecido recentemente e tinha atuado como presidente de longa data da KDFB, bem como, exercido a função de deputada no Reichstag, após a Constituição de Weimar permitir que mulheres se candidatassem à cargos públicos e pudessem exercer o direito ao voto.

O objetivo da *Hedwig-Dransfeld-Haus* é oferecer programas educacionais para as mulheres e oportunidades de descanso para as trabalhadoras das áreas industriais. Portanto, a *Hedwig-Dransfeld-*

-Haus, se tornou um centro de atividades da juventude feminina e de formação da mulher. A instituição existe ainda hoje, e, mantém suas atividades em três focos para as mulheres: encontro, educação e recreação (MUSEUM-DIGITAL-RHEINLAND-PFALZ, 1963).

A KDFB (2024) é uma associação de mulheres católicas, fundada na cidade de Köln, em 1903, por um grupo de mulheres liderado por Hedwig Dransfeld, sendo eleita, como citado anteriormente, uma das primeiras mulheres a compor a Assembleia Nacional da República de Weimar.

Atualmente, cerca de 130.000 associadas estão envolvidas em 1.200 associações filiais e 20 dioceses em toda a Alemanha, na KDFB. De acordo com o portal da KDFB (2024), a associação está alicerçada em três pilares: social, político e eclesial. O compromisso central das associadas é manter a solidariedade viva e as estruturas democráticas. O próprio slogan da associação retrata esse objetivo fundante: *Wir machen uns stark für Frauen!* (Nós defendemos as mulheres).

Após Edith Stein realizar a conferência em Bendorf, uma das participantes, Marie Buczkowska[3], solicitou-lhe que escrevesse um artigo para o *Monatsbrief der Societas Religiosa* (Boletim Mensal da *Societas Religiosa*). Marie Buczkowska pediu que o artigo expandisse o pensamento da conferência abordando a dimensão espiritual da formação feminina. A conferencista elaborou o artigo e enviou posteriormente, em janeiro de 1932. O artigo foi publicado no mencionado boletim mensal com o título: *Wege zur inneren Stille* (Caminhos para o silêncio interior), em 1932.

O texto desta conferência em foco foi publicado em 1931 na revista: *Stimmen der Zeit* (Vozes do Tempo), no volume 61, número 6, nas páginas de 414 a 424. Segundo Haub (2009), a revista *Stimmen der Zeit* foi fundada pelos padres jesuítas em 1865 com o título: *Stimmen aus Maria Lach* (Vozes de Maria Lach), mas em 1914 foi modificado para o nome que se mantém até os dias atuais: *Stimmen der Zeit* (Vozes do Tempo).

3 Marie Buczkowska nasceu em 18 de abril de 1884 na cidade de Wien, Áustria, e faleceu em 16 de outubro de 1968 em München, Alemanha. Marie foi muito ativa no movimento de mulheres católicas e atuou como chefe do Leiterin des Bundes-Jugendsekretaritas des Katholischen Frauenbundes Deutschlands (Secretariado Federal da Juventude da Associação Alemã de Mulheres Católicas – KFD) e também foi presidente da comissão da rádio de Bayern (BERGER, 2003).

Durante os anos da República de Weimar (1919-1933), a revista *Stimmen der Zeit* tornou-se um respeitado meio de comunicação da cultura católica. Entretanto, em 1941 foi suspensa sua publicação pelo regime nazista. Após a Segunda Grande Guerra, a revista, que foi refundada em 1946, colaborou para a expansão e abertura da Igreja Católica para o mundo moderno, desde então tem sido um fórum de diálogo entre a Igreja e a sociedade (HAUB, 2009).

De acordo com Haub (2009), a revista *Stimmen der Zeit* é considerada uma das mais antigas publicações de cultura católica na Alemanha, que mantém sua publicação até os dias atuais, sendo mensalmente lançada pela editora Herder, com sede na cidade de Freiburg. Atualmente a revista aborda temas sobre religião, política, sociedade, ciência e ética.

Edith Stein inicia a conferência relatando a crise que a Alemanha estava vivenciando no sistema educacional. “Todo o nosso sistema educacional se encontra há anos em uma situação de crise. Suplica e continua clamando por reformas, e em todos os cantos e direções. Embora, em meio à confusão caótica de esforços diversos, possam ser distinguidas algumas grandes diretrizes, ainda se tem a impressão de que não se trata de uma evolução tranquila e bem fundamentada, mas apenas de experimentos preparatórios” (STEIN, 2010, pp. 31-31, tradução nossa). Para a autora, a formação feminina participa desta crise educacional da Alemanha, o que gera problemas e dificuldades para que se alcance o objetivo principal: formar as mulheres.

> Se investigarmos a causa da crise que abalou o antigo sistema, devemos buscá-la, sem dúvida, no conceito de formação que estava subjacente a esse sistema e que hoje consideramos errado. A “velha escola” é, essencialmente, um fruto da era do Iluminismo. (Refiro-me aqui às escolas primárias e às instituições de formação de professores, às escolas de ensino básico e às escolas femininas vinculadas a elas, também aos liceus atuais; finalmente, até certo ponto, aos novos cursos de acesso à universidade. Os institutos humanísticos, as universidades, os seminários sacerdotais e outras escolas profissionais cresceram em outra base, mas mostram, pelas implicações práticas, marcas claras da influência do restante serviço escolar) (STEIN, 2010, p. 31, tradução nossa).

A temática central que a autora aborda nessa análise é acerca das bases da formação adequada às mulheres, tanto no campo intelectual quanto espiritual, e foi a primeira vez que tratou dessa questão perante o comitê de educação da *Katholischer Deutscher Frauenbund*. Para Stein (2010, p. 31, tradução nossa), "a formação não é a posse de conhecimentos exteriores, mas a configuração que a personalidade humana assume sob a influência de múltiplas forças formadoras, como, por exemplo, o processo desta formação".

Na conferência, além de referenciar passagens da Sagrada Escritura – como o Livro do Gênesis, no Antigo Testamento, e o Evangelho de Mateus, no Novo Testamento –, a conferencista ancora-se nos pensamentos de intelectuais como Oda Schneider[4] e Maria Montessori[5]. A citação da Sagrada Escritura oferece uma base espiritual, especialmente no que diz respeito à dignidade humana e à concepção do ser feminino, conforme narrativas e princípios que remetem à criação e ao papel da mulher na tradição católica.

Na sua conferência Stein (2010, p. 41, tradução nossa) afirma: "Tudo isso pressuporia, naturalmente, uma grande liberdade e agilidade de trabalho nessas instituições de formação. Como eu imagino, uma espécie de sistema Montessori levado adiante desde a primeira infância até o limiar das escolas profissionais".

O jornal *Godesberger Volkszeitung* publicou, em 13 de novembro de 1930, uma matéria destacando a conferência proferida por Edith Stein. O artigo elogia o conteúdo filosófico e a relevância das questões tratadas pela autora, que abordava tanto as dimensões intelectuais quanto espirituais de sua análise sobre o feminino. O jornal destaca ainda como a conferencista, a partir de sua *sociabilidade intelectual,* foi capaz de articular uma crítica às correntes de pen-

4 Oda Schneider nasceu em 30 de maio de 1892, na cidade de Pressbaum, próxima à Wien e, faleceu, em 12 de março de 1987, em Graz, Alemanha. Quando criança frequentou a Escola do Mosteiro Sacre-Coeur, em Wien. Em 1917 ela se casou com o major Rudolf Schneider. Oda participou ativamente no movimento da ação católica e realizou um curso universitário sobre catequese laical. Em 4 de novembro de 1947 ficou viúva e, após um ano, decidiu-se ingressar no Mosteiro das Carmelitas Descalças de Wien-Baumgarten. Oda viveu nesse Mosteiro até completar 95 anos de idade, quando veio a falecer (STEIN, 2003).

5 Maria Tecla Artemísia Montessori nasceu em 31 de agosto de 1870, em Chiaravalle, Itália, em um momento da história, que mais de 50% da população italiana era considerada analfabeta. Ao longo de seus estudos, sempre foi muito dedicada, e, após alguns cursos preparatórios, iniciou em 1893, o curso de medicina. Montessori está entre as cinco mulheres admitidas para o curso de medicina na Itália, mas sempre enfrentou o machismo dentro do campo acadêmico, o qual era dominada por homens (SALOMÃO, 2020).

samento contemporâneas e apresentar propostas, especialmente no campo da educação e do papel da mulher na sociedade.

> A palestra de ontem da Dra. Edith Stein de Breslau (dada à comunidade estudantil católica e à Associação de Acadêmicos, incluindo muitas mulheres) abrangeu um vasto escopo: desde as primeiras menções à humanidade no Gênesis até os fundamentos do trabalho educacional católico em nossos dias, englobando a natureza humana universal, que define objetivos comuns para todos. A palestrante explicou o significado da palavra "educar" como trabalho educacional externo e como um processo interno de formação, ambos — cada um por si ou interagindo — moldando uma substância à imagem de um arquétipo. "Educação" é o resultado, a forma que o educando adquire ao final do trabalho e do processo. A educação planejada pressupõe um objetivo pensado e desejado: a substância e a direção de sua natureza devem ser reconhecidas para se alcançar o resultado almejado. A natureza feminina possui um objetivo especial, que a educação planejada deve considerar. Essa natureza pode ser compreendida através da experiência natural da vida e da pesquisa científica, além da Palavra de Deus no Antigo e Novo Testamentos. A educação católica para mulheres deve, antes de tudo, perguntar: "O que Deus diz sobre o propósito e o objetivo da natureza feminina?" (GODESBERGER VOLKSZEITUNG, 13 nov. 1930, p. 5, tradução nossa).

O convite para essa conferência foi realizado à autora após o sucesso de suas intervenções anteriores sobre a formação e o papel da mulher, incluindo sua participação em outras conferências como, por exemplo: *Das Ethos der Frauenberufe,* que ocorreu em 1º de setembro de 1930, em Salzburg, Áustria. Diante disso, na defesa da escola confessional católica e na adesão de um novo modo de formação a partir da reforma educacional, a conferencista afirma:

> Portanto, para uma reforma da formação feminina, seria desejável encontrar um par de mulheres católicas decididas, inabaláveis na fé, pedagogicamente bem preparadas, e, claro, familiarizadas com todas as modernas formas de trabalho, para construir uma escola semelhante desde a base. Naturalmente, também seria necessário,

> nesse sentido, um círculo de pais suficientemente corajosos e confiantes para confiar seus filhos a essa escola, além de um grupo de benfeitores que a financiassem. Da autoridade oficial, por ora, eu só desejaria que, reduzindo algumas matérias e concedendo certa liberdade, oferecessem aos professores a possibilidade de trabalhar e a vontade de seguir o novo conceito de formação. Além disso, que realizassem uma revisão radical da questão dos exames e seus direitos correspondentes, e enfrentassem a regulação da realidade profissional como um todo (STEIN, 2010, p. 38, tradução nossa).

Portanto, nessa conferência a autora aborda a necessidade urgente de redefinir a educação feminina em um contexto de mudanças sociais rápidas, em que as mulheres estavam reivindicando uma maior participação do mundo profissional e público. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e o movimento pela emancipação feminina despertaram debates sobre o tipo de formação que seria adequado para elas. Segundo a conferencista era essencial fornecer à mulher uma base sólida que respeitasse tanto as especificidades da natureza feminina quanto a necessidade de preparar as mulheres para uma atuação significativa na sociedade moderna.

Considerações Finais

Edith Stein se tornou uma figura importante no início do século XX, tanto por ser mulher, bem como por ser judia e posteriormente convertida ao catolicismo, ela viveu em uma era de grande agitação política, social e cultural na Alemanha. A trajetória pessoal e intelectual foi moldada pelos eventos históricos de seu tempo, desde a República de Weimar até a ascensão do regime nazista, o que culminou no seu assassinato no Campo de Concentração.

Consequentemente, isso tornaram suas palavras valiosas para a sua visão educativa e um testemunho histórico de um período conturbado. Mesmo diante desse cenário político, a conferencista continuou se fortalecendo como intelectual mulher e judia, constituindo redes intelectuais e enfrentando relações de força, em uma Alemanha marcada pela derrota após a Primeira Grande Guerra.

As contribuições de Edith Stein para a filosofia, política e cultura continuam a ser relevantes, proporcionando *insights* valiosos sobre a condição humana, e como cada ser humano se relaciona com estes movimentos frente ao seu contexto histórico. Sua vida e obra são testemunhos da resistência intelectual e espiritual em face da opressão. Em tempos de polarização e conflito, sua história oferece uma reflexão profunda sobre a importância do diálogo, da compreensão e da empatia. Ao navegar pelos movimentos políticos, sociais e culturais de sua época, Stein deixou um legado que transcende as barreiras temporais, ainda hoje inspirando gerações.

Referências Bibliográficas

ACUÑA, Edgar Cruz. Edith Stein: La Filósofa que encuentra a Dios. *Phainomenon.* Lima, vol. 12, nº. 1, 2013, pp. 29-41.

ALES BELLO, Angela. A questão do sujeito humano. *SIPEQ (Anais do IV Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. Pesquisa Qualitativa: rigor em questão,* UNESP, Rio Claro, pp. 1-9, 2010.

BERGER, Manfred. Gerta Krabbel: Bundesvorsitzende des Katholischen Deutschen Fraunbundes, frauenbwegte Katholikin (1881-1961). *Portal Rheinische Geschichte,* 2024. Disponível em: <https://www.rheinischegeschichte.lvr.de/Persoenlichkeiten/gerta-krabbel/ DE-2086/lido/645c971d0bc4e6.63760623>. Acesso 11 set. 2024.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FULBROOK, Mary. *História concisa da Alemanha.* São Paulo: Edipro, 2016.

GIODARNI, Mario Curtis. *História do século XX.* Aparecida: Ideias & Letras, 2012.

GODESBERGER VOLKSZEITUNG. *Grundlagen der katholischen Frauenbildung: Frau Dr. Edith Stein vor den katholischen Akademikern.* Bonn, 13 de nov. 1931. Disponível em: < https://www.deutsche-digitalebibliothek.de/newspaper/item/ HPOAAIBNFGQSWT6AGQT5EWB4JALNLHU4?fromDay=13&toYear=1935&fromYear=1930&query=%22Edith+Stein%22&toDay=14&toMon-

th=2&fromMonth=5&rows=100&hit=5&issuepage=5>. Acesso 20 ago. 2024.

HAUB, Rita. Stimmen der Zeit: Katholische Monatsschrift für das Geistesleben der Gegenwart. *Historisches Lexikon Bayerns.* 2009. Disponível em: < https://www.historischeslexikonbayerns.de/Lexikon/Stimmen_der_Zeit._Katholische_Monatsschrift_f%C3%BCr_das_Geistesleben_der_Gegenwart#:~:text=Aus%20Historisches%20Lexikon%20Bayerns&text=1865%20von%20den%20Jesuiten%20begr%C3%BCndete,anfangs%20ein%20strikt%20antimodernistisches%20Profil>. Acesso 22 ago. 2024.

HEISOHN, Kirsten. Grundsätzlich gleichberechtigt. Die Weimarer Republik in frauenhistorischer Perspektive. *Bundeszentrale für politische Bildung.* Bonn, 27 de abr. 2018. Disponível em: <https://www.bpb.de/themen/erster-weltkrieg-weimar/weimarer-republik/277582/grundsaetzlich-gleichberechtigt-die-weimarer-republik-in-frauenhistori scherperspekti ve/>. Acesso em 24 abr. 2024.

KATHOLISCHER DEUTSCHER FRAUENBUND. Über uns. Geschichte, KDFB, 2024. Disponível em: < https://www.frauenbund.de/der-kdfb/ueber-uns/>. Acesso 20 set. 2024.

MÜLLER, Markus. *Das Deutsche Institut für Wissenschaftliche Pädagogik 1922-1980: von der katholischen Pädagogik zur Pädagogik von Katholiken.* Paderborn: Ferdinand Schoningh, 2013.

MUSEUM-DIGITAL-RHEINLAND-PFALZ. Hedwig-Dransfeld-Haus mit “Gussie-Adenauer-Haus”, Bendorf, 1963. Disponível em: < https://rlp.museum-digital.de/object/ 24852>. Acesso 22 ago. 2024.

NOVINSKY, Ilana Waingort. *Em busca da verdade em tempos sombrios: Edith Stein.* São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2014.

SALOMÃO, Gabriel M. *Maria Montessori.* Santo André: Lar Montessori, 2020. Disponível em: <https://larmontessori.com/maria-montessori/>. Acesso 25 ago. 2024.

STACCONE, Giuseppe. Gramsci: a teoria dos intelectuais. *Teocomunicação,* Porto Alegre, vol. 21, nº 93, pp. 339-349, 1991.

STEIN, Edith. *A Mulher: sua missão segundo a natureza e a graça.* Campinas: Ecclesiae, 2020.

_____. Das Ethos der Frauenberufe. *Die Frau: Fragestellungen und Reflexionen. ESGA,* vol. 13. Freiburg: Herder, 2010. pp. 16-29.

_____. Fundamentos de la formación de la mujer. *Obras completas, IV. Escritos antropológicos y pedagógicos.* Burgos: Editorial Monte Carmelo; Madri: Espiritualidad; Vitória: Ediciones El Carmen, 2003, pp. 195-213.

_____. Grundlagen der Frauenbildung. *Die Frau: Fragestellungen und Reflexionen. ESGA,* vol. 13. Freiburg: Herder, 2010. pp. 30-45.

_____. Jugendbildung im Licht des katholischen Glaubens. *Bildung und Entfaltung der Individualität: Beiträge zum christlichen Erziehungsauftrag. ESGA,* vol. 16. Freiburg: Herder, 2001, pp. 71-90.

_____. *Vida de uma família judia e outros escritos autobiográficos.* São Paulo: Paulus, 2018.

TENORTH, Heinz-Elmar. Reformpädagogik. Erneuter Versuch, ein erstaunliches Phänomen zu verstehen. *Zeitschrift für Pädagogik,* Berlin, vol. 40, nº 4, pp. 585-604, jul./ago., 1994.

TORNIELLI, Andrea. Em Munique, ex-diocese do papa, os católicos estão em minoria pela primeira vez. *Instituto Humanitas Unisinos,* 26 de jul. 2011. Disponível em: <https:// www.ihu.unisinos.br/categorias/173-noticias-2011/44726-em-munique-ex-diocese-do-papa-os-catolicos-estao-em-minoria-pela-primeira-vez>. Acesso em 24 abr. 2024.

CAPÍTULO 2

A CONTA QUE NÃO FECHA: MATERNIDADE E UNIVERSIDADE

THE ACCOUNT THAT DOESN'T CLOSE: MATERNITY AND UNIVERSITY

Alexandra Santos do Valle
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Campus Professor Alberto de Carvalho
Itabaiana - Sergipe
ORCID: 0009-0003-8242-4412
alexandrasantosvalle@gmail.com

Laiany Rose Souza Santos
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Campus Professor Alberto de Carvalho
Itabaiana - Sergipe
ORCID: 0000-0002-2951-1715
laiany@academico.ufs.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da maternidade na trajetória acadêmica de mulheres discentes e docentes na Universidade Federal de Sergipe (UFS), identificando desafios e propondo políticas de apoio. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, que utilizou questionários socioeconômicos e entrevistas semiestruturadas com mulheres mães do campus Professor Alberto Carvalho. As análises fundamentaram-se nas teorias de Adrienne Rich e Yvonne Knibiehler. Os resultados revelam que a falta de creches universitárias, a inexistência de espaços adequados para amamentação e o suporte psicológico são as principais barreiras enfrentadas pelas mães universitárias, contribuindo para a sobrecarga e o abandono dos estudos. Constatou-se que as políticas institucionais atuais são insuficientes para atender às necessidades dessas mulheres, perpetuando desigualdades de gênero. A pesquisa conclui que há uma necessidade urgente de reformas estruturais nas univer-

sidades, com a implementação de políticas inclusivas que promovam a igualdade de oportunidades e criem um ambiente acadêmico mais acolhedor e acessível. Tais reformas devem considerar a interseccionalidade, reconhecendo que fatores como raça e classe social agravam ainda mais as dificuldades enfrentadas pelas mulheres mães.
Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Maternidade na Universidade; Políticas públicas; Saúde mental; Universidade Federal de Sergipe.

ABSTRACT

This study aims to analyze the impact of motherhood on the academic trajectory of women students and professors at the Federal University of Sergipe (UFS), identifying challenges and proposing support policies. Methodologically, this is a qualitative and exploratory study, which used socioeconomic questionnaires and semi-structured interviews with women mothers from the Professor Alberto Carvalho campus. The analyses were based on the theories of Adrienne Rich and Yvonne Knibiehler. The results reveal that the lack of university day care centers, the lack of adequate spaces for breastfeeding and psychological support are the main barriers faced by university mothers, contributing to the overload and abandonment of studies. It was found that current institutional policies are insufficient to meet the needs of these women, perpetuating gender inequalities. The research concludes that there is an urgent need for structural reforms in the universities.
Keywords: Gender inequality; Maternity at the University; Public policies; Mental health; Federal University of Sergipe.

Introdução

Historicamente, as mulheres foram colocadas em uma posição subalterna dentro da sociedade, confinadas a papeis rígidos e preconceituosos que as associavam à figura de cuidadoras, com a responsabilidade primária pela manutenção do lar e pela educação dos filhos.

A maternidade, longe de ser uma escolha livre e empoderada, foi construída ao longo do tempo como uma imposição social que as mulheres deveriam abraçar sem questionamentos Rich (1976) apon-

ta que, frequentemente, as mulheres sacrificam suas próprias ambições pessoais e profissionais.

Essa construção social de gênero ainda ecoa na contemporaneidade, influenciando profundamente a trajetória acadêmica das mulheres, especialmente aquelas que se tornam mães durante seus percursos universitários.

Rich (1976) argumenta que a questão da maternidade na academia torna-se um tema central nas discussões sobre a desigualdade de gênero, pois revela como as estruturas institucionais e as políticas públicas ainda falham em promover uma verdadeira igualdade de oportunidades para as mulheres mães, dificultando sua permanência e sucesso nos espaços acadêmicos.

Portanto, trataremos aqui da pesquisa realizada no Edital Temático n° 08/2024 COPES/POSGRAP/UFS com o projeto de pesquisa Maternidade e Universidade: a conta que não fecha e o preço pago pelas mulheres mães na academia, no ano de 2024. O texto está estruturado em nove partes além dessa introdução, sendo a revisão de literatura, relevância do estudo, delimitação do estudo, objetivos, procedimentos metodológicos, resultados, discursões e conclusões.

Revisão de Literatura

Concordamos com Rich (1976) ao destacar que as estruturas institucionais e as políticas públicas ainda não conseguem promover uma verdadeira igualdade de oportunidades para mulheres mães, o que dificulta sua permanência e sucesso nos espaços acadêmicos. Ao longo da história, as mulheres têm sido sistematicamente relegadas a uma posição inferior na sociedade, confinadas a papeis estreitos e carregados de preconceitos que as vinculam à figura de cuidadoras. Estas responsabilidades incluem, em grande parte, a manutenção do lar e a educação dos filhos. A maternidade, longe de ser uma escolha deliberada e fortalecedora, foi moldada pela sociedade capitalista, como Rich (1976) observa, como uma imposição social para que as mulheres aceitem certas condições sem questionamento, muitas vezes em detrimento de suas aspirações pessoais e profissionais.

Knibiehler (2009) explora como a história da maternidade foi moldada ao longo dos séculos, destacando que a maternidade não é uma escolha, mas sim uma imposição de um sistema utilizado para manter a ordem social patriarcal.

Vivas (2017) critica o mito da perfeição materna, que exige que mulheres sejam exemplares em todos os aspectos de suas vidas, incluindo como mães, profissionais, esposas e cidadãs. Vivas destaca a falta de apoio institucional e o descompasso entre políticas públicas e necessidades das mulheres mães na academia.

No contexto brasileiro, pesquisas como as de Liandro (2019), que analisam a experiência de mulheres negras na universidade, e os estudos de Santana da Silva (2018) e Santos (2018), que discutem a maternidade e os desafios da vida acadêmica, revelam que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres mães são ainda mais acentuadas em contextos de desigualdade racial e social.

Essa construção social de gênero, fortemente ancorada no passado, ainda ressoa nos dias atuais, impactando significativamente a trajetória acadêmica das mulheres, especialmente daquelas que se tornam mães durante seu percurso universitário. Tal contexto revela as persistentes desigualdades de gênero que permeiam as instituições acadêmicas, onde as mulheres continuam a enfrentar desafios consideráveis na conciliação entre a maternidade e suas ambições acadêmicas e profissionais.

A análise das condições de permanência das mulheres mães na Universidade Federal de Sergipe – UFS, especialmente no que tange às políticas de assistência como o auxílio-creche, a disponibilidade de espaços adequados para amamentação e a existência de creches universitárias, é essencial para propor alternativas que garantam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na academia. A pesquisa, portanto, transcende a reflexão sobre a realidade das mulheres mães nas universidades, ao buscar contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e institucionais inclusivas e eficazes, que reconheçam e atendam às necessidades específicas dessas mulheres.

Para além das estruturas físicas e das políticas de suporte, destaca-se a importância do apoio à saúde mental das mulheres mães na academia. As múltiplas responsabilidades que recaem so-

bre essas mulheres frequentemente resultam em altos níveis de estresse, ansiedade e exaustão, impactando negativamente seu bem-estar e desempenho acadêmico.

Portanto, compreendemos como caminho para equidade de participação na academia a implementação de políticas públicas adequadas, como a ampliação de auxílios financeiros, a criação de creches universitárias, banheiros familiares e espaços de apoio, além da abordagem da saúde mental das mulheres mães, visto que essas políticas tem o potencial de qualificar o trabalho acadêmico dessas mulheres, e também melhorar seu desempenho em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A criação de um ambiente acadêmico mais acolhedor e equitativo é fundamental para garantir que a maternidade não seja vista como um obstáculo, e sim uma opção das mulheres que desejem gestar sem precisar abrir mão da sua carreira, apontando assim como uma condição conciliável com o desenvolvimento pleno de seus projetos acadêmicos e profissionais.

Dessa forma, o suporte institucional efetivo à maternidade nas universidades favorece a permanência das mulheres no ambiente acadêmico e fortalece sua emancipação, permitindo o reconhecimento de sua capacidade intelectual e profissional, sem que as demandas maternas sejam vistas como limitadoras de suas potencialidades.

A pesquisa também propõe medidas estruturais que melhorem as condições de trabalho e estudo para as mulheres mães, como a criação de serviços de apoio à maternidade, a flexibilização de horários e a promoção de um ambiente acadêmico livre de discriminação. O objetivo é construir um ambiente universitário inclusivo que promova a igualdade de oportunidades e a acessibilidade para todas as mulheres, especialmente por enfrentarem múltiplas jornadas de trabalho.

Relevância do Estudo

A relevância deste estudo reside em sua importância teórica e prática para os campos dos estudos de gênero, saúde mental e políticas públicas. Teoricamente, o estudo aborda questões cruciais sobre as

temáticas feministas, enquanto, na prática, sugere políticas públicas associadas às abordagens, sejam elas pré-existentes ou novas criações.

A pesquisa contribui para o avanço do conhecimento ao aprofundar a compreensão sobre como a maternidade impacta a trajetória acadêmica das mulheres. Ao analisar as experiências das mulheres discentes e docentes no Campus Professor Alberto Carvalho (UFS), o estudo oferece uma visão crítica das barreiras estruturais e sociais que perpetuam as desigualdades de gênero no ambiente acadêmico.

Investigando obras de Adrienne Rich, Yvonne Knibiehler e Esther Vivas, o estudo destaca que a maternidade deve ser vista como uma construção social que impõe desafios significativos à emancipação e realização pessoal e profissional das mulheres. A revisão da literatura feminista evidencia o consenso sobre a imposição social da maternidade e as controvérsias sobre a naturalização desse papel.

Na prática, a pesquisa propõe alternativas e políticas públicas para mitigar os desafios enfrentados pelas mulheres mães na academia. Analisando as condições de permanência das mulheres mães no Campus Professor Alberto Carvalho UFS, especialmente no que se refere às políticas de assistência como auxílio-creche, saúde mental e espaços adequados para amamentação, o estudo aponta a necessidade de políticas inclusivas e eficazes que atendam às demandas específicas dessas mulheres.

As medidas sugeridas, como a criação de serviços de apoio à maternidade, a flexibilização de horários e a promoção de um ambiente acadêmico livre de discriminação, têm o potencial de qualificar o trabalho acadêmico das mulheres mães e promover um ambiente mais acolhedor e equitativo. Em suma, a pesquisa contribui significativamente para o debate sobre a desigualdade de gênero na academia, oferecendo insights teóricos e práticos que podem fomentar um ambiente universitário mais inclusivo e justo.

Delimitação do Estudo

A delimitação deste estudo abrange três aspectos principais: temporal, espacial e populacional, os quais são especificados e justificados a seguir:

No aspecto temporal, a pesquisa foi realizada de 14 de agosto de 2024 até 20 de janeiro de 2025, no entanto a considerar sua metodologia qualitativa baseada em entrevistas, o recorte temporal ampliou-se trazendo a realidade da Universidade Federal de Sergipe desde seu processo formativo (1963) ao ano de 2024. Esse aspecto permitiu identificar, a partir das experiências das mulheres mães na academia, tanto avanços quanto retrocessos nas questões de igualdade de gênero.

Tratando do aspecto espacial, a pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Sergipe, e as pesquisadoras se debruçaram em analisar o campus Professor Alberto Carvalho. A escolha desse campus se deu por ser reconhecido como um polo voltado à licenciatura, o que possibilita uma análise comparativa entre áreas específicas do conhecimento e seus respectivos desafios. Além disso, a UFS dispõe de políticas de inclusão e assistência estudantil, tornando-se um ambiente propício para examinar a eficácia dessas políticas no apoio às mulheres mães.

A população-alvo do estudo abrange mulheres discentes e docentes que são mães, no campus selecionado da UFS. A escolha desse grupo justifica-se pela necessidade de compreender as especificidades e os desafios enfrentados por mulheres que conciliam a maternidade com a vida acadêmica. Ao incluir tanto discentes quanto docentes, a pesquisa visa identificar diferenças e semelhanças nas experiências dessas mulheres, proporcionando uma visão mais abrangente sobre o impacto da maternidade na trajetória acadêmica. Esses limites foram definidos com o objetivo de garantir a viabilidade e a profundidade da pesquisa, permitindo a coleta e análise de dados significativos que contribuíssem para a compreensão das barreiras enfrentadas pelas mulheres mães na academia.

Questões de Pesquisa

1. Identificar e compreender as barreiras estruturais e sociais que dificultam a permanência e o sucesso das mulheres mães no ambiente acadêmico, especialmente no campus Professor Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

2. Avaliar a eficácia das políticas institucionais em proporcionar suporte adequado às mulheres mães, investigando como essas políticas influenciam suas trajetórias acadêmicas.
3. Analisar de que maneira a implementação de políticas públicas e institucionais pode promover a igualdade de oportunidades, contribuir para a redução das desigualdades de gênero e fomentar um ambiente acadêmico mais equitativo, trazendo acessibilidade e permanência das mulheres mães nas universidades.

Estas questões de pesquisa estão diretamente conectadas aos objetivos do estudo e à justificativa apresentada, uma vez que buscam investigar as experiências e desafios das mulheres mães na academia, avaliar a eficácia das políticas institucionais existentes e propor soluções que promovam a igualdade de oportunidades e a permanência das mulheres mães nas universidades.

Considerando os desafios e as barreiras enfrentadas pelas mulheres mães no ambiente acadêmico, este estudo se propôs a investigar de forma detalhada como essas dificuldades afetam suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Para isso, torna-se essencial adotar uma abordagem metodológica que permita compreender essas experiências em suas múltiplas dimensões.

Diante disso, a seção de Metodologia deste trabalho será apresentada a seguir, detalhando as estratégias e os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. A abordagem escolhida foi fundamentada na perspectiva feminista, priorizando as vozes das mulheres mães e suas vivências no contexto universitário. A metodologia qualitativa e exploratória visa proporcionar uma análise crítica e profunda das condições de vida, saúde mental, trabalho e estudo dessas mulheres, buscando identificar as políticas institucionais que podem ser aprimoradas para promover a igualdade de oportunidades na academia.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo analisar como a maternidade interfere na trajetória acadêmica das mulheres discentes e do-

centes na Universidade Federal de Sergipe (UFS), especificamente no campus Professor Alberto Carvalho. A pesquisa busca compreender as experiências acadêmicas dessas mulheres, identificando os desafios que enfrentam na conciliação entre a maternidade e a vida acadêmica.

Além disso, o estudo pretende investigar como as estruturas universitárias, muitas vezes influenciadas por normas e valores patriarcais, impactam a vida dessas mulheres, perpetuando as desigualdades de gênero. O objetivo é destacar como a presença de barreiras estruturais e sociais prejudica a trajetória acadêmica dessas mulheres, dificultando sua permanência e sucesso no ambiente universitário.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, focando em análises de questionários como base de dados e em entrevistas semi-estruturadas para compreender as experiências acadêmicas de mulheres mães discentes e docentes no campus Professor Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A metodologia fundamenta-se nas teorias de Adrienne Rich, que destacam a importância de uma análise crítica das estruturas sociais que envolvem as mulheres e a maternidade, e de Yvonne Knibiehler, que propõe uma compreensão holística da mulher em sua relação com as instituições, especialmente no que tange ao processo de conciliação entre vida pessoal, trabalho e maternidade.

A coleta de dados iniciou-se com uma revisão bibliográfica aprofundada sobre temas como maternidade, trabalho, universidade e carreira acadêmica, baseada nas obras de Rich (1976) e Vivas (2017), que discutem as implicações da maternidade no desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres. Esta revisão forneceu a base teórica para a análise da realidade das mulheres mães no contexto universitário.

Para a coleta de dados, foram utilizados questionários socioeconômicos para mapear as condições de vida, trabalho e necessidades específicas das participantes. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com mulheres mães, tanto discentes

quanto docentes, para explorar suas experiências, desafios e percepções sobre a conciliação entre maternidade e carreira acadêmica. Seguindo o modelo proposto por Rich (1976), as entrevistas deram prioridade às vozes femininas e suas vivências. O objetivo foi reconhecer as particularidades e estratégias de enfrentamento das questões de gênero no ambiente acadêmico.

Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo, permitindo identificar temas recorrentes e padrões nas respostas das entrevistadas. A análise qualitativa foi realizada com base nas contribuições teóricas de Rich (1976) e Vivas (2017), enfatizando as barreiras estruturais, a invisibilidade das mulheres mães e as desigualdades de gênero presentes nas instituições acadêmicas. A escolha desta técnica justifica-se pela sua capacidade de fornecer uma compreensão profunda das experiências e perspectivas das participantes.

A pesquisa foi conduzida com respeito às considerações éticas. Todas as participantes foram informadas sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, e o consentimento informado foi obtido através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram adotadas medidas para garantir a confidencialidade e a integridade dos dados, protegendo a identidade das participantes e assegurando o uso ético das informações coletadas.

Resultados

Os resultados do questionário respondido pelas discentes e docentes do campus de Itabaiana destacaram a ausência de uma estrutura ideal de apoio para qualquer necessidade das mães (creches, banheiros familiares, sala de amamentação) como um dos principais fatores que dificultam a permanência das mulheres na universidade.

Primeiramente, constatou-se a inexistência de creche universitária no campus analisado, o que limita significativamente o suporte às alunas que possuem filhos pequenos. Embora o auxílio-creche seja oferecido, ele se mostra insuficiente para atender às necessidades reais das estudantes, não cobrindo os custos associados ao cuidado infantil de forma adequada, mesmo sendo comprovado através do questionário que 80% dessas mulheres mães se consideram em

vulnerabilidade social. Além disso, um espaço destinado à amamentação é ausente no campus, comprometendo o bem-estar das mães lactantes e de seus filhos.

A rigidez nos horários acadêmicos também foi apontada como uma barreira relevante, dificultando a conciliação entre as múltiplas responsabilidades das mulheres, como os estudos, o trabalho e a maternidade.

As entrevistas com discentes e docentes revelam que a maternidade frequentemente é percebida como um "obstáculo", contribuindo para a exclusão das mulheres de posições de poder e decisão. Knibiehler (2009) e Vivas (2017) ressaltam que as responsabilidades familiares tendem a recair desproporcionalmente sobre as mulheres, afetando negativamente suas carreiras acadêmicas e profissionais. Isso é ilustrado pelo depoimento de uma entrevistada, que comentou:

"Eu tinha tantas expectativas e tive que renunciá-las. Eu tinha expectativa de produzir mais, eu acho que o maior impacto que a maternidade teve foi na produção acadêmica" (Entrevistada, outubro de 2024).

Tal relato evidencia a necessidade urgente de políticas e práticas institucionais que abordem essas desigualdades estruturais e proporcionem suporte adequado às mães no ambiente acadêmico.

Discussões

1. Direitos das Mulheres

Os direitos das mulheres no ambiente acadêmico são desafiados pela dupla jornada de trabalho e estudo que muitas enfrentam. Segundo as participantes que responderam ao questionário, foi explícita a alta incidência de mulheres em situação de vulnerabilidade social (80%), o que reflete a necessidade urgente de políticas públicas mais eficientes que ofereçam suporte financeiro. A diversidade racial é igualmente relevante, com 26,7% das respondentes se autodeclarando negras, sendo necessário que as políticas considerem as especificidades e barreiras enfrentadas por esse grupo. Liandro (2019) afirma que as mulheres negras enfrentam barreiras adicionais

no ambiente acadêmico, o que requer ações afirmativas específicas para reduzir essas desigualdades, o que exige ações afirmativas específicas para reduzir essas desigualdades.

2. Saúde Mental das Mães Universitárias

A saúde mental das mães universitárias é um aspecto determinante na carreira acadêmica que precisa ser abordado de maneira contínua. A sobrecarga de responsabilidades pode levar ao estresse e à exaustão, impactando negativamente o desempenho acadêmico e a qualidade de vida. Silva (2018) destaca que a falta de apoio institucional adequado pode agravar esses problemas, resultando em dificuldades para conciliar os estudos com a maternidade, o que afirma a necessidade de um apoio psicológico contínuo vindo da instituição. A alta porcentagem de mulheres amamentando (33,3%) revela a necessidade de espaços apropriados para amamentação. Além disso, a faixa etária dos filhos das mães universitárias é bastante variada: 13,3% recém-nascidos a 6 meses, 26,7% de 7 meses a 3 anos, 6,7% de 4 a 5 anos, 30% de 6 a 12 anos. Isso evidencia a necessidade de diferentes tipos de apoio, dependendo da idade dos filhos, para atender às demandas específicas de cada faixa etária.

3. Políticas Públicas

É evidente a necessidade de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres mães na universidade. Maria Raupp (2004) ressalta que a implementação de programas específicos para mães estudantes pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades. Essas políticas devem incluir assistência financeira, creches universitárias, horários de aula flexíveis e suporte psicológico, garantindo que as mães possam continuar seus estudos sem comprometer o cuidado dos filhos. A renda familiar mensal das participantes varia, com 50% vivendo com até 1 salário mínimo; 45% das mulheres dependem de algum tipo de auxílio governamental como principal fonte de renda, o que reforça a importância de políticas públicas que ofereçam suporte financeiro adequado.

Sobre as licenças-maternidade, notamos que a Lei: Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, de 21 de outubro de 1969. A discente mãe tem 180 dias de licença maternidade. Contatamos que 13,3% usufruíram de licença-maternidade de 180 dias, enquanto 20% tiveram licença de 120 dias.

A maioria (52%) nunca usufruiu deste tipo de licença. Esse cenário revela problemas significativos que afetam diretamente a saúde física e mental das mães e o desempenho acadêmico. A ausência de licença-maternidade adequada pode causar uma série de problemas. Primeiramente, a falta de tempo para recuperação pós-parto pode resultar em complicações de saúde para as mães, aumento do estresse e da exaustão mental, visto que são forçadas a retomar suas atividades acadêmicas antes do tempo necessário impactando negativamente o bem-estar geral da mãe.

Constatamos que 96,8% das mães relataram que a Universidade Federal de Sergipe (UFS) não oferece o suporte necessário para mães/pessoas que maternam. A maioria (73,3%) respondeu que a UFS não possui espaços voltados ao apoio de discentes/docentes com filhos. Enquanto Vivas argumenta que a maternidade deve ser entendida como um ato de resistência e empoderamento, e não apenas como uma responsabilidade individual, o caminho que a Universidade faz se apresenta no sentido de individualizar e responsabilizar essas mulheres, com a falta de suporte institucional adequado evidenciando a necessidade de uma revisão das políticas de apoio às mães.

Os dados mostram que 46,7% das mulheres já precisaram trancar seus estudos devido à maternidade. Os principais motivos incluem falta de acesso a creches ou serviços de cuidado infantil, dificuldade em conciliar horários de aulas com cuidados dos filhos, problemas financeiros, excesso de carga acadêmica, questões de saúde (próprias ou dos filhos), desgaste emocional e psicológico e falta de políticas institucionais de apoio a estudantes com filhos. Segundo Yvonne Knibiehler (2009), em La revolución materna, destaca a importância da maternidade na construção da identidade feminina e a necessidade de políticas que reconheçam e valorizem esse papel.

Os resultados corroboram as descobertas de Rich e Vivas sobre as barreiras estruturais que mulheres mães enfrentam na academia. A ausência de creches universitárias, a falta de espaços destinados à amamentação e a rigidez dos horários acadêmicos refletem as dificuldades apontadas por Knibiehler em relação à falta de suporte institucional e às desigualdades de gênero.

Os resultados deste estudo contribuem para a teoria na área de estudos de gênero e educação, destacando a necessidade de políticas públicas e institucionais que promovam a igualdade de oportunidades para as mulheres mães. Na prática, as medidas sugeridas pelas participantes, como a criação de creches universitárias, a flexibilização de horários, a instalação de espaços adequados para amamentação e banheiros familiares, bem como a implementação de programas de sensibilização sobre igualdade de gênero, são passos fundamentais para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo e equitativo.

Conclusões

Após a análise e discussão dos resultados, as conclusões deste estudo evidenciam que, apesar de avanços nas questões de gênero, as mulheres mães ainda enfrentam desafios significativos no ambiente acadêmico, especialmente na conciliação das responsabilidades familiares com as exigências acadêmicas.

A pesquisa revelou que a Universidade falha em proporcionar o suporte necessário para essas mulheres mães, perpetuando as desigualdades de gênero. Em relação aos objetivos propostos, o estudo confirmou que as políticas institucionais existentes não atendem adequadamente às necessidades das mulheres mães. A falta de apoio adequado, como creches universitárias e espaços apropriados para a amamentação, contribui para a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, dificultando o avanço acadêmico e profissional dessas mulheres. Tal cenário pode levar ao abandono dos estudos ou ao comprometimento de suas trajetórias acadêmicas, refletindo uma clara desigualdade de oportunidades.

Além disso, destacou-se a urgência de reformas estruturais nas universidades, com a implementação de políticas inclusivas que promo-

vam igualdade de acesso e permanência, focadas nas necessidades específicas das mulheres mães. A criação de um ambiente acadêmico mais acolhedor e acessível é essencial para garantir que a maternidade não seja um obstáculo para a continuidade e sucesso acadêmico.

Essas reformas devem reconhecer a interseccionalidade, considerando que fatores como raça e classe social agravam ainda mais as dificuldades enfrentadas pelas mulheres mães. O estudo contribui teoricamente ao ampliar a compreensão sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres mães na academia, apoiando-se nas teorias de Rich (1976) aponta as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres mães na academia, enquanto Vivas (2017) destaca as desigualdades de gênero presentes nas instituições acadêmicas.

Praticamente, a pesquisa oferece subsídios para a criação de políticas mais justas e eficazes, que não apenas reconheçam as dificuldades das mulheres mães, mas também incentivem a inclusão e a equidade no ambiente universitário. A sensibilização da comunidade acadêmica sobre a necessidade urgente de apoio institucional é um passo fundamental para promover um espaço de maior empatia e inclusão para as mulheres mães nas universidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. **Estabelece o regime de exercícios domiciliares para estudantes em estado de gravidez**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 1969.

KNIBIEHLER, Yvonne. ***La revolución materna***. Barcelona: Icaria, 2009. [Tradução feita por Alexandra Santos do Valle e Laiany Rose Souza Santos]

LIANDRO, Marta. ***Desigualdade racial e maternidade: experiências de mulheres negras na universidade***. São Paulo: Editora Letramento, 2019. [Tradução feita por Alexandra Santos do Valle e Laiany Rose Souza Santos]

RAUPP, Maria. ***Políticas públicas de assistência às mães universitárias*.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

RICH, Adrienne. ***Nacemos de mujer: la maternidad como experiencia e institución***. Madrid: Cátedra, 1976. [Tradução feita por Alexandra Santos do Valle e Laiany Rose Souza Santos]

SANTANA DA SILVA, Marília. ***Os desafios da maternidade na vida acadêmica: um estudo de caso na UFS***. Aracaju: Editora Sergipana, 2018.

SANTOS, Ana. ***Saúde mental de mães universitárias: um estudo sobre os impactos da dupla jornada***. Recife: Editora Pernambucana, 2018.

SILVA, Ana. ***A saúde mental das mulheres mães na academia***. Salvador: EDUFBA, 2018.

VIVAS, Esther. ***Mamá desobediente: una mirada feminista a la maternidad***. Barcelona: Capitán Swing, 2017. [Tradução feita por Alexandra Santos do Valle e Laiany Rose Souza Santos]

CAPÍTULO 3

A EVOLUÇÃO DE NÚCLEOS ESPORTIVOS DE EMPODERAMENTO FEMININO EM PROJETO SOCIAL NA CAPITAL CEARENSE

THE EVOLUTION OF SPORTS CENTERS FOR FEMALE EMPOWERMENT IN A SOCIAL PROJECT IN THE CAPITAL OF CEARÁ

Ediney Linhares da Silva
Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza – Ceará
ORCID https://orcid.org/0000-0001-7976-3016
edineylinhares@gmail.com

RESUMO

O estudo infere a experiência do autor sobre o incentivo da inserção de mulheres no esporte através de seu engajamento em atividades esportivas no projeto social Atleta Cidadão, em andamento na capital cearense desde 2014. O objetivo despertado neste relato é de apresentar a integração feminina ao esporte a partir de núcleos de empoderamento feminino presentes na referida iniciativa socioesportiva. De abordagem qualitativa o recorte está embasado nas observações simples e participante do pesquisador, e tal acompanhamento delimita-se no período entre outubro de 2022 e dezembro de 2024, com registros em diário de campo. Pelo teor da pesquisa, dispensou-se apreciação de comitê de ética em pesquisa, sendo, no entanto, respeitados princípios éticos, tendo o autor, compromisso com a fidedignidade dos dados. Considera-se, após reflexões promovidas neste aporte, a necessidade de continuidade em ações sociais e do poder público, que possam contribuir com a visibilidade do público feminino no esporte, incentivando maior participação social da comunidade nos espaços esportivos e de lazer, o que tem potencial real de transformação significativa na rotina das participantes. Indica-se, por fim, que haja novos estudos e pesquisas nes-

te cenário, para que se possa acompanhar todo o desenvolvimento proveniente desta interação.
Palavras-chave: Projeto Social; Esporte; Empoderamento Feminino.

ABSTRACT
The study draws on the author's experience of encouraging women to take part in sport through their involvement in sporting activities in the Atleta Cidadão social project, which has been running in the capital of Ceará since 2014. The aim of this report is to present the integration of women into sport based on the female empowerment nuclei present in this socio-sporting initiative. The qualitative approach is based on the researcher's simple and participant observations, and this monitoring is limited to the period between October 2022 and December 2024, with records in a field diary. Due to the content of the research, the research ethics committee was not required, but ethical principles were respected and the author is committed to the reliability of the data. After reflecting on the findings of this study, we believe that there is a need for continuity in social and government actions that can contribute to the visibility of women in sport, encouraging greater social participation by the community in sports and leisure spaces, which has real potential for significant transformation in the participants' routines. Finally, it is recommended that further studies and research be carried out in this scenario, so that all the development resulting from this interaction can be monitored.
Keywords: Social Project; Sport; Female Empowerment.

1. Introdução

O esporte, mais especificamente o futebol, é histórica e majoritariamente representado pela figura masculina (Cruz *et al.*, 2022), e tem passado por significativas transformações a partir da inserção e protagonismo femininos nesta seara. Apesar disso, as desigualdades de gênero perduram e promovem uma série de manifestações contrárias à igualdade de direitos entre mulheres e homens (Goellner, 2021), mesmo que estes direitos estejam assegurados em diversos dispositivos legais.

Em cenários de acentuada vulnerabilidade social, a ação de projetos sociais que utilizam o esporte como ferramenta de empode-

ramento feminino e promoção de mudanças reais na vida de meninas e mulheres tem resultado em impactos positivos para a sociedade (Anjos *et al.*, 2018), como o afastamento da criminalidade, da prostituição, do uso e abuso de álcool e outras substâncias psicoativas etc.

Partindo dessa descrição, busca-se neste estudo apresentar a integração feminina ao esporte a partir de núcleos de empoderamento feminino presentes no Projeto Atleta Cidadão (PAC), iniciativa social em vigência na cidade de Fortaleza/CE desde 2014.

Como parte das justificativas da pesquisa, tem-se que o recorte escolhido para esta reflexão surge em outubro de 2022, quando da implementação de núcleos esportivos voltados à participação feminina nas comunidades beneficiadas pelo PAC. Com isso, o pesquisador, também assistente social do projeto, passou a acompanhar com maior proximidade as atividades desenvolvidas nestes locais, despertando-lhe interesse nos desdobramentos da criação destes grupos.

O estudo ainda é justificado nas perspectivas de contribuição político-social e científica, ao apontar o teor deste relato como potencial agente de colaboração para planejamento, discussão e incremento de ações de políticas públicas sociais e esportivas relacionadas ao tema, e também, como subsídio a pesquisadores, profissionais e gestores com atuação voltada ao esporte, lazer, cidadania e sociedade, como um todo, para que vislumbrem a prática cotidiana destes núcleos de empoderamento feminino na capital cearense.

Para isso, conduz-se um relato com base em observações simples e participante, inferidas pelo autor-pesquisador durante visitas *in loco,* ocorridas entre outubro de 2022 e dezembro de 2024 na cidade de Fortaleza/CE, registradas em diário de campo.

De natureza qualitativa, o relato de experiência (Mussi; Flores; Almeida, 2021) dispensou apreciação de comitê de ética em pesquisa, mas assume compromisso com a fidedignidade das informações publicizadas. Em adendo, registra-se no espaço temporal citado o acompanhamento de 13 núcleos esportivos, distribuídos na capital cearense.

Acerca das observações simples e participante realizadas, pontua-se que o processo envolveu a interação do autor-pesquisador com as meninas e jovens dos núcleos de empoderamento feminino através de diálogos em rodas de conversa.

A permanência destas em campo (para a modalidade futebol) ou quadra (para a modalidade futsal) é de 60 minutos, momento em que os professores desenvolvem os fundamentos da respectiva modalidade, promovem jogos entre as alunas e diálogos sobre temas sociais. Por fim, descreve-se que, apesar de não haver faixa etária específica para participação nos treinos, a incidência de meninas entre 8 e 17 anos é prevalente.

2. Esportes e Empoderamento Feminino

Ao falarmos de esporte, de modo geral, há de se considerar que, ao abordar a integração que ele promove devemos acolher, também, todas as expressões da questão social que o permeiam (Nazareth, 2021): a vulnerabilidade social que os praticantes podem vivenciar em sua comunidade de origem, as diferentes condições de crescimento e desenvolvimento humano que são inerentes aos competidores, a perspectiva idealista de ascensão social via esporte, entre inúmeros outros determinantes sociais e do desporto.

Tais questões sociais representam o conjunto das expressões das desigualdades engendradas pelo processo de formação e desenvolvimento da classe operária e sua consequente participação política (Iamamoto, 2018), o que nos leva a observar o desafio feminino de inclusão na arena esportiva, como se pode visualizar na linha do tempo apresentada pelo quadro abaixo:

Quadro 1 – Alguns fatos de conquistas femininas no Esporte.

1900	Primeira participação de mulheres nos Jogos Olímpicos, em Paris, na França – mas ainda de forma extraoficial e em apenas duas modalidades: golfe e tênis.
1917	Fundação da Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI) pela francesa Alice Milliat.
1922	Organização dos Jogos Olímpicos Femininos em 1922 pela FEFI, reeditados em 1926, 1930 e 1934 como Jogos Femininos Mundiais.
1932	Maria Lenk foi a primeira mulher brasileira e latino-americana a participar de uma edição olímpica, em Los Angeles. Após 12 anos da primeira participação brasileira masculina nos Jogos Olímpicos de Antuérpia, em 1920.
1936	As mulheres são oficialmente incluídas como atletas olímpicas nos Jogos de Berlim e a FEFI foi dissolvida.
1948	Primeira participação de mulheres brasileiras no atletismo.

1965	Definição de regras para a participação das mulheres nos esportes, não sendo permitida às mulheres a prática do futebol, do futsal, do futebol de praia, polo, halterofilismo, beisebol e das lutas de qualquer natureza.
1979	Mulheres brasileiras conquistam o direito à prática de futebol.
1980	O judô feminino é oficializado como modalidade para competição no Brasil.
1984	Pela primeira vez as mulheres são autorizadas a participar de uma maratona nos Jogos Olímpicos de Los Angeles.
1988	A Constituição Federal Brasileira difunde os direitos civis, políticos e sociais de forma igualitária entre homens e mulheres.
1990	Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que assegura, dentre vários direitos, o acesso ao esporte e ao lazer.
1992	O judô feminino é incluído como modalidade permanente nos Jogos Olímpicos de Barcelona.
1994	O time feminino do Brasil conquista a medalha de ouro no Mundial de Basquete da Austrália.
1996	Brasil faz sua estreia Olímpica no Futebol Feminino.
2004	A seleção de futebol brasileira feminina conquista uma medalha de prata nas Olimpíadas de Atenas.
2005	Resolução do Conselho Nacional do Esporte – CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 com objetivo de instituir a Política Nacional do Esporte.
2006	Resolução do Conselho Nacional do Esporte – CNE nº 10, de 7 de março de 2006 com intuito de aprovar as Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer.
	Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, tendo como objetivo fomentar as atividades de caráter desportivo a partir de incentivos e benefícios.
2008	Maurren Maggi conquista a primeira medalha de ouro feminina individual no salto em distância, em Pequim.
2010	Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, tendo como objetivo instituir o Estatuto da Igualdade Racial.
2012	Nos Jogos Olímpicos em Londres foi a primeira vez em que as mulheres competiram em todas as modalidades – com a inclusão de competições femininas de boxe e luta.
2024	Pela primeira vez na história, a delegação brasileira para os Jogos Olímpicos foi composta majoritariamente por mulheres.

Fonte: Adaptado a partir de Luta pela Paz (2025) e Legislação sobre Esporte (2017). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/33679/legisla%C3%A7%C3%A3o_esporte.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22.jan.2025.

A partir do quadro anterior percebemos um trajeto árduo do público feminino em busca do pertencimento esportivo e do exercício pleno do esporte, independente de gênero (Altmann; Camar-

go, 2021), de modo que isto não seja um entrave para que mulheres acessem espaços desta natureza.

Assim, o esporte oferece inúmeros benefícios que perpassam o aspecto físico (Vieira *et al.*, 2024), sendo que, para as mulheres, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade, a prática esportiva pode significar, dentre outras coisas:

- o desenvolvimento da autoestima e autoconfiança: a abordagem desses processos indica aspectos contínuos e interligados de significativa importância para a saúde mental, bem-estar e sucesso em diversas áreas da vida (Novaes, 2024).
- fortalecimento da autonomia e independência: a prática esportiva encoraja a tomada de decisões, a liderança e o desenvolvimento da independência (Ghidetti, 2020). Desta forma, as mulheres aprendem a confiar em suas próprias capacidades e a se expressar com mais segurança.
- promoção da saúde física e mental: o esporte contribui para a melhoria da saúde física, prevenindo doenças como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, promove bem-estar mental, reduz o estresse, a ansiedade e a depressão (Brasil, 2022).
- desenvolvimento de habilidades sociais: o trabalho em equipe, a comunicação, o respeito às regras, a disciplina e a colaboratividade são habilidades essenciais desenvolvidas no esporte, se estendendo a outras áreas da vida, como o trabalho e os estudos (Pires; Trintin-Rodrigues, 2023).
- criação de redes de apoio: o esporte proporciona a oportunidade de conhecer outras mulheres, compartilhar experiências, construir laços de amizade e apoio mútuo, criando uma rede de suporte social que pode ser fundamental em momentos de dificuldade, sem desconsiderar também, a participação familiar nesse percurso que constitui novas relações e oportunidades de conexão social (Alves; Becker, 2021).
- ocupação de espaços públicos: a presença feminina em espaços tradicionalmente masculinos, como campos de futebol, pistas de skate e ringues de boxe, contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a ocupação igualitá-

ria do espaço público, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade (Teixeira *et al.*, 2024).

No que diz respeito aos elementos apresentados acima, nota-se que, além do esporte formal vislumbrado em espaços de desenvolvimento técnico para o aprimoramento esportivo e descoberta de talentos, há também, iniciativas de interação social que buscam a inserção feminina nesse cenário. Projetos sociais são exemplos disso, como ilustra a figura seguinte:

Figura 01 – Alguns fatores associados à prática esportiva feminina em projetos sociais.

Fonte: Próprio autor (2025).

As ações destes projetos representam um potencial instrumento de transformação social e emancipação humana (Lima *et al.*, 2022), agindo em perspectivas como o empoderamento feminino.

Silva, Dote e Ferreira (2023) mencionam que o empoderamento do ser de direito passa por um árduo processo de educação permanente dos envolvidos na realização das atividades esportivas, sendo necessária a compreensão dos profissionais sobre os impactos que seu trabalho tem sobre o cotidiano das pessoas.

Por meio disso, apreende-se que a democratização do esporte junto a meninas, adolescentes, jovens e mulheres: a) rompe com paradigmas de gênero e barreiras socioeconômicas integrando a figura feminina a cada vez mais espaços e coletivos sociais; b) cria ambientes seguros e acolhedores que instigam as mulheres a praticarem esportes, sem receio de julgamentos, assédio e/ou violência; c) promove educação cidadã ao corroborarem com o sentimento de pertença do indivíduo à realidade na qual está inserido, compreendendo seu fluxo e manifestações a partir do diálogo; d) combate estereótipos de gênero e fortalece vínculos na comunidade promovendo igualdade e inclusão social (Silva; Dote; Ferreira, 2023; Martins; Delarmelina; Souza, 2024).

Frente o exposto, nota-se a intenção de ruptura com aspectos patriarcais e de exclusão presentes no processo sócio-histórico que ainda está impregnado pela misoginia, sendo percebidos desafios como investimentos tímidos em iniciativas sociais, a violência de gênero (Silveira, 2023) no esporte etc.

Em suma, os projetos sociais que se utilizam do esporte como meio para proporcionar empoderamento feminino representam uma importante estratégia para a transformação social (Silva; Dote; Ferreira, 2023), pois impactam positivamente a sociedade e garantem com que cada vez mais mulheres tenham a oportunidade de vivenciar os benefícios transformadores do esporte, capazes de fazê-las alcançar seu máximo potencial.

3. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo: a) descritivo, tendo por objetivo a descrição dos atributos de uma determinada população ou fenômeno, podendo ser elaborados para discutir possíveis analogias entre as variáveis (Gil, 2017); b) exploratório, proporcionando uma maior proximidade com o problema, permitindo o estudo do assunto sob diferentes concepções (Gil, 2017) e c) qualitativo, visando o estudo das

crenças, opiniões e percepções, das relações e interpretações que os seres humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus conhecimentos, pensamentos e sentimentos. Com isso, propiciam a constituição de novas abordagens e criação de conceitos (Minayo, 2014).

O formato do trabalho assume a caracterização de relato de experiência (RE), baseado nas vivências do autor, que evidencia, a partir de observações simples e participante, e registros em diário de campo, o esporte como meio pelo qual se proporciona empoderamento feminino em projetos sociais, tendo como lócus de estudo o PAC, cuja atuação se volta ao território de Fortaleza/CE.

Mussi, Flores e Almeida (2021) indicam que o RE constitui uma expressão escrita das vivências capazes de produzir conhecimento das mais variadas temáticas, com isso, o período de análise escolhido para a pesquisa está situado entre outubro de 2022 e dezembro de 2024.

Por se tratar de um RE, este estudo foi dispensado de avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), o que se encontra em conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012. Apesar da dispensa, asseguramos o respeito aos princípios éticos na condução da pesquisa, preservando o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações, que foram utilizadas unicamente para a elaboração deste recorte.

4. Resultados e Discussão

A intenção de relatar esta experiência partiu da atuação do pesquisador no PAC, e em seu acompanhamento aos implantados núcleos de empoderamento feminino desde outubro de 2022. Com isso, justifica-se a escolha pelo RE ao perceber o potencial transformador para políticas públicas nas áreas de esporte e lazer na capital cearense, quiçá o país – o que se detalha a seguir nos resultados e discussão associados à pesquisa.

4.1 O A experiência do Projeto Atleta Cidadão e os Núcleos de Empoderamento Feminino

Com abrangência em todo o território fortalezense, o PAC é executado há dez anos pela Federação de Triathlon do Estado do

Ceará (Fetriece) em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer (Secel) da Prefeitura de Fortaleza/CE. A iniciativa atende crianças, adolescentes, jovens e adultos entre 8 e 29 anos de ambos os gêneros em diversas comunidades da cidade (Fetriece, 2025).

Desde outubro de 2022 o projeto se debruça sobre a oferta de horários exclusivos para o público feminino, de modo que esse estrato usufrua da prática esportiva entre os pares e possa ser incluído nos treinos e atividades oferecidas nas modalidades futebol e futsal.

A iniciativa surge para que essas meninas e mulheres, antes tímidas em sua participação, se sintam seguras e à vontade para interagir, pois, em muitas das vezes, se veem afastadas dos núcleos por: darem suporte familiar nas atividades domésticas, estudarem em horários incompatíveis com os treinos, recearem interagir em campo com o gênero oposto etc., reações que observamos em Martins, Delarmelina e Souza (2024).

Pensando nisso, fora repensada a estratégia de oferta das turmas para beneficiários do PAC, que anterior a outubro de 2022 não possuía horário específico para a demanda feminina, havendo (e permanecendo) turmas mistas para interação de meninos e meninas.

Vale destacar que a criação de horários/turmas para meninas não significa que estas não possam participar das turmas mistas, mas há a garantia de um momento para que estas pratiquem esportes com pessoas de mesma faixa etária e gênero. Sobremaneira, os 130 núcleos esportivos distribuídos nas 12 regionais de Fortaleza passaram a ter “turmas de empoderamento feminino”, como foram nomeadas pelo PAC, perfazendo um total de 13 turmas.

A fim de ilustrar esse percurso, descreve-se que o acompanhamento dos núcleos é feito por uma equipe verticalizada composta por: duas coordenações, sendo uma geral e uma pedagógica, um assistente social, 13 supervisores, quatro apoios logísticos e 130 profissionais de educação física, distribuídos em pares, contemplando um/a professor/a e um/a estagiário/a, conforme diário de campo do pesquisador.

Atualmente, os núcleos femininos atendem um total de 182 meninas entre 8 e 29 anos, distribuídas nos 13 núcleos existentes no projeto social. Nos 27 meses de vigência foram discutidos assuntos diversos com as participantes. O desenvolvimento das beneficiárias

foi enriquecido pela educação permanente e pela colaboração interprofissional, manifestados nas rodas de conversa mediadas pelo assistente social e nos depoimentos compartilhados pelos/as profissionais de Educação Física (Silva, 2023).

Ao consultar o diário de campo do autor foram encontrados alguns dos assuntos discutidos com as participantes, sendo esses: Cultura de Paz, Valorização da Presença Feminina na Sociedade, Cidadania e Responsabilidade Social, Bullying, Talentos e Aptidões Profissionais, Diversidade Humana e o Respeito às Diferenças, Ações de Autocuidado, Mulher, Discriminação Racial e Juventude, Saúde Mental e Educação, Família, Sociedade e Prevenção de IST'S, Educação e Saúde na Infância, Prevenção ao Suicídio, Direitos da Criança e do Adolescente, Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, entre outros.

Destaca-se nessa exposição que as informações dispostas acima demonstram que a definição dos objetivos para cada proposta se baseou na observação e escuta qualificada do cotidiano dos beneficiários do PAC, e não em imposições teóricas ou afinidades temáticas do assistente social facilitador dos diálogos. Essa abordagem permitiu à equipe de trabalho uma maior compreensão das relações sociais das beneficiárias, da participação, da interação entre pares e do empoderamento que essas associam a sua respectiva fase de vida, o que se evidencia em estudos de Gomes (2021).

Uma outra forma de gerar reflexões sobre a mulher no esporte foram oportunizadas na produção do documentário *Salto alto e chuteira não dizem tudo sobre mim: a fala de mulheres no esporte*, cujo acesso pode ser feito através do link na Plataforma *YouTube*, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=xxGQ6Qx1gGc&t=9s ou no site da Fetriece: https://www.fetriece.com.br/single-post/salto-alto-e-chuteira-n%C3%A3o-dizem-tudo-sobre-mim.

O material audiovisual objetivou destacar a importância da atuação feminina nos mais diversos cenários, dentre eles, o esportivo. Segundo Fetriece (2022):

> É necessário que mantenhamos cada vez mais forte o embate contramanifestações que visam inferiorizar as mulheres e as expressões do seu trabalho e vida na sociedade, pois elas ainda são o alvo mais afetado pelas

> violências deflagradas em nosso país, e no mundo. O Projeto Atleta Cidadão, através da Célula de Serviço Social, vem valorizar a atuação feminina no esporte e confirmar que suas ações estão voltadas ao respeito dos seus direitos e à difusão da cultura de paz em todos os núcleos esportivos. Não podemos deixar que a mulher seja vista como "sexo frágil", mas que seja percebida como elemento forte, resiliente e determinado em suas múltiplas capacidades.

Entre ações em rodas de conversa e promoção do diálogo num cenário amplo como redes sociais, como apresentado acima, faz-se relevante reforçar e validar a presença das mulheres em todos os âmbitos da vida comum (Santos, 2024). Crendo nisso, é de suma importância insistir em trabalhos capazes de promover, à luz da Constituição Federal (1988), a igualdade de todos perante a lei, o que inclui a prática do esporte pelas mulheres.

5. Considerações Finais

Partindo do exposto, acredita-se que a existência dos núcleos de empoderamento feminino corrobora com o pertencimento e participação social do público feminino na área esportiva, e que projetos sociais como o PAC, representam oportunidades de desenvolvimento humano e social.

A cooperação, como forma natural de interação, alcançada pelo esforço conjunto, tem o potencial de superar contradições tanto no âmbito individual quanto coletivo e instiga mulheres a superarem barreiras pessoais e sociais identificadas em expressões preconceituosas vivenciadas por estas.

Indica-se, a partir do que foi apresentado, que os estudos relacionados ao tema permaneçam sob atualização dos pesquisadores e profissionais que transitam esse universo, buscando apresentar os indícios e rumos da participação feminina no esporte, de modo a oferecer melhorias às políticas públicas de esporte e lazer em todas as esferas do poder público, a fim de que a ciência continue a cumprir seu papel investigativo-interventivo gerando avanços em suas ações para a sociedade.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, H.; CAMARGO, W. X. de. Deslocamentos políticos e de gênero no esporte. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/80215>. Acesso em: 21.jan. 2025.

ANJOS, L. A. dos *et al*. Guerreiras Project: futebol e empoderamento de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. e44154, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8shcQYnCjtZTFXmP3pbZRNg/>. Acesso em: 20.jan.2025.

ALVES, Y. C.; BECKER, A. P. S. Prática esportiva e relacionamento familiar: uma revisão da literatura. **Pensando fam.** Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 31-47, dez. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22.jan.2025.

BRASIL. **Legislação sobre esporte** [recurso eletrônico]. Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/33679/legisla%C3%A7%C3%A3o_esporte.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21.jan.2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de orientação para o aconselhamento breve sobre atividade física na Atenção Primária à Saúde do SUS** [Internet]. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/2022/consulta-publica-guia-de-oirientacao-para-o-aconselhamento-breve-sobre-atividade-fisica-na-atencao-primaria-a-saude-do-sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 21.jan.2025.

CRUZ, W. M. da *et al*. A pesquisa sobre o futebol no Brasil: análise dos grupos de pesquisa e da produção científica recente. **Movimento** (Porto Alegre), v. 28, p. e28057, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/SrGGJ5BF3ZT5gVWVKsVL3rq/?lang=pt>. Acesso em: 20.jan.2025.

FETRIECE. **Salto alto e chuteira não dizem tudo sobre mim.** Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://www.fetriece.com.br/single-post/salto-alto-e-chuteira-n%C3%A3o-dizem-tudo-sobre-mim>. Acesso em: 24.jan.2025.

FETRIECE. **A Fetriece.** Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://www.fetriece.com.br/a-fetriece>. Acesso em: 24.jan.2025.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento** (Porto Alegre), v. 27, e27001, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/110157>. Acesso em: 20.jan.2025.

GHIDETTI, F. F. Pedagogia do esporte e educação física: a convergência na busca da autonomia em relação aos significados culturais do esporte. **Movimento**, v. 26, p. e26034, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/6dNqF6fxTsCFXD6K4TBmfRN/>. Acesso em: 21.jan.2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2017.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social, "questão social" e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, R. et al. (orgs.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

LIMA, E. B. D. *et al.* Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões acerca do processo de emancipação humana. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros/MG,v. 6. n. 2, jul./dez. 2022. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362022000100303&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23.jan.2025.

LUTA pela Paz. Linha do tempo Mulheres no Esporte. 2025. Disponível em: <https://lutapelapaz.org/linha-do-tempo-mulheres-no-esporte/>. Acesso em: 21.jan.2025.

MARTINS, M. Z.; DELARMELINA, G. B.; SOUZA, L. C. de. Mapeando as margens do futebol de mulheres no Brasil: um olhar interseccional sobre as experiências e as barreiras para a prática desse esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. e20240061, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/8HQBmK9xgQvxbw8frgpNQ6k/>. Acesso em: 23.jan.2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 61–77, 2021. Dis-

ponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em: 20.jan.2025.

NAZARETH, E. F. Possíveis contribuições da fenomenologia e da etnometodologia para uma sociologia dos esportes coletivos. Civitas – **Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 1, p. 35–47, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.1.38612>. Acesso em: 20.jan.2025.

NOVAES, E. M. D. F. de. *et al.* Percepção de imagem corporal, características socioeconômicas e estilo de vida em mulheres participantes do ELSA-Brasil na Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. e00107823, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BzNnVST3yMKyF6by7xjTjSG/>. Acesso em: 21.jan.2025.

PIRES, R. B.; TRINTIN-RODRIGUES, V. Aplicabilidade do treino de habilidades sociais com adolescentes em situação de vulnerabilidade no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 96-103, jun.2023. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872023000100096&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22.jan.2025.

SANTOS, L. R. Participação Popular e Políticas para Mulheres: Uma Análise das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres. **Mediações**, v. 29, n. 1, p. e48945, jan. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/Xv4BC5qwhz3s4g3Cn6CYRyn/?lang=pt>. Acesso em: 24.jan.2025.

SILVA, E. L.; DOTE, K. C. B. ; FERREIRA, H. S. Educação Permanente e os Caminhos da Colaboração Interprofissional em Projeto Socioesportivo em Fortaleza-Ceará. **Revista Cocar** (online), v. 19, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6641/3274>. Acesso em: 23.jan.2025.

SILVEIRA, E. M. da S. A ruptura com o patriarcado em prol da luta contra todas as formas de violência contra as mulheres. **Revista de Direito Magis**, Betim, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodico.agej.com.br/index.php/revistamagis/article/view/32>. Acesso em: 24.jan.2025.

TEIXEIRA, A. do A. *et al.* Representações Sociais sobre Ser Mulher na Sociedade Contemporânea . **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.

44, p. e264821, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FH3b98kP9XpTnWn5YGPYRkn/>. Acesso em: 22.jan.2025.

VIEIRA, L. A. *et al.* Aconselhamento breve sobre atividade física no Sistema Único de Saúde: uma possibilidade para todos os profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. e20240080, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/BYgkj4NhRWPqYtNFsXz4wBL/>. Acesso em: 21.jan.2025.

CAPÍTULO 4

A EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES E O AMPARO LEGAL NA GARANTIA DA IGUALDADE EDUCACIONAL

THE EVOLUTION OF WOMEN'S RIGHT TO EDUCATION AND LEGAL SUPPORT IN GUARANTEING EDUCATIONAL EQUALITY

Silvana Grijó Gurgel Costa Rego
Universidade Federal do Amazonas
Manaus – Amazonas
https://orcid.org/0009-0001-1204-9966
silvanagurgel.adv@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa a evolução do direito à educação das mulheres no Brasil, destacando os avanços históricos e as barreiras persistentes para a efetivação da igualdade educacional. A pesquisa aborda a relação entre o amparo legal e a implementação prática das políticas públicas voltadas para mulheres, considerando os desafios enfrentados por grupos em situação de vulnerabilidade, como as encarceradas. Com base em uma abordagem interdisciplinar e revisão bibliográfica, o trabalho evidencia que, embora o Brasil tenha avançado no reconhecimento legislativo do direito à educação, ainda existem lacunas significativas na execução dessas normas. A inclusão de práticas pedagógicas que valorizem as experiências femininas é destacada como uma ferramenta essencial para promover a emancipação social e educacional, reforçando a necessidade de estratégias que articulem legislações, políticas públicas e ações práticas. Os resultados apontam para a importância de uma abordagem interseccional no planejamento educacional, a fim de combater as desigualdades históricas e ampliar o acesso à educação como instrumento de equidade e justiça social. O estudo conclui que a promoção da igualdade educacional das mulheres exige esforços contínuos e a integra-

ção de ações coordenadas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico das mulheres em todas as suas diversidades.
Palavras-chave: Direito à educação; Igualdade de gênero; Políticas públicas; Educação inclusiva; Mulheres em vulnerabilidade.

ABSTRACT

This study analyzes the evolution of women's right to education in Brazil, highlighting historical advances and persistent barriers to achieving educational equality. The research examines the relationship between legal frameworks and the practical implementation of public policies aimed at women, considering the challenges faced by vulnerable groups, such as incarcerated women. Based on an interdisciplinary approach and a literature review, the study reveals that, although Brazil has made legislative progress in recognizing the right to education, significant gaps remain in the enforcement of these norms. The inclusion of pedagogical practices that value women's experiences is emphasized as an essential tool to promote social and educational empowerment, underscoring the need for strategies that align legislation, public policies, and practical actions. The results highlight the importance of an intersectional approach in educational planning to combat historical inequalities and expand access to education as a tool for equity and social justice. The study concludes that promoting women's educational equality requires continuous efforts and the integration of coordinated actions to ensure not only access but also women's retention and academic success in all their diversities.
Keywords: Right to education; gender equality; public policies; inclusive education; vulnerable women.

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando analisamos esse direito sob a perspectiva das mulheres, a história revela uma trajetória marcada por avanços significativos e desafios persistentes. Desde a exclusão das mulheres dos espaços educacionais nas sociedades patriarcais até a conquista de legislações que buscam garan-

tir a igualdade educacional, a luta feminina por acesso ao aprendizado formal reflete a busca por emancipação e reconhecimento de seus direitos básicos. O contexto histórico e as conquistas legislativas evidenciam a relevância desse tema, especialmente em um cenário onde muitas mulheres ainda enfrentam barreiras culturais, econômicas e sociais que dificultam seu pleno desenvolvimento educacional.

A análise do amparo legal que garante a igualdade educacional para as mulheres também revela as lacunas existentes entre o que é legislado e a prática efetiva. Embora marcos como a Constituição Federal de 1988 tenham afirmado o direito à educação como universal, a realidade demonstra que grupos em condições de vulnerabilidade, como mulheres encarceradas, continuam excluídos de oportunidades educacionais. Assim, este trabalho busca compreender os avanços históricos e legais nesse campo, ao mesmo tempo que questiona as desigualdades persistentes que ainda limitam o acesso à educação para todas as mulheres.

O tema apresenta uma problemática central: como o amparo legal garante efetivamente a igualdade educacional para as mulheres no Brasil? Essa questão reflete a disparidade entre o arcabouço jurídico e a implementação prática de políticas públicas que promovam a equidade. A pesquisa também aborda os desafios enfrentados por mulheres em situações de vulnerabilidade, cujas necessidades específicas muitas vezes não são contempladas por políticas educacionais genéricas. A partir disso, questiona-se: as políticas públicas atuais são suficientes para eliminar as desigualdades de gênero na educação? Ou ainda, quais mudanças são necessárias para transformar o direito à educação em uma realidade universal e inclusiva?

A metodologia utilizada para a elaboração deste estudo baseia-se em uma análise qualitativa e descritiva, fundamentada na revisão bibliográfica de literatura acadêmica e jurídica sobre o tema. Foram utilizados textos legais, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de artigos científicos que discutem a evolução histórica do direito à educação das mulheres e o papel das leis na promoção da igualdade educacional. A pesquisa também explora relatórios de instituições que avaliam a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão de mulheres em contextos educacionais.

Adicionalmente, esta investigação adota um enfoque interdisciplinar, integrando aspectos históricos, sociais e jurídicos para compreender a relação entre as legislações existentes e a realidade enfrentada pelas mulheres no acesso à educação. A análise dessas fontes permite identificar as lacunas e os avanços, oferecendo uma visão abrangente sobre o impacto das políticas públicas no cumprimento do direito à educação para mulheres em diferentes contextos.

A hipótese deste estudo é que, embora as legislações brasileiras avancem na promoção da igualdade educacional, a implementação prática dessas normas enfrenta desafios que comprometem sua efetividade, especialmente para mulheres em condições de vulnerabilidade.

O tema é relevante por diversas razões. Primeiramente, a educação é um instrumento essencial para o empoderamento feminino, possibilitando o acesso a melhores oportunidades e a redução das desigualdades de gênero. Além disso, o direito à educação reflete diretamente o grau de desenvolvimento de uma sociedade, sendo um indicador crucial para a avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão social. Em um momento histórico de busca por equidade de gênero, analisar os avanços e os desafios no campo educacional é fundamental para promover mudanças estruturais.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender a relação entre o amparo legal e a garantia efetiva do direito à educação para as mulheres, destacando as políticas públicas que têm sido implementadas nesse sentido. Além disso, é crucial identificar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas para assegurar que todas as mulheres, independentemente de sua condição socioeconômica, possam acessar e permanecer em ambientes educacionais de qualidade. Ao explorar o papel das leis na construção de uma sociedade mais inclusiva, o trabalho busca contribuir para o debate sobre a efetividade dessas normativas no contexto brasileiro.

Os objetivos deste estudo incluem: analisar a evolução histórica do direito à educação das mulheres; investigar o papel das leis brasileiras na promoção da igualdade educacional; identificar os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas inclusivas; e propor recomendações para ampliar a efetividade dessas políticas no cumprimento do direito universal à educação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A História da Luta pelo Direito à Educação das Mulheres: Avanços e Desafios ao Longo dos Séculos

A história da luta pelo direito à educação das mulheres reflete um cenário de desigualdade profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais ao longo dos séculos. No contexto das sociedades patriarcais, a mulher era frequentemente restrita ao espaço doméstico, sendo a educação negada sob a justificativa de que suas atribuições estavam limitadas ao cuidado com o lar e a família. Tais restrições criaram barreiras significativas ao acesso feminino à instrução formal, perpetuando a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão. Esse cenário, como destacam Santos, Fortes e Saraiva (2023), demandou movimentos reivindicatórios que questionaram a invisibilidade das mulheres e os paradigmas impostos pela sociedade tradicional.

De acordo com Carla Mayara dos Santos de Jesus (2022), as mulheres enfrentaram restrições culturais, políticas e econômicas que limitaram seu acesso às instituições de ensino, sendo frequentemente relegadas à esfera doméstica. Esse processo histórico revela que, embora a educação feminina tenha ganhado importância ao longo do tempo, sua inserção foi, inicialmente, concebida como um instrumento de reforço de papéis tradicionais, voltada para a formação de esposas e mães obedientes, e não para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais.

A luta pelo direito à educação das mulheres é um marco fundamental na busca pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento pleno dos direitos humanos. Historicamente, as mulheres enfrentaram barreiras estruturais que as excluíram do acesso à educação formal, sendo restritas a papéis de cuidado e ao espaço doméstico. Entretanto, os movimentos feministas desempenharam um papel crucial ao trazer à tona as desigualdades educacionais e ao demandar transformações legislativas e sociais que permitissem o ingresso das mulheres em instituições de ensino. Este processo foi impulsionado por tratados internacionais e convenções que consolidaram o direito à educação como inalienável e essencial para o desenvolvimento humano e social (Sordi, 2021).

Conforme enfatizado por Santos de Jesus (2022), a legislação brasileira foi um marco significativo nesse processo, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esses instrumentos legais afirmaram o direito à educação como universal, mas o acesso efetivo ainda não é plenamente alcançado por todas as mulheres, especialmente aquelas em condições de vulnerabilidade, como as encarceradas. A exclusão educacional desse grupo destaca a persistência de desigualdades baseadas em gênero, classe e condições socioeconômicas, revelando a necessidade de políticas públicas específicas que assegurem a equidade no acesso à educação.

O direito à educação para as mulheres tem sido uma luta constante ao longo dos séculos, marcada por avanços significativos e desafios persistentes. Historicamente, o acesso à educação esteve condicionado por estruturas patriarcais que delimitavam os papéis femininos ao espaço doméstico, privando as mulheres do exercício de direitos básicos, incluindo o direito ao aprendizado formal. Essa segregação educacional fundamentava-se em uma visão que considerava a mulher intelectualmente inferior, uma construção que se perpetuou por meio de dispositivos legais e culturais que reforçavam sua exclusão dos espaços públicos e educacionais. Nesse cenário, a educação feminina, quando permitida, era limitada a aspectos religiosos ou a habilidades voltadas exclusivamente ao desempenho de papéis de esposa e mãe, reforçando os estereótipos de gênero (Vieira et al., 2024).

A autora também destaca que o avanço na educação das mulheres não deve se limitar a superar o assistencialismo, mas deve incluir a promoção de um ambiente educacional que permita o desenvolvimento integral e a valorização das diversidades culturais e sociais. Segundo Santos de Jesus (2022), isso é especialmente importante no contexto das mulheres privadas de liberdade, cujos direitos à educação são frequentemente negligenciados. As práticas pedagógicas devem, portanto, estar alinhadas ao reconhecimento dessas especificidades e buscar proporcionar oportunidades que permitam a emancipação social e educacional dessas mulheres.

Ao longo do tempo, a educação das mulheres deixou de ser uma concessão para se tornar uma garantia constitucional, ampara-

da por legislações nacionais e internacionais. O artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, por exemplo, assegura a igualdade de direitos entre homens e mulheres, incluindo o acesso à educação. No entanto, essa conquista não foi suficiente para eliminar as disparidades existentes. O contexto de vulnerabilidade enfrentado por muitas mulheres, agravado por fatores como violência doméstica, exclusão econômica e preconceitos sociais, reforça a necessidade de políticas públicas específicas. Iniciativas como as previstas na Lei Maria da Penha, que garantem prioridade para matrícula de filhos de mulheres vítimas de violência em instituições educacionais, são exemplos concretos de avanços na proteção e promoção do direito à educação (Sordi, 2021).

A industrialização, por exemplo, trouxe mudanças que, embora exploratórias, permitiram que mulheres tivessem acesso ao trabalho fora do ambiente doméstico, o que fomentou debates sobre a necessidade de qualificação feminina. Paralelamente, os movimentos sufragistas atuaram como catalisadores para a ampliação dos direitos das mulheres, incluindo o direito ao voto e à educação. Nesse período, observa-se que a busca pela educação estava diretamente ligada à luta por igualdade de direitos no mercado de trabalho e na vida pública, reforçando a importância de políticas que promovessem essa inclusão (Santos et al., 2023).

Nesse sentido, medidas assistenciais previstas na legislação brasileira buscam minimizar tais impactos, promovendo acesso prioritário à educação básica e outras garantias. Contudo, a efetividade dessas medidas depende de uma articulação eficiente entre os órgãos públicos e de estratégias que enfrentem as desigualdades de maneira sistemática. A integração entre políticas educacionais, sociais e de segurança pública é essencial para assegurar que mulheres em situação de vulnerabilidade possam superar as barreiras impostas pela desigualdade de gênero (Sordi, 2021).

Com o advento dos movimentos feministas, principalmente a partir do século XIX, essa realidade começou a ser questionada e progressivamente transformada. As reivindicações pela educação feminina se tornaram um marco importante dessas mobilizações, consolidando a ideia de que a igualdade educacional era fundamental para a construção de sociedades mais justas e equitativas. No Bra-

sil, iniciativas como a criação das primeiras escolas femininas em 1827 simbolizaram um passo relevante, ainda que insuficiente, em direção à inclusão. Essas mudanças, contudo, enfrentaram resistência de uma cultura patriarcal profundamente enraizada, que por muito tempo continuou a limitar o acesso das mulheres à educação e a outras esferas da vida pública (Vieira et al., 2024).

Portanto, a luta pelo direito à educação das mulheres é um processo dinâmico e contínuo que reflete tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na busca por igualdade de oportunidades. A garantia do acesso irrestrito à educação é fundamental para a consolidação de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual homens e mulheres possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades. Essa perspectiva é reafirmada pelos estudos de Santos, Fortes e Saraiva (2023), que evidenciam a relevância de políticas inclusivas que considerem as especificidades de gênero e promovam a proteção dos direitos das mulheres em diferentes contextos históricos e sociais.

2.2. O Papel das Leis na Promoção da Igualdade Educacional: Análise das Políticas Públicas e Normas Jurídicas

A promoção da igualdade educacional por meio das leis e políticas públicas reflete o compromisso de Estados democráticos em mitigar as desigualdades históricas que perpetuaram a exclusão de determinados grupos do acesso à educação. As normas jurídicas desempenham um papel central nesse processo, estabelecendo os alicerces para a inclusão, a equidade e o direito à educação como um direito humano fundamental. No Brasil, marcos como a Constituição Federal de 1988 destacam a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando a redução das desigualdades sociais e regionais. Conforme Santos, Fortes e Saraiva (2023), a aplicação efetiva das normas jurídicas é essencial para garantir que esses objetivos sejam alcançados de maneira justa e equitativa.

Conforme Agência Gov (2024), a implementação da Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, representa um marco significativo para a promoção da igualdade educacional no Brasil. Ao determinar a inclusão de conteúdos que destacam as lutas e contribuições

das mulheres nos currículos escolares, a legislação busca não apenas corrigir lacunas históricas na educação, mas também promover uma reflexão crítica sobre os desafios relacionados à desigualdade de gênero. Assim, as políticas públicas tornam-se instrumentos essenciais na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

De acordo com Santos de Jesus (2022), a Constituição Federal de 1988 representou um marco jurídico ao consolidar a educação como direito de todos e dever do Estado, abrangendo desde a infância até os níveis mais avançados de ensino. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçou esses princípios ao estabelecer que a educação infantil deveria integrar os sistemas de ensino, garantindo que as creches e pré-escolas oferecessem não apenas cuidados, mas também uma base educacional sólida.

De acordo com informações extraídas da Agência Gov (2024), a instituição da Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, como parte da legislação educacional, reforça o papel das leis na promoção de práticas pedagógicas voltadas à igualdade de gênero. Essa iniciativa demonstra a importância de normativas que articulem a valorização da diversidade e a formação de cidadãos conscientes sobre os direitos humanos. Ao trazer as questões de gênero para o ambiente escolar, a lei possibilita o fortalecimento de uma cultura educacional que privilegia a igualdade e o respeito às diferenças.

A educação, reconhecida como um direito fundamental e um dos pilares do desenvolvimento humano, necessita de regulamentações eficazes que assegurem acesso, permanência e qualidade. No Brasil, marcos legais como a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientando a criação de políticas que ampliem oportunidades educacionais para populações historicamente marginalizadas, como mulheres, crianças e minorias sociais (Sordi, 2021).

Através de iniciativas como os Planos Nacionais de Educação, metas foram estabelecidas para ampliar a oferta de vagas e assegurar a qualidade do ensino, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade. No entanto, Santos de Jesus (2022) ressalta que, na prática, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos, como a carência de recursos e a falta de fiscalização adequada para garantir sua aplicação efetiva.

As normas jurídicas, ao formalizarem direitos fundamentais, desempenham um papel central na garantia de acesso igualitário à educação, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como as mulheres e populações em situação de vulnerabilidade. No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo ao reconhecer formalmente a igualdade de gênero e estabelecer a educação como um direito de todos, criando o ambiente necessário para o desenvolvimento de políticas que assegurem a equidade no acesso e na permanência nos sistemas de ensino (Vieira et al., 2024).

Na visão de Agência Gov (2024), os programas governamentais complementam a atuação das leis no combate às desigualdades educacionais. O Programa Mulheres Mil, por exemplo, exemplifica como políticas públicas podem ser ferramentas efetivas para transformar a realidade de grupos historicamente marginalizados, garantindo acesso à educação e à capacitação profissional. Esses esforços ilustram a relevância de combinar normativas legais com ações práticas para alcançar mudanças estruturais no campo educacional.

A implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade educacional demanda articulação entre as esferas governamentais e sociais. A Lei Maria da Penha, por exemplo, ao tratar de medidas assistenciais para mulheres em situação de violência, inclui dispositivos que garantem a matrícula prioritária de seus filhos em instituições educacionais próximas ao domicílio. Essa medida não apenas assegura o acesso à educação para crianças em situações de vulnerabilidade, mas também promove a inclusão social e o empoderamento feminino. Tais iniciativas refletem a importância de integrar políticas de combate à violência com ações que garantam direitos educacionais, reforçando a interdependência entre justiça social e educação (Sordi, 2021).

Ao longo da história, políticas públicas foram criadas para enfrentar desigualdades estruturais na educação, sobretudo no que tange às questões de gênero, raça e classe social. Programas como cotas para estudantes de escolas públicas e políticas afirmativas para minorias raciais são exemplos de ações que visam corrigir desequilíbrios históricos. A legislação educacional busca atender aos princípios constitucionais de igualdade e isonomia, promovendo condi-

ções para que grupos marginalizados tenham acesso a oportunidades iguais. Esses mecanismos, conforme argumentam Santos et al. (2023), não apenas reconhecem a desigualdade, mas também buscam combatê-la ativamente por meio de ferramentas jurídicas.

Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher são exemplos de normativas que influenciam legislações locais, assegurando que a igualdade de gênero seja uma prioridade nas políticas públicas. No Brasil, legislações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fortalecem o compromisso do Estado com a educação de qualidade e inclusiva para todas as crianças, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade (Sordi, 2021).

Iniciativas como a ampliação da oferta de vagas, programas de inclusão educacional e a criação de cotas para grupos sub-representados demonstram o compromisso do Estado em reduzir desigualdades. No entanto, a efetividade dessas políticas depende da articulação com dispositivos legais que as sustentem e lhes confiram força normativa. No Brasil, legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e programas como o Plano Nacional de Educação (PNE) refletem o esforço em universalizar a educação e promover condições igualitárias, ainda que enfrentem desafios relacionados à implementação e à desigualdade regional (Vieira et al., 2024).

Entretanto, desafios significativos persistem, especialmente no que diz respeito à efetivação dessas políticas públicas. Muitas vezes, barreiras econômicas, sociais e culturais dificultam o pleno alcance dos objetivos propostos. A implementação de programas educacionais inclusivos requer investimentos substanciais e a articulação de diversos atores sociais, incluindo a participação ativa da sociedade civil e a fiscalização por órgãos competentes. A análise das normas jurídicas e das políticas públicas evidencia que, embora avanços tenham sido alcançados, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que os direitos educacionais sejam plenamente respeitados e acessíveis a todos (Santos et al., 2023).

Apesar dos avanços, o papel das leis na promoção da igualdade educacional ainda encontra obstáculos significativos. Barreiras

culturais, discriminação de gênero e desigualdades socioeconômicas dificultam a materialização plena das garantias previstas no ordenamento jurídico. Além disso, a efetividade das normas depende de sua tradução em práticas concretas, o que exige vontade política, recursos financeiros e mecanismos de monitoramento e avaliação. Em contextos de crise econômica ou instabilidade política, frequentemente os investimentos em educação e as políticas afirmativas tornam-se alvo de retrocessos, revelando a necessidade de um constante esforço social para proteger e expandir os direitos conquistados (Vieira et al., 2024).

Portanto, as leis e políticas públicas têm papel crucial na promoção da igualdade educacional, mas sua efetividade depende de uma abordagem integrada que inclua a criação de legislações robustas, a aplicação consistente e a fiscalização contínua. A experiência brasileira mostra que, apesar das adversidades, é possível avançar na construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo, desde que haja vontade política e comprometimento das instituições. Como destacam Santos, Fortes e Saraiva (2023), é fundamental que a legislação continue evoluindo para se adaptar às necessidades de uma sociedade em constante transformação, assegurando que o direito à educação seja uma realidade para todos.

2.3. Abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas

As abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas emergem como ferramentas cruciais para compreender e desconstruir as dinâmicas de opressão e desigualdade historicamente impostas às mulheres. A história das mulheres foi frequentemente narrada a partir de perspectivas masculinas, relegando-as ao silêncio e invisibilidade. Assim, ao priorizar as vivências femininas como fonte de análise, é possível não apenas resgatar suas histórias, mas também identificar as estruturas de poder que condicionaram e ainda condicionam suas vidas. Sob essa ótica, reconhecer as perspectivas femininas permite questionar os padrões estabelecidos e propor mudanças estruturais, especialmente em contextos que envolvem direitos, igualdade e representatividade (Vieira et al., 2024).

A Lei nº 14.986/2024 estabelece a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos pedagógicos que abordem as experiências e perspectivas femininas nos currículos dos ensinos fundamental e médio. A medida busca ressaltar as contribuições das mulheres em áreas como história, ciência, artes e cultura, promovendo uma educação mais representativa e inclusiva. Essa abordagem educacional tem como objetivo estimular a valorização do protagonismo feminino ao longo da história e ampliar a visão crítica dos alunos em relação às desigualdades de gênero.

Ao longo da história, as mulheres enfrentaram barreiras estruturais que as excluíam de espaços públicos, como escolas e universidades. Contudo, as experiências vividas por elas evidenciam que a exclusão de seu protagonismo está intrinsecamente ligada à construção social de desigualdades de gênero. As vivências femininas, portanto, tornam-se fontes essenciais para a formulação de políticas públicas e narrativas que promovam a inclusão e igualdade (Sordi, 2021).

A Lei nº 14.986/2024 instituiu também a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, a ser celebrada anualmente na segunda semana de março nas escolas de educação básica. Essa iniciativa pretende promover a conscientização sobre o papel fundamental das mulheres na sociedade brasileira, incentivando o reconhecimento de suas conquistas em diferentes campos. Além disso, a inclusão dessa temática nas práticas pedagógicas contribui para fomentar debates sobre os direitos das mulheres e a luta por igualdade de gênero.

Essas abordagens se destacam pela valorização do lugar de fala e da subjetividade das mulheres, evidenciando como as suas experiências individuais estão intrinsecamente conectadas a sistemas sociais e culturais mais amplos. Por meio de análises que consideram questões de gênero, raça, classe e sexualidade, essas perspectivas revelam que a vivência da opressão não é homogênea, mas moldada por interseccionalidades. Tal entendimento é essencial para a formulação de políticas públicas e estratégias jurídicas mais inclusivas e eficazes, que reconheçam as diferenças entre as mulheres e respondam às suas necessidades específicas (Vieira et al., 2024).

Na visão da reportagem extraída de Agência Gov (2024), políticas públicas como o Programa Mulheres Mil, promovidas pelo Mi-

nistério da Educação, reforçam os esforços para garantir igualdade de gênero no âmbito educacional. O programa, direcionado a mulheres em situação de vulnerabilidade, oferece acesso à educação e capacitação profissional, visando à inclusão social e à autonomia econômica. Essas iniciativas refletem o compromisso governamental com a redução das desigualdades e o fortalecimento do protagonismo feminino em diversos contextos sociais.

O reconhecimento da relevância dessas perspectivas tem sido incorporado gradativamente em marcos legais e políticas públicas que buscam corrigir as disparidades educacionais. A Lei Maria da Penha, por exemplo, não apenas combate a violência doméstica, mas também reconhece a importância da autonomia feminina ao garantir direitos como o acesso à educação para os filhos de mulheres vítimas de violência. Essa intersecção entre gênero, educação e violência ressalta a necessidade de que as políticas públicas considerem as condições reais de vida das mulheres, adaptando-se às suas demandas específicas. O protagonismo feminino nas políticas educacionais é um passo essencial para que a igualdade de direitos seja de fato alcançada (Sordi, 2021).

As recentes medidas adotadas pelo governo brasileiro, como enfatizado pela Agência Gov (2024), demonstram um avanço significativo na promoção de abordagens educacionais que valorizem as experiências e perspectivas femininas. Essas ações não apenas ampliam a representatividade das mulheres nos currículos escolares, mas também contribuem para a formação de uma sociedade mais igualitária, fundamentada no reconhecimento da diversidade e na valorização do papel feminino em todos os âmbitos.

Portanto, valorizar as experiências e perspectivas femininas significa não apenas dar voz às mulheres, mas também repensar sistemas e estruturas que perpetuam desigualdades. Esse processo envolve o reconhecimento de que essas vozes são fontes legítimas de conhecimento e transformação, capazes de inspirar mudanças em várias áreas, como políticas públicas, educação e direitos humanos. Ao colocar as mulheres no centro das discussões e decisões, amplia-se o alcance das iniciativas voltadas para a igualdade, promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa (Vieira et al., 2024).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos demonstra que o direito à educação das mulheres, embora formalmente garantido por legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ainda enfrenta barreiras significativas para sua plena implementação. De acordo com Santos, Fortes e Saraiva (2023), essas dificuldades estão relacionadas, sobretudo, às desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira, onde fatores de gênero, raça e classe social frequentemente interseccionam para reforçar a exclusão educacional. Essa realidade evidencia que, apesar dos avanços legislativos, a prática ainda não alcança os objetivos pretendidos pelas normativas.

Um ponto positivo observado é o progresso histórico no reconhecimento dos direitos das mulheres à educação, resultado de esforços legislativos e de movimentos sociais. Vieira et al. (2024) destacam que medidas como a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos pedagógicos sobre a história e as contribuições das mulheres em currículos escolares representam um avanço significativo para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Além disso, iniciativas como o Programa Mulheres Mil exemplificam como políticas públicas podem contribuir para a capacitação e inclusão social de mulheres em situação de vulnerabilidade.

No entanto, Santos de Jesus (2022) aponta que a implementação dessas políticas ainda é marcada por desigualdades regionais e pela falta de recursos financeiros e humanos para assegurar sua eficácia. Essa disparidade é especialmente evidente no contexto das mulheres encarceradas, um grupo frequentemente negligenciado em políticas educacionais. As dificuldades enfrentadas por essas mulheres reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que considerem suas especificidades e promovam sua emancipação social.

A sinergia entre teoria e prática é um dos desafios mais relevantes destacados pelos autores. Embora a legislação estabeleça diretrizes claras para a promoção da igualdade educacional, sua aplicação prática depende de uma articulação efetiva entre os diversos setores governamentais e sociais. Sordi (2021) enfatiza que a integração entre políticas públicas educacionais e sociais é essencial

para superar as barreiras impostas pela desigualdade de gênero, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A falta dessa articulação é um ponto negativo que compromete os avanços conquistados no campo legislativo.

Outro aspecto crítico levantado por Agência Gov (2024) é a necessidade de revisão e atualização das políticas públicas para torná-las mais adaptadas às demandas atuais. A inclusão de mulheres em contextos educacionais deve ir além do assistencialismo e buscar promover o desenvolvimento integral, valorizando a diversidade cultural e social. Nesse sentido, a criação de programas que integram educação, trabalho e empoderamento feminino pode ser vista como uma melhoria essencial para fortalecer a efetividade das políticas públicas existentes.

Do ponto de vista da relevância, o estudo evidencia que a educação é um instrumento transformador na luta pela igualdade de gênero. A legislação brasileira avançou ao garantir o direito à educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento humano, mas a efetividade desses marcos depende de práticas concretas que enfrentem as desigualdades de maneira sistemática. Vieira et al. (2024) sugerem que as experiências femininas podem ser integradas às políticas educacionais para fomentar o protagonismo das mulheres em todos os âmbitos sociais, o que representa uma perspectiva enriquecedora para o campo educacional.

Portanto, este estudo destaca que a prática ainda está distante de acompanhar as diretrizes teóricas estabelecidas pelas legislações e tratados internacionais. A integração entre as normas jurídicas e sua aplicação no cotidiano educacional é crucial para superar as desigualdades históricas. Políticas públicas mais inclusivas, com monitoramento e avaliação contínuos, são fundamentais para garantir que o direito à educação seja não apenas uma conquista teórica, mas uma realidade acessível a todas as mulheres.

4. CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que, embora o Brasil tenha avançado significativamente na promoção do direito à educação das mulheres, persistem desafios que comprome-

tem a efetividade dessas garantias legais. Os resultados obtidos indicam que o arcabouço jurídico, representado por marcos como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, oferece um alicerce robusto para a inclusão educacional feminina. No entanto, as desigualdades estruturais, regionais e de gênero ainda impõem barreiras significativas ao acesso, permanência e aproveitamento educacional, especialmente para mulheres em condições de vulnerabilidade, como aquelas encarceradas ou pertencentes a contextos socioeconômicos precarizados.

A interpretação desses resultados revela que, embora as políticas públicas tenham promovido avanços na conscientização e no desenvolvimento de iniciativas inclusivas, a implementação prática dessas medidas carece de articulação mais eficiente entre diferentes esferas governamentais e sociais. Essa lacuna entre teoria e prática evidencia que o pleno alcance da igualdade educacional requer não apenas a existência de normas jurídicas, mas também a criação de estratégias operacionais efetivas que considerem as particularidades e necessidades dos diferentes grupos de mulheres. A relevância desse estudo está justamente em destacar a importância de integrar as dimensões legislativa e prática, fomentando políticas públicas que transcendam o assistencialismo e promovam o desenvolvimento integral das mulheres em todas as suas diversidades.

As implicações dos resultados apontam para a necessidade de repensar as políticas educacionais sob uma perspectiva interseccional, que leve em consideração os diferentes fatores que condicionam o acesso das mulheres à educação. Iniciativas como a inclusão de conteúdos pedagógicos que valorizam as contribuições femininas e programas de capacitação voltados a mulheres em situação de vulnerabilidade têm potencial para transformar a realidade educacional brasileira, mas exigem maior monitoramento, financiamento e integração com outras políticas sociais. Além disso, os achados deste estudo reforçam a relevância de práticas pedagógicas que reconheçam as experiências femininas como fonte legítima de conhecimento e como ferramenta para desconstruir desigualdades historicamente impostas.

Do ponto de vista prático, os resultados destacam a importância de implementar programas que alinhem educação e emanci-

pação social, ampliando o protagonismo das mulheres em diferentes contextos. A inclusão de mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, está intrinsecamente ligada à sua qualificação educacional, o que reforça a necessidade de políticas públicas que integrem essas dimensões. Além disso, as descobertas deste estudo têm aplicações diretas no planejamento de políticas educacionais mais inclusivas, que garantam não apenas o acesso formal à educação, mas também a criação de ambientes que favoreçam a permanência e o sucesso acadêmico das mulheres.

Por fim, os resultados obtidos reforçam a necessidade de uma abordagem contínua e dinâmica no campo da educação, na qual legislações, práticas pedagógicas e políticas públicas sejam constantemente revisitadas e aprimoradas para atender às demandas de uma sociedade em transformação. Este estudo contribui para o entendimento de que a educação é não apenas um direito humano fundamental, mas também uma ferramenta indispensável para promover a equidade de gênero e a justiça social. Nesse sentido, a aplicação dos achados pode auxiliar na formulação de estratégias mais eficazes para enfrentar as desigualdades educacionais, assegurando que todas as mulheres, independentemente de suas condições sociais, culturais ou econômicas, possam exercer plenamente o direito à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA GOV. Lei inclui lutas das mulheres no currículo do ensino fundamental e médio. 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/governo-inclui-lutas-das-mulheres-no-curriculo-do-ensino-fundamental-e-medio. Acesso em: 23 jan. 2025.

SANTOS DE JESUS, Carla Mayara dos. *Direito à educação e atendimento a crianças de 0 a 3 anos, filhas de mulheres presas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2022.

SANTOS, Alice Dayane Ferreira dos; Fortes, Vitória Maria Nunes; Saraiva, Rodrigo Araújo. Evolução histórica dos direitos trabalhistas das mulheres e os desafios persistentes no trabalho da gestante e lactante. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 5, maio 2023.

SORDI, Giovanna. *A efetividade da medida assistencial prevista no artigo 9º, §7, da Lei Maria da Penha, para garantir o direito à educação das crianças e dos adolescentes na cidade de Porto Alegre.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

VIEIRA, Nathascha Pereira; Almeida, Vitória Medeiros de; Oliveira, Talyne Figueiredo de; Castanho, Rafaela Peres. *Estupro marital: uma análise sobre a evolução dos direitos das mulheres e do tipo penal de estupro*. Revista Esperança Garcia, 2024.

CAPÍTULO 5

A MULHER COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DO PODER DO EMPODERAMENTO

THE DISABLED WOMAN THROUGH THE POWER OF EMPOWERMENT

Andreia Araujo Marcolino
Especialização em Psicomotricidade Institucional e Clínica
Faculdade Três Marias
Campos dos Goytacazes/RJ
andreiaaraujomarcolino@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta uma abordagem baseada na minha história de vida, traçando um paralelo com a trajetória de mulheres com ou sem deficiência, que, por meio do empoderamento, vêm resgatando seus valores interiores. Independentemente da condição física, somos seres que merecem respeito e temos um propósito de vida. Sou Andreia Marcolino, uma mulher com deficiência. Em 2011, devido à imprudência de um motorista que utilizava o celular enquanto dirigia, tornei-me uma pessoa com deficiência. Na época, estava concluindo a graduação em Pedagogia e no auge da minha carreira como bailarina. Em 2016, retornei aos palcos da minha cidade e fui aplaudida de pé, mesmo com as limitações. Após o acidente, minha vida mudou completamente, e o que me diferenciou dentro da sociedade foi o conhecimento. No ano de 2023, fui diagnosticada com trombose, o que agravou minha deficiência e prejudicou minhas duas pernas, levando-me a um afastamento do trabalho. Após um período de tratamento, em 2024, retornei às minhas atividades profissionais, mas enfrentei preconceito, o que tornou minha recuperação ainda mais desafiadora. Esse impacto prejudicou meu emocional, pois, naquele momento, permaneci em silêncio, apenas observando os olhares e julgamentos das pessoas sem empatia. Em algumas ocasiões, ao retornar ao trabalho, fui encaminhada para atuar como coordena-

dora inclusiva, mas minha condição física, utilizando duas muletas e meia de compressão, foi alvo de olhares de julgamento e resistência. Diante dessas experiências, busquei ampliar meus conhecimentos em educação, saúde e motivação, o que me ajudou a desenvolver uma metodologia de vida baseada em planejamento estratégico e foco no positivo.
Palavras-chave: Empoderamento; Deficiência; Mulher; Autoestima; Poder.

ABSTRACT

This article presents an approach based on my life story, drawing a parallel with the journey of women with and without disabilities who, through empowerment, have been reclaiming their inner values. Regardless of physical condition, we are beings who deserve respect and have a purpose in life. I am Andreia Marcolino, a woman with a disability. In 2011, due to the recklessness of a driver who was using a cell phone while driving, I became a person with a disability. At the time, I was completing my degree in Pedagogy and at the peak of my career as a dancer. In 2016, I returned to the stages of my city and was given a standing ovation, even with limitations. After the accident, my life changed completely, and what set me apart in society was knowledge. In 2023, I was diagnosed with thrombosis, which worsened my disability and affected both of my legs, leading to a period of work leave. After treatment, in 2024, I returned to my professional activities but faced prejudice, which made my recovery even more challenging. This impact affected me emotionally, as I remained silent, merely observing the looks and judgments of people lacking empathy. In some situations, when returning to work, I was assigned to act as an Inclusive Coordinator, but my physical condition, requiring the use of two crutches and compression stockings, was met with judgmental looks and resistance. Faced with these experiences, I sought to expand my knowledge in education, health, and motivation, which helped me develop a life methodology based on strategic planning and a focus on the positive.
Keyword: Empowerment; Deficiency; Woman; Self-esteem; Poder.

Introdução

A pessoa com deficiência na sociedade está vulnerável a vários tipos de violência, mas com empoderamento vem fortalecendo as mulheres. E com o impacto da não aceitação no meu trabalho e pelos julgamentos que sofri isso veio afetando o psicológico aos poucos o emocional levando a tratamento psicológico. Na verdade, a mulher com deficiência vem lutando para estar incluída na sociedade. Uma frase marcante que deu significado em minha vida e estar me priorizando foi "É a ação de tomar poder sobre/ para si "(leitura de um artigo) através dessa frase tracei a metodologia de vida através do planejamento estratégico foi focar no positivo e o negativo entregar para Deus no momento certo tudo se resolvera. E pensar que os negativos são os impulsionadores para a vitória. A doença deixa a mulher frágil e mais sensível porque atinge principalmente na questão da autoestima e de não se sentir útil para o próximo.

Naqueles dias em cima da cama com as pernas inchada imaginava que alguma sequela eu iria ficar porque além das minhas profissões eu também sou bailarina com títulos nacionais e internacionais. E naquele momento do desenvolvimento do tratamento da trombose o médico falou as consequências da sequela o que poderia ou não fazer para frente na minha vida.

A todo momento creio que vitórias vem após sofrimentos. Como eu usava uma moleta e agora estar usando duas moletas e mais a meia de compressão isso gerou um impacto na sociedade quando as pessoas me veem. Já estou acostumada com isso dos olhares "Ela é nova e desse jeito". Falas como "coitada" "Acabou para ela!" Frases como escutei "É melhor você arranjar outro atestado"! Isso doeu muito naquele momento não teve um profissional que me escutou e falou o que eu poderia fazer como profissional em escutar a me dar voz viraram as costas mesmo eu dando sinais que fui coordenadora inclusiva nesse mesmo ambiente ouvir palavras "Aqui não tem lugar para você" "Você não está em lugar nenhum". Naquele momento foi difícil digerir me segurei e retornei para casa mais uma vez Deus me ensinando através do não me dando sabedoria em saber a hora de falar. Gerou um impacto emocional, mas procurei o tratamento psicológico porque temos que tratar o emocional e o espiritual Deus providenciará.

Passando um tempo comecei a ler um artigo e nele estava escrito a frase que me levou a mais estudo e aprofundamento de conhecimento é “A AÇÃO DE TOMAR PODER SOBRE/ PARA SI”. Falava sobre o empoderamento da mulher e me identifiquei que o nós podemos mudar e dar sentido a uma nova história de vida. E eu tinha o poder de voz de empoderamento eu me redescobrir através da leitura, de outras profissões. Depois com mais leitura fiz uma leitura no segundo livro. Também leitura de story de encorajamento e incentivo do instagram @aletiiciasoares- da influenciadora Letticia Soares/ mulher de propósitos, naquele momento encima da cama com pouco dinheiro não tinha como pagar uma mentoria individual, mas através dos storys que ela colocava eu anotava os pontos mais importante e que estava preenchendo o meu vazio de uma mulher sem autoestima e passando acreditar que a promessa de Deus não falha e venho seguindo ela e vem me acrescentando na minha disciplina com Deus e metas e propósitos na minha história.

Empoderamento

A mulher com deficiência tem os mesmos direitos igualitários que as outras, sem deficiência com avanços e com muito conteúdo falando sobre os direitos de dar voz as mulheres. Ainda tem homens, mulheres e a sociedade julgando a própria mulher. Quando se falamos de mulher com deficiência as vezes são julgadas, mas fracas falas do tipo “Ela não pode!” “Ela não vai conseguir! Sem mesmo darem oportunidade do que ela pode demonstrar a sua habilidade e competência. E através dessas falas vem a violência oral que machuca e vem afetando o psicológico aos poucos o emocional levando a tratamento psicológico veio a depressão e nesse momento começa aumentar as dosagens de remédios, mas tudo é um processo e a nossa história começa quando passamos ao vencer os nossos obstáculos como físicos, emocionais, os traumas, orais etc.

De acordo Paiva (Wanderleia da Consolação, professora de psicologia do Campus Barbacena), o empoderamento feminino é a conquista da mulher de ter o domínio sobre a própria vida em vários aspectos como financeiro, emocional, social, político, de gênero, educacional, físico e outros. “É a ação de tomar sobre/para si”

No momento que você acredita que você é a diferença do ambiente que você está e começa a ouvir ruídos de habilidades que você tem e tempo lá traz você não conseguia enxergar a sua capacidade e habilidade que tem vai criando um formato diferente. Creio que a trombose veio para me dar o stop e o crescimento de dentro para fora como no livro Be HAPPY saiba como desenvolver sua capacidade e criativa e ser feliz.

De acordo com Cunha (2008, p.13):

> O ser humano tem potencial, capacidade de introspecção, de adaptação e de recursos internos extremamente poderosos. Esses recursos quase sempre são gerados quando se depara com situações difíceis ou sofrimentos angustiantes. Nessas situações é que ele demonstra a sua verdadeira coragem, proveniente da força do seu caráter.

Violência

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece uma tipologia de três grandes grupos segundo quem comete o ato violento: violência contra si mesmo (autoprovocada ou auto infligida); violência interpessoal (doméstica e comunitária); e violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias).

Tipos de violência

Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e famílias contra mulher na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial- Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV, V.

Violência física: Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.

Violência psicológica: É considerada qualquer conduta que cause danos emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

Violência Sexual: Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

Violência Patrimonial: Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos incluindo os destinos a satisfazer suas necessidades.

Violência moral: É considerada qualquer conduta que configure calunia, difamação e injuria.

PROCESSO METODOLÓGICOS DE VIDA

As etapas da vida do processo de transformação da doença se deram a partir dessa frase É A AÇÃO DE TOMAR PODER SOBRE PARA SI (leitura de um artigo) para mim a metodologia de vida que tracei um planejamento estratégico focar no positivo e o negativo entregar para Deus. Através disso comecei a gostar do assunto sobre o empoderamento e lendo livros de autoconfiança e vendo podcast e muitas orientações que fez enxergar com outros olhos. E me ver observar que a minha história poderia contribuir para o crescimento de vida para outra pessoa e principalmente as mulheres com ou sem deficiências.

1.UM PROCESSO DE CONHECIMENTO

A Trombose veio para me ensinar ser mais forte foram vários altos e baixos e continuo a me desenvolver mesmo através das minhas dificuldades. A doença me deixou uma sequela que penso que serão os alicerces para frente Deus dá uma base e nela temos que manter essa base para melhor! Eu olho para minhas pernas e vejo as cicatrizes que sou forte o bastante para o que vier com Deus na frente!

A doença me ensinou independente de sua religião devemos acreditar e ser disciplinado em sua doutrina da religião e confiar que a fé está em nós e sermos humildes em nosso coração. Através da doença conseguir ouvir os ruídos os empoderamentos que estavam dentro de mim, olhar a minha volta e ver o quanto tenho habilidades em várias áreas. Quando você entende que você deve olhar para si priorizando em você aprender dizer o não com sabedoria é um empoderar de ressignificar os seus comportamentos diante do seu mo-

delo de vida e cultura. Diante de todos esses processos positivos e de querer vencer mesmo com a doença da trombose pude publicar pesquisas de minhas autorias em três publicações consegui adquirir o título de pesquisadora.

2.FAMILIA

Agradeço a Deus por ter minha família ao meu lado na tristeza e alegria. Em alguns momentos eu observava o quanto eles estavam cansados de cuidar de mim em alguns momentos na hora do banho eu gritando de dor as vezes alguns reclamavam a você estar de brincadeira, mas era uma dor insuportável o cansaço as pernas grossas inchadas. A paciência de eu saber que estava dependente de todos até isso aprendi. O saber do limite do próximo e entender que o problema era meu. Eu que tinha que passar por tudo isso e nessas horas eu meditava e virava para canto na cama e chorava e pedia a Deus pela minha família e que não pudesse levar a ninguém ficar brigando por mim. A doença minha fez a família mudar a tradição de ir para a casa da praia para a virada de ano que era na praia e foi em casa. Quando a família começa a ter união tudo fica diferente. Conflitos irão acontecer em todas as famílias nenhuma família é perfeita e através do diálogo do amor da compreensão a empatia com o próximo o respeito de você estar em um local que não é seu e ali existe uma rotina de vida diferente da sua isso leva a pessoa refletir o respeito do espaço da casa o que eu posso ou não. Está na casa da minha querida mãe foi descobrir vários talentos e profissões que minha mãe foi, passei e venho passando momentos de grande importância a dar valor a mãe ao pai e aos irmãos e até mesmo perdoar quem sempre armou coisas contrário e falou mal de sua pessoa e você ter que conviver perto de você. A doença vem me transformando e só tenho que agradecer por cada vitória entre família e ver minha única filha se desenvolver ficar sem ir com ela no shopping por 18 meses. Ver a mudança de fase a adolescência chegar eu estar encima de uma cama e simplesmente o que podia fazer é tentar dialogar que por muitas vezes não foi fácil, mas nada melhor que o diálogo e o respeito entre as duas partes de mãe para filha e filha para mãe.

3.RELIGIÃO

De acordo Frederick Back (2023. P.24.

> Assim sendo, o sintoma religioso, desde que seja definido de forma correta, e uma questão que não pode ser ignorada por uma teoria psicológica, segundo Jung. Como as culturas são muitas variadas e neste sentido, cada cultura apresenta sua forma de lidar com o religioso de forma particular, faz se necessário um amplo estudo.

Destacando essa importância da religião que faz parte de se transformar e passar por esse processo através da religião. Todos nós temos uma religião e devemos respeitar o espaço e o momento de cada um. E nesse momento individual me deu força para acreditar e agarrei com fé e ouvindo as palavras me fortaleceram para se ter uma nova autoestima resgatando de dentro de mim frases vindas daquela pessoa que estava naquele púlpito como “Olha a mulher que voce era de andar arrumada!” que olhava para si com uma autoestima elevada cadê o sorriso. Passa pela prova com higienização de cuidar de um penteado diferente com autocuidado. E lembrar cada pessoa carrega a sua cultura de berço como eu tenho minha cultura desde o ventre da minha mãe. Então nesse processo de empoderar pude renovar e ter um outro olhar e dar mais valor o que estava a minha volta como a religião um alicerce. E o positivo para uma nova construção de uma nova história de propósitos diante da sociedade, mas colocando Deus em primeiro lugar.

4.DESCOBERTAS DO SEU PRÓPRIO CORPO

O que aconteceu comigo está sujeito a acontecer com todos, mas em alguns momentos foram várias perguntas que me eu mesmo eu me perguntei o PORQUÊ de isso estar acontecendo o meu corpo era cheio de músculo de acordo com minha dança clássica um corpo saudável aos olhos para as pessoas. Chegou o momento de parar de se perguntar e olhar para o espelho e se descobrir sobre si o que meu corpo estava falando para mim. Hoje reconheço que o meu corpo falava e fala e preciso ser ouvido todos os dias. Hoje eu edu-

co meu corpo com o sono o que devo ou não o usar alguma roupa, ter limite com o meu próprio corpo. A trombose veio para eu enxergar como existe uma máquina dentro de nós e algum momento ele precisava ser desligado da frente de todos para eu conseguir enxergar e dar mais valor à vida e aproveitar e saber em qual lugar o meu corpo em espaço em ambientes com respeito que irão me dar crescimento.

E através do empoderamento do autocuidado venho conseguindo observar cada partículas e gotículas que me ajuda a sobreviver se estamos liberando a transpiração o suor o corpo está em movimento e com isso estamos tendo músculos e nosso coração está saudável. Foram meses em cima de uma cama que o médico ao longo do tratamento me passou alguns exercícios para ganhar músculos (um simples movimento frente e calcanhar me fazia também e se tornou o meu melhor amigo nos dias atuais). A luta os obstáculos estavam comigo eu precisava correr contra o tempo e vencer ganhar músculos para sobrevier o nosso segundo coração a panturrilha precisa ter músculos foi uma luta diária até o ponto de o médico direcionar para a hidroterapia e agora são 5 meses fazendo a hidroginástica. O interessante que quando fui fazer a hidroginástica até a pessoa que fazia a matrícula veio me perguntar se era para eu fazer a hidroginástica na verdade só acreditou com papel do médico porque o caso era grave e como eu entrei e agora vinha acontecendo um grande avanço e vem sendo a partir do momento que conseguir respeitar o limite do meu corpo. O nosso corpo precisa ser ouvido e ser respeitado. O nosso corpo fala.

5.AUTOESTIMA

A minha autoestima estava baixa me olhava no espelho ao longo da recuperação e não reconhecia quem eu era me sentia pálida, sem cor sem perspectiva de vida cabelo caindo não gostava nem de pentear o cabelo na hora que lavava porque caia muito. Como se estivesse perdendo a minha coroa, não podia usar quaisquer roupas que apertavam e até hoje não posso usar. Tive que adaptar por inteira das roupas até o calçado e no começo não aceitava, mas quando comecei a ter o empoderamento de olhar para o lado positivo se são esses calçados que vou poder caminhar e estar mais interagin-

do com a sociedade e coloquei no meu coração e passei agradecer mais e reclamar menos as coisas foram se ajustando. Sei que estou no começo sei que falta a 3 parte da história a ser passada a fase dos meus projetos que coloquei para 2025) um dos primeiros e estar podendo contribuir com essa obra. Deus trabalha no impossível e quando a gente menos o espera nos surpreende. Ele nos molda!

A partir do momento que aceitei como estou uma nova mulher a autoestima foi aos poucos sendo preenchidas como uma receita de bolo colocando os ingredientes amor por mim, olhar para dentro, acreditar no impossível a rede de apoio o amor da família da mãe e de algumas pessoas falarem está evoluindo tudo ficou melhor o cabelo começou a crescer. Sentir novamente um alicate sendo manipulado porque meses sem fazer uma unha devido ao risco de uma infecção porque foram várias entradas nos hospitais. Em aceitar unhas naturais devido o tamanho pequeno para não rasgar a meia. O pegar um sol ganhando a vitamina natural do ambiente. O sorriso veio aparecer quando coloquei os obstáculos como foco para vencê-los e hoje agradeço pelos dias que estou viva e sem ansiedade vivendo um dia após o outro. A autoestima de fazer uma limpeza de pele simples em casa e me ver como eu posso e também fazer escolhas que me levam a mudança. E começar a focar em exemplos que estavam perto de mim de pessoas que dão duro na vida exemplo de casa mesmo minha irmã Andressá Marcolino uma mulher que serve de expiração para mim, linda e fitnnes que busca um corpo em qualidade de vida. Cuidou de minha pessoa no primeiro acidente estudou foi em busca dos sonhos dela participou do exército foi para aeronáutica estuda diariamente uma mulher que cuida do corpo. Isso me fez acreditar que a nossa identidade a presença precisa estar firmado para uma nova história com uma boa maquiagem leve de autocuidado e estar pronta para o novo porque não sabermos a hora do impossível acontecer.

Hoje a autoestima é um dos ingredientes mais importante em minha vida faz parte da minha história não perco um treino de hidroginástica porque isso me motiva estar dentro de uma piscina sendo a aluna mais nova e ao meu redor sendo acolhida pelas aquelas mulheres que já viveram experiencias que a cada hidroginástica liguei o alerta são relatos diários que vem me motivando de quando você fal-

ta e retorna alguns dias as outras mulheres falarem você faltou tantos dias isso é gratificante. Isso me levou a refletir a seguinte. O meu diálogo com as mulheres e o nível de entendimento e uma identidade de valor de experiencias tinha um poder de voz de trazer um significado para ela a minha presença. A doença me fez estar em lugares de crescimento. E dentro da autoestima a alimentação foi importantíssima foi um momento de estar comendo mais alimentos naturais e menos fast food fazer um despertar de uma alimentação saudável porque isso vem contribuindo com o meu crescimento terapêutico como se fosse uma cadeia do empoderamento que leva ao positivo mental + saúde+ emocional+ alimentação+ autocuidado= conquista de uma nova história.

6.SENTAR EM OUTRAS EM OUTROS AMBIENTES

Quando você começa a ter a reflexão de mundo que está na sua frente e usa a estratégia é “A ação de tomar poder sobre\ para si” você determinar em colocar em pratica a sabedoria do dizer o não se você observar mais a sua volta esses ambientes não me favoreciam exemplo você fazer uma limpeza e ter prioridades de ambientes como uma lista de prioridades na sua vida. Nesses 18 meses o lugar que mais fui foi na igreja e consulta medica e salão para fazer a sobrancelha (3 vezes). Já são 18 meses sem ir em um shopping entra a reflexão do consumismo olha o quanto eu gastava será que preciso mesmo desse objeto ou roupa. O empoderar veio e me transformou eu digo que a deficiência é algo que a todo dia eu me supero através dela eu posso eu consigo ser igual como outra mulher sem deficiência. Hoje eu consigo fazer uma lista de prioridades até mesmo dentro da minha profissão de não aceitar alguns trabalhos e valorizar o que estudei temos gastos e não devemos ser escravos das pessoas e sim o outro entender que paga o seu trabalho porque acredita no seu potencial do seu trabalho.

Foram 18 meses sem entrar em um mar e imagina uma pessoa que era autoestima de chamar a família ir para a praia entrar na água. Então hoje eu consigo ver e entender que tudo tem seu tempo e a hora foi o momento do casulo de reconectar e me empoderar internamente de uma nova mulher onde o mundo está gritando a cada

dia de novas tecnologias e de você mesmo estar se perguntando ou eu embarco nesse mundo ou fico para trás ... fiz a melhor escolha estudar mais uma Pós em Gestão de Hospital, Jornalismo, MBA em Gestão em Recursos Humanos e Ciências Políticas Públicas e andamento a Pós em Psicanálise. Essa pôs em psicanálise que vem fazendo parte dos meus avanços quero poder contribuir com outras pessoas em roda de conversas, debates acredito que tudo que passei e venho lutando nessa sociedade é para compartilhar com outras pessoas plantar e compartilhar a semente do empoderar com humildade, empatia e amor.

7.AVALIAÇÕES

De acordo com o meu desenvolvimento diário e minhas evoluções na parte terapêutica do tratamento da trombose e da parte psicológica o meu crescimento espiritual através da Sabedoria e consegui observar que devemos ser grato a sabedoria que tenho dentro de mim. E chega a um momento que você olha a sua volta e conseguimos enxergar tanta sabedoria que construímos e adquirimos ao longo de nossas vidas e não percebemos o poder que nós mulheres temos dentro de nós. Um poder gigante sem precisamos gritar e sim o poder da identidade que cada um carrega em si a sua personalidade a sabedoria que nos mesmos construímos diariamente. Hoje consigo refletir em cima da minha sabedoria e o poder do empoderamento me leva a vários caminhos de eu conseguir enxergar qual caminho e minhas formações me levam a construir uma história e poder recomeçar a cada dia e com isso vai surgindo ideias e novos projetos.

E dentro de nossa sabedoria vem o desenvolver o nosso potencial. Cada um tem o seu potencial e através do momento em que você reconhece o seu potencial como no meu caso a cada dia vejo e observo como tenho vários potenciais a serem mais desenvolvidos e potencial para viver o novo. Porque acredito que potencial está com a gente só precisa ser lapidado e saber usar na hora certa e no melhor momento. As pessoas por mais que falam sobre inclusão, mas quando estão diante de uma pessoa com deficiência já julgam sem dar voz ao que a pessoa tem habilidade e potencial para aquela função.

Tenho essa experiencia logo assim que me recuperei depois do acidente em 2011 eu tive oportunidade de trabalhar em uma multinacional da Espanha que estava instalada no Complexo portuário do Açu e chegando nessa empresa devido o meu currículo eles queriam saber que profissional era essa com tanto conhecimento, mas que tinha deficiência. A questão do julgamento o olhar da desigualdade. Isso me deu, mas força para estar nessa empresa fazia o meu trabalho e tinha um bom diálogo com todos passei por vários setores e fui contemplada e escolhida a ser responsável por um cargo novo na empresa que o consultor estava na empresa e já estava avaliando as pessoas e ninguém sabia. No decorrer disso tudo o que prevaleceu foi o meu empoderamento nas minhas habilidades e no meu potencial que estava sendo avaliado, mas o empoderamento do conhecimento de saber falar e agir na hora certa. Tive a oportunidade de treinar e desenvolver pessoas com deficiências nas suas funções e ser intérprete de libras e fazer a ponte com as pessoas sem deficiências. Foi gratificante para meu crescimento profissional hoje posso dizer que a mulher com deficiências só me fez crescer e olhando para o lado positivo conseguimos enxergar coisas novas e o potencial só precisamos estar com foco e até mesmo renunciar alguns momentos para se ter algo na frente.

Lista de prioridades de atitudes e ambientes positivos

Olhar para si e sobre si	Viagens
Amar a si próprio	Museu
Momentos a família	Conhecer ambientes referentes a sua profissão
Priorizar DEUS	teatro
TER A FE CONSTANTE até mesmo no negativo	Novas mesas de trabalhos
Empoderar através das limitações	Momentos de lazer com a filha
saúde	Igreja\religião
Respeitar o seu próprio corpo	lazer
Aceitar suas limitações e seu corpo	Congressos de fé
identidade	Diálogos e rodas de conversas com mulheres
Cada um tem sua origem e carrega uma cultura	Reservas tempo para hobbies

Recomeçar a cada dia com o positivo	Visitas regulares ao médico
Viver um dia após o outro	Trilhas
Renunciar	Piquenique
Autocuidado	Zoológico
alimentação	Parque de diversões
Deixar de ser procrastinadora	Viagens internacionais
Fazer devocional	
Começar com mini- hábitos ao invés de querer mudar tudo ao mesmo tempo	
Diminuir bebidas	
Comer mais alimentos naturais	
Praticar atividades físicas	
Cuidar da higiene intima	

Considerações finais

A minha doença me ensinou e vem me ensinando que podemos crescer através das dificuldades existe o positivo e pessoas que vem de encontro para nos fortalecer e fazer com que nos refletimos sobre a seu estado atual no momento de vida. Hoje eu consigo reconhecer que através da palavra da temática empoderar eu como uma mulher negra e pessoa com deficiência tenho minhas limitações, mas posso estar em ambientes de pessoas sem deficiências e posso crescer e contar minhas histórias de vida com amor e respeito sabendo das minhas limitações. Por mais que tenham julgamento e violência nas falas nos olhares, mas que eu tenha sabedoria de conseguir enfrentar os obstáculos e o discernimento das coisas que vim aparecer a minha frente e não aceitar qualquer coisa e sim dar valor ao meu corpo de acordo com a minha profissão. Então que eu consiga ter em mente e aprofundamento de conhecimento.” é a ação de tomar poder sobre/ para si” e que que cada vez mais a paciência a humildade esteja em mim como mulher.

Estamos vivendo em um momento de muitos avanços tecnológicos e temáticas diferente a cada dia pessoas principalmente como vários tipos de violência na sociedade, mas tenhamos conhecimentos e poder de fala e não nos calar e ter o controle emocional equilibrado, mas sabendo que somos seres humanos que choramos, mas que somos mulheres que exige respeito independente se tem deficiência ou não. Colocar Deus na frente ou sua religião ter fé que você tem na sua

cultura. E destacar a importância da rede de apoio família e saúde em primeiro lugar e poder respeitar o seu próprio corpo e a cada dia nos mulheres termos o empoderamento de valor sobre si e viver o hoje.

Hoje reconheço que através da minha doença a trombose veio para me transformar em todos os sentidos em destaque que coloquei ao longo do artigo e o principal ter um alinhamento de vida e novas estratégias encima do positivo partindo de trabalhar o emocional e respeitar o limite do meu próprio corpo e colocar como prioridade o autocuidado e lembrando as nossas escolhas que farão as grandes mudanças com foco e sabedoria com paciência e com empoderamento de voz de fala no momento certo e mostrar que as pessoas (mulher) com deficiências tem habilidades, potenciais e sempre comprometido com amor no que gostamos de fazer por mais que a mudança gere medo, mas com o poder sobre si para si atingimos o nosso objetivo e saímos da zona de conforto a partir que ativamos o nosso cérebro com prazer de estar vivo e vencer os obstáculos que vem de encontro na nossa vida.

Referências

BACK, Frederick. *Psicologia aplicada no cotidiano.* Cotia, SP: Editorial Prime, 2023.

CUNHA, Wagner. *Be happy: saiba como desenvolver sua capacidade criativa e ser feliz.* São Paulo: Madras, 2008.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. *Tipos de violência.* Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html.

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. *Dia Internacional da Mulher.* Disponível em: https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2023/03/dia-internacional-da-mulher#:~:text=O%20empoderamento%20feminino%20%C3%A9%20a,de%20psicologia%20do%20Campus%20Barbacena.

GOOGLE. *Tipos de violência.* Disponível em: https://www.google.com/search?q=tipos+de+violencia&oq=tipos+de+violencia&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyCQgAEEUYORiABDIHCAEQABiABDIHCAIQABiABDIHCAMQABiABDIHCAQQABiABDIKCAUQABjHAxiABDIHCAYQABiABDIHCAcQABiABDIHCAgQABiABDIHCAkQABiABNIBCTE0NTk2ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8.

CAPÍTULO 6

AS RAÍZES DO MACHISMO E O PAPEL DO FEMINISMO NA BUSCA POR EQUIDADE

THE ROOTS OF MACHISMO AND THE ROLE OF FEMINISM IN THE SEARCH FOR EQUITY

Dayza de Lima Santos
Universidade de Pernambuco
Garanhuns - PE
dayza.lima@upe.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar uma discussão sobre o machismo e o feminismo na sociedade, como se desenvolveram e impactaram nas estruturas sociais. A proposta é debater a atuação do feminismo como uma resposta opositora ao machismo, uma doutrina que visualiza o sexo feminino como vulnerável e inferior. O estudo é uma pesquisa analítica de cunho qualitativo e de levantamento bibliográfico. Por isso, foram utilizadas as contribuições de Arruda (2020), Miguel e Biroli (2014), Saffioti (2001), entre outros. Assim, verificou-se que a ideologia do machismo contribuiu para a desigualdade de gênero com a ideia de inferioridade e submissão das mulheres. Além disso, contatou-se que o feminino foi primordial para a desconstrução de diversas crenças e para a conquista de direitos para o gênero feminino.

Palavras-chave: Machismo; Feminismo; Sociedade.

ABSTRACT

This article aims to address a discussion about machismo and feminism in society, how they developed and how they impacted social structures. The proposal is to debate the role of feminism as an opposing response to machismo, a doctrine that views women as vulnerable and inferior. The study is an analytical research of a qualita-

tive nature and a bibliographic survey. Therefore, the contributions of Arruda (2020), Miguel and Biroli (2014), Saffioti (2001), among others, were used. Thus, it was found that the ideology of machismo contributed to gender inequality with the idea of women's inferiority and submission. In addition, it was found that the feminine was essential for the deconstruction of several beliefs and for the conquest of rights for the female gender.
Keywords: Male Chauvinism; feminism; society.

1. INTRODUÇÃO

O corpo social foi construído sobre concepções de que as mulheres são vulneráveis e inferiores aos homens, a ideologia do machismo foi implementada no passado e ainda persiste ao longo dos séculos, apesar das leis e legislações que constataram os direitos do gênero feminino. Nessa perspectiva, a doutrina do machismo impactou de forma negativa na sociedade e gerou revoluções, lutas e reivindicações para que o sexo feminino tivesse os mesmos direitos do gênero oposto.

Nesse sentido, o feminismo buscou reivindicar a justiça e a equidade para todos, sem diferença de gênero, raça ou classe social. Dessa forma, um dos propósitos é que as mulheres e as classes minoritárias sejam livres, sem as opressões, abusos e violências que persistem pela ideia de superioridade e que foi formada para visualizar o gênero feminino como subordinado.

A metodologia usada constitui-se como uma investigação analítica de cunho qualitativo e de natureza bibliográfica, de tipo exploratório e explicativo, que visa analisar a influência do machismo e do feminino na sociedade, como se desenvolveram, suas perspectivas e implicações na formação dos indivíduos de modo social e cultural.

Além disso, o estudo tem como finalidade destacar como a ideologia do machismo interferiu na maneira do âmbito social visualizar o gênero feminino, e como o feminismo se posicionou como uma resistência e atuou para que esse estereótipo fosse erradicado. Nesse panorama, foram utilizadas as contribuições de Arruda (2020), Balestero (2015), Bourdieu (2012), Maia e Cascaes (2017), Saffioti (2001), Pinto (2010), entre outros nomes, para a fundamentação teórica e desenvolvimento da análise neste trabalho.

A pesquisa surgiu para aprofundar os estudos sobre as relações de gêneros, em particular na análise do machismo e do feminismo, haja vista que essas ideologias têm sido incorporadas na sociedade ao longo dos séculos. O machismo gera violência, discriminação e opressão, enquanto o feminismo desempenha o papel de desconstrutor dessas formações opressivas e hostis. Dessa forma, o estudo tem como importância colaborar para a reflexão e conscientização acerca dos fenômenos e questões de gêneros, além de desenvolver o debate sobre os direitos das mulheres e o empoderamento feminino.

2. INTERFACES DO MACHISMO

Na sociedade atual, uma das ideologias que influenciam a violação dos direitos das mulheres é o machismo, que consiste na crença de que os homens são superiores a elas. Em função disso, se opõe aos direitos igualitários entre os sexos na coletividade. O homem seria o ser forte e íntegro, enquanto o gênero feminino seria o ser ingênuo, fraco e delicado, o que promove a exaltação do gênero masculino como sendo superior (Maia; Cascaes, 2017). Essa percepção é uma união de comportamentos hostis contra a mulher e um sistema que estabelece o que é aceitável para ambos os gêneros, além de estar enraizada nas culturas, assim como na formação dos sujeitos.

Nessa concepção, é disseminada uma formação ideológica que enfatiza uma cultura machista com a visão da mulher ser um indivíduo inferior. Por esse motivo, a sociedade androcêntrica visualiza as mulheres como um sujeito a ser subalternizado, em quem os homens podem mandar, agredir, insultar, censurar e maltratar, entre outros. A construção dessa ideologia aconteceu de forma gradativa e desenvolve-se de maneira social e individual, ela é edificada com a ideia de o homem ser superior e, caso ele aja de modo contrário, demonstre características do que é considerado feminino, será visto como pouco viril, sem masculinidade e, por conseguinte, fraco. Desse modo, Bourdieu (2012, p. 67) aborda “A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo.”

Nesse sentido, o que o homem considera como virilidade é formado em uma interação social, na qual é necessário provar para o outro que se pertence ao grupo do gênero considerado forte/dominante. Por esse motivo, cria-se um estereótipo de como o sexo masculino deve se comportar, agir e expressar-se, em que rejeita tudo que acredita como feminilidade, ao passo que estabelecem uma performance padrão de comparação através da qual também busca-se uma aprovação dos membros do mesmo gênero.

O temor ao feminino ocorre por considerar a mulher como um ser submisso e vulnerável, características opostas ao que é atribuído como masculinidade e que devem ser evitadas ao máximo por eles para não serem associados a tais traços. Além disso, a virilidade é instaurada em cada sujeito, ela repercute na cultura e comportamento de cada um, uma vez que é idealizada ao longo da vida pelas normas e expectativas da sociedade. Portanto, ela possui uma relação social e particular que influência na identidade masculina.

Na mesma linha de raciocínio, o corpo social, em conjunto com o conhecimento popular, propaga uma ideia de que os gêneros possuem diferenças biológicas, papéis a serem seguidos e condutas determinadas. Eles, teoricamente, possuem modos que devem ser seguidos por serem fixos e estipulados pela coletividade. Com isso, Balestero e Gomes (2015, p.47) dissertam:

> No senso comum, as diferenças de gênero são entendidas como biologicamente determinadas. Muito difundidos em nosso meio, os discursos de senso comum, por exemplo, “homem não chora”, “as mulheres são frágeis e sensíveis”, etc. funcionam como resposta para possíveis indagações acerca da veracidade de padrões pré-estabelecidos.

O senso comum difunde um pensamento de que as distinções entre homens e mulheres são estabelecidas de forma natural pela biologia, como se esse fato fosse premeditar as identidades, que seriam perfis com atributos natos. Essa noção estimula o machismo, dado que reafirma a crença do sexo masculino ser preeminente ao feminino por considerar que as mulheres possuem traços e qualidades inferiores aos deles. Nessa perspectiva, essa ideia do senso co-

mum desconsidera as questões culturais, sociais e históricas de cada âmbito social que influência os cidadãos e enfatiza uma percepção de que todos os seres humanos possuem a mesma personalidade, sem dispor de diversas formas de agir.

Nesse sentido, conforme Balestero e Gomes (2015) apresentam, frases como “homem não chora” ou “as mulheres são frágeis e sensíveis” abrem margem para estereótipos associados aos gêneros que reforça a desigualdade entre eles, em razão de promover uma visão tradicional e por hierarquizá-los na sociedade. Logo, é necessário refutar essas expressões para desconstruir essa concepção que é reproduzida há séculos como algo natural.

Dessa maneira, é imposto às mulheres e aos homens lugares que não condizem com os seus desejos, visto que a teoria da supremacia masculina afeta as duas classes que precisam se submeter a expectativas da sociedade; apesar do sexo feminino ser mais impactado, pois é difundido o machismo junto com essas concepções e causa a ideia de submissão da mulher. Por isso, Njaine (2014, p. 15) expõe “Enquanto as mulheres estão aprisionadas às formas de submissão, é possível dizer que os homens se encontram enclausurados nas formas de dominação.”

Desse modo, supõe-se que os homens devam ser autoritários e dominadores. Diante disso, afeta negativamente como eles veem o gênero oposto, como se ele fosse o proprietário e controlador. Esse quadro gera uma sociedade patriarcal e, em função disso, muitos crimes acontecem na sociedade (como a violência contra a mulher, feminicídios, abusos psicológicos e físicos) por essa construção ilógica, pois essa ideia é naturalizada e transmitida geração a geração ao longo da formação do social dos indivíduos.

Nesse contexto, independentemente do país, é ensinada uma hierarquização dos gêneros nas culturas e é repassada pelas instituições, conforme debate Balestero e Gomes (2015, p. 45):

> A violência de gênero está presente na cultura de todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, expressando-se em maior ou menor escala. Culturalmente se reproduz por meio de comportamentos irrefletidos, aprendidos histórica e socialmente, nas instituições como igreja, escola, família e Estado que contribuem diretamente para a opressão masculina sobre a feminina.

O que implica em um obstáculo para a sua eliminação, uma vez que se enraíza na cultura e nas perspectivas da sociedade. Desse modo, o âmbito social se insere em uma estrutura patriarcal, com espaços (como escolas, governo e meios de comunicação) que deveriam romper com crenças tradicionais, no entanto, isso não ocorre.

Nestas condições, uma maneira para a desconstrução e o combate dessa problemática é a literatura, que pode transformar e trazer a reflexão em seus textos, devido a sua capacidade de propagação de conhecimentos e questionamentos que podem proporcionar a desconstrução de conceitos que durante muito tempo permaneceram estáveis em favor do gênero masculino. Tal como Todorov (2009, p. 77) explana, “Como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos”.

3. O FEMINISMO E AS SUAS ONDAS: HISTÓRIAS E RESISTÊNCIAS

Uma forma de enfrentamento contra o machismo é o feminismo, pois ele está presente como modo de combate a essa doutrina. Surgido no século XX, embora reivindicações e representações protofeministas sejam anteriores, o feminismo e a sua militância política e social buscam erradicar as desigualdades em todas as áreas e adquirir a igualdade completa entre os gêneros para que as mulheres não sejam oprimidas e tratadas como seres inferiores.

Durante o período do Iluminismo, o discurso feminista começou a surgir como forma de reivindicação dos direitos das mulheres, devido às conquistas dos homens que não se expandiam para elas, as quais eram excluídas de qualquer obtenção de justiça adquirida. Desse modo, com a Revolução Francesa, são impulsionadas as ideias da liberdade e fraternidade, no entanto, as mulheres continuavam sendo marginalizadas e diminuídas, sem nenhuma inclusão ou vistas como alguém significativo para serem citadas. Diante disso, caracteriza-se a invisibilidade feminina e o patriarcado no contexto histórico da época. Por esses e outros motivos, inicia-se a reflexão sobre as particulares realidades do sexo feminino, que não condiziam com o requerido pelos movimentos dos indivíduos da época (Silva; Carmo; Ramos, 2021).

De acordo com Pinto (2010, p. 15):

> Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis.

Os movimentos foram contra as regras e imposições feitas pela Igreja Católica, que representava uma instância que não podia ser contrariada e, por esse motivo, erradicava qualquer um que fosse contra às normas por meio de perseguição religiosa. Por isso, muitas mulheres faleceram por terem se posicionado contra as práticas patriarcais e androcêntricas que eram realizadas pela igreja. Dessa forma, essa foi uma das várias consequências que o sexo feminino sofreu para que, na contemporaneidade, as gerações pudessem usufruir de suas conquistas.

Dessa maneira, no passado, as mulheres, com a influência da Revolução Francesa, perceberam as desigualdades no âmbito social e começaram a contestar os paradigmas sociais. Esse período ficou conhecido como a primeira onda do feminismo. Ele se iniciou com o advento das últimas décadas do século XIX na Inglaterra e foi o primeiro movimento formado por mulheres que eram brancas e majoritariamente inglesas (Pinto, 2010).

A Primeira Onda foi denominada de sufragista. Nela, as mulheres desejavam, principalmente, o direito de participar das eleições e queriam a autonomia para envolve-se na política, visto que apenas os homens tinham essa oportunidade. A conquista do voto na Inglaterra aconteceu somente em 1918, como consequências das suas “rebeldias” elas foram pressas diversas vezes e até fizeram greve de fome. Em 1913, a feminista Emily Davison se jogou na frente do cavalo do rei como forma de protesto, falecendo por isso (Pinto, 2010).

O período da Segunda Onda do feminismo começa em 1960 e se estende até 1980. Os direitos das mulheres foram obtidos de maneira significante para o corpo social, no entanto, essa igualdade apenas existia no papel, porque na realidade não se concretizava e o feminino continuava sendo rebaixado a algo sem importância.

Dessa maneira, a partir desse contexto histórico, a disseminação do feminismo globalmente emerge através dos movimentos que almejavam direitos sociais, mas são rejeitados por uma coletividade machista. Por esse motivo, a Segunda Onda se tornou relevante para o feminismo internacional. Nessa mesma época, propagam-se as concepções do que é ser mulher, da desigualdade e da dominação masculina. Em razão disso, surgem escritoras e pensadoras, como Simone de Beauvoir, uma filosofa existencialista e feminista (Silva; Carmo; Ramos, 2021).

A Terceira Onda floresceu na década de 1990 e surgiu com novos movimentos e causas além da oposição ao machismo e busca por igualdade das mulheres, com forte influência de discussões LGBT, negras, entre outras, o que também a caracterizou por sua perspectiva interseccional. Dessa forma, raça, gênero e classe social estão relacionadas de forma indissociável.

Nesse período, o discurso feminista alcançava mais membros e buscava melhorias sociais para todos que eram de alguma maneira oprimidos pela coletividade. Nesse sentido, durante essa Terceira Onda, houve vários manifestos, congressos, convenções e conferências mundiais para a valorização da mulher de forma completa e íntegra. (Silva; Carmo; Ramos, 2021).

4. O COMBATE FEMINISTA

As lutas feministas deram início a uma grande revolução na sociedade machista e patriarcal, refutando a dominação dos homens sobre as mulheres, que as consideravam inferiores e que consideravam que os seus papéis eram apenas de esposa, mãe e dona do lar. Dessa forma, Silva, Carmo e Ramos (2021, p.112) expressam:

> Na atual conjuntura, as mulheres alcançaram a liberdade de expressão do pensamento, seu direito a voto, seu engajamento na política, assumindo cargos elevados na esfera do legislativo, judiciário e executivo, trabalhando ativamente em construções, como motoristas, arquitetas entre outras, ocupando diversos cargos e funções. Outro destaque foi o direito sobre o seu próprio corpo, a sua sexualidade o direito de decidir sobre a contracepção, esterilização, abortos previstos em lei e opção sexual. Foi

> através de um longo percurso, enfrentando diversas formas de discriminações, segregação, violência, na maioria das vezes inferiorizadas por uma sociedade machista, que esse movimento conquistou força e ganhou o seu espaço ao longo dos anos.

A proposta do feminismo é promover a liberdade das mulheres com a reconstrução da sociedade para que ambos os sexos possam viver em um âmbito social marcado pela equivalência de oportunidades, direitos, respeito, autonomia e justiça, seja na espera privada ou pública. Dessa maneira, Pinto (2010) determina:

> O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (Pinto, 2010, p. 16).

O pensamento feminista visa a promoção da independência feminina em suas escolhas pessoais e que a demanda da liberdade não seja apenas nas instituições sociais. A ideia é que as mulheres não sejam limitadas por visões tradicionais e que ambos os gêneros possam desempenhar a sua função social de forma equânime.

Ademais, conforme comenta Pinto (2010), os ideais feministas querem a autonomia para a mulheres decidirem sobre o próprio corpo, como o direito ao aborto, aos métodos contraceptivos, a quantidade de filhos que desejam ou a escolha por não ter nenhum deles, a decisão de como se vestir, a forma como se comportar e agir, a exclusão de padrões estéticos, que fazem elas seguirem um estereótipo do que é considerado padrão para uma mulher, entre outros.

Essas propostas do controle do corpo também estão relacionadas ao combate à violência de gênero, visto que os problemas como abuso sexual, assédio, feminicídios e a agressão contra a mulher infringem os seus direitos, com o desrespeito de seus corpos, dignidade e moral. Por esse motivo, a luta feminista foi e é essencial na coletividade.

Em vista disso, o feminismo tenta realizar a construção de uma sociedade menos ofensiva às mulheres, sem a valorização de

um gênero sobre outro, buscando igualdade nas instituições, como escolas, universidades, trabalho, entre outros. Nesse sentido, Saffioti (2001, p. 129) afirma que “Não se pode negar que haja uma perspectiva feminista, construída ao longo das lutas de mulheres por uma sociedade menos injusta. Que haja um modelo feminista já é, no mínimo, bastante discutível.” Os conceitos tratados e defendidos por essa concepção não são homogêneos; são de caráter múltiplo e discutem diferentes contextos, que podem ser com foco na violência, nas mulheres negras, indígenas, entre outros.

Desse modo, o feminismo possui várias vertentes, pois ao longo do tempo cada geração levanta novos temas que lhes são atuais. Em razão disso, não existe uma definição única e singular para o que é feminismo e as visões debatidas, o que o torna um termo plural.

Entretanto, cada ângulo auxilia para que o feminismo percorra em todas as margens do corpo social e transforme diferentes áreas de modo evolutivo. Assim, Saffioti (2001, p. 129) afirma “Não há, portanto, um modelo feminista; há uma perspectiva feminista que se traduz por diversos modelos. Ignorar as diferentes vertentes do feminismo é grave, pois homogeiniza uma realidade bastante diferenciada.”

Na esteira do pensamento de Saffioti, Miguel e Biroli (2014, sem paginação) apontam que:

> Um pensamento, para se caracterizar como feminista, não se limita à afirmação literária da igualdade de talentos ou de valor entre mulheres e homens nem à reivindicação política da extensão dos direitos individuais a toda a espécie humana. O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública.

Dessa maneira, entende-se que um discurso, para ser feminista, não basta apenas reivindicar igualdade na sociedade, mas precisa de uma crítica mais profunda nas estruturas sociais, visto que está enraizada em sua cultura a subordinação feminina; principalmente na esfera doméstica, vinculado a ela o trabalho de cuidadora do lar e por isso não pode se envolver em nenhuma outra tarefa ou desenvolver algo a mais, como estudar, trabalhar, participar das políticas, entre outros.

Assim, elas precisam de modificações nas áreas culturais e estruturais, pois é nesses espaços que acontecem a opressão de maneira prática; dado que apenas com leis e legislações apenas alteram preceitos judiciais e possuem uma expansão limitada e restrita, não afetando as desigualdades fixas no âmbito social e nem verdadeiramente o cotidiano social das mulheres no domicílio, trabalho, nas ruas, nos lugares de lazer, entre outros.

Ao longo da história, muitas mulheres buscaram exigir seus direitos e resistiram à subordinação que lhes eram impostas. Suas lutas foram muito importantes para que hoje o sexo feminino consiga realizar tarefas que antes eram proibidas, como estudar, escolher entre se casar ou não, conseguir se formar em universidades, frequentar todos os lugares de lazer, dentre outros.

Outra ação fundamental foi a construção de delegacias próprias para os crimes contra a mulher ou serviços que envolvem o aparato policial ou judicial destinado à violência de gênero. Tal fato foi um marco essencial para combater questões como a violência de gênero, maus tratos e feminicídios; algo que não existia no passado e apenas foi possível pelos movimentos das mulheres, no qual muitas deram as suas vidas e lutaram para conseguir. No território brasileiro, por exemplo, foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), unidades policiais cujo objetivo é prevenir, eliminar e penalizar atos criminosos (físicos ou psicológicos) contra a mulher. Assim, consoante com Arruda (2020):

> Conforme veremos, foi mediante pressões dos Movimentos de mulheres e feminista, que se deu a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), como principal equipamento público voltado para o atendimento à mulher em situação de violência. Assim como para o registro e investigação de crimes contra as mulheres, contribuindo, dessa forma, para a prevenção e enfrentamento desse tipo de violência (Arruda, 2020, p. 178).

Nesse sentido, os movimentos feministas passaram por diversos obstáculos para obter medidas, projetos e leis que auxiliassem na elevação da qualidade de vida no corpo social marcado por conceitos machistas e patriarcais.

Assim, as mobilizações femininas possibilitaram uma maior liberdade da mulher, proporcionando uma autonomia no quesito judiciário e na esfera social, como forma de salvaguardar os seus direitos. Entretanto, apesar de todos os esforços, a sociedade ainda precisa evoluir, pois se perpetua a discriminação e a opressão feminina, sendo a violência de gênero contra a mulher uma problemática que precisa ser enfrentada cotidianamente.

Portanto, as campanhas do discurso feministas impactaram e auxiliaram no passado para a conquista dos direitos das mulheres. Tal fato marcou profundamente diversas sociedades por meio de transformações nas esferas culturais, políticas, econômicas e legais. Assim, o feminismo é uma forma de resistência contra a repressão não apenas feminina, mas de todos os sujeitos que são rotulados sob o signo do feminino como forma de subalternização de suas subjetividades. Assim, tal perspectiva estabelece-se em um ambiente de oposição não ao masculino, mas sim ao machismo e androcentrismo com as suas amarras patriarcais. Assim, seguem-se novas gerações na busca por igualdade e respeito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou um breve estudo sobre as influências do machismo no corpo social e como o movimento feminista revolucionou para que as próximas gerações pudessem viver em uma sociedade menos patriarcal e hierarquia. A doutrina do machismo impacta negativamente nas desigualdades de gênero, na qual a mulher é vista como inferior e vulnerável ao sexo masculino. Com isso, o homem se determina superior e detentor do gênero oposto, o que pode gerar a objetificação da mulher e sua submissão diante de atos que violem seus direitos como cidadãs.

O papel do feminismo foi primordial na luta por justiça e equidade de direitos diante de uma sociedade que favorece os privilégios do gênero masculino. As lutas proporcionaram às mulheres o direito ao corpo, à educação, ao trabalho, ao voto e à liberdade de expressão, algo que a opressão não permitiu por séculos pela cultura machista, patriarcal e hierarquia. Nesse sentido, a resistência do feminismo disseminou a ideia de que todos devem ter as mesmas oportunidades no

corpo social, sem distinção de gênero, raça, orientação sexual ou classe social. Com o objetivo de desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, justa, acolhedora, equitativa e democrática.

Desse modo, muitas conquistas foram alcançadas pelo feminismo e suas perspectivas, com a finalidade de as mulheres terem seus direitos concedidos e equitativos no corpo social. No entanto, devido às raízes do machismo e uma sociedade patriarcal, o percurso para um âmbito social com as mesmas oportunidades para todos ainda requer um trabalho e colaboração coletivo de todos os segmentos da sociedade. Assim, a conscientização e o debate sobre o feminismo e o machismo são fundamentais para fazer com que os indivíduos desconstruam ideologias, estereótipos e crenças tradicionais formadas ao longo dos séculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Gabriela Bastos Caetano de. A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) como instrumento de enfrentamento à violência contra a mulher. **As muitas faces da violência contra a mulher na perspectiva de gênero**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 178-195, 2020.

BALESTERO, Gabriela Soares; GOMES, Renata Nascimento. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma análise crítica da dominação masculina. Revista CEJ, Brasília, n. 66, p. 44-49, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

MAIA, Laura Rodrigues; CASCAES, Neide. A cultura do machismo e sua influência na manutenção dos relacionamentos abusivos. **Psicologia-Tubarão**, [s. l.], 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2014.

NJAINE, Kathie et al. **Violência e perspectiva relacional de gênero**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 45 p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, [s. l.], p. 115-136, 2001.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, [s. l.], v. 7, ed. 1, p. 101 – 122, 2021.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009. 96 p. Citação no texto:

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 18, ed. 36, p. 15-23, 2010

CAPÍTULO 7

ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NEGRA NO AMBIENTE DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS

MORAL HARASSMENT AND DISCRIMINATION AGAINST BLACK WOMEN IN THE WORKPLACE AND THEIR LEGAL REPERCUSSIONS

Isabella Soares dos Santos Francelino
Advogada. Pós-graduanda em ciências criminais, na Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa do Direito – FADEP/RP-USP;
Pós-graduanda em direito do trabalho e previdenciário no Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito – CEPED-UERJ.
isabellassfrancelino@gmail.com.

RESUMO
O assédio moral e discriminação racial existem desde os primórdios de nossa sociedade e, pode-se constatar, que as principais vítimas desta conduta são as mulheres, e, principalmente, as negras, grupo, este, historicamente oprimido e marginalizado. Esse tipo de prática nefasta, traz diversas consequências negativas à saúde e bem-estar da vítima, bem como gera exclusão no ambiente de trabalho e, por conseguinte, ceifa as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Diante disso, o Poder Judiciário exsurge-se como um amparo na busca por Justiça. Entretanto, há falha no desempenho de seu mister constitucional, já que, muitas vezes, atua de forma parcial a partir de preconceitos identitários e estereótipos racistas e sexistas que influenciam na decisão, atribuindo maior credibilidade aos empregadores em detrimento do empregado, sendo, este, parte hipossuficiente na relação de trabalho, gerando, com isso, injustiças epistêmicas. Por conseguinte, o presente trabalho objetiva analisar o assédio moral e discriminação racial no ambiente de trabalho, as consequências desta conduta para as vítimas e discorrer, de for-

ma crítica, sobre o papel do judiciário no combate a essa prática que vem se tornando cada vez mais frequente no dia a dia das empresas, utilizando-se, para tanto, de revisão bibliográfica, análise legislativa e jurisprudencial.
Palavras-Chave: Assédio moral; Discriminação racial; Mulheres negras; Injustiças epistêmicas.

ABSTRACT
Moral harassment and racial discrimination have existed since the beginning of our society and, it can be seen, that the main victims of this conduct are women, and especially black women, a group that has historically been oppressed and marginalized. This type of harmful practice brings several negative consequences to the health and well- being of the victim, as well as generating exclusion in the work environment and, therefore, taking away opportunities for personal and professional development. In view of this, the Judiciary emerges as a support in the search for Justice. However, there is a failure to perform its constitutional role, as it often acts partially based on identity prejudices and racist and sexist stereotypes that influence the decision, attributing greater credibility to employers to the detriment of the employee, an undersufficient party in the relationship. work, thus generating epistemic injustices. Therefore, the present work aims to analyze moral harassment and racial discrimination in the workplace, the consequences of this conduct for victims and to discuss, critically, the role of the judiciary in combating this practice, which has become increasingly common. frequent in the day-to-day operations of companies, using, for this purpose, a bibliographic review, legislative and jurisprudential analysis.
Keywords: moral harassment; racial discrimination; black women; epistemic injustices.

1. INTRODUÇÃO

Durante muitos anos as mulheres eram vistas como seres sem direitos, criadas para ser subservientes aos homens, realizar trabalhos domésticos e se dedicar a família e a maternidade. A mulher negra, por sua vez, era destinada a diversas formas de explo-

ração (física, sexual e psicológica). Exerciam atividade físicas que demandam esforço excessivo, laboravam na lavoura, nas residências, eram utilizadas como reprodutoras. “Em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa – a menos que tivessem sido expressamente designadas para as funções de “reprodutoras” ou “amas de leite”, casos em que às vezes sua força de trabalho era classificada como incompleta”.[1]

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana ganhou protagonismo, já que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e base do Estado democrático de direito e deve ser observada também nas relações de trabalho. Destaca-se, que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual e quaisquer outras formas de discriminação.

O assédio moral e a discriminação racial estão presentes desde os primórdios de nossa sociedade e pode se manifestar em toda e qualquer relação de trabalho. No entanto, esses debates vêm ganhando maior visibilidade nos últimos anos, tendo em vista o aumento do número de denúncias nesse sentido. Constata-se, que as principais vítimas de assédio moral e discriminação racial no ambiente de trabalho são as mulheres, principalmente as mulheres negras, por consequência do racismo estrutural e institucional enraizado em nossa sociedade.

Para inibir essa prática diversas normas foram instituídas tanto no direito interno quanto internacional como a Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Convenções 100/51; 111/58; 127/67; 156/81; dispositivos da Constituição Federal, bem como da CLT que vedam a prática de assédio moral e discriminação racial e de gênero no ambiente de trabalho e diversas leis esparsas como as leis 9.029/95 que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e 7.716/89 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

1 DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016; p. 26.

Frisa-se que o assédio moral e discriminação racial afetam consideravelmente a vida de mulheres e mulheres negras, gerando diversos transtornos psicológicos como ansiedade, depressão, pânico, dentre outros, bem como reduzem as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, impedindo que essas mulheres ocupem boas posições no mercado de trabalho, inclusive posições de poder e maior prestígio social.

Nos últimos anos foram julgados 419.342[2] processos versando sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Ocorre que, as vítimas dessas condutas ainda enfrentam diversas barreiras no que concerne ao acesso à justiça, como a parcialidade do judiciário, bem como revitimização, além de preconceitos e estereótipos por parte dos juízes que analisam a causa, contaminados e corrompidos por preconceitos estruturais e sistemáticos bem como por opiniões pessoais racistas e sexistas o que os leva a conferir baixa credibilidade ao discurso das vítimas e testemunhas e maior credibilidade a narrativa do empregador.

2. A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

No Brasil, a escravidão, presente, desde o século XVI, foi a primeira forma de trabalho organizado. No entanto, os escravos eram considerados meros objetos e não sujeitos de direito, apenas uma coisa, não tendo qualquer direito, muito menos trabalhista[3]. A princípio, ante a coisificação do sujeito que ocorria no período escravocrata, não havia relação trabalhista e, por conseguinte, o direito do trabalho não tutelava esta forma de exploração, que era regulada pelo direito civil. Não foi possível surgir a ideia do direito do trabalho, porque implicava uma contradição insolúvel, eis que o escravo era uma coisa que como tal não podia ser titular de direitos[4].

2 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Em três anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual. Publicado em 3 de maio de 2024. Disponível em Em três anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual - Portal CNJ. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

3 MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011; p.34

4 DE LA CUEVA, Mario. El Nuevo Derecho Mexicano del Trabajo, 1993 apud BELTRAN, Ari Posssidonio. Direito do Trabalho e Direitos Fundamentais. São Paulo: LTr, 2002. P.20; apud TESTI, Amanda Eiras. A Evolução Histórico-legislativa do direito do trabalho. Revista do Direito do Trabalho e processo do trabalho; 2020, p. 21. Disponível em Vista do A Evolução Histórico-Legislativa do Direito do Trabalho Brasileiro.

As mulheres negras eram utilizadas como instrumento para a manutenção do bem-estar e prosperidade das famílias brancas, eis que cuidavam da casa, vendiam produtos na rua, amamentavam os filhos de mulheres brancas e eram, até mesmo, obrigadas a vender seus corpos para fins sexuais e reprodutivos. A mulher escravizada sofria dupla submissão, já que, além de suportar dominação do homem branco, ainda se sujeitava a autoridade do homem negro, tendo em vista que havia influência da dominação de gênero que prevalecia na época. Qualquer demonstração de resistência por parte delas aumentava a determinação de proprietários brancos ávidos por demonstrar poder[5].

As mulheres negras, desde a colonização, eram excluídas do mercado de trabalho formal, quando libertas se dedicavam a atividades de vendas como quitandeiras e com o dinheiro arrecadado sustentavam a família e ajudavam a libertar outros escravos. Por sua vez, algumas escravas tinham caminhos mais difíceis como a mendicância e a prostituição.

Com a Revolução Industrial, as mulheres brancas começavam a ganhar maior protagonismo, através do acesso a postos de trabalho, inclusive nas fábricas. Por seu turno, as mulheres negras continuavam preteridas, apagadas e invisibilizadas na sociedade, destinadas aos subempregos. A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativeiro, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão[6], eis que as relações de trabalho e hierarquia se mantinham idênticas àquelas observadas durante a escravidão.

Destaca-se, que a herança escravocrata faz com que o processo de incorporação da mulher negra no mercado de trabalho seja lento e gradual, posto que há diversas barreiras a serem enfrentadas como a falta de oportunidades decorrente não só do patriarcado como do racismo estrutural e institucional enraizado em nossa sociedade que destinam às mulheres negras funções subsidiárias. As mulheres negras estão posicionadas na base da pirâmide social, enquanto mulheres brancas lutavam por direitos trabalhistas, mulheres negras ainda eram enxergadas como um objeto. Atualmente, ainda não se vê mulheres negras ocupando espaços de poder, já que su-

5 *Ibid*; p. 41.

6 CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: GOMES, Flávio (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 11.

bentende-se que são incapazes para tanto e, com isso, se neutraliza a ideia racista de que só podem ocupar cargos subalternos e de baixa relevância.

Pesquisa realizada pelo IBRE/FGV[7] no primeiro trimestre de 2023 evidenciou que a média da remuneração das mulheres negras é de R$1.948,00, o que equivale a 62% da remuneração das mulheres não negras; 80% do rendimento dos homens; e 48% do que ganham homens brancos. Além do mais, a mulher negra é mais exposta a assédio moral e discriminação no ambiente de trabalho, devido a estrutura patriarcal e racista na qual se consolidou nossa sociedade.

3. ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DE GÊNERO NO TRABALHO

A Constituição Federal de 1988 consagrou diversos direitos de cunho social, inclusive trabalhistas. Com efeito, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil são os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Assim sendo, a Carta Magna determinou que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão e para assegurar a liberdade do pleno exercício profissional, faz-se necessário garantir determinados direitos aos trabalhadores.

Ressalta-se que a Constituição Federal de 88 se fundamenta no princípio da dignidade da pessoa humana. O primado da dignidade da pessoa humana preleciona que a pessoa deve ser tratada como um fim em si mesmo e não como objeto ou coisa. Acrescenta-se, que o empregado tem direito a tratamento igualitário no ambiente de trabalho, sem discriminações de quaisquer naturezas. Marlon Marcelo Murai defende que o direito à igualdade também impõe limites ao poder de direção do empregador, proibindo tratamentos discriminatórios, desde o ato da contratação, e durante a realização do trabalho.[8]

Neste contexto, entende-se por discriminação todo ato de preterir determinada pessoa sem justificativa para tanto, baseando-se

7 AGÊNCIA BRASIL. Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos. Publicado em 31/07/2023. Disponível em Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos | Agência Brasil. Último acesso em 16 de dezembro de 2024.

8 MURARI, Marlon Marcelo. Limites constitucionais ao poder de direção do empregador e os direitos fundamentais do empregado. O equilíbrio está na dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTr, 2008, p. 110.

meramente em características pessoais como sexo, raça, gênero, idade, orientação sexual, religião e etc., de modo a excluir ou isolar alguém retirando-lhe a igualdade de oportunidades, violando, assim, os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados a quaisquer indivíduos. Cuida-se, porquanto, do ato de separar alguém para impor a esse alguém um conceito, uma opinião desfavorável por motivos puramente histórico-culturais, jamais lógicos, jamais racionais, por defecção, por distorção, por disfunção de mentalidade ao longo de um processo histórico cultural.[9]

Nas relações de trabalho, a discriminação pode ocorrer tanto na fase pré-contratual, contratual, durante a extinção do contrato, bem como na fase pós- contratual e, geralmente, tenciona diminuir ou anular as vantagens e direitos trabalhistas dos empregados discriminados.Cumpre assinalar, que as discriminações mais comuns no ambiente laborativo são as decorrentes de raça e gênero, consequência do racismo e sexismo ainda presente em nossa sociedade. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as desigualdades de gênero começaram a se evidenciar, já que desempenhavam a mesma jornada de trabalho ou até superior, porém recebiam remunerações inferiores aos homens pelo mesmo serviço prestado. Outro ponto que se mantém desigual, é a dificuldade de mulheres em ascender na carreira e ocuparem cargos de poder.

A fim de inibir essa prática discriminatória, em 1979, a Organização das Nações Unidas aprovou Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher[10] e, em seu artigo 11, aduziu que os Estados- Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, inclusive o direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho.

9 BRITTO, Carlos Augusto Ayres. Constitucionalismo fraterno e o direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2004, p. 54.

10 BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em D4377. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

Por sua vez, a Convenção 100 de 1951 estabelece diretrizes para igualdade salarial e trabalho de igual valor entre homens e mulheres, instituiu o princípio da igualdade de remuneração que deverá ser aplicado por meio de leis ou regulamentos nacionais; mecanismos legalmente estabelecidos e reconhecidos para a fixação de salários; convenções ou acordos coletivos entre empregadores e trabalhadores; e a combinação desses meios, o mesmo entendimento está presente no artigo 7, XXX, da CF, bem como artigo 5, da CLT. Já a Convenção 111 de 1958 propõe adotar diversas proposições relativas à discriminação em matéria de emprego e profissão, inclusive determina a observância pelos Estados-membro, da igualdade de oportunidades e tratamento no âmbito das relações de trabalho, a fim de combater as desigualdades, inclusive de raça e gênero.

Faz-se imprescindível, ainda, discorrer sobre a Convenção 156 de 1981[11], que embora não tenha sido ratificada pelo Brasil, dispõe sobre a igualdade de oportunidades e tratamentos para trabalhadores de ambos os sexos com responsabilidades familiares, ou seja, filhos ou outros membros familiares que estejam a seu cuidado. A convenção supracitada determina que deve ser proporcionado ao trabalhador condições para conciliação entre a vida familiar e o trabalho desempenhado, de modo a evitar conflito entre a relação de emprego e o ambiente familiar, já que a família não pode ser usada como motivo para pôr fim às relações familiares.

Cumpre observar que a Lei 9.029/95, criminaliza o empregador que exigir teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez, assim como quaisquer condutas do empregador que induz ou instiga a esterilização genética ou ato de promover o controle de natalidade, devendo-se prevalecer a autonomia e autodeterminação do corpo da mulher. Já a lei 9.799/99 coibi regras discriminatórias para o acesso da mulher ao mercado de trabalho, proibindo a publicação de anúncios discriminatórios para seleção de empregados; revistas íntimas no ambiente de trabalho; considerar fatores discriminatórios para fins de remuneração dentre outros.

11 OIT. Convenção n.º 156 da OIT Relativa à Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores dos dois Sexos: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares. Disponível em wcms_c156_pt (1).pdf. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

Outra forma de discriminação a ser analisada é a discriminação racial. As mulheres são historicamente preteridas nas relações de emprego. No entanto, a luta da mulher negra para alcançar posição de destaque ou sequer conseguir um bom emprego é ainda maior, já que sofre com duplos marcadores sociais: a condição de mulher e a condição de pessoa negra.

Considera-se discriminação racial qualquer comportamento direcionado a alguém de modo a excluí-lo, diminuindo-lhe as oportunidades de participação plena e efetiva na sociedade e relação de trabalho em razão de sua raça. Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros conceitua a discriminação racial como o ato de discriminar consiste em inferiorizar outros tentando se mostrar superior. É o preconceito que ocorre quando se colocam apelidos racistas e quando se inferioriza as pessoas de classes sociais mais baixas.[12]

A discriminação racial no ambiente de trabalho se decorre do racismo estrutural e institucional, que se observa a partir da herança escravocrata onde o negro ainda é considerado inferior ao branco, inclusive no ambiente de trabalho e principalmente para ocupar cargos de poder e prestígio social. Pode-se conceituar o racismo como preconceito extremado que estabelece hierarquia entre as raças e etnias, considerando os indivíduos pertencentes a estas como inferiores e indignos de ocupar o mesmo espaço social, justificando, assim, atitudes discriminatórias, intolerantes, perseguições a grupos determinados em razão de sua raça ou etnia, de modo a dominá-los, oprimi-los, manipulá-los e controlá-los.

Com efeito, as duas principais espécies de racismo são: racismo estrutural e institucional. O primeiro se resulta da própria estrutura social, que entende o racismo como hábito normal do dia a dia, já enraizado em nossa sociedade, responsável por reproduzir a desigualdade racial ao longo da história. Assim sendo, todo racismo é considerado estrutural e é utilizado como instrumento para manter a ascensão da classe dominante no poder, diminuindo, assim, as chances da população negra de ocupar espaços nas estruturas da sociedade.

12 MEDEIROS, Aparecido Inácio Ferrari. Assédio moral, discriminação, igualdade e oportunidades no trabalho. São Paulo: LTr, 2012, p. 53.

Por seu turno, o racismo institucional é caracterizado pela discriminação reproduzida no seio das instituições públicas ou privadas, que pode se manifestar tanto direta quanto indiretamente. Neste passo, pode-se entender como atos praticados por representantes de instituições públicas e privadas contra minorias raciais que prejudicam o status social dos membros desses grupos expressam o racismo institucional.[13] Faz-se necessário aduzir, que o racismo institucional está intrinsecamente relacionado a discriminação racial no ambiente de trabalho, já que a classe dominante o utiliza como instrumento para manter a dominação e perpetuação no poder, ceifando direitos das classes preteridas.

A discriminação racial está presente no cotidiano das relações de emprego e da sociedade como um todo e para coibir essa prática foi instituída em 1966, a Convenção da ONU sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, que conceitua discriminação racial como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, côr, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gôzo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.

Vale frisar, que um dos princípios que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, é o repúdio ao racismo e a Magna Carta apresenta um dos objetivos fundamentais promover o bem de todos sem quaisquer preconceitos ou discriminação, inclusive racial. Agrega-se, também, que o artigo 5 da Constituição Federal estabeleceu como inafiançável e imprescritível a prática de racismo. Ademais, foi instituída a Lei 7.716/89, que pune os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, assim como a conduta específica de negar ou obstar emprego em empresa privada; deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores; impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional; proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de traba-

13 MOREIRA, Adilson. Racismo Recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020; p. 49.

lho, especialmente quanto ao salário, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

A lei 9.029/95 também pune quaisquer condutas prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção por motivo de raça e assegura o direito a indenização por dano moral devido ao rompimento da relação de trabalho, ainda faculta ao empregado discriminado optar por a reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais; e a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

O assédio moral é outra forma de discriminação muito comum presente nas relações de trabalho como todo ato do empregador que gere perseguição, humilhação, desrespeito, constrangimento, ofensas a dignidade humana, aos direitos da personalidade e valores morais de alguém. Trata-se, porquanto, de uma patologia grave que deve ser evitada a todo custo dentro das empresas, mesmo porque significa a destruição do empregado.[14]

Cuida-se, o assédio moral de fenômeno social específico degradante ao ambiente de trabalho, apto a gerar danos negativos ao empregado, de modo a ocasionar controle e sujeição deste, através de submissão a ordens infundadas e despretensiosas, exigência de metas inalcançáveis, fiscalização excessiva, abuso do poder do empregador, tudo isso com a finalidade de desvalorizar a pessoa e sua atividade profissional, fazendo com que se sinta inferior e incapaz, o que, por óbvio, influência, também, negativamente nas metas e resultados da empresa. Acrescenta-se, que o assédio moral pode ocorrer também de forma passiva, mediante isolamento e exclusão do empregado.

O assédio moral, quando praticado pelo empregador, pode ensejar justa causa, por incontinência de conduta ou mau procedimento, nos termos do artigo 482, b, da CLT e, por conseguinte, levar a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do artigo 483, a, b, e, da CLT, bem como para parcela da doutrina, configura crime de constrangimento ilegal, nos termos do artigo 146 do CP,

14 JESUS, Damásio E. e GOMES, Luiz Flávio. Assédio Sexual. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002; p. 67.

além gerar o dever de indenizar pelos danos morais sofridos. Registra-se, que as principais vítimas do assédio moral no ambiente de trabalho são as mulheres negras. Dados da agência Brasil, demonstram que 38% de mulheres negras já relataram sofrer assédio moral. Por sua vez, uma pesquisa realizada pela fundadora da consultoria Trilhas de Impacto, Juliana Kaiser, concluiu que 86% de mulheres negras já sofreram racismo no ambiente de trabalho e tiveram sua saúde mental afetada[15].

Com isso, constata-se, que a discriminação racial e o assédio moral no ambiente de trabalho afetam em demasia mulheres negras e pode trazer graves consequências para sua vida.

4. COMO O ASSÉDIO MORAL E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL AFETAM MULHERES NEGRAS NO TRABALHO

O assédio moral e a discriminação racial nas relações de trabalho configuram forma de tortura psicológica contra a mulher em razão de sua raça e cor. Aparecido Inácio Ferreira de Medeiros[16] chegou à conclusão de que mulheres negras são o principal alvo das desigualdades, discriminações e assédio no ambiente de trabalho, já que são preteridas em todas as fases do contrato de trabalho, da seleção à promoção e recebem menores salários do que mulheres brancas.

Tanto o assédio moral quanto a discriminação racial podem trazes consequências pessoais, organizacionais e sociais negativas, principalmente no que concerne à saúde e bem-estar de mulheres negras, tais como ansiedade, depressão, distúrbios do sono, burnout, estresse, transtornos pós traumático, dentre outros fatores e doenças físicas e psíquicas que podem acometer as vítimas.

Neste passo, Leymann apud Gonçalves e Oliveira[17], assevera que são quatro as principais consequências do assédio moral no ambiente de trabalho: sociais; psicossociais; psicológicos; e psicosso-

15 RIBEIRO, Renata. AGÊNCIA BRASIL. Pesquisa: 86% de mulheres negras relatam racismo no trabalho. Brasília, 21/03/2023. Disponível em Pesquisa: 86% de mulheres negras relatam racismo no trabalho | Radioagência Nacional; acesso em 16 de dezembro de 2024.

16 MEDEIROS, Aparecido Inácio Ferrari. Assédio moral, discriminação, igualdade e oportunidades no trabalho. São Paulo: LTr, 2012, p. 59.

17 LEYMANN, 1990 apud OLIVEIRA (org) et al. Assédio moral no trabalho fundamentos e ações Florianópolis - SC: Lagoa, 2017, p. 36.

máticos/psiquiátricos. Por consequências sociais entende-se "o isolamento social, a estigmatização, o desemprego voluntário e o desajuste social"; já as consequências psicossociais são aquelas relacionadas "à perda de recursos de enfrentamento pelas alterações na ordem social"; por sua vez as psicológicas são classificadas como o sentimento de desespero e desamparo total, o sentimento de raiva sobre a falta de recursos legais, grande ansiedade e desânimo"; e, por seu turno, as consequências psicossomáticos e psiquiátricos as "depressões, hiperatividade, compulsão, suicídios e doenças psicossomáticas".

Outra consequência se materializa na falta de oportunidades para mulheres negras que, na maioria das vezes, são discriminadas desde a seleção, fazendo com que tenham pouco ou nenhum espaço no mercado de trabalho. Destaca-se, que o caso Simone André Diniz é um dos mais emblemáticos e também o primeiro sobre discriminação racial no ambiente de trabalho a ser analisado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Simone André Diniz se candidatou a uma vaga de empregada doméstica que havia sido divulgada na cidade de São Paulo/SP. Ocorre que o contratante exigia candidata branca, solteira e sem filhos. Ao fazer contato para se candidatar ao cargo, não foi contratada por ser negra. No Brasil, o juiz de direito extinguiu e arquivou o processo. Inconformada, denunciou a discriminação sofrida perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Assim, foi requerida a declaração de violação dos seguintes dispositivos: artigos 1 (obrigação de respeitar direitos); 8 (garantias judiciais); 24 (igualdade perante a lei); 25 (proteção judicial); 29 (normas de interpretação)[18]; e artigos 1; 2, a; 5, a, i; e 6 da Convenção Internacional para a Eliminação de todas as formas de discriminação racial[19]. A Corte relatou que realizou visita in loco ao Brasil em 1995 e pode constatar, conforme descrito no item 44, que "os afro-brasileiros se encontram em uma situação de vulnerabilidade como sujeitos de direitos humanos e par-

18 BRASIL. Decreto-lei no 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969. Disponível em D678 (planalto.gov.br); último acesso em 15 de out. de 2024;

19 BRASIL. Decreto-lei nº 65810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre todas as formas de discriminação racial. Disponível em D65810; Acesso em 09/12/2024;

ticularmente em uma situação de diferença de poder com relação à população branca"[20].

Salienta-se, que a Corte também reconheceu que a discriminação racial afeta sobremaneira a desigualdade no mercado de trabalho ao aduzir que os salários dos trabalhadores negros são sistematicamente menores do que trabalhadores não-negros.[21] Desse modo, além dos transtornos psicológicos gerados pelo assédio moral e discriminação no ambiente de trabalho, as mulheres negras sofrem também como consequência da discriminação racial, dificuldades para ingressar e progredir no mercado de trabalho. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) apenas 52% das mulheres negras estão no mercado de trabalho[22]. Por sua vez, pesquisa realizada pelo PNADC/IBGE revelam que 43,3% das mulheres negras ocupam postos de trabalho informais, acima, inclusive, da média nacional que é de 40,1%[23].

Por todo exposto, além do assédio moral e a discriminação racial afetar a saúde física e psicológica da mulher negra, ainda gera exclusão do mercado de trabalho, preterindo-as e destinando-as ao subemprego ou ao desemprego, impedindo-as de progredir profissionalmente.

5. O PODER JUDICIÁRIO COMO FERRAMENTA DE REPRESSÃO AO ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO TRABALHO

A Justiça do Trabalho julga, aproximadamente, 4,1 milhões de processos por ano[24]. Durante os anos de 2020 a 2023, foram julgados 419.342 processos versando sobre assédio moral e sexual

20 CASO Simone André Diniz. Relatório de Mérito. OEA/CIDH. 2006. Disponível em: Dialnet-OCasoSimoneADinizAFaltaDeAcessoAJusticaParaAsVitim-3807288.pdf. Acessado em: 09 de dezembro de 2024.

21 *Ibid.*

22 Instituto de pesquisa econômica aplicada. Retrato das desigualdades: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a previdência. Disponível em Retrato das Desigualdades: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a Previdência - Ipea; acesso em 16 de dezembro de 2024.

23 FEIJÓ, Janaina. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. Publicado em 26 de julho de 2022. Disponível em A participação das mulheres negras no mercado de trabalho | Blog do IBRE; disponível em 16 de dezembro de 2024.

24 ANAMATRA. Justiça do Trabalho encerra 2023 com mais de 4 milhões de processos baixados. Publicado em 12 de junho de 2024. Disponível em Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Justiça do Trabalho encerra 2023 com mais de 4 milhões de processos baixados. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

no ambiente de trabalho. No que se refere ao assédio moral, houve crescimento de 5% no volume de processos a serem analisados[25]. Como já narrado em tópicos anteriores, as mulheres, principalmente mulheres negras são as principais vítimas do assédio moral no ambiente de trabalho, sendo que, estas últimas, ainda sofrem com a discriminação racial. Diante disso, buscam o amparo do judiciário na tentativa de solucionar o conflito e ver concretizada a justiça. No entanto, esse grupo (mulheres e negras) enfrentam diversas barreiras também no que concerne ao acesso à justiça e nem sempre recebem julgamento justo e imparcial.

Para evitar julgamentos embasados por critérios e estereótipos machistas, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, instituiu a Resolução nº 492 de 17 de março de 2023 que estabelece adoção de perspectiva de gênero nos julgamentos em todos os âmbitos do Poder Judiciário, bem como institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

Por seu turno, também foi instituída a Resolução 598 de 22 de novembro de 2024 que adota e implementa em todo o Poder Judiciário as diretrizes para adoção de Perspectiva Racial nos julgamentos. Esse protocolo está em consonância com as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo em vista que foi definido que a questão racial deve ser observada durante os julgamentos do processo, a fim de combater o racismo estrutural e institucional no âmbito do judiciário.

Frisa-se, que a adoção de julgamento sob perspectiva de gênero e raça visam evitar que o judiciário profira decisões baseadas em estereótipos de gênero e raça, assim como atuem contaminados por preconceitos identitários, de modo a gerar injustiças epistêmicas ao culpabilizar a vítima, atribuindo maior credibilidade na narrativa do requerido. Sabe-se que nas relações de trabalho, o empregado é

25 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Em três anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual. Publicado em 3 de maio de 2024. Disponível em Em três anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual - Portal CNJ. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

a parte hipossuficiente, especialmente no que concerne a produção probatória, já que, na maioria das vezes, enfrenta dificuldades para produzi-la. Diante disso, em um processo judicial, a oitiva da parte e a prova testemunhal podem se tornar a principal fonte probatória.

No entanto, subsistem relações assimétricas de poder social, já que há distribuição desigual de poder entre os diversos grupos que compõem a sociedade. Miranda Fricker conceitua poder social como "uma capacidade socialmente situada para controlar as ações dos outros, onde essa capacidade pode ser exercida (ativa ou passivamente) por determinados agentes sociais ou, alternativamente, pode operar puramente de modo estrutural"[26]. Salienta-se que o poder social estipula o papel que cada pessoa representa na estrutura social, atribuindo-lhe determinado status, passível de gerar estereótipos aptos a determinar o grau de credibilidade que será atribuído à narrativa daquele indivíduo. Assim sendo, alguns grupos sociais terão excesso de credibilidade em sua narrativa e outros sofrerão com déficit de credibilidade devido a preconceitos estruturados, como é o caso das mulheres e negras.

Com efeito, a injustiça epistêmica se observa quando a pessoa é prejudicada na sua capacidade enquanto conhecedora, enquanto sujeito epistêmico. "A pessoa que pratica injustiça epistêmica com base nos estereótipos e nas identidades sociais age movida pela crença (imaginação) de que a sua representação subjetiva do mundo tem prevalência sobre a objetividade do mundo".[27] Faz-se imperioso assinalar que a injustiça testemunhal é um dos tipos de injustiça epistêmica. Ocorre a injustiça testemunhal quando a um falante é atribuída menor credibilidade ao seu discurso devido a um preconceito estrutural e sistemático. Trata-se do ato de desacreditar no relato exteriorizado por determinada pessoa.

Destaca-se que deve ser assegurado às partes julgamento justo e imparcial, já que a imparcialidade é pressuposto de validade do processo e tem caráter universal, tutelado pelo artigo X da Declaração dos Universal dos Direitos do Homem, que aduz que "todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audi-

26 FRICKER, Miranda. Epistemic Injustice: power and the ethics of knowing. New York: Oxford University Press, 2007; p. 30.

27 JUNIOR, Manoel Pereira Lima. PODER, IDENTIDADE E IMAGINAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO ÀS TEORIAS DA JUSTIÇA. Revista Litterarius, v. 19, n. 02, 2020.

ência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres [...]". Trata-se de garantia constitucional de justiça, que deve ser salvaguardada pelo Estado. Considera-se imparcial o juiz que não tem interesse na lide e nem favorece nenhuma das partes, adotando todas as formalidades legais necessárias para a resolução do conflito.

No entanto, a parcialidade do judiciário se tornou cotidiana, inclusive na Justiça Trabalhista e muitas vezes assentada em injustiças epistêmicas. De certo modo, as sentenças possuem conteúdo valorativo e acabam se tornando reprodutoras de estereótipos e preconceitos, o que está em dissonância com o Estado Democrático de Direito. Tenha-se presente que, para fazer fim ao sistema democrático, o direito não pode ser utilizado como instrumento para se fazer prevalecer os interesses de determinada categoria de indivíduos em detrimento de outros. Para tanto, faz-se necessário ao Juízo afastar-se de padrões de julgamentos preestabelecidos, racistas e sexistas que possam influenciar nas decisões, cabendo ao judiciário corrigir esses padrões a fim de reduzir desigualdades estruturais.

Especialmente em casos envolvendo assédio moral e discriminação racial no ambiente de trabalho, deve-se adotar a perspectiva de gênero e raça e proceder a oitiva da vítima e testemunhas com imparcialidade, atuando com a intenção de desvencilhar-se de quaisquer tipos de preconceitos enraizados em nossa sociedade que possam contaminar as decisões judiciais, ainda que inconscientemente.

Cumpre assinalar, que o juiz deve agir como ouvinte virtuoso, de modo a realizar um exercício de autorreflexão e afastar ideias preconceituosas e estereotipadas do julgamento de credibilidade, corrigindo, assim, a marginalização hermenêutica da falante, principalmente padrões sociais racistas e sexistas que podem impactar em revitimização da ouvinte no ato de sua oitiva. "O ouvinte virtuoso, portanto, deve estar consciente de como a relação entre sua identidade social e a da falante está impactando a inteligibilidade do que ela está dizendo e como está dizendo"[28].

Para tentar amenizar as consequência do assédio moral, a vítima tem direito a justa indenização. Com isso, o STF, no julgamen-

28 FRICKER, Miranda. Epistemic Injustice: power and the ethics of knowing. New York: Oxford University Press, 2007; p. 273.

to das ADIs 6050, de autoria da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); 6069, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e 6082, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), entendeu que o tabelamento do dano moral, previsto nos artigos 223-A e 223-G, parágrafos 1º, incisos I, II, III e IV, 2º e 3º, da CLT, baseado no último salário contratual do empregado e analisado com base na gravidade do dano (leve, médio, grave e gravíssimo), não deve ser utilizado como teto para o arbitramento da indenização.

Por derradeiro, o magistrado, ao proferir decisão em processos dessa natureza deve motivar a sentença de forma justa e transparente, de modo a não se deixar influenciar-se por preconceitos identitários, possibilitando, com isso, o controle social das decisões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que foi exposto ao longo do trabalho pode-se constatar, que o assédio moral e a discriminação racial são observados desde os primórdios de nossa sociedade, especialmente com a desvalorização do trabalho e do trabalhador observada nos últimos anos. Com efeito, constata-se, que as mulheres e, principalmente, as mulheres negras são as principais vítimas dessas práticas, tendo em vista que o racismo persiste no subconsciente de boa parte da população o que pode gerar consequências irreversíveis na vida da vítima, já que a violência psicológica sofrida pode desencadear diversos transtornos como depressão, ansiedade, pânico, dentre outros de igual ou pior gravidade, além de inviabilizar a participação de mulheres e negras em igualdade de condições na sociedade.

Por derradeiro, constatou-se que o judiciário atua como mero reprodutor de estereótipos e preconceitos, contaminados pelo sexismo e racismo fortemente presente em nossa sociedade e, por conseguinte, deixa de atuar com imparcialidade na solução dos litígios.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos**. Publicado em 31/07/2023. Disponível em

Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos | Agência Brasil. Último acesso em 16 de dezembro de 2024;

ALMEIDA, Raul Gomes de. **Pacto da branquitude: racismo institucional e desigualdades no trabalho.** Scielo. Brasil, São Paulo/SP. Resenhas, Estud. av. 38; 2024. Disponível em SciELO - Brasil - Pacto da branquitude: racismo institucional e desigualdades no trabalho Pacto da branquitude: racismo institucional e desigualdades no trabalho;

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**. Scielo Brasil. São Paulo/SP. Revista Katálysis 25 (2); 2022. Disponível em SciELO - Brasil - A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural;

ANAMATRA. **Justiça do Trabalho encerra 2023 com mais de 4 milhões de processos baixados**. Publicado em 12 de junho de 2024. Disponível em Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Justiça do Trabalho encerra 2023 com mais de 4 milhões de processos baixados. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em Constituição (planalto.gov.br) Último acesso em 15 de out. de 2024;

BRASIL. Decreto-lei no 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a C**onvenção Americana sobre Direitos Humanos**, de 22 de novembro de 1969. Disponível em D678 (planalto.gov.br); último acesso em 15 de out. de 2024;

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. **Promulga a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984**. Disponível em D4377. Acesso em 16 de dezembro de 2024;

BRASIL. Decreto-lei no 5.452, 1 de maio de 1943. **Aprova a consolidação das leis do trabalho**. Disponível em DEL5452 (planalto.gov.br) Acesso em: 16 de dezembro de 2024;

BRASIL. Decreto-lei nº 65810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a **Convenção Internacional sobre todas as formas de discriminação racial**. Disponível em D65810; Acesso em 09/12/2024;

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Disponível em L7716; acesso em 16 de dezembro de 2024;

BRASIL. Lei nº 9.029 de 13 de abril de 1995. **Proíbe a exigência de atestado de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências**. Disponível em L9029; acesso em 16 de dezembro de 2023;

BRASIL. Lei nº 9.799 de 26 de maio de 1999. I**nsere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências**. Disponível em L9799; acesso em 16 de dezembro de 2024.

BRITTO, Carlos Augusto Ayres. **Constitucionalismo fraterno e o direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2004;

CASO **Simone André Diniz. Relatório de Mérito**. OEA/CIDH. 2006. Disponível em: Dialnet-OCasoSimoneADinizAFaltaDeAcessoAJusticaParaAsVitim- 3807288.pdf. Acessado em: 09 de dezembro de 2024;

CARVALHO, M.; SANTOS, W. **A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social**. Revista Fim do Mundo, n. 4, jan.-abril, 2021;

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Em três anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual**. Publicado em 3 de maio de 2024. Disponível em Em três anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual - Portal CNJ. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição**. In: GOMES, Flávio (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007;

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016;

DE LA CUEVA, Mario. **El Nuevo Derecho Mexicano del Trabajo**, 1993 apud BELTRAN, Ari Posssidonio. Direito do Trabalho e Direitos Fundamentais. São Paulo: LTr, 2002;

FEIJÓ, Janaina. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. Publicado em 26 de julho de 2022. Disponível em A participação das mulheres negras no mercado de trabalho | Blog do IBRE; disponível em 16 de dezembro de 2024;

FRICKER, Miranda. Epistemic Injustice: power and the ethics of knowing. New York: Oxford University Press, 2007;

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral: A Violência perversa no Cotidiano**. Rio de janeiro: Ed. Bertrand Brasil;

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvi Libanio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020; Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Retrato das desigualdades: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a previdência**. Disponível em Retrato das Desigualdades: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a Previdência - Ipea; acesso em 16 de dezembro de 2024;

JESUS, Damásio E. e GOMES, Luiz Flávio. **Assédio Sexual**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002;

LIMA JUNIOR, Manoel Pereira. **Injustiça epistêmica e a questão racial**. Coluna ANPOF, 4 jun. 2020;

LEYMANN, 1990 apud OLIVEIRA (org) et al. **Assédio moral no trabalho fundamentos e ações**; Florianópolis - SC: Lagoa, 2017;

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011;

MEDEIROS, Aparecido Inácio Ferrari. **Assédio moral, discriminação, igualdade e oportunidades no trabalho**. São Paulo: LTr, 2012;

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020;

MURARI, Marlon Marcelo. **Limites constitucionais ao poder de direção do empregador e os direitos fundamentais do empregado. O equilíbrio está na dignidade da pessoa humana**. São Paulo: LTr, 2008;

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; e NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de direito do trabalho**; São Paulo/SP; LTr: 2010;

OIT. C**onvenção n.º 156 da OIT Relativa** à **Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores dos dois Sexos: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares**. Disponível em wcms_c156_pt (1).pdf. Acesso em 16 de dezembro de 2024;

RIBEIRO, Renata. AGÊNCIA BRASIL. Pesquisa: 86% de mulheres negras relatam racismo no trabalho. Brasília, 21/03/2023. Disponível em Pesquisa: 86% de mulheres negras relatam racismo no trabalho | Radioagência Nacional; acesso em 16 de dezembro de 2024;

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011;

CAPÍTULO 8

AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM DE ALIMENTOS DIET: CONFORMIDADE DIANTE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE

EVALUATION OF DIET FOOD LABELING: COMPLIANCE WITH CURRENT LEGISLATION

Naam Souza Bomfim
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória- Espírito Santo
naam.bomfim@edu.ufes.br

Bárbara Juliana Pinheiro Borges
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória- Espírito Santo
barbara.borges@ufes.br

RESUMO

Devido à alta prevalência de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e no mundo, como as dislipidemias, hipertensão, obesidade, doenças cardiovasculares e os diversos tipos de diabetes, é necessário que os alimentos anunciados como diets disponham em suas embalagens todas as informações relacionadas aos nutrientes, seguindo a legislação. A diabetes é uma doença crônica que se qualifica como uma deficiência da ação da insulina produzida no fígado, seja por destruição das células beta pancreáticas do órgão, por deficiência da secreção ou falta de êxito na função do hormônio. Dessa forma, os alimentos dietéticos têm o intuito de não aumentar os níveis glicêmicos do consumidor e a rotulagem deve ser suficiente para prover informações sobre seu produto obedecendo às leis brasileiras. Desse modo, no presente trabalho foi feito uma análise de alimentos sem adição de açúcares por meio de uma checklist com finalidade de verificar a conformidade da rotulagem com as legislações brasileiras vigentes, tendo em vista que os cuidados do abastecimento familiar de alimentos ficam, em geral, a cargo da mulher, torna-se relevante a

discussão no âmbito da comunicação e respeito ao consumidor, sobretudo à consumidora como “chefe de família”.
Palavras-chave: Alimentos diet; Alimentação; Legislação; Rotulagem nutricional.

ABSTRACT
Due to the high prevalence of chronic non-communicable diseases in Brazil and worldwide, such as dyslipidemia, hypertension, obesity, cardiovascular diseases and various types of diabetes, it is necessary for foods advertised as diet products to display all information related to nutrients on their packaging, in accordance with the law. Diabetes is a chronic disease that is classified as a deficiency in the action of insulin produced in the liver, either due to destruction of the organ’s pancreatic beta cells, deficiency in secretion or lack of success in the hormone’s function. Therefore, diet foods are intended to not increase the consumer’s blood glucose levels and the labeling must be sufficient to provide information about the product in compliance with Brazilian laws. Thus, in this study, an analysis of foods without added sugar was carried out using a checklist to verify the compliance of the labeling with current Brazilian legislation. Given that the care of the family’s food supply is generally the responsibility of women, the discussion becomes relevant in the context of communication and respect for the consumer, especially the female consumer as the “head of the family”.
Keywords: Diet foods; Food; Legislation; Nutritional labeling.

1. Introdução

Nas últimas décadas a maior prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) desponta com 66,3% das patologias no Brasil versus 23,5% relacionadas a doenças infecciosas (SCHRAMM, et al, 2004). Dentre essas doenças estão diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e câncer (GRUNDY, 2003). A população que é acometida por tais condições de saúde necessita, para melhora do quadro clínico, intervenções em seus hábitos de vida, principalmente em relação a sua alimentação, medicamentos e intervenções cirúrgicas (BUSS, et al, 2020).

Dentre as doenças crônicas mais comuns e com maior mortalidade no Brasil e em outros países em desenvolvimento está a diabetes (DAAR et al. 2007; WHO, 2016). A doença pode ser evitada com hábitos alimentares saudáveis, exercícios físicos regulares, entretanto há diversos outros riscos associados, dentre elas questões genéticas, idade avançada, obesidade além do sedentarismo e dietas que consistem de alimentos com alto número de ácidos graxos saturados e alimentos adoçados com açúcar (WHO, 2016; LEY et al. 2014; WHO, 2013; FAO, 2010).

Devido à alta demanda dessas populações se fez necessário a composição de alimentos que são apropriados para sua dieta dentre eles os alimentos diet. A rotulagem nutricional segundo a RDC nº 429/2020 é a declaração destinada a informar ao consumidor as propriedades nutricionais do alimento (ANVISA, 2020). Dentre essas declarações estão a existência de tabela nutricional, rotulagem nutricional frontal e alegações nutricionais. A tabela de informação nutricional dispõe o conteúdo energético, bioativos e nutrientes presentes no alimento; necessária ser aplicada uma formatação padronizada para que a tabela seja legível para os consumidores com declaração de quantidade de valor energético, carboidratos, açúcares totais, gorduras (totais, saturadas e trans), proteínas, sódio, fibras alimentares, vitaminas e minerais e substâncias bioativas adicionadas (ANVISA, 2020). Rotulagem frontal é uma declaração demonstrando um conteúdo aumentado de algum nutriente no painel principal do rótulo do produto, que é a área na rotulagem onde há maior visibilidade onde está o logotipo e marca do produto (ANVISA, 2020; ANVISA, 2023).

As alegações nutricionais são declarações que não estão presentes na tabela e sequer na rotulagem frontal, devem indicar se o alimento tem alguma propriedade favorável em relação a altos níveis ou inexistência de algum dos nutrientes citados anteriormente no alimento (ANVISA, 2020; ANVISA, 2023).

Diante do exposto, os rótulos alimentares são fundamentais para a consumidora ter acesso a informações e ser influenciada a consumir os alimentos e sua segurança em relação aos mesmos, então é necessário que essas referências estejam de acordo com a lei (LOBANCO, 2009; FERREIRA, 2007). Tendo em vista a relevância da condição de saúde relacionada à diabetes, os rótulos de alimen-

tos específicos para essa população são importantes meios de comunicação e transmissão de informações claras e precisas para esta população, justifica-se a presente pesquisa que analisou a conformidade de rótulos de produtos diet com a legislação brasileira vigente.

2. Embasamento teórico

Na diabetes tipo 1, o portador necessita de administração de insulina todos os dias já que não há produção do hormônio nas células beta pancreáticas, consequentemente a glicose no sangue não seria regulada naturalmente (WHO, 2016). A doença ocorre devido à destruição das células do beta pancreáticas por autoanticorpos que atacam as mesmas, influenciando na secreção da insulina (RODACKI, et al, 2022). Dentre os sintomas estão: fadiga, fome constante, perda de peso, micção e sede excessiva (WHO, 2016). A população acometida são crianças e adolescentes.

A diabetes tipo 1 é uma doença autoimune onde autoanticorpos atacam células pancreáticas que produzem insulina, que levam a diminuição dela no organismo, sendo necessário o uso de insulina para evitar hiperglicemia e a cetoacidose. Crianças com diabetes tipo 1 apresentam poliúria, polidipsia, perda de peso e cetoacidose diabética (DABELEA, 2014). Dentre os autoanticorpos circulantes da doença estão anti-descarboxilase do ácido glutâmico (anti-GAD), anti-ilhotas e anti-insulina. A dieta infantil é um dos fatores associados a condição assim como, deficiência de vitamina D, baixa diversidade da microbiota do intestino e exposição a vírus que causam inflamações nas ilhotas como os enterovírus (REWERS; LUDVIGSSON, 2016).

A diabetes tipo 2, entretanto, é a forma de diabetes mais comum no mundo (WHO, 1999). Ela é resultante do processo de resistência à insulina, que, em consequência, causa deficiência na secreção de insulina (RODACKI, et al, 2022). A diabetes tipo dois é aquela em que há uma deficiência relativa de insulina e de função dela, podendo causar excesso de peso e deposição de gordura no centro do corpo, resistência a insulina e defeito na secreção de insulina, nesse caso, causando insuficiência na compensação da glicemia (ASCHNER et al., 2021). Nesses pacientes o uso da insulina não tem o propósito de evitar cetoacidose e sim diminuir a glicemia do paciente,

já que nesses casos a cetoacidose é uma consequência rara (PASTORS et al., 2002).

A doença diabetes autoimune latente no adulto (LADA) é um tipo de patologia híbrida de diabetes, ou seja, possuem características da diabetes tipo 1, como a presença de anticorpos que atacam o pâncreas. Entretanto, o diagnóstico é em populações com idade maior que 30 anos e a ausência de necessidade de administração de insulina no primeiro estágio da doença, sendo propriedades comuns na diabetes tipo 2 (BUZZETTI, et al, 2020).

Existem ainda outros tipos de diabetes tais como, diabetes gestacional, diabetes neonatal transitório ou permanente, diabetes mitocondrial e outras patologias genéticas que afetam a função da insulina como leprechaunismo e Síndrome de Rabson-Mendenhall (RODACKI, et al, 2022).

Alimentos com açúcar comum, sacarose, devem ser evitados por pacientes com diabetes pois causam oscilações acentuadas da glicemia, e quando for consumido deve ter um limite de 20 a 30 g por dia por frações durante o dia (PASTORS et al., 2002).

A associação americana dietética articulou o cuidado nutricional para o melhor gerenciamento da diabetes, chamado terapia nutricional médica ou “medical nutrition therapy” (MNT). Essa terapia aplicada de forma adequada reduziu A1C em 0,5 a 2% em pacientes com diabetes do tipo 2 (PASTORS et al., 2002). A melhora na dieta, com uso de alimentos sem sacaroses, desses pacientes junto com a atividade física demonstrou uma melhora considerável do prognóstico de pacientes que vivem com diabetes.

Devido a uma maior produção de alimentos dietéticos é extremamente necessário a existência de legislações para esses tipos de alimentos em relação a rotulagem deles, para alcançar o consumidor do produto. A rotulagem pode trazer efeitos positivos na tomada de decisões sobre o consumo de alimentos, e ajudar pacientes com diabetes a escolher produtos que não afetem sua glicemia (HAN et al., 2018).

3. Percurso metodológico

A preocupação com o consumo adequado e saudável de alimentos em pessoas com condições de saúde crônicas como a dia-

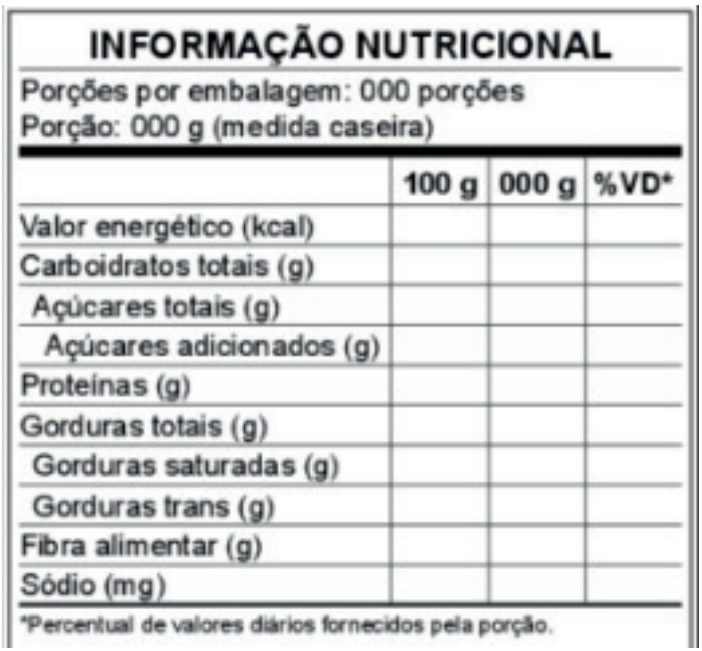
betes nos levou a elaborar o percurso metodológico da presente pesquisa como se a consumidora chegasse ao local de compra de alimentos. Foi selecionado por conveniência um supermercado na região da Grande Vitória-ES, sendo escolhidos ao acaso 60 produtos intitulados como diet. Os alimentos tiveram suas embalagens fotografadas e inseridas na checklist criada com itens de presença obrigatória em seus rótulos. Os dados foram codificados, tabulados e analisados com emprego de estatística descritiva, conforme Bolzan e Horvath (2021).

4. Resultados e discussão

Foram selecionados 60 produtos ofertados no local com a promessa de serem alimentos sem açúcar em sua composição. Para a avaliação da conformidade dos rótulos em relação a legislação vigente, a RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 429/2020 associada à Instrução Normativa - IN nº 75/2020, sendo necessária uma análise criteriosa da embalagem do produto. Foram excluídos 2 produtos na categoria de importados, dessa forma, apenas 58 produtos foram utilizados como amostra.

A tabela de informação nutricional segundo a o Art. 4 do capítulo II da RDC Nº 429/2020 é obrigatória para qualquer tipo de embalagem que envolve um produto processado, seguindo o exemplo exposto na Figura 1.

Figura 1: Modelo vertical da TABELA DE INFORMAÇÃO NUTRICIONAL segundo Instrução Normativa - IN nº 75/2020



INFORMAÇÃO NUTRICIONAL

Porções por embalagem: 000 porções
Porção: 000 g (medida caseira)

	100 g	000 g	%VD*
Valor energético (kcal)			
Carboidratos totais (g)			
Açúcares totais (g)			
Açúcares adicionados (g)			
Proteínas (g)			
Gorduras totais (g)			
Gorduras saturadas (g)			
Gorduras trans (g)			
Fibra alimentar (g)			
Sódio (mg)			

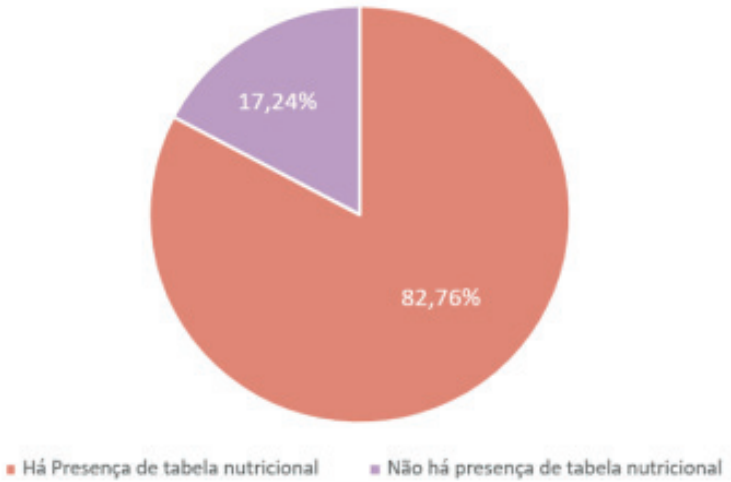
*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.

Fonte: Instrução normativa Nº 75, 2020

Entretanto 17,24% dos produtos não havia tabela nutricional como indicado na referida Instrução Normativa (Gráfico 1). Em relação à formatação do texto presente na tabela nutricional, o tipo de fonte que deve ser utilizado em texto padrão é Arial e Helvetica e na formatação reduzida deve se utilizar Arial, Helvetica, Arial Narrow e Helvetica Condensed. Com relação a essa característica, 12,07% não utilizaram as fontes citadas. O art. 16 indica que devem se utilizar caracteres e linhas preta e fundo branco, sendo que 63,79% utilizaram fundos e caracteres de outras cores não sendo preto e branco.

Em estudo análogo, produzido por Câmara, Marinho e Guilam (2008), a análise da rotulagem de produtos diet e light, foi identificado que em setenta e cinco alimentos, ou seja, 100% da amostra, havia dois ou mais erros por rótulo.

Gráfico 1 - Presença de tabela de informação nutricional em produtos selecionados.

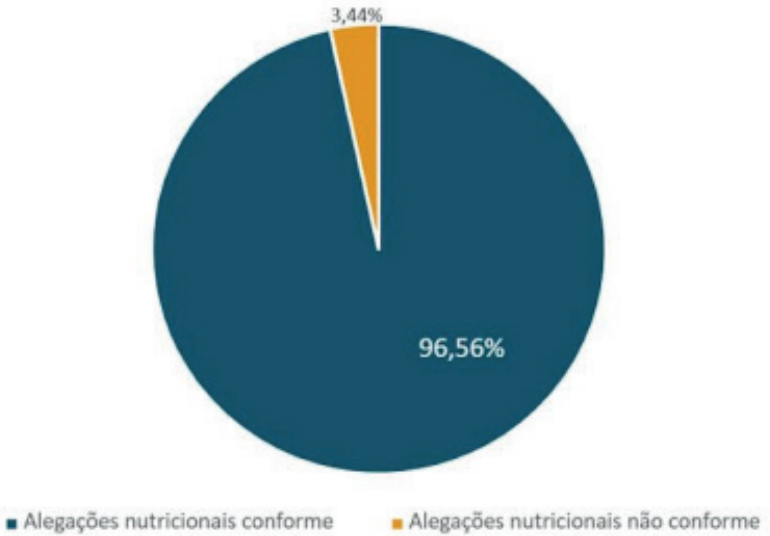


Fonte: Dados da pesquisa.

Já na análise de 27 rótulos de produtos alimentícios diet e light também, analisados em 2011, foram constatadas inadequações em 85,2% dos rótulos entre produtos diet e light, dos quais 11,1% apresentaram mais de uma irregularidade havendo, portanto, diversas inconformidades perante as legislações da época (Garcia e Carvalho, 2011). Tal evolução retrata um desrespeito histórico às normas de rotulagem nutricional, o que pode representar obstáculos à escolha de quem irá adquirir os alimentos.

As alegações nutricionais são declarações que não estão presentes na tabela nutricional sequer na rotulagem nutricional frontal, podendo demonstrar propriedades nutricionais positivas no conteúdo nutricional (ANVISA, 2020). No caso dos alimentos dietéticos estão presentes alegações nutricionais que informam a não adição de açúcar, sendo ele sem acrescentar diretamente no produto tal qual em alimentos que naturalmente contém açúcar (ANVISA, 2020). Os alimentos que naturalmente possuem açúcar nos ingredientes em, no máximo de concentração de 0,5g, devem inserir observação visível e legível como: “contém açúcares próprios dos ingredientes” (ANVISA, 2020). Dessa forma, foi percebido que em 3,44% dos produtos selecionados as alegações nutricionais não estavam conforme a legislação (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Quantidade de produtos selecionados que possuíam alegações conforme ou não.



Fonte: Dados da pesquisa.

5. Considerações finais

A análise dos rótulos de produtos dietéticos evidencia a importância de informações sobre açúcares e carboidratos para pacientes com diabetes, já que para essa população a rotulagem é uma ferramenta extremamente necessária para promover hábitos saudáveis que são capazes melhorar a saúde e bem-estar dos pacientes. O estudo constatou que, apesar das regulamentações específicas, a consumidora ainda pode se deparar com produtos que não atendem aos critérios prescritos na legislação vigente. Dessa forma a comunicação entre as empresas e as “chefes de família” que gerenciam sua própria saúde e de outras pessoas da família com doenças crônicas contém ruídos, podendo comprometer a saúde de quem depende das informações do rótulo para escolhas alimentares saudáveis. Dessa forma, necessário se faz uma atuação pró-ativa das consumidoras e do poder público, via fiscalização através de órgãos reguladores para que sejam asseguradas as diretrizes de rotulagem, contribuindo para educação alimentar e manejo consciente da diabetes pelos próprios pacientes e familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Instrução normativa - IN n° 75, de 8 de outubro de 2020. [S. l.], 9 out. 2020.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Perguntas & respostas. Rotulagem nutricional de alimentos embalados. Coordenação de Padrões e Regulação de Alimentos, Brasília, 19 de jan. de 2023.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução colegiada nº 429, de outubro de 2020. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. Diário Oficial da União, Brasília, 08 de out. de 2020.

ASCHNER, P. et al. The International Diabetes Federation's guide for diabetes epidemiological studies. **Diabetes Research and Clinical Practice**, v. 172, 1 fev. 2021.

BOLZAN, Beatrís; HORVATH, Jaqueline. Alimentos processados e Diabetes Mellitus: avaliação de rotulagem de alimentos industrializados indicados para diabéticos. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, São Paulo, 80, 1, p. 1-9, jan. de 2021.

BUSS, Paulo; HARTZ, Zulmira; PINTO, Luiz; ROCHA, Cristianne. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Cien Saúde Colet**, Rio de Janeiro, 25(12), p. 4724-4733, dezembro de 2003.

BUZZETTI, Raffaella; TUOMI, Tiinamaija; MAURICIO, Didac; PIETROPAOLO, Massimo; ZHOU, Zhiguang; POZZILLI, Paolo; LESLIE, Richard. Management of latent autoimmune diabetes in adults: a consensus statement from an International Expert Panel. **Diabetes**, 69, 10, p. 2037-2047, outubro de 2020.

CÂMARA, C.C.M.; MARINHO, C.L.C.; GUILAM, R.C.M. Análise crítica da rotulagem de alimentos diet e light no Brasil. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 35, 2008.

DAAR, A. et al. John. Grand challenges in chronic non-communicable diseases. **Nature**, 430, p. 494-496, novembro de 2007.

DABELEA, D. et al. Trends in the Prevalence of Ketoacidosis at Diabetes Diagnosis: The SEARCH for Diabetes in Youth Study. **PEDIATRICS**, v. 133, n. 4, p. e938–e945, 31 mar. 2014.

FAO FOOD AND NUTRITION PAPER. Fats and fatty acids in human nutrition: report of and expert consultation. Roma: **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, 2010.

FERREIRA, Andréa; LANFER-MARQUEZ, Ursula. Legislação brasileira referente à rotulagem nutricional de alimentos. **Rev. Nutr**, São Paulo, 20, 1, p.83-93, fevereiro de 2007.

GARCIA, Paloma Popov Custódio; CARVALHO, Leiliane Pereira da Silva de. Análise da rotulagem nutricional de alimentos diet e light. **Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 15, n. 4, 2011.

GRUNDY, Emilly. The epidemiology of aging. **Brocklehurst's textbook of geriatric medicine and gerontology**, Filadelfia, p. 3-20, 2003.

HAMDY, O.; BARAKATUN-NISAK, M.-Y. Nutrition in Diabetes. **Endocrinology and Metabolism Clinics of North America,** v. 45, n. 4, p. 799–817, dez. 2016.

HAN, K.-T. et al. Does the active use of nutrition labeling reduce the risk of diabetes mellitus? Results of insulin resistance using Korean National Health and Nutrition Examination Survey. **Primary Care Diabetes**, v. 12, n. 5, p. 445–452, out. 2018.

LEY, S. et al. Prevention and management of type 2 diabetes: dietary components and nutritional strategies. **Lancet**, Boston, 383, 9933, p.1999-2007, junho de 2014.

LOBANCO, Cá. et al. Fidedignidade de rótulos de alimentos comercializados no município de São Paulo, SP. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 43, 3, p. 499-505, junho de 2009.

MELLO, Aline; ABREU, Edeli; SPINELLI, Mônica. Avaliação de Rótulos de Alimentos Destinados ao Público Infantil de acordo com as Regulamentações da Legislação Brasileira. **Journal of the Health Sciences Institute**, 33, 4, p. 251-359, novembro de 2015.

PASTORS, J. G. et al. The Evidence for the Effectiveness of Medical Nutrition Therapy in Diabetes Management. **Diabetes Care**, v. 25, n. 3, p. 608–613, 1 mar. 2002.

REWERS, M; LUDVIGSSON, J. Environmental risk factors for type 1 diabetes. **Lancet**, [s. l.], v. 387, ed. 10035, p. 2340-2348, 4 jun. 2016.

RODACKI, Melanie; TELES, Milena; GABBAY, Monica. Classificação do diabetes. **Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes**, ed. 2023, maio de 2021.

SCHRAMM, J. et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 9(4), p. 897-908, out-dez, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Definition, Definition, Diagnosis and Classification of Diabetes Mellitus and its Complications: report of a WHO consultation. **Part 1: Diagnosis and Classification of Diabetes Mellitus**. Geneva: WHO, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases:** report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation,. Geneva: WHO, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global report on diabetes**. Geneva: WHO, 2016.

CAPÍTULO 9

DESCONSTRUINDO A NATURALIZAÇÃO DA POSIÇÃO SUBALTERNA DAS MULHERES NEGRAS NA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL PELO TRABALHO DO CUIDADO

DECONSTRUCTING THE NATURALIZATION OF THE SUBALTERN POSITION OF BLACK WOMEN IN INDIVIDUAL RESPONSIBILITY FOR THE WORK OF CARE

Suzane Carvalho Domingos
Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora – Minas Gerais
https://orcid.org/0000-0002-6216-8816
Suzanecdomingos@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute sobre o processo de naturalização da posição subalterna das mulheres negras, abordando como a exploração do seu trabalho em condições de vulnerabilidade foi construída e reproduzida ao longo dos séculos na sociedade brasileira. No tempo da colônia o ordenamento da sociedade brasileira e os papéis sociais de cada indivíduo era definido pelo patriarca das famílias, mesmo havendo uma normatização pela monarquia, isto pouco interferia nas decisões que eram tomadas no âmbito doméstico. Sendo assim, a mulher negra ocupou a base da pirâmide social, tendo seu corpo explorado, seu tempo e energia usados em benefício de outros sujeitos. As decisões tomadas nas esferas domésticas vêm perpetuando tradições sexistas quando impõe o trabalho do cuidado com pessoas dependentes e as longas jornadas de afazeres domésticos ao gênero feminino, sendo componente crucial para manter as relações de dominação e subordinação. Uma vez que a falta de opção de compartilhar o trabalho do cuidado com instituições públicas condiciona a decisão das mulheres ao se responsabilizarem individualmente por estas demandas, este assunto deve sair do âmbito privado e ser alvo de discussões no

que tange a formulação de políticas públicas que promovam a equidade de oportunidades, principalmente quando as mulheres negras continuam em posição de subordinação nas relações sociais.
Palavras-chave: Mulher negra; Vulnerabilidade; Trabalho do cuidado.

ABSTRACT
This article discusses the process of naturalization of the subaltern position of black women, addressing how the exploitation of their labor in conditions of vulnerability was constructed and reproduced over the centuries in Brazilian society. In colonial times, the ordering of Brazilian society and the social roles of each individual was defined by the patriarch of the families, even though there was a standardization by the monarchy, this did not interfere with the decisions that were made in the domestic sphere. Thus, the black woman occupied the base of the social pyramid, having her body explored, her time and energy used for the benefit of other subjects. The decisions made in the domestic spheres have perpetuated sexist traditions when they impose the work of caring for dependent people and the long hours of domestic chores on the female gender, being a crucial component to maintain relations of domination and subordination. Since the lack of option to share the work of care with public institutions conditions the decision of women to take individual responsibility for these demands, this issue should leave the private sphere and be the subject of discussions regarding the formulation of public policies that promote equal opportunities, especially when black women continue to be in a position of subordination in social relations.
Keywords: black woman; vulnerability; care work.

Introdução

Os estudos feministas apontam para a persistência de padrões desiguais entre gêneros, sendo necessário considerar também diferentes fatores como as desigualdades de classe, raça, etnia, idade e sexualidade, numa perspectiva interseccional e de consubstancialidade que preconiza a não hierarquização dos modos de opressão.

A interseccionalidade entendida como uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das de-

sigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado (BILGE, 2009 *apud* HIRATA, 2014 p.63) vai além do simples reconhecimento da multiplicidade de modos de opressão que atuam a partir de categorias de classe, raça e gênero, postulando uma interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Não é possível analisar a situação vulnerável das mulheres negras enclausurando e priorizando um eixo de diferenciação social em detrimento de outros, no que se refere a categorias como sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. A perspectiva que aponta os marcadores sociais da diferença com um enfoque indissociável pode servir como instrumento de luta política e combate as múltiplas formas de opressão.

Deste modo, a primeira parte deste trabalho resgata o contexto histórico em que a mulher negra foi trazida para o território brasileiro quando da exploração do trabalho de pessoas escravizadas, revelando a objetificação das mulheres de cor preta, parda e indígenas que ocupavam uma posição subalterna na base da pirâmide social. A hierarquia social instituída pelo patriarca das famílias rurais consolidou o ordenamento de uma sociedade, na qual todos integrantes de uma comunidade nos engenhos ocupavam função social diferente. Os dados históricos já indicavam que as formas de dominação e opressão passavam pelo viés de gênero, classe e raça, e todas essas categorias igualmente promoveram e reproduziram as desigualdades entre os indivíduos.

Na segunda parte deste trabalho argumento que a sociedade brasileira naturalizou a posição das mulheres atrelada aos domínios do cuidado, responsabilizando-as pela maior parte dos trabalhos de cuidado e de afazeres doméstico. Esta responsabilização individual perpetua a posição subalterna, na qual muitos indivíduos de alguma forma se beneficiam principalmente do trabalho de mulheres pretas e pardas em situação de vulnerabilidade e risco social. A discussão referente ao ambiente familiar indica que as relações de poder nos espaços domésticos destoam de valores de referência igualitários quando o Estado se omite ao não oferecer alternativas para compartilhamento do trabalho do cuidado, interferindo diretamente nas decisões das mulheres.

História do Brasil colônia e atuação das mulheres negras: do protagonismo ocultado ao silenciamento e exploração dos seus corpos

Estabelecer uma trajetória do papel feminino no Brasil, bem como a posição das mulheres negras na hierarquia social é levar em consideração os registros históricos que se têm sobre a colonização a partir do século XVI, quando da vinda dos portugueses, estabelecendo seus primeiros contatos com os povos indígenas. A história sendo contada pela ótica do colonizador, o homem branco, pode-se extrair poucas informações a respeito do protagonismo das mulheres, sendo as mesmas retratadas apenas como objeto de satisfação sexual masculina, como moeda de troca entre os indígenas com os colonizadores, restringindo sua atuação aos trabalhos do cuidado como ama para fins de educação das crianças das famílias dos colonos.

Num contexto de ocupação de terras indígenas, os navios portugueses e tantos outros de origem ibérica vieram basicamente com tripulação masculina. A demorada estadia nas terras brasileiras e a falta de mulheres brancas de origem europeia determinou a exploração dos corpos das mulheres indígenas tanto quanto a exploração das riquezas da terra. Iniciou-se assim uma nova população de pessoas mestiças, filhos e filhas das indígenas brasileiras, que também seriam explorados por não gozarem de status de pessoa branca.

Segundo Priore (2016), o cunhadismo como forma de estabelecer acordos de proteção mútua e uma rede de vantagens que beneficiariam ambas as partes - a aldeia indígena e os portugueses que estavam explorando uma terra desconhecida- alcançou êxito devido à objetificação do corpo feminino, usado como moeda de troca oferecida ao europeu.

O matrimônio como aliança entre os portugueses e as mulheres das aldeias, foi mais uma forma vantajosa e conveniente que o colonizador encontrou para manter a paz, mesmo que temporária, o que permitiu ao homem branco gozar dos privilégios atribuídos aos integrantes da aldeia, sendo considerado membro da família. Sobre a instituição social do cunhadismo, Argolo (2016), afirma que

> À medida que a necessidade de mão de obra indígena aumentava, o cunhadismo mesmo praticado em larga escala, deixou de ser suficiente para suprir as neces-

> sidades mercantis dos portugueses, tendo como consequência as guerras para preação de escravos. (ARGOLO, 2016, p. 13)

Os períodos de trégua entre colonizadores e aldeias indígenas foi impactado pela instauração das capitanias hereditárias, resultando genocídio dos indígenas brasileiros para confisco de suas terras, os que restaram foram escravizados para o trabalho agrícola. Sendo assim, consequentemente as mulheres das aldeias passaram a ter seus corpos oficialmente como propriedade de representantes da Coroa Portuguesa.

Um outro corpo não branco, mas igualmente escravizado como os dos autóctones, foi inserido abruptamente no cenário brasileiro por conta da necessidade ampliação da mão-de-obra para o trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar. O controle precário da coroa portuguesa na compra de pessoas escravizadas originários do continente africano resultou no tráfico transatlântico excessivo de seres humanos que tiveram seus corpos apropriados pelos colonizadores em nome do lucro e do enriquecimento de Portugal.

Para vergonha da nossa história, a partir da metade do século XVI iniciou-se no Brasil a trajetória de violência, de objetificação, de inferiorização, de exploração do trabalho e do corpo da mulher negra, tal prática por muitos séculos foi entendida e aceita como a ordem natural dos papéis sociais na organização da sociedade.

Além da força de trabalho, os corpos das mulheres negras foram objetificados e dispostos aos desejos do homem branco de origem europeia, o qual exercia o direito de usá-lo como bem pretendesse. Segundo Mattoso (2003) com a instauração do sistema de *plantation* no final do século XVI voltado para cultivo de cana-de-açúcar e para exportação, a mão-de-obra indígena não fora suficiente para as demandas dos engenhos. Então houve maior quantidade de mulheres negras no apresamento de cativos a serem incluídas nos lotes que foram vendidos como mercadorias nos portos brasileiros. Mulheres africanas foram exploradas tanto ou mais que os corpos masculinos, pois além de trabalharem na lavoura, eram destinadas aos afazeres domésticos reprodutivos necessário a vida cotidiana e nos cuidados da prole como ama dos filhos dos colonos.

A inferiorização do corpo feminino se constituiu pelo viés do gênero, da raça e da sua posição social, conferindo uma tríade na subalternização, retirando qualquer possibilidade de serem vistas como sujeito histórico capaz de pensar por si mesmo, tendo o mesmo ou menos valor que um animal da fazenda.

Um fator muito relevante nesse processo de opressão das pessoas escravizadas foi a superação das barreiras linguísticas, pois a não compreensão entre os dialetos falados pelos nativos brasileiros, pelos portugueses e pelos nativos do continente africano impedia a dominação e a obediência. Houve um esforço sistemático pelos missionários jesuítas para criarem um dicionário português-tupi, a fim de se comunicarem com os autóctones em sua língua materna, tendo em vista que grande parte dos habitantes da costa brasileira tinham como língua materna o tupi e suas variações em um vasto território geográfico. A dominação também foi imposta através da língua, pois

> para o colono mandar e o índio obedecer, para o missionário catequizar e disciplinar a força de trabalho, era imprescindível a criação de uma nova comunidade de fala. (FREIRE, 2003, apud ARGOLO, 2016, p.206)

Entretanto no caso dos cativos originários do litoral da África trazidos ao Brasil, eles possuíam diversas etnias, sendo assim houve a mistura de falantes de línguas tão diferentes em espaços criados artificialmente para suprir das demandas do trabalho agrícola. Diferentemente dos indígenas, os colonizadores não empreenderam esforços para traduzir os diferentes idiomas falados pelos africanos, forçando-os ao apagamento da forma racional de conceber o mundo através de suas linguagens.

A descrição feita por Mattoso (2002), das logísticas de captura, importação e comercialização de cativos vindos de terras congolesas, angolanas e moçambicanas nos leva a inferir que havia uma grande diversidade de idiomas falados pelos nativos de aldeias ou de povoados existentes no continente africano. A barreira na compreensão de novos códigos e na comunicação entre portugueses e africanos, africanos e indígenas provavelmente interferiu nas formas de resistência e de reação visto que a língua imposta foi utilizada como uma forma de controle sobre os sujeitos.

As línguas faladas não podem ser consideradas superiores umas das outras, mas a sobreposição de uma específica (o português) é o que determinou o poder de um povo sobre o outro. Iniciou-se assim, modos de interpretações e representação sobre os corpos africanos baseado naquilo que lhes faltavam, na sua incompreensão dos novos modos de ser e estar no mundo. A imposição linguística aos africanos pode ser percebida como uma forma de conquista e de manutenção do poder quando promoveu o enfraquecimento de suas línguas maternas.

A imersão numa cultura tão diferente, permeada por uma linguagem que inferiorizava os cativos africanos e os indígenas brasileiros era muito conveniente aos propósitos dos colonizadores, pois o interesse em não os humanizar e tirar a sua subjetividade justificaria as práticas de exploração, de violação que foram corroboradas pela Coroa Portuguesa e praticadas pelos colonos de origem europeia.

A desumanização dessas pessoas, principalmente das mulheres negras fundamentou o entendimento do outro como ser que valia menos, promovendo todo tipo de práticas humilhantes, degradantes, de agressão e de submissão dos corpos femininos, uma vez que possuíam um status inferior a qualquer outro indivíduo na hierarquia social no tempo da colônia.

Apesar de reconhecer que a nossa história está marcada pela violência no que diz respeito à vida das pessoas escravizadas, o contexto social se apresentou mais complexo no sentido de que a relação entre dominantes e dominados envolveu também resiliência em favor da sobrevivência, resistências, protagonismos contra tentativas de apagamentos, afetos e rotinas de cuidado.

As relações sociais regidas somente pela truculência dos senhores de engenho e punição de sujeitos escravizados não se sustentaria por muito tempo numa sociedade colonial luso-brasileira, tendo em vista a interdependência dos sujeitos no aspecto da sobrevivência. Naquele contexto havia constantemente a preocupação de colonos, de pessoas escravizadas e uma pequena parcela de homens livres em se manterem vivos. Para obter vantagens nas guerras travadas entre diversas aldeias indígenas contra os colonos, nas sucessivas tentativas de ocupações de reinos europeus como França, Espanha e Holanda, era preciso estabelecer formas de proteção mútua.

O gerenciamento de um engenho e o sucesso no cultivo da cana requeria rotinas de trabalho escravo que demandavam formas de manutenção desta mão-de-obra. As relações de interdependência na manutenção da vida também se refletiram na agricultura, pois cultivo da mandioca, cana, diversos grãos, além da pecuária, eram formas de garantir o sustento para todos os moradores do engenho, tanto de senhores como de escravizados.

As demandas diárias de um engenho necessitavam de trabalhos mais leves, outros mais pesados, consequentemente as diversas funções no trabalho escravo fora diferenciado por gênero, idade, pela cor da pele sendo parda ou preta na população escravizada. Foi desenvolvida uma espécie de hierarquia dentro da senzala, atribuindo a uma parcela de escravizados e mestiços pequenas formas de privilégios. Sobre as funções dadas às mulheres, podemos constar nos estudos realizados por Ferraz (2017), que elas detinham um papel significativo no aumento da reprodução da força de trabalho quando afirma que

> No século XVIII, após um balanço da situação dos três engenhos de Pernambuco, o açúcar e os subprodutos representavam 2/3 da renda anual da Ordem. A capacidade empresarial dos beneditinos é reconhecida pelas inovações que introduziram na produção e no fabrico do açúcar, assim como na relação com a mão de obra escrava. Parece ter havido incentivo à formação de famílias entre os escravos, como também recompensas pelo aumento da natalidade. Se uma escrava conseguisse manter seis filhos vivos, não faria trabalhos penosos. Aos escravos era permitido ter um dia da semana livre para trabalhar sua própria roça; alguns engenhos dos beneditinos foram administrados por escravos. (FERRAZ, 2017 p. 194)

Essa atitude dos senhores de engenho não deve ser confundida com simples benevolência, deve-se enfatizar que a pessoa escravizada era uma propriedade que custava dinheiro, portanto representava investimento. Nem se deve romantizar as estratégias de administração, pois as hierarquias sociais estavam bem estabelecidas, na qual se situavam no topo da pirâmide os proprietários dos engenhos, seguidos dos grandes comerciantes, os religiosos, pobres li-

vres (incluindo brancos, mestiços, indígenas e africanos) e na base os escravizados.

O incentivo à formação de famílias entre os escravizados induzia as relações de fidelidade com seus senhores na busca de proteção e de algum privilégio na hierarquização dentro da senzala. Ressalto que a população africana nunca aceitou passivamente ou calmamente a escravidão (GONZALES, 2020), haja vista que a história dos pretos e das pretas foi marcada por diversas formas de resistências. A formação das famílias, tanto de brancos livres como de negros, foi elemento fundamental na ordenação da sociedade e na perpetuação do modelo paternalista de uma sociedade rural marcada fortemente pela desigualdade, na qual o proprietário das terras tinha o poder de decidir sobre o destino e papéis de cada pessoa dentro do grupo social.

As famílias patriarcais rurais eram marcadas por uma hierarquia social, ou seja, nelas encontramos pessoas (brancos livres, pardos, pretos forros) ocupando funções sociais diferentes, todos submetidos ao mando de um ***pater.*** O ordenamento desse contexto dado pelas relações pessoais, isto significa que mesmo havendo um regime de administração colonial que determinava a política e as regras formais no Brasil colônia, estas regras pouco regulavam as relações sociais, cabia a família/casa determinar a posição social de cada morador.

No século XVIII os senhores de engenho do Rio de Janeiro perpetuaram a prática de desenvolver elos de subordinação e de compromisso através de compadrio com a escravaria, se tornando padrinhos dos filhos das pessoas pardas e pretas, consolidando assim as relações de proteção e dependência. Fragoso (2017), deixa claro que no processo de normatização imposto pela família/casa, os lavradores livres, os escravizados e os forros podiam ser reclassificados como aliados, compadres, estrangeiros ou até mesmo como seus consanguíneos. No que diz respeito às mulheres pretas, ele afirma que

> À escrava preta cabia principalmente o papel de mãe. Provavelmente, várias delas eram africanas e, portanto, desenraizadas pela violência do tráfico escravo do atlântico e tinham pressa de construir laços de sociabilidade na nova terra. Através dessas mulheres pretas, novas famílias eram organizadas e, com isso, as sociabilidades dos recém-chegados. (FRAGOSO, 2017, p. 309)

Além de gerar os próprios filhos, a mãe negra enquanto mucama devia prover os cuidados necessários ao bom andamento da casa-grande como lavar, passar, cozinhar, limpar, fiar, costurar e cuidar dos filhos da senhora. Ao final do dia, voltariam para suas famílias a fim de dar assistência aos seus companheiros que trabalharam arduamente nos engenhos ou nas lavouras, além de prover os cuidados de sua prole e dos afazeres domésticos.

Constata-se que uma categoria de mulheres que historicamente sofre com bastante intensidade os diversos matizes da opressão são as mulheres negras. Tanto seu corpo como sua força de trabalho são objetificados com a finalidade de servidão, permanecendo em posições subalternas na estratificação social. Nos estudos que investigam a posição da mulher negra trabalhadora em contexto norte americano Davis (2016, p. 102) afirma que "a definição tautológica de pessoas negras como serviçais, é de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista".

Esta visão de mulher negra como serviçal tem gerado um fenômeno de despersonalização, ou seja, são vistas como seres incapazes de se autogovernarem, sem voz, sem ação consciente e que precisam de um responsável. Neste contexto patrão ou patroa infantiliza suas vontades, fala do serviçal como se não estivesse presente, se tornam seres invisíveis aos olhos de sujeitos dominantes.

Não é um ato de "falar com", mas de "falar para" mulher negra sobre as atitudes desejáveis e como devem dispor de seus corpos, como tendo autoridade para governar suas ações e vontades. A despersonalização trata a diferença de raça, classe e gênero das mulheres negras com inferioridade, como seres sem história e de cultura inferior (arte, religião, tradições, linguagem).

No que diz respeito à despersonalização das pessoas negras, a obra de Mattoso (2003), nos traz alguns apontamentos que permitem entender a gênese desse fenômeno quando trata das necessidades táticas de sobrevivência enquanto um ser humano cativo. A sobrevivência segundo essa autora, dependia da "repersonalização" e uma certa aceitação de sua posição no corpo social, pois o fato de não falar a língua portuguesa, colocava africanos e africanas em posição equivalente a uma criança que precisava ser educada diante

de seu senhor, sendo assim a condição de escravo era de alguém dependente da família patriarcal.

Isto não significa que todos os homens e mulheres escravizados aceitaram passivamente sua posição subalternas, mas a ilusória esperança de ganhar a liberdade pela alforria, só se tornava mais viável mediante o comportamento de docilidade e demonstração de dedicação ao senhor, sendo assim, o sonho de ser livre de um escravo que estimasse sobreviver aos percalços de uma vida indigna fora alimentado pelo fato de "aprender a língua do senhor, rezar ao Deus cristão e saber executar um trabalho útil." (MATTOSO, 2003, p. 112).

Essa estratégia de adaptação e sobrevivência em terras e culturas desconhecidas provocara uma despersonalização dos homens e mulheres escravizados que já possuíam culturas e hábitos de vida consolidados em suas aldeias e clãs de origem. Entretanto não é possível generalizar esse comportamento como sendo comum a todos os negros e as negras, pois havia situações contextuais que diferenciavam os modos de ser e de agir de quem era negro de origem africana, crioulo (nascidos no Brasil) ou forro, pois uma pessoa escravizada do campo, das minas e dos sertões vivia em realidades distintas.

A impossibilidade de dominar a língua do senhor, ou a necessidade de aderir à linguagem do senhor (no caso dos crioulos), demonstra que os brancos falaram pelos negros e para os negros, contando sobre suas histórias e seus aspectos subjetivos. A falta de registro escrito das tradições orais partindo da perspectiva dos negros e das negras sobre a sua situação de escravizados inviabilizou que eles pudessem falar por si mesmo, principalmente mulheres[1], as quais que eram menos valorizadas que os homens.

A desigualdade analisada pelo viés de classe, da raça e do gênero oportuniza a não hierarquização dos modos de opressão. Isto contribui grandemente pra elucidar as diferentes formas de discriminação que mulheres vêm sofrendo na atual sociedade. Esta categoria inscrita como interseccionalidade nos impulsiona a pensar a dominação de uma forma holística**,** incluindo religião, territórios, culturas, hábitos e também as formas simbólicas de dominação.

A linguagem entendida como uma forma de ser e estar no mundo, e consequentemente de atuar sobre ele, nos faz questionar

como os discursos produzidos sobre as mulheres, em especial as negras, contribuíram para a reprodução material e simbólica da dominação. A língua aparece então como uma forma de opressão, pois as formas de raciocínio e retóricas dominantes que naturalizam discursos sexistas e racistas buscam manter o status de indivíduos que estão no topo da hierarquia social, em situação de privilégio e de exploração do outro.

A linguagem para Vigotsky (2010), aparece como uma das formas principais de constituição da personalidade dos sujeitos e como meio de raciocínio:

> Os senhores sabem que (...) para nós próprios, as mensagens das palavras, tem grande importância em nosso raciocínio. Essa importância é tão grande que alguns pesquisadores, na verdade, de maneira incorreta, até identificaram os processos da fala com os processos do raciocínio. (...) Inicialmente, a fala para a criança consiste num meio de contato entre as pessoas, apresenta-se em sua função social, em seu papel social. Mas, pouco a pouco, a criança aprende a aplicar a fala para servir a si própria, aos seus processos internos. Logo, a fala já se torna não apenas um meio de contato com as pessoas, mas também um meio de raciocínio interior à própria criança. (...) enquanto um meio de raciocínio, a fala surgiu a partir de quê? Da fala enquanto um meio de contato. Da ação exterior que se dava entre a criança e as pessoas ao redor, surgia uma das mais importantes funções interiores, sem as quais o raciocínio da própria pessoa seria impossível. Esse exemplo ilustra essa posição em geral, no que diz respeito à compreensão do meio como uma fonte de desenvolvimento. No meio existe uma forma ideal ou final que interage com a forma primária da criança e, em resultado, uma dada forma de ação se torna uma aquisição interna da criança, torna-se dela própria, torna-se uma função de sua personalidade. (VIGOTSKY, 2010, P. 669)

Desta forma, mulheres negras nascem, crescem e se desenvolvem sob o jugo de uma linguagem que costumeiramente as desqualificam, influenciando diretamente na sua autoimagem, nas construções de seus afetos, minando a sua autoconfiança, sabotando a convicção de sua capacidade de agência na participação política. As

diferenças na cor, no gênero e na classe submetem as mulheres aos parâmetros de corpos socialmente reconhecidos e valorizados, a saber, do homem branco e heterossexual de camadas dominantes, o qual reproduz um comportamento hegemônico que assumem a premissa de normas gerais e universais.

Essas premissas hegemônicas aceitam como natural as desigualdades entre os indivíduos e consequentemente conduzem a elaboração de inúmeras políticas públicas que se orientam pela hierarquização da diferença, a partir da sua negação. As políticas que adotam as hierarquias sociais a partir de critérios biológicos aceitam que um ser humano tenha mais valor que o outro a partir de suas idiossincrasias, cristalizando as posições sociais a partir de características biológicas dos sujeitos.

Este elemento simbólico, a linguagem, entendida como forma de vida, é um aspecto da dominação que não pode ter sua importância desconsiderada ou reduzida, pois condiciona as formas de compreender o mundo. A língua não se restringe apenas a um código utilizado em regiões geográficas do globo, ela é parte da vivência dos grupos sociais e quando se torna um instrumento utilizado para inferiorizar os corpos não brancos e não masculinos precisa compor os critérios das análises sobre as desigualdades ao lado das categorias como raça, classe e gênero.

A perpetuação de uma cosmovisão segregadora e discriminatória ao longo dos séculos no Brasil estimula processos de naturalização das capacidades humanas atreladas a raça e gênero, colocando os seres humanos em espaços sociais ditos como adequados ao seu corpo biológico. A precedência da raça e do gênero sobre a competência individual faz com que os discursos e autoestima de uma mulher negra estejam constantemente sendo validados e julgados por alguém branco.

A branquitude não deve ser percebida apenas como a cor da pele, mas como uma adoção de atitudes de dominação e de exercer poder em relações sociais hierarquizadas. Isto significa que a qualificação de uma pessoa negra em geral precisa ser validada por um sujeito branco independentemente de suas capacidades, demonstrando um predomínio de um paternalismo e de uma subordinação de alguém que tem o corpo socialmente desvalorizado.

Como a nossa história ainda tem sido contada pela ótica da branquitude fica evidente que as posições de prestígio masculino e de algumas mulheres brancas se dão pela valorização de uma raça em detrimento de outras, minando as potencialidades de mulheres negras e pardas. Ao negligenciar as capacidades das mulheres negras, nota-se que seu protagonismo foi ocultado ao longo dos séculos, gerando o silenciando de suas vozes e retirando os seus direitos de participação social, política e na distribuição de oportunidades. Mulheres afrodescendentes foram e são tão capazes como qualquer outro ser humano, tendo potencial para desenvolver um trabalho político com a mesma qualidade que homens ou mulheres brancas, sendo um desperdício das suas capacidades intelectuais confiná-las aos domínios do ambiente privado ou da servidão.

É interessante ressaltar que tanto os homens brancos livres como os pretos escravizados, os pardos, as mulheres brancas e crianças se beneficiaram à custa do trabalho das mulheres negras, revelando assim sua posição desvantajosa em relação a todos os outros indivíduos no seu grupo social. Qualquer semelhança com os dias atuais não pode ser considerado acaso, o próximo capítulo elucida que a tradição patriarcal alicerçada no sexismo e no racismo estrutural marcou fortemente a atuação e posição das mulheres negras na sociedade brasileira.

A naturalização da posição subalterna das mulheres negras no contexto brasileiro

A objetificação de corpos não brancos foi fonte de cabedal há mais de cinco séculos no Brasil, onde mulheres negras têm contribuído para o enriquecimento de pessoas brancas de ambos os sexos. Quando possuem seu trabalho apropriado diariamente por baixos salários ou até mesmo gratuitamente dentro do seu ambiente familiar, quando são exploradas diariamente, mulheres negras ficam restritas ao trabalho reprodutivo, tendo uma sobrecarga de trabalho desvalorizado, contudo essencial a manutenção da ordem econômica.

Com duplas jornadas, muitas mulheres negras não têm condições de recuperar suas energias ou exercer suas criatividades, permanecendo a relação de coisificação dos seus corpos enquanto mer-

cadoria importante para a obtenção de lucro de grupos dominantes numa economia capitalista. É possível constatar que

> Sendo as mulheres negras e pobres o grupo majoritário no trabalho do cuidado, conclui-se que a permanência dos papéis de gênero, aliada à raça e classe social, acentuam as desigualdades sociais, reproduzindo assim um ciclo de pobreza e vulnerabilidade pessoal e familiar desse grupo de mulheres. (Domingos, 2022 p. 189)

A perpetuação da vulnerabilidade de mulheres negras não se restringe somente ao contexto histórico brasileiro, é preciso considerar a estrutura de mobilidade, os processos de estratificação social que distribuem de forma desigual as oportunidades de trabalho, as recompensas simbólicas de status na sociedade brasileira, que penaliza um grupo e privilegia outro.

> Em termos simples, os capitalistas brancos beneficiam-se diretamente da (super) exploração dos negros, ao passo que os outros brancos obtêm benefícios mais indiretos. A maioria dos brancos aproveita-se do racismo e da opressão racial, porque lhe dá uma vantagem competitiva, vis-à-vis a população negra, no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas, formulado mais amplamente, os brancos aproveitaram-se e continuam a se aproveitar de melhores possibilidades de mobilidade social e de acesso diferencial a posições mais elevadas nas várias dimensões da estratificação social. (Hasenbalg, 2005, p. 122)

A grande cilada dos discursos políticos que preconizam a igualdade de oportunidade garantida pelo mérito, que geram promessas de uma vida melhor a partir do esforço individual é não considerar as desigualdades sociais que estruturam a sociedade brasileira. Contêm-se os impulsos revolucionários e de insubordinação dessa ordem injusta quando se atribui aos próprios sujeitos a responsabilidade pela sua pobreza e pelo seu insucesso profissional.

A mobilidade social entendida como possibilidade de romper com a transmissão de geração em geração das desigualdades de

oportunidades e de acesso a bens materiais e culturais precisa ser levada em consideração neste debate. Desta forma observa-se que as chances de ascensão social no Brasil não são democráticas, visto que não basta ter um regime democrático para haver igualdade de oportunidades.

Na sociedade brasileira pode-se constatar a existência de elementos que estruturam o racismo e acabam por constituírem os imaginários coletivos populares sobre o papel da mulher negra. Boas (2006, p. 85) afirma que "embora as razões biológicas aduzidas possam não ser relevantes, a estratificação da sociedade em grupos sociais de caráter racial irá sempre levar a discriminação da raça."

A filósofa e escritora Djamila Ribeiro explicita de forma clara como essas relações se consolidam no cotidiano de mulheres negras, quando na preconcepção popular ela está destinada a ocupar um lugar específico nas relações econômicas

> (...) já fui "confundida" com copeira, faxineira ou, no caso de hotéis de luxo, prostituta. Obviamente não estou questionando a dignidade dessas profissões, mas o porquê de pessoas negras se verem reduzidas a determinados estereótipos, em vez de serem reconhecidas como seres humanos em toda a sua complexidade e com suas contradições. (Ribeiro, 2019, p. 26)

No Brasil há uma explícita relação de opressão, na qual mulheres brancas estão em posição subalterna a dos homens brancos; mulheres brancas de camadas mais pobres estão em condição subalterna a dos homens brancos e de outras mulheres brancas das camadas superiores; enquanto as mulheres negras em situação vulnerável estão em condição subalterna a de homens brancos, de homens negros e pardos, de mulheres brancas de qualquer estrato social, se posicionando na base dessa pirâmide social.

Não há nada de natural na posição subalterna das mulheres negras na hierarquia social, este modelo tem se perpetuado ao longo de 500 anos e ainda carregamos a tradição de uma opressão marcada pelo viés de raça, de classe e de gênero. Apesar de constatar que um patriarca tinha o poder de reclassificar a posição social de qualquer indivíduo, é possível inferir que as novas gerações de mulheres

negras que nasceram em solo brasileiro, as quais constituíram família e participavam dos cuidados domésticos das famílias dos brancos tivessem uma percepção de si mesmas a partir de uma visão que Collins (2016), define como "*outsider within*" (estrangeira de dentro).

Por mais que as mulheres negras passassem sua vida inteira envolvidas com os brancos, que gerassem os filhos bastardos dos senhores, que cuidassem dos filhos das senhoras e participassem diretamente no cotidiano das famílias, jamais pertenceriam de forma legítima às famílias brancas, permanecendo como "*outsiders*". No que diz respeito ao contexto dos estudos sobre as relações raciais norte-americanas, a autora afirma que

> O status de ser o "outro" em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105).

A valorização de um único modelo de sujeito, a negação da subjetividade dos corpos negros femininos na atualidade tem relações históricas com o que ocorreu no contexto brasileiro desde a colonização. As comunidades tendem a validar ações e comportamentos reproduzidos pelos grupos sociais como necessidade de pertença e formas de obterem vantagens, sobre forte risco de se tornarem excluídas, desprotegidas ou penalizadas. Sendo assim, mesmo que o dominado não ocupe o melhor status no grupo, a figura de um sujeito dominador exerce a falsa sensação de garantia de sobrevivência mútua.

Sabe-se que na trajetória histórica da humanidade costuma haver alguém que ocupa o lugar de privilegiado, seja em sociedades organizadas por castas, por estratificação estamental ou por classes, na qual alguém se beneficia do trabalho/ exploração de outro ser humano. Os que são explorados de certo modo são silenciados

em suas consciências por condicionamentos que estabelecem relações complexas entre quem é senhor e quem é servo, pois somente a violência como forma de garantir a perpetuação da sociedade e de todos se manterem no "seu lugar" não são suficientes para manter a ordem. O ser dominado precisa "aceitar" permanecer em seu lugar subalterno.

Esses condicionamentos que buscam manter a ordem percebida ingenuamente como "natural" podem ser definidos como um conjunto de práticas coletivas que validam constantemente os discursos de quem está em posição privilegiada e silencia sutilmente quem está posição desfavorável. As práticas de silenciamento que controlam os comportamentos individuais e ordenam a sociedade não são imutáveis, elas podem se ressignificar à medida que isso represente uma necessidade de quem já detém os privilégios e quer se manter na posição de poder ou pelo ato de rebeldia dos dominados, interferindo nas relações econômicas, culturais e morais.

A sociedade brasileira desde sua formação como colônia vem perpetuando os mecanismos de condicionamentos sociais, no qual sujeitos justificam as desigualdades sociais e validam seus comportamentos como explorador do corpo do outro. Isto significa que mesmo que uma pequena parte dos seres humanos tenha que explorar, destruir ou manter grande parte da população como grupos subalternos, todos os envolvidos precisarão acreditar que estarão obtendo algum benefício nesta relação. Dessa forma, o reconhecimento do benefício individual por parte dos dominados em situação vulnerável, possa ser levada ao extremo quando a vantagem real é a garantia de sua sobrevivência e daqueles com quem mantém laços afetivos.

As práticas de condicionamentos sociais que naturalizam as formas de submissão e opressão criam um processo de retroalimentação quando reconhecem as relações de interdependência entre os indivíduos. O dominador precisa do apoio do dominado para ter seus direitos aos privilégios constantemente validados, por outro lado, o dominado/subalterno precisa acreditar que o dominador pode garantir uma rede de proteção.

Essa relação é complexa e não necessariamente é imposta somente pela demonstração de força, pois as relações são carregadas de subjetividades, afetos e outros significados pessoais. As dis-

tinções impostas entre as pessoas representantes de grupos subalternos, também atua como uma forma de manter o controle e ordenamento social, pois a criação de uma hierarquia entre os próprios dominados silencia as iniciativas de rebeldia contra o sistema vigente. A velha tática “dividir para conquistar” representa bem a forma como as mulheres sofrem de forma hierárquica diferentes tipos de opressão, perpassando pelo viés de gênero, raça e classe, fazendo com que um grupo de pessoas privilegiada consiga se manter em posição de poder.

O coletivo de mulheres negras, trabalhadoras subalternas, responsáveis pelos afazeres domésticos, ao assumirem duplas jornadas de trabalho permanecem no anonimato da força de trabalho, reproduzindo as desigualdades ao serem responsáveis individuais por uma grande carga diária de trabalho invisível. Os trabalhos que envolvem o cuidado, arrumação, limpeza não são menos importantes, mas sabe-se que eles são caracterizados economicamente por serem postos de trabalho vulneráveis no mercado com inúmeras trabalhadoras autônomas ou informais, apresentando rendimento abaixo da média nacional.

Como possuem pouca visibilidade social, estas ocupações gozam de menos prestígio, apesar de serem essencial para reprodução da vida social. Não está em questão a dignidade do trabalho doméstico, nem dos trabalhos do cuidado que são invisíveis para quem não os realizam, porém é preciso reconhecer que há um problema para democracia quando milhares de mulheres negras estão destinadas ao servilismo.

As demandas familiares, os cuidados com pessoas dependentes, os intermináveis afazeres domésticos e educação dos filhos - que tradicionalmente são atribuídas como obrigações femininas – ainda precisam ser realizados por alguém. Essas demandas domésticas seguiram por duas vias: a da delegação ou da conciliação (Hirata e Kergoit, 2007), visto que a divisão sexual do trabalho do cuidado é desigual entre os gêneros.

Uma mulher que trabalha fora do ambiente doméstico precisa delegar seus afazeres para outrem (geralmente é uma mulher em condição mais vulnerável), se ela não puder arcar com os custos dessa delegação será preciso conciliar o tempo do trabalho formal com

todo trabalho no ambiente familiar. Porém em ambos os modelos, não se traz a problemática da isenção do gênero masculino na participação das tarefas do cuidado no ambiente familiar. A centralização e romantização do trabalho do cuidado percebido como uma obrigação feminina vem ocultando a estratégia de dominação das vontades das mulheres, da exploração e controle dos seus corpos.

O imaginário popular brasileiro marcado pelo paternalismo, no qual os homens detêm o privilégio de tomar grande parte das decisões sobre a casa/família, já está posto como certo que será a mulher, caso não tenha opção, quem irá abandonar sua vida profissional caso tenha que cuidar dos filhos. Quem questionar se um pai deixará seu emprego para poder cuidar dos filhos poderá ser alvo de piadas ou ser rotulado de inconveniente, pois não compreendeu as lógicas implícitas da socialização de cuidados das crianças pequenas, a qual naturaliza essa obrigação como sendo dada as mulheres.

Não que a subordinação precise inverter de polo, pois o ideal seria que ninguém precisasse ser penalizado pelo fato de ser responsabilizar pelas pessoas que demandam alguma dependência. A sobrecarga de trabalho do cuidado e dos afazeres domésticos resultantes da responsabilização individual das mulheres pelas pessoas com dependência deve ser uma discussão que deve sair do ambiente privado e ser elucidado pelo debate público, formulando-se políticas pautadas na ética da igualdade de oportunidades.

Atualmente não existe mais uma sociedade colonial rural patriarcal, reconhece-se que existe uma diversidade de configurações familiares. Nota-se a liberdade dos sujeitos para escolherem seus parceiros, sendo protagonistas na decisão em manter-se em modelos nucleares, monoparentais, poli afetivos, homoafetivos e na escolha em terem filhos ou não. Independentemente de qual modelo de família o indivíduo esteja inserido, as decisões dentro no âmbito privado ainda têm regido as relações sociais no ambiente público, principalmente no que diz respeito a condição de subalternidade da participação política das mulheres.

Mesmo que haja legislação e políticas vigentes que limitam e regulem as decisões tomadas no nível familiar, o Estado continua permitindo que o autogoverno de grande parte dos arranjos domésticos brasileiros seja um imperativo coercitivo do comportamento feminino,

e, pouco interfere em questões que deveriam se deslocar para o debate público, por se tratar de justiça social e acesso a democracia.

Não estou afirmando que as famílias não devem ter direito de escolher as formas como vão viver suas vidas e os modos de seus arranjos familiares para suprirem as demandas do cuidado. Estou esclarecendo que a falta de alternativa para o compartilhamento do trabalho do cuidado e de pessoas dependente com instituições públicas orienta a decisão de grande parte das mulheres, sendo assim, falta de instituições públicas torna-se fator preponderante na permanência das relações de subordinação.

Há uma necessidade urgente de maior atuação do Estado como responsável pelo cuidado e proteção dos grupos mais vulneráveis, pois as horas de jornada de trabalho formal remunerado são incompatíveis com o tempo despendido para cuidar de alguém dependente. Em grande parte das comunidades da periferia dos grandes centros urbanos é uma realidade a escassez de vagas em creches e escolas públicas de tempo integral, e no que diz respeito ao atendimento a outros grupos que também demandam cuidado como a pessoa com deficiência e idosos, as soluções para o cuidado dessa parte da população se encontra na mercantilização do serviço.

As famílias (que podem) precisam pagar pelo cuidado, tornando as soluções para poder suprir tal demanda de cunho privativas. A probabilidade da pessoa que irá exercer o trabalho do cuidado pago ser do sexo feminino são muito altas, a mulher continua posicionada como cuidadoras das pessoas dependentes, necessitando conciliar a extensa jornada de trabalho remunerado com o cuidado que precisa dispensar no seu ambiente familiar.

No que se refere à dupla jornada de trabalho, ao se trata das mulheres negras em situação de pobreza, quando há possibilidade de delegar as suas demandas de afazeres doméstico a outra pessoa, isto será feito através de elos de solidariedade no seu grupo parental. Geralmente uma cunhada, uma tia, uma prima ou uma avó, todas em situação econômica igual ou socialmente mais precária, serão solicitadas para dar apoio às tarefas de cuidado no cotidiano, reproduzindo assim exploração do trabalho gratuito da mulher em situação de vulnerabilidade social.

Sendo sobrecarregadas com os trabalhos do "*care*" é pouco provável que o coletivo de mulheres afrodescendentes consiga formar

irmandades, participar de grupos ativistas para a conquista de direitos ou entrar na arena pública como profissionais políticas atuantes e militante. Sueli Carneiro (2011), constata que o matriarcado da miséria caracteriza as condições sociais da vida das mulheres negras quando

> a conjugação do racismo com o sexismo (...) produz uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor em cinco anos, em relação às mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (Carneiro, 2011, p. 128)

O princípio democrático de igualdade de oportunidades e de acesso aos direitos básicos de bem estar social é contrariado quando uma mulher penaliza outras mulheres para poder se manter no mercado de trabalho. Os marcadores sociais das diferenças e as trajetórias discriminatórias impostas ao grupo étnico-racial negro no Brasil posiciona as mulheres pretas e pardas entre os grupos dos extremamente pobres ocupando papel fundamental no que diz respeito à reprodução do ciclo de pobreza e vulnerabilidade familiar.

Isto acaba por acentuar a desigualdade social, quando se refere a possibilidade de assumir uma ocupação/salário equivalente às pessoas de outras raças e gênero, perpetuando o seu status social das mulheres negras. As soluções privatistas para resolver o problema da necessidade do cuidado de pessoas em algum momento de suas vidas não são suficientes para alcançar a justiça social.

A situação de exploração do trabalho de mulheres entre elas mesmas para se manterem ativas no mercado de trabalho, a fim de atuarem na sociedade em um nível que ultrapassa a esfera doméstica, vai contra os princípios de igualdade de oportunidade e de direitos. A transposição da responsabilização em nível individual para um nível coletivo pode ser indicada como um caminho de superação, BIROLI (2018), afirma que

> A ampliação da responsabilidade social pelo cuidado seria, assim, construída num processo democrático de que

> participassem tanto aqueles que estão na posição de dependentes quanto aqueles que proveem cuidado. Em vez de privatismo e isolamento, teríamos a chance de encontrar alternativas sociais para que as necessidades de cuidado que todos temos ao longo da vida sejam adequadamente atendidas. (BIROLI, 2018, p. 89)

Conforme exposto, a transposição da responsabilidade individual para o nível coletivo é indicada como um dos caminhos para a superação da sobrecarga de trabalho feminino, além de colaborar para reduzir a vulnerabilidade social de mulheres que exercem o trabalho invisível do cuidado e sem remuneração.

Segundo a autora o enfraquecimento de soluções coletivas adensa a "crise do cuidado" e compromete também a democracia. A autora defende que a ampliação da responsabilidade social pelo trabalho do cuidado deveria ser construída num processo democrático, participando tanto aqueles que estão em posição de dependente quanto aqueles que proveem os cuidados. Deste modo, percebe-se a urgência em pesquisas com mulheres e para mulheres que às questionem como poderia ocorrer a ampliação da responsabilidade social pelo cuidado.

Na década de 1980 a estudiosa Lélia Gonzales já trazia ao debate acadêmico as questões para um feminismo negro, reconhecendo que as condições de exploração de mulheres negras se perpetuavam articulado com a sua condição biológica e racial. GONZALES (2020), afirma que

> É importante insistir que, no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano. (GONZALES, 2020, p. 49)

A persistência de práticas discriminatórias condiciona mulheres à pobreza e a marginalização social, sendo necessária a formulação de modos de superação das diversas exclusões. Mulheres negras estão marcadas pelas imposições discriminatórias, por isso elas devem ser prioritariamente investigadas e ouvidas com o objetivo de explicitar como os fatores sociais, culturais, econômicos ou simbólicos vêm perpetuando a atuação social atrelada ao trabalho invisível do cuidado, visando, assim, encontrar meios de superação de sua posição subalterna nas dinâmicas sociais.

Para a ativista Anna Julia Cooper, nem um homem branco e muito menos uma mulher branca seriam capazes de "reproduzir de forma plena e adequada a exata Voz da Mulher Negra" (Tostes, 2021 p. 57). Somente uma negra teria a sensibilidade para relatar suas vivências, suas experiências de dor, de tormento e de toda opressão que recai sobre seus ombros. Isto significa que as demandas políticas destas mulheres precisam ser ouvidas a partir de suas vozes, óticas e perspectivas, pois do contrário pode-se recair num sexismo ou num paternalismo que retira dos sujeitos suas capacidades de decisão, reflexão e ação.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu fomentar uma reflexão acerca dos papéis atribuídos às mulheres negras e a perpetuação da situação de desigualdade e de pobreza com o propósito de vislumbrar caminhos de superação das soluções privatistas ou exploratórias para as demandas do cuidado. As atuais políticas de combate à pobreza das mulheres necessitam de elementos teóricos fundamentados em uma perspectiva crítica para desmistificar a visão ultrapassada sobre a participação das mulheres negras atrelada somente ao domínio privado do ambiente doméstico.

É de extrema importância discutir e investigar a situação de mulheres em posição de vulnerabilidade social quando são parte de um grupo da sociedade que não tem suas vozes ouvidas e suas demandas reconhecidas como uma necessidade ética de justiça social. Mais estudos e pesquisa sobre as vivências e experiências das mulheres negras poderão contribuir de forma efetiva para a conquista

de direitos, de modo que elas não venham permanecer penalizadas pela sua posição subalterna nos trabalhos do cuidado, criando assim oportunidade de escolhas em condições de igualdade e equidade.

Referências

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOAS, Franz. [1931]. **Raça e Progresso**. In: Castro, C. (org.), Franz Boas: Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, São Paulo, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

COOPER, Anna Julia. **A Voice from the South: by a Black Woman from the South**. Oxford Universit Press,1998. In: TOSTES, Verônica. Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX. Verônica Tostes, Bila Sorj. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGOS, Suzane C. **A posição desvantajosa de mulheres negras**. Revista Contraponto. Dossiê Das Margens para o Centro. v. 8, n. 3 janeiro de 2022.

FERRAZ, Maria do Socorro. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. IN: **O Brasil Colonial** [recurso eletrônico]: volume 2 / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. recurso digital

FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704- 1741. **O Brasil Colonia**l [recurso eletrônico]: volume 3 / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**/ organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda. autoras Adriana Varejão - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HASENBALG, Carlos Alfredo. (1979) **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 2005.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. **Tempo Social.** Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014.

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil.** Tradução: James Amado. São Paulo, Brasiliense, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

VIGOTSKY, Lev Semionovich. **Quarta Aula: A Questão Do Meio Na Pedologia**. Psicologia USP, Tradução de Márcia Pileggi Vinha. São Paulo, 2010, 21(4), 681-701.

CAPÍTULO 10

HIERARQUIA DE GÊNERO NO TRABALHO DE PESCADORES E PESCADORAS

Elizangela Vale Cunha Paz[1]
Doutoranda em Psicologia pela
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – Ceará
elizangelavcpaz@gmail.com

Ane Caroline de Oliveira Cunha Andrade[2]
Mestranda em Psicologia pela
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – Ceará
carolcontab.uece@gmail.com

Antonio Fábio Coelho Paz[3]
Mestre e Graduado em Psicologia pela
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza – Ceará
fajubal@hotmail.com

1 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Gestão Educacional, Especialista em Educação Especial, Pedagoga. Com experiência na gestão escolar, no acompanhamento das unidades escolares do município de Fortaleza, como professora: educação infantil, fundamental e na Educação Superior: orientadora e tutora. elizangelavcpaz@gmail.com

2 Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Pedagoga com Especialização em Ciência da Informação e Gestão Pública Municipal. Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Fortaleza e da Prefeitura de Maracanaú. Atuou como Coordenadora Pedagógica administrativa do Instituto Semear, como Gestora Pedagógica no Município de Maracanaú e Técnica na Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação de Fortaleza e Maracanaú. Atualmente está exercendo a docência em Educação Infantil na Prefeitura de Fortaleza. carolcontab.uece@gmail.com

3 Mestre e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Saúde Pública (UECE) e em Gestão em Saúde (UNILAB). Atuação como psicólogo e docente nas áreas de Saúde, Saúde Mental, Políticas Públicas, População em Situação de Rua, Uso de substâncias psicoativas, Adolescência, Psicologia Ambiental, Psicologia Social e Educação. Experiência em atendimento clínico, psicologia escolar, saúde mental, ministração de cursos, supervisão de estágio, realização de oficinas coletivas, palestras e pesquisas. Docente nos cursos de graduação de Psicologia e Arquitetura e Urbanismo e Psicólogo Escolar. fajubal@hotmail.com

Zulmira Aurea Bomfim[4]
Pós-doutorado na Universidade da Coruña-Espanha
Doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo
Fortaleza – Ceará
zulaurea@gmail.com

RESUMO

Na sociedade e sobretudo no âmbito do trabalho, as mulheres têm sido excluídas e invisibilizadas dos espaços de debate e de poder, ratificando o fenômeno da supervalorização masculina persistente no Brasil. Essa realidade não tem sido diferente nas comunidades pesqueiras. Mesmo com os avanços legais, as mulheres ainda têm sido pouco reconhecidas como profissionais da pesca, apresentando assim um risco para a garantia de direitos e benefícios trabalhistas. Por ser uma cultura tão rica, antiga e histórica constituinte da formação da sociedade brasileira, faz-se necessário dar visibilidade a essa discussão sobre como o feminino se insere nesse contexto laboral, o preconceito, mitos e crendices presentes na cultura do povo do mar se apresentam como dificuldades e barreiras em relação ao reconhecimento almejado pelas mulheres pescadoras. A defesa e preservação ambiental presente no cotidiano dessas mulheres mostra a consciência de sustentabilidade que envolve a sobrevivência de ecossistemas e o respeito à vida.
Palavras-chave: Gênero. Mulher. Pescadoras.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma investigação junto a trabalhadoras da pesca visando contribuir com a preparação do projeto de

4 Pós-doutorado na Universidade da Coruña-Espanha (2011), doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Pesquisadora pela Universidade de Barcelona em Espaço Público e Regeneração Urbana (2001), mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (1990) e graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1985). Professora Titular do Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, desenvolvendo Pesquisas na linha de Vulnerabilidade social e processos psicossociais. Atua nas áreas de Psicologia, com ênfase em Psicologia Ambiental e Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Cidade, afetividade, mapas afetivos; comportamentos pró-ambientais, vulnerabilidade socioambiental e juventude. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental- LOCUS-UFC e é líder do grupo de pesquisa em psicologia ambiental do Cnpq. zulaurea@gmail.com

pesquisa, que tem como objetivo investigar se ou o quanto a cultura de pescadores está inserida nas práticas pedagógicas de escolas em territórios de praia no município de Fortaleza. Assim, a proposta deste ensaio é discutir sobre como se caracteriza o universo feminino na cultura dos povos do mar, considerados como comunidades tradicionais brasileiras, junto com outros grupos populacionais. Ademais, por ser uma cultura tão rica, antiga e histórica, constituinte da formação da sociedade brasileira, faz-se necessário dar visibilidade a essa discussão sobre como o feminino se insere nesse contexto laboral.

De acordo com o Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil (IBGE, 2011), o país possui 8 mil quilômetros de litoral no qual podemos identificar uma intensa atividade comercial do produto pesqueiro. Contudo, não há dados consistentes sobre a população de profissionais atuantes nas atividades pesqueiras. Referida carência de dados é denunciada por alguns coletivos não-governamentais ligados principalmente às lutas das comunidades e populações litorâneas pela preservação ambiental. A estimativa apresentada supõe a presença de cerca de 1 milhão de trabalhadores e trabalhadoras no setor, mas sem dados oficiais consolidados até a presente data.

Sendo assim, tornam-se mais escassas as informações acerca do trabalho feminino em referida atividade. Entretanto, quando o feminino ocupa papel central como unidade de análise, abre-se espaço para a possibilidade de rever a história e as relações sociais de uma cultura que é contada geralmente na perspectiva do masculino. Até mesmo no texto da Política Nacional (Brasil, 2009) o termo utilizado é apenas “pescador”, como se não houvesse a possibilidade de conceber a ideia de “mulher pescadora”.

Nesse sentido, buscamos compreender as características das desigualdades nas relações de gênero, que revelam as relações de poder pelo preconceito de gênero no âmbito do trabalho, bem como a necessária luta pela visibilidade da atuação da mulher na pesca, visando o seu empoderamento. Destarte, para aprofundar essa discussão e guiar nosso olhar, observamos como a dimensão socioambiental está presente nas relações de vida e trabalho.

A começar pela pesca realizada nas comunidades, esta é chamada “pesca artesanal”, conforme definido no texto da Política Na-

cional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. “Pesca Artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009).

Na organização do trabalho nessas comunidades, uma das principais características é que, frequentemente, vários membros da mesma família se envolvem, homens e mulheres, tendo cada um seu espaço bem delimitado. Tradicionalmente, os homens compõem a tripulação das embarcações, exercendo as tarefas mais externas, enquanto as mulheres ficam com o que se considera trabalho de terra – restrito às atividades domésticas, limpeza do pescado e, em raras situações, praticam também a comercialização. Em algumas comunidades há até aqueles que acreditam que se a mulher olhar ou tocar nos equipamentos, isso trará má sorte para a pescaria (Linsker; Tassara, 2005).

Neste cenário fica evidente a hierarquia relacionada ao gênero e trabalho. Lugones (2014, p. 937) comenta dentro de uma perspectiva categorial hierárquica: ‘‘Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como ‘mulheres’, a inversão humana de homens”.

Os homens pescam no mar, nos barcos e jangadas, fazem uso dos instrumentos como redes, armadilhas e outros. Já as mulheres, quando pescam, geralmente o fazem em águas próximas à praia e ficam na coleta de mariscos, ostras, caranguejos e siri (Maldonado, 1986). O que coloca os homens pescadores como provedores fortes e detentores do poder, que asseguram a fonte de renda da família e as mulheres pescadoras como complementares, de menor importância na composição da renda e na relevância do seu trabalho.

Isto posto, o que queremos dizer com hierarquia de gênero no trabalho, especificamente no que se refere a atividade de pesca, é mostrar como as mulheres pesqueiras percebem o incômodo na competição com os homens e as lutas pelo reconhecimento da dignidade laboral, da capacidade de suas ações. Assim, elas são colocadas em condições hierárquicas de ‘‘inferioridade’’ de modo que são prejudicadas pela falta de direitos sociais, por não ocupar um lugar

de reconhecimento semelhante aos homens, e serem descredibilizadas em seu papel.

Nesta conjuntura, reitera-se que é notória a hierarquização relacionada a gênero e trabalho. Dessa forma, a relação homem/mulher tradicional em termos de valor pessoal e para o trabalho, passam a ser vistas como machos e fêmeas, conforme já afirmado por Lugones (2014). O que estamos discutindo aqui, é que colocar os seus corpos como fator essencial para medir o seu valor laboral é uma estrutura situada histórica e socialmente pelo lugar do papel feminino, em estilos de trabalho predominantemente masculinos, tais como a pesca.

Tais configurações se estendem para as relações sociais, culturais, econômicas e ambientais. Denunciam a crueldade das tramas pelo controle da mulher e do seu corpo, revelando um sofrimento implícito e motivador da luta pela liberdade, tal como salienta Butler (1990), quando escreve que "qualquer que seja a liberdade pela qual lutemos, deve ser uma liberdade baseada na igualdade". Assim, conforme reportagem de Beatriz Mattiuzzo, oceanógrafa, a mulher pescadora fica então em condição de invisibilidade, no que reflete inclusive no acesso aos direitos trabalhistas da classe ao qual elas deveriam estar incluídas (Mattiuzzo, 2023).

A FORTE DIVISÃO SEXUAL NO SETOR PESQUEIRO E AS LUTAS DAS MULHERES

Segundo Beauvoir (1960), apenas os trabalhos domésticos eram considerados conciliáveis com os encargos da maternidade, tal como a amamentação, motivo pelo qual as mulheres, desde as hordas primitivas, permaneceram no lar. A autora apresenta também questões de natureza biológica e religiosa, concorrendo para a tese de que a reclusão das mulheres em relação aos homens era "desejada no céu" (Beauvoir, 1960), o que justificava muitos teóricos associarem a mulher à figura do lar e do privado. Contudo, Beauvoir enfatiza que tal teoria não possui "fundamento ontológico nem justificação empírica".

Na perspectiva do contraste, observamos uma cadeia que determina as estruturas em diversos aspectos da vida cotidiana, sobretudo na divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo, termos indissociáveis segundo as pesquisas de Hirata e Kergoat (2003).

Segundo Machado (2009), ao falar de uma hierarquia, percebe-se bem a relação entre masculino e feminino dentro de um universo pesqueiro, bem como a superioridade de um em relação ao outro. Para Hirata e Kergoat (2003), o eixo da dominação e opressão das mulheres é a divisão sexual do trabalho.

Há décadas a reflexão e luta pelo reconhecimento e valorização do trabalho sobre o ponto de vista das teorias feminista e de gênero são debatidos e divulgados. Porém, a invisibilidade atrelada às desigualdades e ao preconceito no âmbito do trabalho são marcantes e atemporais (Woortmann, 1992). Logo, o trabalho da mulher pescadora não escapa dessa dura realidade.

Segundo Kergoat (2002), a divisão sexual do trabalho "caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva". Nesse sentido, faz-se a distinção estrutural que designa o que seria o trabalho de homem e o trabalho de mulher, sendo os homens – os provedores – caracterizados por funções que necessitam de força, coragem e bravura, se empoderando de uma classificação hierárquica superior. Enquanto, cabe à mulher – a submissa – as funções consideradas inferiores como as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos, mesmo trabalhando em jornada dupla, ou seja, conciliando os afazeres domésticos e atividade econômica. Mesmo nesse contexto, de jornada dupla, permanece sendo vista como contribuição de ajudante.

No contexto específico das comunidades pesqueiras, aos homens cabe o ambiente externo, fora da casa, tendo a liberdade para conhecer os mares. Às mulheres, resta o espaço privado, da casa e de seus arredores, da praia, mas não o mar, como se a mulher não pudesse ficar longe de casa. Já para o homem, isso é normalizado e até esperado por parte dele (Maldonado, 1986).

Nos últimos anos, têm-se percebido movimentos que promovem a visibilidade do trabalho das pescadoras, dando voz às suas demandas, buscando acesso a políticas e iniciativas que tragam melhores condições de trabalho e vida. Nas esferas municipal e estadual são promovidos encontros com a participação de organizações e entidades representativas da categoria, a exemplo, os encontros anuais da Rede SESC Povos do Mar, realizados no Ceará. Esses espaços, portanto, trazem ao debate, caminhos para o fortalecimento e desenvolvi-

mento da pesca, o empoderamento da mulher na produção familiar e a melhoria de políticas públicas, para dar respostas às problemáticas advindas das questões de gênero no trabalho de pesca.

Dito isso, cada espaço de debate que se abre, é uma oportunidade das comunidades pesqueiras em território de praia se reunirem e fortalecerem vínculos através de experiências, vivências e debates. Destaca-se entre os temas abordados: Trabalho, Educação Ambiental, Novas Tecnologias, Sustentabilidade, Preservação, entre outros.

Outro exemplo é a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP). Fundada em 2005, é uma iniciativa divisora de águas (para usar uma metáfora contextualizada) na busca da valorização e da garantia de direitos e deveres das mulheres pescadoras. Apesar de só ser formalizada nacionalmente no início do século XXI, a luta das mulheres pode ser percebida anteriormente e de maneira descentralizada pelo país, conforme destaca a ANP:

> Começaram, na cidade de Itapissuma (PE), na década de 70, as primeiras tentativas de organização das pescadoras, que tiveram o apoio do trabalho realizado pela Ir. Doroteia Nilza Montenegro do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Essas iniciativas se expandiram para outras regiões e estados do Nordeste. O reconhecimento como pescadoras acontece, ainda na década de 80, quando são emitidas as primeiras carteiras de pescadoras, como marisqueiras. Nos anos 80, as mulheres pescadoras iniciam processo de ocupação dos espaços de poder (colônia, federação) (ANP, 2023).

Em 1989, Joana Mousinho foi a primeira pescadora do Brasil eleita presidente de uma colônia de pescadores, quebrando barreiras e paradigmas historicamente opressores. Daí, outras conquistas da luta das mulheres pescadoras foram identificadas ao longo dos anos em vários aspectos: educação, reconhecimento da identidade de pescadoras, emissão das carteiras de pescadores, aposentadoria através da Previdência Social, pensão em caso de morte do esposo, auxílio-maternidade e Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal - PSDPA (ANP, 2023).

Por fim, argumentos que podem ser tidas como conquistas básicas, mas refletem a dura realidade de uma classe trabalhadora que questiona as razões de sua situação na sociedade. Destarte, contemplam o empoderamento dessas mulheres, tornando-as conscientes de que são elas as responsáveis pela mudança social, produzindo conhecimento e transformação. Nesse sentido, a ação política e a organização coletiva são o que define o verdadeiro empoderamento.

AMBIENTE E TRABALHO DAS PESCADORAS

A questão de gênero não determina apenas a função exercida por homens ou mulheres[5], mas também o ambiente em que elas acontecem. A divisão sexual do trabalho na comunidade pesqueira é bem característica e tradicional, em que os ofícios, cultura e conhecimentos são passados de geração a geração por meio da transmissão oral.

Nessa divisão, o espaço natural passa a ser classificado como espaço social e de domínio pertencente a cada gênero distintamente. Em uma verdadeira relação de oposição entre o mar e a terra, o homem e a mulher (Woortmann, 1992). Cabe ao homem o mar e a mulher a terra.

Ao pescador, destina-se o manejo das embarcações, a lida com os instrumentos de pesca, a compreensão do movimento das marés e a pesca no mar alto – aprendizagens adquiridas desde muito cedo, ainda crianças. Já as mulheres, estas aprendem a lidar com as tarefas domésticas e as extra domésticas, que são realizadas de acordo com a necessidade do grupo familiar, podendo ser desde a pesca em águas próximas ou manguezais, coleta e ou cultivo de algas e mariscos, tecelagem ou remendo de redes de pesca, preparo de iscas e linhas, processamento e venda de pescado, e ainda a diversificação de fontes de renda familiar, como a agricultura, artesanato, comércio e serviços – atividades por vezes não remuneradas.

As mulheres pescadoras geralmente têm baixa escolaridade e renda, trabalham em condições de precariedade, sem segurança, em locais inóspitos como os manguezais, com riscos de acidentes, afo-

5 Vale ressaltar que a título deste trabalho estamos tratando apenas de mulheres e homens, não contemplando as demais identidades de gênero.

gamentos, contaminações devido a exposição à poluição, bem como a vulnerabilidade à violência sexual e doméstica.

Assim, uma vez que as relações de trabalho são hierárquicas, as relações internas da família e da comunidade se caracterizam pela complementaridade entre os gêneros. A exemplo, temos a alimentação familiar, em que o homem traz do mar o pescado, principal fonte de proteína, e a mulher os legumes, verduras e frutas do roçado e das hortas, sendo particulares ou comunitárias. Na comunidade, a participação em colônias e cooperativas são os instrumentos de registro e de luta pelo reconhecimento.

O desenvolvimento e a especulação nos territórios de praia – antes dominados por comunidades pesqueiras – apontam hoje, principalmente para transformações oriundas dos setores energético (provenientes das energias eólica e solar), turístico e imobiliário, contribuindo para novos desafios enfrentados pelas mulheres pescadoras. Nesse sentido, a condição feminina se (re)constrói no tempo e espaço (Woortmann, 1992).

No documentário "Eu Sou Pescadora[6]", de 2020, os relatos mostram que o maior preconceito sofrido pelas mulheres pescadoras vem da própria família. Aqui, algumas situações relatadas do documentário, a saber: a. que hoje existe tecnologia e as mulheres não precisam fazer a pesca como os homens faziam antigamente, sendo isso, motivo para difamação do trabalho da mulher pescadora; b. embarcação de homens pedir para elas saírem daquele local, por ser deles; c. críticas relacionadas à vaidade e ao cuidado, em que as pescadoras não poderiam pintar unha ou arrumar o cabelo; d. que atrapalhavam, retirando a liberdade dos homens, em suas necessidades fisiológicas nas embarcações. Portanto, estes são alguns exemplos de situações preconceituosas do cotidiano enfrentadas pelas pescadoras, pelo simples fato de serem mulheres.

Uma das pescadoras relatou que após muito trabalho e organização financeira conseguiu adquirir um barco a motor para pesca em alto mar, porém o referido barco encontrava-se parado devido

6 O documentário apresenta mulheres do litoral carioca e riograndino que atuam na cadeia produtiva da pesca, seus enfrentamentos na participação política relacionada ao seu ofício, a necessidade de reconhecimento entre seus pares e nas esferas institucionais, e outras discussões apontadas por pesquisadores que acompanham o conflito existente nas populações pesqueiras artesanais.

à dificuldade de formar sua equipe de trabalho (tripulação), uma vez que não aceitaram sua proposta de trabalho, sob a alegação de não "querer uma mulher como patrão", ou ainda por não querer "ser mandado por mulher". Expôs também que mesmo tendo carteira de pescadora, nunca recebeu uma cesta básica ou seguro defeso.

Nesse contexto, há dificuldade para adquirir documentação como pescadora no regime de economia familiar, sendo estes: a carteira de pescadora, licença do Ibama e registro de embarcação na marinha. Há pouco tempo que as mulheres adquiriram o direito de obter referida documentação.

As dificuldades socioambientais contribuem para a necessidade de organização e luta diária por melhores condições de trabalho e a resistência pela preservação e sustentabilidade. Além disso, o sol, a maresia, os mosquitos e a chuva são agentes naturais que interferem na saúde das pescadoras, trazendo consequências a longo prazo.

Por fim, tem-se também a poluição, a falta de saneamento básico, o que gera descarte do esgoto nas águas, contaminação por produtos químicos, petróleo, além dos impactos ambientais pela construção industrial. Fatores estes que causam adoecimento físico e mental. Sem preservação não haverá sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão do trabalho no contexto cultural do povo do mar, no universo pesqueiro que historicamente é masculino, mostra as dificuldades das mulheres que lutam pelo reconhecimento como profissionais trabalhadoras da pesca e pela implementação de leis que garantam direitos básicos e igualitários.

Nesse contexto, a luta das mulheres pescadoras caracteriza uma luta de gênero, uma vez que o pescador exerce uma superioridade de direitos e condições de trabalho em relação a pescadora. Além da invisibilidade, vulnerabilidade, preconceito, discriminação, sobrecarga e superstições, tudo faz parte da batalha diária enfrentada por essas mulheres.

Compreendemos que, essa desigualdade de gênero se coloca como o alimentador da desigualdade social, marcando considera-

velmente as condições de trabalho e a qualidade de vida da mulher e mais especificamente das pescadoras.

Diante disso, a defesa e preservação ambiental presente no cotidiano dessas mulheres, mostra a consciência de sustentabilidade que envolve a sobrevivência de ecossistemas e o respeito à vida. Portanto, essa realidade vem sendo alterada em passos lentos, através da luta e resistência feminina, da busca pelo conhecimento e reconhecimento, da organização coletiva e principalmente, pela garantia de direitos conquistados.

REFERÊNCIAS

ANP, Articulação Nacional das Pescadoras (2023). **Histórico**. Articulação Nacional das Pescadoras. https://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico_52.html

BRASIL. **LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988. Interrogando a identidade. p.70-104. Comentário: Sabine Mabordi (UBC - University of British Columbia) Tradução do comentário: Mariana Lustosa (UFRGS)

BUTLER, Judith. (1998). Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, 11, 11-42. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457/2381

CURIEL, Ochy. (2020). **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. Em Heloisa Buarque de Hollanda (Org.). Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais (pp. 120-1138). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

FIGUEIREDO, Mariana Morenna A; Prost, Catherine. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. Vol.2, N.1 – 2014.

Revista Feminismos UFBA. https://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico_52.html

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Pulo: Claridade, 2011.

HIRATA, H. (2002). **Nova divisão sexual do trabalho?**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo.

HIRATA, H. & Kergoat, D. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In M. Maruani & H. Hirata (Orgs.), **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. (pp. 111-123). São Paulo: Editora Senac.

IBGE, Diretoria de Geociências. Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil. **Rio de Janeiro: Ibge**, 2011.

JIN, M. Strangers on a Hostile Landscape. In: COBHAM, R., COLLINS, M. (Ed.). ***Watchers and Seeker*.** London: The Women's Press, 1987. p.126-127.

KERGOAT, D. (2000). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senoier (Orgs.), **Dictionnaire critique du feminisme**. (pp. 101-140). Paris: Presses Universitaires de France.

KERGOAF, Daniele. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-posições**, v. 13, n. 1, p. 47-59, 2002.

LINSKER, Roberto; TASSARA, Helena. O mar é uma outra terra. **São Paulo: Terra Virgem**, 2005.

LUGONES, María. (2014) Rumo a um feminismo descolonial. University of New York. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. 22(3) 320 setembro-dezembro/2014 (952-935).

MACHADO, Michael Ferreira. Entre a terra e o mar: O trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil. **O portal dos psicologos**, 2009. https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0530.pdf

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 03, p. 713-737,

2012. https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300007.

MALTTIUZZO, Beatriz, Mulheres do Mar o que você (não) sabe sobre as mulheres na pesca. **UOL**, Ilha Grande, RJ, 12 mar. 2023. Seção ECOA. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2023/03/12/mulheres-do-mar-o-que-voce-nao-sabe-sobre-as-mulheres-na-pesca.htm

WALTER, Tatiana.(2020). Eu sou pescadora. Documentário: gênero e pesca. https://www.youtube.com/watch?v=8SkVSPgIUJE

WOORTMANN, Klaas. A comida, a familia ea construçao do género feminino (La nourriture, la famille et la construction du genre féminin). **Dados**, v. 29, n. 1, p. 103-129, 1986.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 41-61, 1992.

CAPÍTULO 11

"IMPOSSÍVEL FAZER LITERATURA SOZINHA": VOZES FEMININAS E SEUS RESPECTIVOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO

"IT'S IMPOSSIBLE TO MAKE LITERATURE ALONE": FEMALE VOICES AND THEIR RESPECTIVE CREATION PROCESSES

Raquel Figueiredo Barretto
Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza – Ceará
https://orcid.org/0000-0002-7589-4366
raquelfbarretto@gmail.com

RESUMO

A literatura, assim como todas as outras áreas da vida humana, ainda está impregnada de desigualdades. Mulheres escritoras não são exatamente uma novidade no mundo da escrita literária, entretanto, elas enfrentam desafios e têm processos de escrita diferentes do universo masculino. Diante desta realidade, esta pesquisa teve como objetivo conhecer o processo de escrita de mulheres. Foi realizada, no primeiro semestre de 2025, uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, analítica com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados usando tendo como metodologia a bola de neve e analisados conforme Análise de Conteúdo. Os resultados apontam quem as mulheres informantes deste estudo são prioritariamente brancas, nordestinas, com mestrado concluído, e que produzem diferentes gêneros literários a partir de temas do cotidiano. A maior dificuldade encontrada pelas autoras é o tempo para se dedicar a literatura. Conclui-se com este estudo que ainda há muita desigualdade na seara literária.

Palavras-chave: Escritoras femininas; Literatura; Empoderamento feminino; Letramento de gênero.

ABSTRACT
Literature, like all other areas of human life, is still permeated by inequalities. Female writers are not exactly a novelty in the world of literary writing, however, they face challenges and have different writing processes than men. Given this reality, this research aimed to understand the writing process of women. In the first half of 2025, an exploratory, analytical field research with a qualitative approach was carried out. The data were collected using the snowball method and analyzed according to Content Analysis. The results indicate that the women informants in this study are primarily white, from the Northeast, with completed master's degrees, and who produce different literary genres based on everyday themes. The greatest difficulty encountered by the authors is the time to dedicate to literature. It is concluded from this study that there is still a lot of inequality in the literary field.
Keywords: Female writers; Literature; Female empowerment; Gender literacy.

1. Introdução

"No Brasil, pesquisa divulgada em 2012 pelo Instituto Pró-Livro classificou como leitores 43% dos entrevistados homens e 57% das mulheres." (Pecora, 2014). Ou seja, temos mais mulheres leitoras que homens leitores. Fato.

A questão toda é, e se apontarmos o foco para a escrita, para a produção de livros por mulheres, essa questão se mantém da mesma maneira?

De acordo com Vidigal (2022) "As mulheres estão publicando mais livros no Brasil. Em um mercado editorial majoritariamente dominado por homens, foi perceptível uma "virada de chave" das autoras a partir da pandemia."

Essa questão em torno da desigualdade na literatura é tão antiga quanto a própria desigualdade social:

> "Nos mais variados campos profissionais, a presença feminina é algo que foi se conquistando com o passar do tempo, com muitas lutas e reivindicações. E no campo intelectual isso não é diferente, aliás, é um espaço em que as disparidades ainda são gritantes" (Fraga apud Muta, 2022).

Essa desigualdade entre homens e mulheres não é uma premissa exclusiva da literatura, não. Infelizmente. No campo científico, conforme Miranda (2023) isso é ainda mais evidente.

A importância dessa relação entre mulheres e literatura é ressaltada em (Ferrarez, et al, 2022, p. 01), a saber:

> Em uma sociedade calcada nas bases do patriarcalismo, a mulher é subjugada pela dominação masculina. Submissão, silenciamentos, violências e opressão são marcas desse sistema conservador que oprime mulheres, demarcando socialmente o seu espaço e o seu papel. Esse sistema opressor silenciou de várias formas vozes femininas, inclusive por meio de violência física. Foram séculos de lutas para que a mulher se insurgisse contra a submissão que lhe era imposta

Diante do acima exposto, esta pesquisa teve como problemática a seguinte questão: Como se dá o processo de escrita das mulheres escritoras?

Para que a problemática acima apontada pudesse ser respondida, este trabalho teve como objetivo conhecer o processo de escrita de mulheres.

2. Revisão de Literatura

São muitas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. No campo da produção literária, as dificuldades enfrentadas, pelas mulheres para publicar são inúmeras e difíceis de superar de uma hora para outra. “O apagamento das mulheres na literatura não acontecia somente na dificuldade em se consolidar como escritoras, mas também na sua baixa representação entre os personagens criados.” (Oliveira, 2024)

Conforme Universo dos Livros (online), as dificuldades enfrentadas pelas mulheres são históricas: (1) a questão do anonimato e do pseudônimo, se uma mulher que publicasse seu livro expondo sua identidade feminina, arriscava-se a ser criticada não só pela sociedade, mas também por familiares, amigos e todo o seu círculo social; (2) “jeitos de escrever femininos”: mulheres só escrevem livros sobre amor, romances e com finais dramáticos.

Como uma tentativa de mudança dessa realidade acima exposta, tem-se os grupos de escrita femininos. Nas palavras de Pacheco (2019, p. 17), grupos de escrita femininos são “movimentações pela desinvisibilização de determinados grupos sociais, formando um diálogo entre a circulação de significados propiciada pela leitura e a presença da mulher no cenário literário.”

Não deixam, portanto, esses grupos de realizar um importante trabalho de letramento literário e de letramento de gênero. “A concepção do letramento como empoderamento é atualmente mais um desejo do que uma realidade, segundo Stromquist (2001, p. 305).

Por letramento literário, compreende-se “o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos”. (Paulino; Cosson, 2009, p. 67). Além deste letramento literário, os grupos oportunizam também, mesmo que indiretamente, o letramento de gênero, que, conforme Lima et al (2024), por sua vez, desempenha um papel vital na criação de uma cultura de respeito e igualdade, combatendo a discriminação e a violência de gênero.

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

A partir dos objetivos explicitados na introdução, os procedimentos adotados para a realização desta pesquisa foram: foi realizada, no primeiro semestre de 2025, uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, analítica com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados usando tendo como metodologia a bola de neve.

> A metodologia bola de neve “é uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência. Apesar de suas limitações, a amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como quando não há precisão sobre sua quantidade. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo”. (Vinuto, 2014)

Os dados foram coletados a partir de entrevistas realizadas com mulheres escritoras, utilizando da ferramenta Google Forms. O

critério de participação dos sujeitos (mulheres escritoras) foi a conveniência. Foram convidadas a colaborar mulheres que já haviam publicado um livro ou algum texto seu numa coletânea/antologia ou compartilhado seus escritos num site/blog/página eletrônica.

Os dados qualitativos foram analisados conforme análise de conteúdo de Bardin (2011). Análise de conteúdo, em linhas gerais, dá-se da seguinte maneira: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material (3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação

A pesquisa respeitou os aspectos éticos dos estudos que envolvem serem humanos (Brasil, 2016).

3.1. Resultados & Discussão dos resultados

A amostra deste estudo contou com a participação de 10 mulheres escritoras.

Em primeiro lugar, as mulheres foram questionadas acerca da sua idade e se havia alguma relação entre a sua idade e seu processo de escrita.

Dentre as informantes, as idades variaram de 37 anos até 68 anos. 80% delas afirmou haver relação entre a idade e a sua escrita e apenas 20% afirmaram não existir nenhuma relação entre essas duas variáveis. Conforme a idade acima descrita, temos no grupo de respondentes mulheres escritoras maduras.

> “Eu acho que quando mais jovens somos, menos temos sobre o que escrever. Porque a vida é quem nos dá o material da nossa escrita. Pode até haver jovens escritores que começaram bem cedo, mas essa não é a realidade de muitas mulheres. A família, a casa, os filhos, o trabalho formal (eu não sou escritor profissional) ocupam muito do nosso tempo”. (Sujeito F)

Apesar das mulheres informantes deste estudo não terem sinalizado relação entre a sua idade e sua produção escrita, o trabalho de Fernandes e Oliveira (2023) trata deste delicado tema que é questão do etarismo na literatura.

Questionou-se ainda as mulheres acerca do seu grau de escolaridade e se havia relação entre sua escolaridade e sua escrita. 30%

das respondentes têm mestrado concluído. E mais: 90% das mulheres reconhecem haver relação entre sua escolaridade e sua escrita.

> "Eu comecei mesmo a escrever no mestrado. E não tenho mestrado na área de escrita, não. É que uma coisa puxa outra. Você escreve tanto artigo científico que tem hora que se vê sufocada. E eu encontrei na escrita não científica uma válvula de escape". (Sujeito D).
>
> "Eu comecei a escrever por causa da terapia. E eu só comecei a terapia depois que eu conclui o mestrado e passei a ter melhores oportunidades profissionais e melhores condições financeiras." (Sujeito A).

As mulheres também foram questionadas sobre sua cor de pele e se havia alguma relação entre sua cor e sua escrita. A maior parte das respondentes, 70%, se identifica como uma mulher branca e 30% parda. Ou seja, dentre os sujeitos deste estudo, não havia mulheres escritoras negras. Sobre a relação entre cor e escrita, 50% diz que há e a outra metade diz que não.

> "Quando eu escrevo, eu posso ser quem eu quiser: mulher, homem, cachorro, azul, preto, branco." (Sujeito H).
>
> "Minha escrita é branca como eu e tenho ciência de que ocupo uma posição privilegiada" (Sujeito B).

Quando questionadas acerca do seu local de origem, a maioria das mulheres (70%) era do Ceará, 10% de Brasília, 10% de Salvador e 10% de São Paulo. Ou seja, dentre as respondentes, há a predominância de mulheres escritoras nordestinas. E, assim como com a variável anterior, metade das mulheres reconheceu haver relação entre o seu local de origem e sua escrita e outra metade afirmou que não.

Sobre essa questão geográfica, como apontado no estudo de Aleixo (2015), ainda há as questões estruturais relativas à raça e diferenças regionais que atravessam o ato de publicar, vender e ler literatura no/do Brasil. Ou seja, fazer literatura no eixo Sul – Sudeste é mais visível que fazer literatura no eixo Norte-Nordeste.

> "Meu lugar, meu chão, meu contexto, minha vida. Isso, isso impacta na minha escrita. Não conheço outro chão,

> como vou escrever sobre a vida do outro lado do planeta?" (Sujeito E)
>
> "Posso escrever sobre qualquer coisa, qualquer lugar, qualquer pessoa, desde que a ideia nasça" (Sujeito G).

As mulheres foram convidadas a contar um pouco como foi o processo de publicação do seu livro/do seu texto. A maior parte delas é autora independente, ou seja, escreveu e publicou o livro por conta própria.

> "Foi um processo lento, feito de maneira independente, com a ajuda de financiamento coletivo e divulgado nas redes sociais." (Sujeito A).
>
> "Fiz uma publicação independente. Sem editora. Fiz o contato com a gráfica, tudo de maneira independente." (Sujeito D)

Aliás, a internet foi citada por várias delas como a melhor vitrine para divulgação e venda de livros de autores não profissionais.

> O acesso ao "espaço democrático" da internet possibilitou a inserção de mulheres no campo do fazer literário brasileiro, favorecendoodesenvolvimentoe/ouascensãodeumaescritadeautoriafemininano Brasil (De Freitas, 2021)

Pediu-se que as escritoras contassem um pouco sobre sua prática de escrever: quando começaram? O que as levou a escrever? Muitas delas relataram que iniciam seu processo de escrita ainda jovens, através de um diário.

> "Sempre gostei de escrever. Quando adolescente no diário, contando histórias, depois no Diário espiritual como forma de registrar reflexões de leitura bíblica. Mais tarde textos em redes sociais. Em seguida organizando a escrita em forma de livro. (Sujeito I)

O diário é uma constante na literatura, ora como gênero escolhido ora até como personagem dos romances. De acordo com Moreira,

> é que o diário seria muitas vezes escolhido por tratar-se de um gênero que, embora historicamente praticado por todo tipo de pessoa, sempre possuiu uma identificação, uma

> aceitação e uma longa tradição de emprego por discursos da margem, sendo frequentemente acolhido por grupos colocados fora do centro da sociedade, como as mulheres e os homossexuais, por exemplo. (Moreira, online)

Aliás, tem-se vários livros consagrados em que a história é contada no formato de diário: o tradicionalíssimo Diário de Anne Frank, O diário de Bridget Jones (história também famosa por sua adaptação cinematográfica), Quarto de Despejo (de Carolina de Jesus), por exemplo. Coincidentemente ou não, são livros escritos por mulheres em diferentes momentos históricos. Até na seara da literatura infanto juvenil, tem-se o diário como destaque em obras como O diário de um banana e O diário de uma princesa.

Interessante destacar, ainda, a presença de uma personagem muito importante durante esse início de vida para algumas escritoras: os professores.

> "O meu incentivo de escrita sempre foram as professoras de Português que elogiavam muito meus trabalhos e produções de texto. Talvez por isso eu tenha me tornado também professora de Língua Portuguesa e busco influenciar novos escritores como fui influenciada." (Sujeito G)

De acordo Freire (1987, p. 38), o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade de transformar. Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas de contorno não discirna. Isto é verdade se refere a forças sociais. A realidade não pode ser modificada se não quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer. E a literatura pode ser/é um dos meios para que essa tomada de consciência social ocorra. E é na escola onde normalmente as pessoas têm seu primeiro contato ou maior contato com a literatura.

Quando questionadas acerca do gênero que produzem, as mulheres são bem ecléticas:

> "Cônica, conto e romance" (A)
>
> "Escrevo poemas, crônicas, textos didáticos para educadores da infância, textos de teatro infantil e literatura infantojuvenil." (B)

> “Crônicas, contos e histórias infantis” (c)
>
> “Hoje escrevo livros infanto juvenil,. poesias e cordéis (D)
>
> “Artigos jurídicos e de opinião” (E)
>
> “Já escrevi artigos científicos, mas não é o que prefiro escrever. Escrevo textos reflexivos. Já escrevi um romance, mas minha escrita mais recente é uma crônica.” (F)
>
> “Diário, crônicas e livro” (G)
>
> “Na Literatura, atualmente escrevo crônicas, contos, poemas, literatura infantil, erótica, e estou com um romance em processo. Na academia, escrevo ensaios, artigos e estou escrevendo minha tese de doutorado.” (H)
>
> “Cronica e poesia” (I)
>
> “Poesia, conto, crônica e fábula” (J)

Acercas das temáticas mais comuns na escrita das mulheres entrevistadas, temos o cotidiano como a resposta mais comum. Por cotidiano, as mulheres entrevistas compreendem: “a maternidade” (sujeito A) “os sentimentos da alma, o que sinto e penso sobre as questões da vida, a busca pelo autoconhecimento, as belezas e também ignorâncias das pessoas e do mundo” (Sujeito H).

Questionamos ainda as mulheres acerca das condições/espaços/tempo para escrita.

> “Escrevo em qualquer situação em que venha a inspiração, sozinha ou acompanhada.” (A)
>
> “A intuição vem de forma espontânea e eu procuro aproveitar cada gota desse néctar sagrado. Adoro varar o dia escrevendo” (B)
>
> “Ele escrevo em qualquer lugar. Gosto de ficar sozinha e prefiro a madrugada. As vezes escrevo num fôlego só as vezes demoro dias para terminar uma escrita.” (C)
>
> “Escrevo rabiscos, ideias soltas, depois vou alinhando tudo, coloco em ordem e reescrevo várias vezes corrigindo e aprimorando o texto” (D)
>
> “Sozinha. Normalmente num impulso, em poucos dias” (E)
>
> “Infelizmente não tenho tanto tempo e aproveito o tempo que tenho. Muitas vezes a noite quando a casa está mais tranquila. Mas enquanto escrevo me concentro, esqueço o relógio, não vejo o tempo passar. Dependendo do texto pode ser primeiro no caderno ou direto no celular. As ve-

> zes a ideia vem e o texto sai de uma vez. As vezes sei o tema, mas não sei exatamente o que quero dizer e espero a ideia maturar, leva uns dias e o texto sai." (F)
>
> "Escrevo normalmente em casa, mas pode ser em qualquer lugar. Escrevo quando estou só, mas posso estar também acompanhada, desde que a ideia cheguei." (G)
>
> "Infelizmente não tenho uma rotina organizada. Eu escrevo até no celular em um grupos de wpp comigo mesma. Ou escrevo no word, em caderno... Já escrevi até em guardanapo e já gravei minha voz porque um texto me veio e eu estava finalizando o cabelo. Eu escrevo muito de supetão, mas também me organizo para escrever sentadinha no escritório ou durante uma viagem de avião. Frequentemente prefiro os textos que surgem em momentos inapropriados como no meio de um banho ou caminhada" (H).
>
> "Eu escrevo no trabalho, enquanto estou escrevendo reportagens e também no celular, em casa, já escrevi no ônibus" (I)
>
> "Escrevo só, observo, reflito e produzo os meus escritos. Quando o assunto me inspira escrevo a qualquer momento." (J)

Conforme acima explicitado pelas entrevistadas, os processos de escrita são singulares. Não há um padrão. E nem poderia havê-lo tendo me vista a multiplicidade de autoras. "Tendo em vista opressões e violências de gênero a que nós, mulheres, somos submetidas diariamente, seria a prática da escrita uma ferramenta que nos possibilitaria ampliar e inventar novos modos de existência?" (Valle, 2024)

Em Um teto todo seu, Virginia Woolf (2014) traz uma importante reflexão acerca dessa questão:

> é um enigma perene a razão pela qual nenhuma mulher jamais escreveu qualquer palavra de uma literatura extraordinária quando todo homem, ao que parece, é capaz de uma canção ou um soneto. Quais eram as condições em que as mulheres viviam? Perguntei a mim mesma; a ficção, quer dizer, o trabalho imaginativo, não cai como uma pedra no chão, como na ciência; ficção é como uma teia de aranha, presa por muito pouco, mas ainda assim presa à vida pelos quatro cantos.

Perguntou-se ainda para as mulheres entrevistadas “O que motiva a sua escrita? O que dá impulso para você escrever? O que é escrever para você?”. E, usando diferentes palavras, todas as mulheres veem a sua escrita como sinal de vida “Escrever me ajudar a viver” (F). “A escrita é terapêutica. Organiza minhas ideias e alcança outras pessoas.” (H)

“O que você sente ou como se sente quando conclui a sua escrita (quando acaba de escrever e olha/lê o próprio texto publicado)”? Essas perguntas também foram feitas e as mulheres responderam sobre o a sensação de “Missão cumprida.” (C), o sentimento de orgulhar-se de si mesma “Muito orgulho de mim” (D).

Para Schmidt (1995, p.187), “a literatura feita por mulheres envolve uma dupla conquista: a conquista da identidade e a conquista da escritura.”

Quando questionadas acerca das maiores dificuldades para escrever, todas elas foram unânimes ao identificar o tempo. “Tempo. Escrever exige tempo pra ler sobre os temas e pra pensar sobre eles.” (I)

“Segundo Michelle Perrot (2012), as vias de escrita para as mulheres sempre foram de difícil acesso. Muitos obstáculos impediram o florescimento de uma escrita de autoria feminina, nomeadamente questões de ordem social e moral. Mas, apesar da existência destas impossibilidades, sempre, ao longo da História, existiram mulheres que hoje podem ser consideradas pioneiras no exercício de escrever”

3. Considerações Finais

A escrita literária, como todas as searas da vida humana, ainda mantém traços de extrema desigualdade.

O processo de escrita das mulheres escritoras apresentado neste estudo é apenas um recorte da realidade que muitas mulheres escritoras vivem: falta de tempo, falta de apoio, mas também dedicação, orgulho do trabalho realizado.

As limitações deste estudo são evidentes uma vez que se trata de uma pesquisa qualitativa com uma amostragem pequena. Entretanto, dar visibilidade para as mulheres escritoras que foram, durante séculos, tratadas pela sociedade como uma produção literária

sem importância ou de menor qualidade é uma reparação que a academia tem que adotar.

Os desdobramentos deste estudo também já estão em curso: um levantamento acerca do perfil sociodemográfico dessas mulheres, estudos sobre os grupo de escrita como redes de apoio e sobre a literatura como ambiente para o empoderamento feminino.

Referências Bibliográficas

ALEIXO, Mariah Torres. Literatura entre feminismo(s) e reconhecimento: notas sobre o #leiamulheres Porto Alegre. 2015. Disponível em: https://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541450160_ARQUIVO_Artigo31RBAMariahT.Aleixogt8.pdf. Acesso em: 04 de jun. 2024

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 17 jan. 2025

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto,. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

De Freitas, N. P. ANOTAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA ESCRITA DE AUTORIA FEMININA. *Inventário*, (27), 96–117. 2021. Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/38375. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERRAREZ, Isabella Maestri Teixeira et al. Insubmissas palavras de Mulheres: o resgate da literatura de autoria feminina no cânone brasileiro. 2022. Disponível em: editoraessentia.iff.edu.br. Acesso em: 04 de jun. 2024

FERNANDES, Esdras Bandeira; OLIVEIRA, Silvanna Kelly Gomes de. A sexualidade na velhice: uma análise do etarismo a Partir dos contos “Luamanda” e “Maria dos Prazeres. 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91859. Acesso em: 21 jan. 2025.

FRAGA, Jaqueline. In: MUTA, Juliano. Mulheres buscam maior representatividade na literatura. Disponível em: https://www.folhape.com.br/cultura/mulheres-buscam-maior-representatividade-na-literatura/216267/. Acesso em: 17 jan. 2025

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

LIMA, Carla Emanuela de Melo et al. Letramento de gênero e a lei maria da penha: promovendo a equidade de gênero e o empoderamento feminino nas escolas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação —REASE. 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15151/7969. Acesso em: 30 ago. 2924

MIRANDA, Guiliana. Estudos têm três vezes mais autores homens em referência do que mulheres. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estudos-tem-3-vezes-mais-autores-homens-em-referencias-do-que-mulheres-3242184e.html?d=1. Acesso em: 17 já. 2025

MOREIRA, Daniel da Silva. O diário, um gênero da margem. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/85853853/15353-60128-1-PB-libre.pdf?1652296462=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_diario_um_genero_da_margem.pdf&Expires=1737476767&Signature=c9zJWNrEG4ebASzZ~6nsJcYn-HK3d6UqNH4nYXLuqi26AEFn8V0ulWP6u4LkbSykms4C6xVxF7IJdSwvXf7psUoooOONkVrK5iCfHuoQZifSnM4PxXl2mkvQ~dDlu7IeJkCFwG5ewrizKvWwznKVLg-j~J8ql~oa4mTR-TdooJg0XsJhNkkvG1B221pHVzFamnC7XUOWhK9kMIz8krqA2i78YlOYXRONmImg8dfe-rZT8R32UTJngmOiBrt9MjRC2VfB2YCduHY324AavepKoSBvemcDJu6EG83lz7p7f1uDPb5e-asMX20gruReoa2YMRrrHTLSwmDK-FO~lKgLZw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 21 jan. 2025

OLIVEIRA, Ana Claudia. O (não) lugar das mulheres na literatura: uma história de apagamento, consumo e resistência. Disponível em: https://revistaphilos.com/o-nao-lugar-das-mulheres-na-literatura-uma-historia-de-apagamento-consumo-e-resistencia-por-ana-claudia-oliveira/ Acesso em: 21 jan. 2025.

PACHECO, Gabriela Barbosa. Mediações da produção literária feminina: Leia Mulheres das redes ao cotidiano.

X Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social de Minas Gerais. 2017. Disponível em: https://anaisecomig.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/gabriela_barbosa_pucminas_artigo_anais.pdf. Acesso em: 04 de jun. 2024.

PACHECO, Gabriela Barbosa. Mediações no clube de leitura Leia Mulheres: encontro sobre Canção de ninar, de Leïla Sliman. Revista Rumores. número 26 | volume 13 | julho - dezembro 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/161058/158131. Acesso em: 15 de jul. 2024

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Orgs.). Escola e leitura: velha crise; novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

PECORA, Luisa. Mulheres têm menos espaço na literatura, mas leem mais e dominam prêmios. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mulheres-tem-menos-espaco-na-literatura-mas-leem-mais-e-dominam-premios/. Acesso em: 17 jan. 2025.

PERROT, Michelle. Minha história dasmulheres. Contexto, 2012

QUADRA, Gabrielle Rabello; D'AVILA, Sthefane. Educação Não-Formal: Qual a sua importância? Revista Brasileira de Zoociências 17(2): 22-27. 2016. Disponível em:

https://periodicos.ufjf.br › article › view. Acesso em: 16 ago. 2024

SILVA, Luiz Rodrigues da; SILVA, Marcelo Medeiros da. Palavra de mulheres: vivências em um clube de leitura. 2022. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2022/TRABALHO_EV175_MD1_SA9_ID266_28022022095008.pdf. Acesso em: 04 de jun. 2024.

SCARAMUSSA, Taiga Bertolani; DAVI, Maria Amélia. Lendo "Hibisco Roxo" num clube de leitura de autoria feminina. n. 3 (2016): Anais do I Congresso Internacional e III Nacional Africanidades e Brasilidades. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/15924. Acesso em: 04 de jun. 2024.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org). Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 1995. p. 182-189.

STROMQUIST, Nelly p. Convergência e divergência na conexão entre gênero e letramento: novos avanços. Em Foco: Educação de jovens e adultos. Educ. Pesqui. 27 (2) julho de 2001. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ep/a/thpHdq6KYxbFfdCXY8GfhDc/?lang=pt#. Acesso em: 30 ago 2024

VALLE, Luisa Benevides. Escreve, mulher! De processos pessoais de escrita a uma oficina de criação literária entre mulheres. 2024. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/23271/4/Tese%20-%20Luisa%20Benevides%20Valle%20-%202024%20-%20Completa.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

VIDIGAL, Enize. Cresce o número de mulheres publicando livros Disponível em: https://www.oliberal.com/cultura/cresce-o-numero-de-mulheres-publicando-livros-1.530936. Acesso em: 17 jan. 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977. Acesso em: 17 jan. 2025.

UNIVERSO DOS LIVROS. Mulheres escritoras: A trajetória de grandes autoras na literatura. Disponível em: https://universodoslivros.com.br/mulheres-escritoras-a-trajetoria-de-grandes-autoras-na-literatura/. Acesso em: 21 jan, 2025.

WOOLF, Virginia. O leitor comum. Trad. Luciana Viégas. Rio de Janeiro: Graphia, 2007.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres e outros artigos feministas. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012..

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Trad. Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

CAPÍTULO 12

MATERNIDADE ATÍPICA

ATYPICAL MATERNITY

Luciana Silva Torres Matsushita
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – RJ
ORCID: 0000-0002-1170-4463
luciana.matsushita@unirio.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama das vivências da maternidade atípica, apontando os desafios do cuidado da criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e os possíveis agravos à saúde dos pais e cuidadores, especialmente das mães. A metodologia envolveu a pesquisa bibliográfica e documental, com a revisão da literatura a partir da análise de artigos científicos eleitos em busca no Google Acadêmico, nos últimos dois anos, e na avaliação da legislação: Lei Brasileira de Inclusão, Parecer CNE/CP nº 50 e Política Nacional do Cuidado. Como resultados tem-se que os desafios se iniciam com a descoberta dos primeiros sinais, o difícil diagnóstico, a adaptação à criança com TEA e a reorganização da dinâmica familiar, o que geralmente envolve a renúncia da mãe de sua carreira e autocuidado, em prol do cuidado e da intensa agenda de terapias envolvidas no tratamento. A inclusão social da criança com TEA também requer o cuidado e a atenção à saúde materna, o que deve ser uma das estratégias do Estado para a contenção dos custos envolvidos em cenários de precariedade nas redes de apoio e suportes a estas famílias.
Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; Cuidado da criança; Mulheres, Maternidade atípica.

ABSTRACT

This study aims to present an overview of the experiences of atypical motherhood, pointing out the challenges of caring for children with

Autism Spectrum Disorder (ASD) and the possible health problems of fathers and caregivers, especially mothers. The methodology involved bibliographic and documentary research, with a literature review based on the analysis of scientific articles elected in a Google Scholar search, in the last two years, and in the evaluation of legislation: Brazilian Inclusion Law, CNE/CP Opinion No. 50 and National Care Policy. As a result, the challenges begin with the discovery of the first signs, the difficult diagnosis, the adaptation to the child with ASD and the reorganization of the family dynamics, which usually involves the mother's renunciation of her career and self-care, in favor of care and the intense agenda of therapies involved in the treatment. The social inclusion of children with ASD also requires care and attention to maternal health, which should be one of the State's strategies to contain the costs involved in scenarios of precariousness in the support networks for these families.
Keywords: Autism spectrum disorder; child care; women, atypical motherhood.

1. Introdução

O ano de 2025 inicia-se com a intensificação do debate sobre o direito ao cuidado e sobre a responsabilidade atribuída especialmente às mulheres e mães para o desempenho da atividade de cuidadora.

A Política Nacional do Cuidado foi instituída a partir da Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024 (Brasil, 2025), com o objetivo de garantir o direito ao cuidado, por meio da promoção da corresponsabilização social entre homens e mulheres pela provisão de cuidados, tendo sido consideradas as múltiplas desigualdades e o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado. Esta política será implementada pelo Plano Nacional do Cuidado, de maneira transversal e intersetorial.

Segundo a Política Nacional do Cuidado (Brasil, 2025), o conceito de cuidado corresponde ao **"**trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas" (BRASIL, 2025).

A Política Nacional do Cuidado não inaugura as discussões sobre o cuidado, visto que a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) já previa e conceituava a figura do cuidador como atendente pessoal ou pessoa que "assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas", sendo membro ou não da família, com ou sem remuneração. A instituição da Política Nacional do Cuidado também não esgota as discussões sobre o assunto, pelo contrário, apenas fortalece o debate e estabelece os parâmetros para a crítica da realidade, para a construção de novos modelos e o aprimoramento contínuo de modelos bem-sucedidos de atenção em saúde e educação para pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

Para além desta conquista, o Parecer CNE/CP nº 50 (Brasil, 2025) recomenda ainda orientações específicas para o público da educação especial, principalmente para o atendimento a estudantes com TEA, em resposta ao aumento da demanda por orientações e informações encaminhadas ao Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre os estudantes com TEA. Segundo o Parecer CNE/CP nº 50 (Brasil, 2025):

> *"Quando se fala de inclusão educacional, é importante ressaltar que sua materialidade exige ações de envolvimento e engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, docentes, técnicos, famílias e discentes, com ou sem deficiência. Nosso país já trilha o caminho da escola inclusiva desde 1988, com a Constituição Federal, e precisamos reconhecer que ainda temos uma grande dívida social com esse público, resultado da herança histórica de exclusão, que demanda ações e políticas afirmativas para ser superada". (Parecer CNE/CP nº 50, Brasil, 2025).*

Deste modo, este trabalho tem como objetivo estabelecer um panorama sobre o cuidado da pessoa com TEA e o papel essencialmente feminino deste lugar. Busca demonstrar os desafios inerentes ao cuidado da pessoa com TEA e os agravos gerados na saúde dos pais e cuidadores, na ausência ou precariedade de uma estrutura de serviços e suportes adequada. Aponta especialmente o papel

da mãe, contribuindo para que se estabeleça o cenário que pode ser desafiador na maternidade atípica.

A metodologia de pesquisa fundamentou-se na investigação bibliográfica e documental, com revisão da literatura e análise de legislação. A revisão da literatura foi realizada a partir da busca em periódicos nacionais disponibilizados na plataforma aberta do *Google Acadêmico.* Elegeu-se os artigos científicos mais relevantes, e textos associados, publicados no período de 2023-24, a partir dos descritores: mulher, cuidado e autismo. Com relação à análise de legislação, foram avaliados o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional do Cuidado.

2. Maternidade atípica: desafios no cuidado da criança com TEA

Os primeiros desafios no cuidado da criança com TEA iniciam-se com a sua rotina diária e dinâmica familiar, antes mesmo do seu diagnóstico. Saad e Bastos (2024, p. 1) apresentam algumas das complexas situações enfrentadas pelas mães, antes e após o diagnóstico, com rotinas intensas que envolvem terapias, questões alimentares e outros temas inerentes ao TEA, como a comunicação e a interação social. Apontam ainda a necessidade de promoção de políticas públicas mais eficazes e assistência multidisciplinar acessível.

Silva *et al* (2024, p. 1) disponibilizam os resultados do estudo realizado sobre a perspectiva da mãe a respeito da atenção primária à saúde da criança com autismo. Apontam diversas barreiras e dificuldades do antes e depois do diagnóstico, indicando a necessidade de aprimoramento dos serviços disponíveis e da capacitação dos profissionais. As dificuldades apontadas residem, principalmente, no diagnóstico, no acolhimento das famílias, na necessidade de mudanças na conduta profissional e na organização dos serviços, “o diagnóstico ainda é realizado de forma tardia, podendo haver despreparo no acolhimento e pouco suporte da equipe multiprofissional” (SILVA *et al*, 2024, p. 1).

De acordo com Silva *et al* (2024, p. 5), apesar de o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) apresentar os critérios básicos para a realização do diagnóstico do TEA, existe um complexo processo constituído pela grande pluralidade de

manifestações clínicas e de momentos de percepção dos sinais da condição, com enormes singularidades e comorbidades influenciando nos processos individuais de desenvolvimento. As manifestações multissistêmicas do TEA exigem uma avaliação também multidisciplinar da condição, com a participação de pelo menos um neuropediatra e um psicólogo especializados em distúrbios do desenvolvimento e habilitados na identificação do perfil clínico e cognitivo da criança e na condução de estratégias de tratamento.

De acordo com o Diário PCD (2024), com o objetivo de tornar o diagnóstico do TEA mais preciso, foram propostas mudanças em sua tipologia a partir de nova edição da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. A nova CID-11 foi publicada em 2022, após 30 anos da CID-10, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas com prazo de implementação no Brasil em até 2027, segundo Nota Técnica Nº 91/2024-CGIAE/DAENT/SVSA/MS (Brasil, 2025). O objetivo do documento é contribuir para o estudo de doenças, síndromes e transtornos, pelo monitoramento e padronização de seus sintomas e características. O Quadro (1) Classificação do TEA na CID-11 apresenta a proposta para a classificação do Transtorno do Espectro Autista.

Quadro 1) Classificação do TEA na CID-11.

No.	Características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) – 6A02
6A02.0	TEA sem Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com leve ou nenhum Prejuízo da Linguagem Funcional
6A02.1	TEA sem Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com leve ou nenhum Prejuízo da Linguagem Funcional
6A02.2	TEA sem Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e Com Prejuízo de Linguagem Funcional
6A02.2	TEA com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e Com Prejuízo de Linguagem Funcional
6A02.5	TEA com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com ausência de Linguagem Funcional
6A02.Y	Outro Transtorno do Espectro do Autismo Especificado
6A02.Z	Transtornos do Espectro do Autismo, Não Especificado

Fonte: Tabela elaborada com base na CID11, em 2025.

Colaborando para esta análise, Izidoro *et al* (2023, p.1) assinalam que a mãe de uma criança com TEA frequentemente renun-

cia ao autocuidado e ao relacionamento conjugal para dedicar-se ao filho, cujos cuidados envolvem grandes desafios que incluem o processo de diagnóstico, acesso a profissionais e serviços especializados e intervenções. Izidoro *et al* (2023, p.1) também abordam a necessidade de incentivo à qualificação contínua de profissionais de saúde na atenção primária a fim de garantir-se o diagnóstico precoce e o acolhimento adequado das mães e famílias.

Silva *et al* (2024, p. 5) indicam ainda que as famílias recebem com frequência três ou quatro pré-diagnósticos, o que ocasiona custos elevados para prestadores de serviços de saúde e de educação. Deste modo, é possível considerar que no caso de serviços públicos de saúde e de educação, os custos recaiam para o Estado.

3. Agravos à saúde de cuidadores de crianças com TEA

Meireles *et al* (2023, p. 3) apontam que as características do TEA e o grau de funcionalidade da criança acometida podem gerar implicações físicas e psicológicas para os responsáveis pelos seus cuidados, levando a uma maior probabilidade de desenvolvimento de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade. De acordo com Meireles *et al* (2023, p. 3):

> *"As mães ou cuidadores são propensos a terem mais ansiedade, problemas de saúde física e menos bem-estar psicológico, por geralmente permanecerem mais tempo em contato com a criança, desejarem sempre o melhor para elas, muitas vezes abdicando de sua qualidade de vida". (MEIRELES* et al*, 2023, p. 3)*

Meireles *et al* (2023, p. 1) avaliaram o impacto de aspectos sociodemográficos na intensidade de sinais de depressão e ansiedade em cuidadores de pessoas no espectro autista. Observaram que fatores como nível de escolaridade, horas semanais de trabalho e religião, são alguns dos aspectos que influenciam positivamente na intensidade dos sinais de depressão e ansiedade.

Segundo Gutierrez *et al* (2024, p.1) as mulheres correspondem à maioria dos cuidadores de pessoas com deficiência e, quando se trata do TEA, as mães constituem-se como a maior parte. In-

dicam ainda a relevância e recomendam a ampliação de estudos sobre o trabalho dos cuidadores, em especial das mães, recomendando que é preciso “analisar as vivências das mães de crianças autistas, identificar as principais categorias dessas experiências, proceder uma revisão bibliográfica sobre o autismo e refletir sobre as redes de cuidado e políticas públicas de assistência a esse grupo são de suma importância”.

Gutierrez *et al* (2024, p.1) apontam que a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) considera que os cuidadores de pessoas com TEA sofrem uma sobrecarga financeira e emocional, especialmente pela carência de redes adequadas e multidisciplinares de serviços. Este fato gera a necessidade de oferta de atendimento e acolhimento também aos cuidadores para que estejam aptos a contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças com TEA. Nesta mesma direção, Bandeira (2024) apresenta os resultados finais do estudo: Cuidando de quem cuida: um panorama sobre as famílias e o autismo no Brasil, realizado pela *Genial Care,* em 2020, que aponta que 86% dos cuidadores responsáveis por crianças com autismo são mães, o que corresponde a um fator sociocultural, em que se costuma atribuir à mulher a responsabilidade pelos cuidados diante da doença e da deficiência.

Christmann *et al* (2023, p. 1) realizaram um estudo transversal correlacional em que avaliaram 52 mães de crianças com TEA, com a idade média de 37,5 anos, atendidas em quatro unidades de saúde pública do Estado de São Paulo. Como resultados, foi observada a alta prevalência (86,5%) de estresse clínico nas participantes, com percepção de baixo apoio social e, embora as práticas de cuidado serem adequadas, realizavam menos atividades de estimulação de seus filhos. As mães com menores níveis de estresse apresentavam percepção de maior apoio social. O trabalho apresenta a relevância da avaliação e manejo do estresse para a saúde mental materna e da importância do papel de sua rede social de apoio, aspectos que resultam em melhoria nas práticas de estimulação e otimização do desenvolvimento das crianças com TEA.

Nesta mesma direção, Luna et al (2023, p. 1) avaliam as necessidades das mães de crianças no espectro do TEA e suas percepções sobre a rede de apoio disponibilizada para os cuidados com a

criança e para si. As mães apontam a árdua tarefa de organização da família para a realização do acompanhamento terapêutico das crianças com TEA e indicam a necessidade de momentos em que pudessem realizar atividades físicas, alongamento, meditação e cuidados estéticos, como meios de aliviar a sobrecarga pelo baixo nível de suportes que geralmente recebem. Portanto, os serviços precisam reconhecer as possíveis expressões do patriarcado e oferecer acolhimento, escuta e atendimento às necessidades específicas que envolvem a maternidade de crianças com TEA.

Luna *et al* (2023, p. 2) consideram que essas mulheres vivem uma maternidade culturalmente romantizada pela sociedade, mas que envolve um cotidiano intenso de acompanhamento multiprofissional da criança, permeado por sentimentos de medos e inseguranças e afetado pelo preconceito social e pela discriminação. Além disso, costuma ser comum que renunciem suas profissões, vida conjugal e social, lazer e autocuidado, vivenciando um estresse progressivo que pode desencadear a depressão. De um modo geral, constituem-se como principais referenciais nas vidas das crianças com TEA, o que faz com que os seus estados de saúde física e mental influenciem também na relação e desenvolvimento dos filhos.

Neste mesmo sentido, Roiz e Figueiredo (2023, p. 1) ponderam que a demanda de cuidados da criança com TEA pode comprometer a produtividade da mãe no trabalho, o que torna essencial o seu processo de adaptação ao filho a fim de que reduza o impacto desta nova situação sobre a sua atividade ocupacional. Além deste aspecto, também apontam que as mães apresentam dificuldades relacionadas ao autocuidado e ao lazer, o que pode comprometer a sua saúde global.

O processo de adaptação da mãe ao filho envolve diversos aspectos como: informações sobre o diagnóstico, características da criança, crenças e expectativas. Os bebês nascem *perfeitos* na imaginação dos pais, antes mesmo do nascimento físico e, de um modo geral, a notícia sobre um diagnóstico médico causa nas mães impactos emocionais e a ruptura com o filho imaginado, afetando o vínculo entre eles. Neste caso, a literatura descreve que as mães podem ter sentimentos de depressão, culpa, revolta e negação. (ROIZ E FIGUEIREDO, 2023, p. 3).

Portanto, a adaptação da mãe ao filho envolve passar pelo processo de luto pela perda do bebê idealizado. Quando o luto não é processado, as mães podem apresentar dificuldades em se relacionar emocionalmente com o filho e serem dominadas pela ação de cuidar da criança. Vivenciar o luto depende de fatores socioculturais e de circunstancias, como a existência de uma rede de apoio (familiares, amigos, profissionais e serviços). Após esta fase, os pais aprendem a enxergar além das limitações de seu filho, passam a perceber beleza, potenciais e habilidades, aprendendo a ver possibilidades e um futuro, mesmo perante às barreiras impostas diante da condição. (ROIZ e FIGUEIREDO, 2023, p. 3).

Em síntese, a oferta de assistência às crianças e às mães, com informações, diagnóstico e intervenções precoces, principalmente durante o processo de adaptação, pode amenizar os desafios iniciais e contínuos, contribuindo para que filhos e família tenham mais qualidade de vida.

4. Considerações Finais

Como considerações finais tem-se que ainda existem enormes desafios que se iniciam com a descoberta dos primeiros sinais, o difícil diagnóstico, a adaptação da mãe à criança com TEA e a reorganização da dinâmica familiar, o que geralmente envolve a renúncia materna de sua carreira e autocuidado, em prol do cuidado e da intensa agenda de terapias envolvidas no tratamento.

O crescente aumento do número de crianças diagnosticadas com TEA também gera a crescente demanda pela oferta de redes de apoio e serviços em prol do seu desenvolvimento. A ausência de atendimento adequado à criança pode colaborar para o surgimento de agravos na saúde da mãe e a consequente necessidade de reforço ou constituição de aparelhos de atenção em saúde para a mulher cuidadora. É preciso fortalecer esta mulher para que possa exercer o seu papel com mais apoio e segurança, pelos vínculos que aprendem a estabelecer por amor. Fortalecer esta mulher contribui para a redução dos custos relacionados com diagnósticos tardios e adoecimento de pessoas das famílias fragilizadas pelos quadros clínicos do TEA e pelas barreiras sociais, sendo, deste modo, uma questão de Estado.

Referências Bibliográficas

Bandeira, Gabriela. ***Mães são as principais cuidadoras de crianças com autismo.*** Disponível em: https://genialcare.com.br/blog/maes-protagonistas-autismo/. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

Brasil, 2015. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. ***Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).*** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 de janeiro de 2025.

Brasil, 2024. ***Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Política Nacional do Cuidado***. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-12-23;15069>. Acesso em: 06 de janeiro de 2025.

Brasil, 2024. Parecer CNE/CP nº 50, de 5 de dezembro de 2023. ***Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).*** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mec-homologa-pareceres-do-conselho-nacional-de-educacao>. Acesso em: 06 de janeiro de 2025.

Brasil, 2025. ***Nota Técnica Nº 91/2024-CGIAE/DAENT/SVSA/MS***. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-91-2024-cgiae-daent-svsa-ms.pdf>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025.

Christmann, Michele; Barreto, Adriana Furer; Alckmin-Carvalho, Felipe; Rocha, Marina Monzani da. Estresse, apoio social, crenças e práticas parentais de mães de crianças autistas. ***Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social***, v. 9 (2), 2023. P. 1–19.

Diário PCD. ***OMS lança CID 11 validada pela 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças.*** Disponível em: https://diariopcd.com.br/2025/01/05/oms-lanca-cid-11-validada-pela-11a-revisao-da-classificacao-internacional-de-doencas/>. Acesso em: 07 de janeiro de 2025.

Gutierrez, Denise Machado Duran; Rocha, Kelly Lara Santos da; Santos, Letícia Souza dos. Vivências atípicas: experiências de mães de crianças com autismo (Brasil). ***Revista Educação e Humanidades***, v. 5(1), jan-jun, 2024. P. 138-57.

Izidoro, Bárbara Noêmia Bastos; Lopes, Larissa Bernardo dos Santos; Soares, Jandson de Oliveira. A maternidade e os desafios nos cuidados da criança com espectro autista sob o olhar da enfermagem. ***Revista JRG de Estudos Acadêmicos***, v. 7(14), jan-jun, 2024. P. 1-24.

Luna, Aislany Warlla Nunes; Melo, Mônica Cecília Pimentel de; Santos, Ana Dulce Batista dos; Calado, Jacqueline Iukisa Faustino; Santos, Maria Vivianne Pereira dos. Percepções de mães de crianças com autismo sobre rede apoiadora e estratégias de cuidado consigo. ***Revista de Enfermagem da UFPI***, v. 12, 2023. P. 1-11.

Meireles, Débora Pedroso; Moraes Filho, Marciano de; Martins, Sarah Emanuely Moraes; Sousa, Thais Vilela de; Arantes, Aline Aparecida; Silva, Marcus Vinicius da Rocha Santos da; Filha, Francidalma Soares Sousa Carvalho. Características sociodemográficas e sinais de depressão e ansiedade em mães/pais/cuidadores de autistas. ***Journal Health NPEPS***, v. 8(1), jan-jul, 2023. P. 1-18.

Roiz, Roberta Giampá; Figueiredo, Mirela de Oliveira. O processo de adaptação e desempenho ocupacional de mães de crianças no transtorno do espectro autista. ***Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional***, v. 31, 2023. P. 1-17.

Saad, Amanda Pereira Risso; Bastos, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira. Explorando a dinâmica familiar de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: uma análise dos eventos cotidianos e experiências maternas. ***Revista Educação Especial***, v. 37, 2024. P. 1-29.

Silva, Gelicia Costa; Dias, Ismália Cassandra Costa Maia; Almeida, Renata Pereira; Santos, Francisca Aline Arrais Sampaio. Atendimento de crianças com autismo na atenção primária sob a perspectiva das mães. ***Revista Enfermagem Atual in Derme***, v. 98(3), 2024. P. 1-13.

CAPÍTULO 13

MATERNIDADE E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS ENTRE MÃES MONOPARENTAIS E MÃES COM SUPORTE FAMILIAR

MOTHERHOOD AND MENTAL HEALTH: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE IMPACTS BETWEEN SINGLE MOTHERS AND MOTHERS WITH FAMILY SUPPORT

Amanda Lopes Ribeiro da Costa
Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC
Colatina – Espírito Santo
https://orcid.org/0009-0007-5078-7736
amandalopes_14@hotmail.com

Bruna Scardini
Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC
Colatina – Espírito Santo
https://orcid.org/0009-0008-5435-0934
b_scardini@hotmail.com

Janaína Silva
Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC
Colatina – Espírito Santo
https://orcid.org/0000-0002-9468-6087
nanasjdr@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo apresentar os principais impactos na saúde mental das mães solo, quando comparados com as mães que possuem rede de apoio, parceiros e/ou familiares que exercem a coparentalidade. Para isso, a metodologia empregada consistiu em uma revisão sistemática da literatura, de natureza básica e caráter exploratório, passível de replicabilidade. Foram incluídos 11 estudos retirados das bases eletrônicas Periódicos de Psicologia (PePsic), Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES. Os resulta-

dos revelam que, quando comparadas às mães que possuem parceiros e/ou familiares que exercem a parentalidade em conjunto, as mães solo enfrentam desafios adicionais em sua jornada de maternidade e que a ausência desse apoio pode intensificar os sintomas de ansiedade, depressão, síndrome do pânico, exaustão mental e frustração. Assim, é fundamental que estudos e intervenções se concentrem não apenas em compreender os fatores de risco para a saúde mental das mães solo, mas também em identificar estratégias eficazes para fornecer o suporte necessário, mitigando os impactos negativos e promovendo seu bem-estar emocional.
Palavras-chave: Maternidade; Mãe Solo; Saúde Mental; Qualidade de Vida; Rede de Apoio.

ABSTRACT

The aim of the present study was to identify the main impacts on the mental health of single mothers compared to mothers with a support network of partners and/or family members who engage in co-parenting. To achieve this, the methodology used was a systematic literature review, which is basic in nature and exploratory in character, allowing for replicability. Eleven studies were included from the electronic databases Psychology Journals (PePsic), Google Scholar, and the CAPES Journal Portal. The results reveal that, when compared to mothers with partners and/or family members who engage in co-parenting, single mothers face additional challenges in their motherhood journey, and the absence of this support can intensify symptoms of anxiety, depression, panic syndrome, mental exhaustion, and frustration. Therefore, it is essential that studies and interventions focus not only on understanding the risk factors for the mental health of single mothers but also on identifying effective strategies to provide the necessary support, mitigating negative impacts and promoting their emotional well-being.
Keywords: Motherhood; Single Mother; Mental Health; Quality of Life; Support Network.

INTRODUÇÃO

Os conhecimentos científicos que impulsionam novas investigações e fundamentam a atenção psicológica à maternidade têm se

aprofundado em áreas como reprodução humana, gravidez, parto e pós-parto, marcando um avanço significativo no desenvolvimento da psicologia perinatal (SCHIAVO, 2020). Nesse contexto, é crucial reconhecer a importância da compreensão e dos cuidados com a saúde mental das mulheres que, após o nascimento de seus filhos, continuam a desempenhar papéis maternais enquanto lidam com diversas responsabilidades em outros âmbitos, sejam eles profissionais, acadêmicos ou de qualquer outra natureza.

Conforme uma pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2023), até o final de 2022, o Brasil contava com mais de 11 milhões de mães solo. O estudo também revelou um aumento de 1,7 milhão de mães que criam seus filhos de forma independente entre 2012 e 2022, elevando o número de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Dados adicionais do relatório indicam que 15% dos lares brasileiros são liderados por mães solo. Além disso, 72,4% das mães nesta situação vivem apenas com seus filhos, sem contar com uma rede de apoio próxima.

De acordo com Feijó (2023), o aumento dos domicílios chefiados por mães solo reflete as profundas mudanças nos arranjos familiares ocorridas na última década. Neste contexto, os lares chefiados por mães solo são definidos como aqueles em que a figura principal é uma mulher com filho(s), mas sem a presença de um cônjuge. O termo "mãe solo" é preferível e mais abrangente do que "mães solteiras" para descrever a solidão e os desafios enfrentados por essas mães, que muitas vezes têm pouca ou nenhuma rede de apoio. "Solo" não apenas indica a ausência de um cônjuge, mas também implica que todas as responsabilidades recaem exclusivamente sobre a mãe. A maternidade já apresenta uma série de desafios para as mulheres, e no contexto das mães solo, esses desafios são amplificados (FEIJÓ, 2023).

Quando comparadas às mães que possuem parceiros e/ou familiares que exercem a parentalidade em conjunto, as mães solo enfrentam desafios adicionais em sua jornada de maternidade. A ausência desse apoio pode intensificar os sintomas de ansiedade, depressão, síndrome do pânico, exaustão mental e frustração, como apontado por Oliveira, Pereira e Rolim (2021).

Para abordar a saúde mental materna, é fundamental primeiramente compreender o conceito de saúde mental em si. Segundo

a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental pode ser descrita como um estado de bem-estar que permite ao indivíduo utilizar suas habilidades para lidar com os desafios da vida cotidiana e contribuir de maneira positiva para a sociedade. O bem-estar de uma pessoa não está relacionado apenas aos aspectos psicológicos e emocionais, mas também a condições essenciais, como a saúde física, o suporte social e a qualidade de vida. Assim, a saúde mental é moldada por um conjunto de fatores individuais, mas também é profundamente impactada por contextos sociais, econômicos e ambientais. Portanto, a saúde mental não pode ser vista como algo isolado; ela é fruto da interação entre aspectos biológicos, psicológicos e sociais (Ministério da Saúde, 2022).

A pesquisa de Benassule, Cavalcante e Lamy-Filho (2020), descreve que, embora o nascimento de uma criança seja, em muitos casos, associado a um momento de felicidade e celebração, ele também representa um período de profundas transformações na vida da mulher. Esse evento está frequentemente acompanhado por mudanças significativas e, por vezes, abruptas, e como resultado, é possível que surjam dificuldades psicológicas e emocionais durante esse período.

Durante a gravidez, a mulher passa por uma série de transformações tanto fisiológicas quanto psicológicas, ao mesmo tempo em que enfrenta uma reconfiguração de seu papel no trabalho e nas atividades cotidianas. Além disso, as mudanças relacionadas à maternidade podem gerar sentimentos de tristeza e ansiedade, que variam de intensidade dependendo do contexto social em que a mulher está inserida. Outros fatores estressantes, como as exigências do trabalho e dificuldades financeiras, que são vivenciados de maneira contínua, também podem impactar negativamente a saúde mental e emocional da mãe. Tais estressores podem resultar em sérios prejuízos para o bem-estar físico e psicológico da mulher (Benassule, Cavalcante e Lamy-Filho, 2020).

Segundo Bezerra, Paula e Alves (2023), a maternidade é amplamente reconhecida como uma experiência complexa e repleta de desafios. As mães costumam lidar com uma multiplicidade de demandas e responsabilidades, que envolvem não apenas os cuidados com os filhos, mas também a gestão do lar, o equilíbrio entre o trabalho e as diversas pressões externas que podem surgir. Diante dis-

so, é essencial que tanto a própria mulher quanto a sociedade, junto com sua rede de apoio, compreendam que cada momento dessa trajetória é único, marcado por emoções, sentimentos e características específicas, que variam conforme a fase vivida e o contexto de vida de cada mulher.

É fundamental, compreender a distinção entre o conceito de «ajuda» e «rede de apoio». De acordo com Gomes (2020), a rede de apoio é composta por vínculos que permanecem constantes e disponíveis para a mãe em todas as etapas de sua jornada. Essa rede é imprescindível, pois, independentemente da fase que a mãe esteja atravessando, ela necessita de pessoas ao seu redor que proporcionem segurança emocional. A autora enfatiza ainda que, a rede de apoio deve ser livre de julgamentos quanto às escolhas da mãe, oferecendo suporte para que ela vivencie a maternidade de maneira mais serena e feliz. Representando uma estratégia importante para equilibrar as múltiplas demandas que a maternidade impõe se tornando, portanto, essencial para mães que criam seus filhos sozinhas.

Toda rede de apoio deve ter um papel fundamental ao ajudar o indivíduo a enfrentar as adversidades da vida com mais segurança, proporcionando suporte, empatia e assistência. Essa rede pode ser composta por familiares, amigos, membros da comunidade, organizações e até mesmo serviços públicos. Ao oferecer tanto apoio emocional quanto prático, a rede de apoio possibilita que a mãe se sinta mais preparada para lidar com as demandas cotidianas. Esse suporte se traduz em um aumento da autoconfiança para enfrentar os desafios, além de promover um ambiente de compreensão e solidariedade (Oliveira, 2023).

De acordo com Ferreira (2023), não há dúvida de que a rede de apoio tem um papel essencial na vida das mães, assim como de qualquer pessoa. Seja oferecendo suporte financeiro, ajudando nas tarefas diárias, cuidando das crianças ou proporcionando um espaço para uma escuta acolhedora e empática, o apoio de outras pessoas é fundamental para a rotina da mulher que é mãe. Esse suporte permite que ela consiga equilibrar e exercer outros papéis importantes em sua vida.

Assim, é crucial que estudos e intervenções se concentrem não apenas em compreender os fatores de risco para a saúde mental

das mães solo, mas também em identificar estratégias eficazes para fornecer o suporte necessário, mitigando os impactos negativos e promovendo seu bem-estar emocional. Portanto, o objetivo desta revisão foi investigar e analisar se mães solo enfrentam maiores prejuízos na saúde mental, como depressão, ansiedade e uma pior qualidade de vida, quando comparadas a mães que exercem a maternidade com suporte familiar. Para isso, a metodologia adotada consistiu em uma revisão sistemática da literatura, de natureza básica e caráter exploratório, com potencial para replicabilidade. Foram selecionados 11 estudos, obtidos das bases eletrônicas Periódicos de Psicologia (PePsic), Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

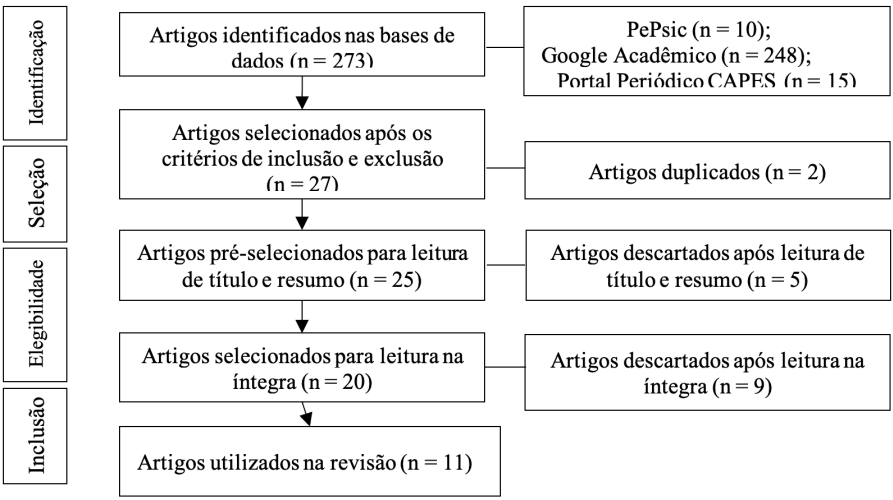
O presente estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura de caráter exploratório, método que permite a combinação de dados da bibliografia empírica e teórica direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos consultados. À vista do objetivo delimitado, as buscas foram realizadas nas bases de dados eletrônicas: Pepsic, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, empregando os descritores combinados por meio dos operadores booleanos "*and*" e "*or*".

Deste modo, as palavras-chave lançadas nas bases foram: "Maternidade" OR "Mãe Solo" AND "Saúde Mental"; "Mãe Solo" AND "Qualidade de Vida"; "Maternidade" AND "Rede de Apoio". Para a seleção dos estudos, foram considerados os critérios de inclusão: (1) estudos brasileiros publicados em português e inglês (2) publicações entre 2020 e 2024, (3) disponíveis gratuitamente na íntegra para recuperação completa. Os critérios de exclusão: (1) estudos duplicados (2) que não trouxeram enfoque no tema ou responda a hipótese e questão norteadora (3) Produções estrangeiras.

O percurso metodológico foi fundamentado em seis etapas (1) Identificação do tema e seleção da questão norteadora; (2) Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; (3) Definição e categorização dos dados; (4) Avaliação dos dados; (5) Análise dos resultados e (6) Explanação dos conhecimentos. O processo de De-

finição e Categorização dos Dados envolveu a avaliação dos trabalhos iniciando pela delimitação do ano e idioma, seguidos pela leitura de títulos e resumos dos artigos. Após análise e concordância com os critérios de inclusão os artigos foram selecionados para leitura na íntegra. O fluxograma apresentado na Figura 1 ilustra os passos metodológicos adotados neste estudo.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos.



Fonte: Autoras, 2025.

RESULTADOS

Após categorização dos estudos previamente identificados, os 11 trabalhos científicos incluídos neste estudo são caracterizados como estudo de campo. Dentre os principais achados contidos no Quadro 1, destaca-se: Maior prevalência de depressão, ansiedade e pior qualidade de vida entre mães solo; a solidão e a sobrecarga das mães solo; a importância da rede de apoio financeira, material e emocional como fator protetivo da saúde mental das mães; o impacto na saúde mental das mães solo dos preconceitos e desigualdade de gênero vivenciados e a dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho das mães solo, por não terem rede de apoio.

Quadro 1 – Artigos incluídos na Revisão Sistemática.

Autores/Ano	*Amostra*	*Resultados*
Ferreira, M.S. C.G. 2023.	18 mães discentes com filhos de até 5 anos de idade.	O estudo investigou a rede de apoio de mulheres, destacando que ele é visto como prático, auxiliando em tarefas diárias ou financeiro, além de emocional. Muitas mulheres acham suas redes de apoio inadequadas, devido à desequilibrada divisão de responsabilidades e falta de compreensão das suas necessidades. 80% das participantes relataram crises emocionais e psicológicas, associadas a conflitos familiares, dificuldades na gravidez ou no ambiente acadêmico e profissional, mostrando a importância de um suporte eficaz para a saúde mental.
Souza, E.D.M. de. 2023.	5 mães solo do Distrito Federal.	Destaca-se a importância de uma rede de apoio sólida, que facilita a busca e manutenção do emprego para mães solo. Com um bom suporte, essas mães têm confiança e flexibilidade na busca por empregos, mesmo em posições menos flexíveis. Porém, a ausência dessa rede torna mais complexa a busca por trabalho, destacando a necessidade de medidas como cuidados infantis acessíveis e apoio das empresas às responsabilidades parentais. Enfrentando preconceitos sociais, as mães solo muitas vezes são empurradas para empregos informais.
Santos, A.N.S. et. al. de. 2024.	Mães solo de cerca de 6.168.941 famílias brasileiras.	A pesquisa teve como foco famílias economicamente desfavorecidas, com dados atualizados de 2023 no Cadastro Único e IBGE, analisando as condições socioemocionais e de saúde mental de mães solo, que lideram cerca de 6,1 milhões de lares no Brasil. Essa análise qualitativa revelou que aproximadamente 75% dos lares nessa faixa de renda são liderados por mães solteiras, principalmente pardas, entre 25 e 34 anos. As mães solo enfrentam múltiplas responsabilidades sem uma rede de apoio, lidam com desigualdade de gênero e preconceitos, fatos que têm um forte impacto negativo em seu bem-estar socioemocional e saúde mental.
Oliveira, L.C. F.de; Pereira.L.R.S; Rolim, J.M.P. 2021.	4 mães solo.	As mulheres, especialmente mães, enfrentam desafios significativos em relação à saúde mental, sendo mais propensas a depressão e ansiedade, em parte devido às pressões sociais e responsabilidades contínuas impostas pelo patriarcado. Mesmo após o trabalho, esperam-se delas funções adicionais em casa, exacerbando o estresse. A idealização da maternidade na sociedade intensifica os desafios, exigindo que as mulheres não apenas lidem com suas responsabilidades, mas também cumpram expectativas sociais frequentemente irreais sobre o papel de mãe.

Santos, L.M.T. D.A. 2020.	526 mulheres gestantes e mães de crianças com até 180 dias de vida.	Mães solo em condição de pobreza, enfrentam maior risco de problemas mentais comuns como a ansiedade, bem como, percepção negativa de qualidade de vida. A ausência de suporte familiar no cuidado infantil agrava essa situação, enfatizando a necessidade de redes de apoio. Conclui-se que a maternidade solitária em condições de pobreza é socialmente agravante.
Machado, M.S; Pereira, C.R.R. 2020.	10 mães solo.	O estudo explorou a importância das redes de apoio, que podem contribuir de várias maneiras, como: oferecendo ajuda material, companhia social, apoio emocional, conselho para a educação dos filhos, e regulação social para reafirmar responsabilidades maternas e prevenir riscos. No entanto, o estudo também revelou percepções de isolamento e insuficiência dessas redes, conduzindo a sentimentos de solidão.
Basoni, A; Siqueira, A.C; Silva, A.L.A. 2021.	10 mães solo.	O estudo conclui que as mães solo possuem maior probabilidade de adoecer. Os resultados obtidos com esta pesquisa permitem afirmar que as famílias monoparentais femininas, estão mais propicias a apresentar ansiedade e depressão. Pode-se observar também a questão de pressão frente a sociedade, uma vez que a mãe solo encontra dificuldades em estabelecer-se financeiramente, pela alta competitividade do mercado de trabalho.
Fernandes, P.S. 2022.	13 mães solo.	Grande parte das entrevistadas relatou sofrer preconceito diante da sociedade atual que ainda julga mulheres que são mães e que não possuem um relacionamento afetivo com o pai da criança. As mães solo são mulheres imbuídas de grandes responsabilidades em educar e cuidar de seus filhos, enfrentando dias longos de trabalho e, ao chegarem em casa no fim do dia, ainda precisam ter fôlego para as outras jornadas, de dona de casa e de mãe. Diante desta realidade, muitas optam por deixar de lado a vida amorosa, por não encontrarem tempo ou pelo desejo de administrarem sozinhas a sua vida familiar.
Lima, A.C.F. 2020.	6 mães solo.	O desamparo nas diferentes fases da maternidade é preocupante e ressalta a urgente necessidade de redes de apoio efetivas para as mães solo, promovendo uma exteriorização saudável de seus sentimentos e aliviando o fardo associado ao exercício de múltiplos papéis.
Pereira, V.B; Leitão, H.A.L. 2020.	6 mães.	O aumento das responsabilidades enfrentadas por mulheres após a dissolução do casamento sobrecarrega as mães. Todas as mulheres entrevistadas contaram com uma rede de apoio essencial, principalmente da família de origem, que ofereceu assistência crucial na criação dos filhos e manutenção do lar. Apesar da rede de apoio, essa transição gerou um sentimento generalizado de sobrecarga entre as mães, levando a sofrimento emocional expresso em solidão, tristeza, insegurança e desamparo.

Oliveira, M.M. de. 2023.	10 mães solo.	A pesquisa identificou que a presença de uma rede de apoio sólida desde o início da maternidade faz uma diferença significativa na capacidade das mães solo de buscar emprego e se manterem empregadas. Por outro lado, também é possível notar que as mães solo que não contam com uma rede de apoio sólida, ou que têm apoio limitado, enfrentam desafios adicionais ao buscar emprego. A disponibilidade de creches ou escolinhas não atende às necessidades das mães em termos de horários de trabalho, o que pode limitar a busca por emprego.

Fonte: Autoras, 2025.

DISCUSSÃO

Assim como traz o artigo de Fernandes (2022), as mães solo são mulheres que assumem enormes responsabilidades na educação e no cuidado de seus filhos, lidando com longas jornadas de trabalho. Ao chegarem em casa no final do dia, ainda precisam encontrar energia para desempenhar as funções de dona de casa e mãe. Diante desse cenário, as mães solo frequentemente se sentem sobrecarregadas quando os pais não cumprem seu papel na criação dos filhos. Isso não se refere apenas à falta de apoio financeiro, mas também à ausência do pai nas questões afetivas e emocionais, que é igualmente importante.

No estudo realizado por Pereira e Leitão (2022), as mães entrevistadas retratam a sobrecarga de responsabilidades que enfrentam e se intensificaram após a separação. Essa situação é resultado da responsabilidade exclusiva que essas mulheres têm na criação dos filhos, na manutenção do lar, no trabalho e nos estudos, exacerbada pela ausência do pai e pela redução da renda familiar. Os relatos evidenciam o sofrimento emocional das mães, que se manifestam em sentimentos de solidão, tristeza, insegurança e desamparo, consequências diretas dessa realidade. A seguir alguns relatos:

> “Em relação à maternidade, eu acho que as responsabilidades aumentaram” (Júlia); “Não é fácil não, é uma responsabilidade triplicada” (Laura); “A responsabilidade é redobrada... até porque eu faço o papel de pai e de mãe” (Lorena), (Pereira e Leitão, 2022, p. 6).

De maneira semelhante, a pesquisa conduzida por Fernandes (2022) apresenta relatos que corroboram essa experiência. Os resultados indicaram que a falta da figura paterna na vida das mães solo está associada a uma série de sentimentos negativos, incluindo tristeza e angústia. Além disso, muitas mulheres expressaram um forte anseio pela presença do pai, destacando a importância dessa figura no desenvolvimento emocional dos filhos e na dinâmica familiar. Essa ausência não apenas afeta o bem-estar das crianças, mas também impacta significativamente a saúde emocional das mães, que desejam um apoio mais robusto em sua jornada de maternidade.

Basoni, Siqueira e Silva (2021) realizaram um estudo sobre os níveis de ansiedade e depressão em famílias monoparentais formadas por mulheres. A coleta de dados foi realizada utilizando a Escala HAD, que avalia esses níveis. A amostra foi selecionada aleatoriamente em uma cidade do interior de Rondônia, com uma população total de 13.255 habitantes, e incluiu 10 mulheres de famílias monoparentais. A análise dos escores obtidos na Escala HAD revelou que 70% das chefes de família monoparentais femininas apresentam alta probabilidade de sofrer de ansiedade e depressão, enquanto 2% têm uma probabilidade possível e 1% uma probabilidade improvável de desenvolver essas condições.

A pesquisa de Santos (2020) foi realizada com 526 usuárias de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em regiões de vulnerabilidade econômica no Distrito Federal. Os resultados indicaram que, em contextos de pobreza, mulheres que enfrentam a maternidade sozinha têm uma probabilidade maior de desenvolver problemas mentais, como ansiedade, além de relatar uma percepção negativa sobre a qualidade de vida nos âmbitos psicológico, ambiental e nas relações sociais. Entre as participantes, aproximadamente dois terços apresentavam ansiedade traço (66,0%) ou ansiedade estado (67,8%). A maioria, 91,8%, obteve escores abaixo da mediana na avaliação da qualidade de vida, psicológica, física, de relações sociais e ambiental.

Em consonância, Machado e Pereira (2020) destacam em seu estudo que as dificuldades associadas à vulnerabilidade social podem agravar ainda mais o exercício das funções parentais e afetar a saúde dos membros da família, tornando fundamental a criação de

redes de apoio à maternidade. No contexto das famílias monoparentais femininas, essas redes desempenham um papel crucial no enfrentamento das dificuldades financeiras e na educação dos filhos. A ausência de um parceiro ou de outras figuras que compartilhem as responsabilidades parentais pode levar as mulheres a assumir múltiplas jornadas de trabalho para atender às demandas do lar, resultando em uma sobrecarga significativa.

Oliveira (2023) destaca que as mães solo que não contam com uma rede de apoio sólida, ou que têm apoio limitado, enfrentam desafios adicionais ao buscar emprego. A disponibilidade de creches ou escolas não atende às necessidades das mães em termos de horários de trabalho, o que pode limitar a busca por emprego. Por outro lado, aquelas que contam com suporte social tendem a demonstrar um comportamento materno mais positivo, uma vez que se sentem mais apoiadas em suas funções parentais, bem como, maior segurança na busca de emprego.

Segundo o estudo conduzido por Santos *et al.* (2024), as mães solo enfrentam múltiplas responsabilidades sem uma rede de apoio, lidam com desigualdade de gênero e preconceitos, fatos que têm um forte impacto negativo em seu bem-estar. Além disso, o estudo de Machado e Pereira (2020) revelou que a falta de apoio recebido gerava sentimentos de solidão e desamparo em algumas participantes, além de sobrecarga e fadiga decorrentes do acúmulo de funções. Essa situação se manifestava em relatos como os seguintes:

> "Eu me sinto muito oprimida dentro de casa. Não tem ninguém. Tu te sente sozinha. Eu não saio de casa. Fico só aqui no pátio. Ninguém vem aqui também. [...] Eu gostaria de ter mais pessoas com quem pudesse falar" (I);
>
> "Tem dias que eu fico bem cansada. Eu levanto já com aquela ansiedade, vontade de chorar. Porque é difícil tu estar, muitas vezes, dependendo dos outros. [...] Muitas vezes faltava até alimento pras crianças, porque eu não podia fazer uma faxina, porque não me ajudavam a cuidar das crianças pra eu poder ir fazer" (B), (Machado e Pereira, 2020, p. 408).

Ferreira (2023) investigou a rede de apoio de mulheres, destacando que ela é vista como prática, auxiliando em tarefas diárias

ou financeiro, além de emocional. Uma necessidade comum descrita é um companheiro mais envolvido e responsável financeiramente. Muitas mulheres acham suas redes de apoio inadequadas, devido à desequilibrada divisão de responsabilidades e falta de compreensão das suas necessidades, sendo que 80% das participantes relataram crises emocionais e psicológicas, associadas a conflitos familiares, dificuldades na gravidez ou no ambiente acadêmico e profissional, mostrando a importância de um suporte eficaz para a saúde mental.

Corroborando com isso, o estudo de Pereira e Leitão (2022) destaca que o acolhimento emocional, a ajuda financeira e o suporte na conciliação de diversas tarefas foram os principais aspectos em que a família de origem atuou como apoio para as mães. Em algumas situações, essa rede de suporte se ampliou para incluir amigos e vizinhos, que também colaboraram no compartilhamento de responsabilidades e na oferta de suporte emocional. Os resultados indicaram a carência de outras fontes de apoio dentro do ambiente psicossocial mais amplo, evidenciando a necessidade urgente de serviços de acolhimento e assistência para essas mulheres. Tais serviços devem fornecer orientação e suporte em relação à reorganização emocional, profissional e financeira após a separação.

Oliveira, Pereira e Rolim (2021) evidenciam que poucos estudos abordam psicossocialmente a maternagem solo, mas evidências mostram que essa condição é um fator de risco para problemas mentais. A idealização da maternidade na sociedade intensifica os desafios, exigindo que as mulheres não apenas lidem com suas responsabilidades, mas também cumpram expectativas sociais frequentemente irreais sobre o papel de mãe. Souza (2023) destaca a importância de uma rede de apoio sólida, que facilita a busca e manutenção do emprego para mães solo.

O desamparo nas diferentes fases da maternidade, segundo Lima (2020) é preocupante e ressalta a urgente necessidade de redes de apoio efetivas para as mães solo, promovendo uma exteriorização saudável de seus sentimentos e aliviando o fardo associado ao exercício de múltiplos papéis. Com um bom suporte, essas mães têm confiança e flexibilidade na busca por empregos, razão pela qual, faz-se necessário a criação de medidas como cuidados infantis acessíveis e apoio das empresas às responsabilidades paren-

tais e políticas que promovam flexibilidade, inclusão e equidade, contemplando as necessidades das mães solo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados, foi possível reunir evidências que corroboram com o objetivo do estudo. Assim, constatou-se que mães solo, que não possuem rede de apoio, apresentam maior prejuízo na sua saúde mental, desenvolvendo frequentemente quadros ansiosos e depressivos, o que afeta a qualidade de vida delas e de seus filhos. Além disso, as mães solo também enfrentam desafios adicionais em sua jornada de maternidade, como por exemplo, o preconceito, a dificuldade de se manter no mercado de trabalho, a exaustão mental e a sobrecarga significativa. Nesse contexto, a rede de apoio se torna fundamental para amenizar essas dificuldades, oferecendo o suporte necessário para que as mães solo consigam lidar com os desafios do cotidiano, sem deixar de lado sua saúde mental e bem-estar.

Diante dos achados, é imperioso destacar acerca da importância de serem estabelecidas políticas públicas que atendam às necessidades específicas das mães solo, já que, atualmente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, traz à tona as limitações existentes no cuidado desse público, de maneira que elas sejam acolhidas nos seus sofrimentos e que estratégias adaptadas sejam desenvolvidas com base nas suas realidades.

Outrossim, ressalta-se a necessidade de se investir em pesquisas longitudinais com as mães solo, buscando identificar as dificuldades enfrentadas em diversos momentos da vida e o impacto dessa situação nas suas relações, qualidade de vida e saúde mental. Além disso, com base nas lacunas do cenário atual, é necessário o fomento de políticas públicas que promovam o acolhimento e assistência psicológica das mães, ofertando grupos de apoio nos espaços terapêuticos/clínicas; bem como o fornecimento de capacitação contínua de profissionais envolvidos no tratamento das demandas desse público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASONI, A; SIQUEIRA, A.C; SILVA, A.L.A. **As famílias monoparentais femininas:** Um estudo sobre o nível de ansiedade e depressão. Revista FAROL – Rolim de Moura – RO, v. 12, n. 12, p. 117-131, abr. 2021.

BENASSULE, Stéfannie; CAVALCANTE, Milady; LAMY-FILHO, Fernando. **Saúde mental de mães de crianças entre 15 e 36 meses da coorte BRISA São Luís, Maranhão.** Medicina (Ribeirão Preto), v.53, n.4, p. 415-423, nov. 2020.

BEZERRA, Julia; PAULA, Sônia; ALVES, Ariadne. S**obrecarga materna e o seu impacto na saúde mental**. Rede de Ensino Doctum. 2023. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/4668>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FEIJÓ, Janaína. **Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos.** Fundação Getúlio Vargas, 2023. Disponível em: < https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>. Acesso em: 25 nov. 2024.

FERNANDES, P.S. **Família monoparental feminina:** desafios de ser mãe solo. 2021. 53 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara/SP, 2022.

FERREIRA, M.S.C.G. **Ação grupal com mulheres-mães universitárias como estratégia de promoção de saúde mental.** 2023. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos.** 2023**.** Disponível em: < https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GOMES, Lídia. **Mulher, mãe e universitária:** desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica. 2020. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

LIMA, A.C.F. **Maternidade solo:** as vivências de maternidade de mulheres-mães. 2020. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

MACHADO, M.S; PEREIRA, C.R.R. **Redes Pessoais Significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social.** Estudos de Psicologia. Natal, v. 25, n. 4, p. 399-411, dez. 2020.

OLIVEIRA, L.C.F; PEREIRA, L.R.S; ROLIM, J.M.P. **A eficácia do dispositivo materno:** possíveis influências da romantização da maternidade na saúde mental de mães-solo na cidade de Arcoverde-PE. (2021). Revista Científica Multidisciplinar - RECIMA21*, v.2*, n.6, jul. 2021.

OLIVEIRA, M.M de. **Além da maternidade:** os desafios das mães solo no mercado de trabalho. 2023. 25 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Saúde Mental.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PEREIRA, V.B; LEITAO, H.A.L. **Sobrecarga e rede de apoio:** a experiência da maternidade depois da separação conjugal. Pesqui. prát. psicossociais, São João del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-12, mar. 2020.

SANTOS, Antônio. et al. **A fortaleza invisível:** reflexões sobre aspectos socioemocionais e de saúde mental das mães solo no Brasil. Cuadernos De Educación Y Desarrollo, v.*16*. n.6, 2024.

SANTOS, L.M.T.D.A dos. **Repercussões da maternidade solitária na insegurança alimentar domiciliar, na saúde mental e na qualidade de vida entre mulheres em situação de pobreza.** 2020. 74 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SCHIAVO, Rafaela. **Produção Científica em Psicologia Obstétrica/Perinatal**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 16204–16212, 2020.

SOUZA, E.D.M**. Vulnerabilidades e política pública:** análise da situação de mães solo durante a pandemia da Covid-19. 2023. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CAPÍTULO 14

MULHERES EM FOCO: DIREITOS CONQUISTADOS E A DISCRIMINAÇÃO INTERSECCIONAL

WOMEN IN FOCUS: CONQUERED RIGHTS AND INTERSECTIONAL DISCRIMINATION

Marina Gabriela Silva Nogueira Soares
Pesquisadora – Mestra em Direito Público
Belo Horizonte – Minas Gerais
ORCID ID: 0009-0008-0408-8165
contato@marinasoaresadvogada.com.br

Sthefany de Carvalho Lima Oliveira
Pesquisadora – Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal
Brasília – Distrito Federal
sthe.direitocontato@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca aprofundar a relação dos Direitos das mulheres e as múltiplas formas de subordinação que enfrentam diuturnamente. De modo geral, apontam-se três tipos de discriminação que são recorrentes, quais sejam: de gênero, classe social e raça. O tema-problema consiste em analisar as condições que determinado grupo de mulheres suportam ao buscarem oportunidades e inclusão na sociedade. Os sistemas de subordinação, somados a políticas sociais frágeis e estruturação patriarcal da sociedade, refletem diretamente no quadro empobrecimento feminino, acarretando à perversa seleção de mulheres pela vulnerabilidade social. O trabalho foi desenvolvido a partir dos princípios dos direitos humanos, e do conceito de interseccionalidade aclarado por Kimberlé Crenshaw, a fim de descortinar uma cultura que fomenta um perverso processo seletivo classista, racista e misógino. Por fim, apresenta hipóteses para minimizar o problema por meio de políticas públicas que fomentem a in-

clusão social. Para o presente estudo, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e o método dedutivo, analisando-se documentos oficiais que revelam estatísticas e pesquisas sobre a temática debatida.
Palavras-chave: Discriminação; Interseccionalidade; Direitos humanos.

ABSTRACT
This article sought to delve deeper into the relationship between women's rights and the multiple forms of subordination they face on a daily basis. In general, three types of discrimination are recurrent, namely: gender, social class and race. The problem theme consists of analyzing the conditions that a certain group of women endure when seeking opportunities and inclusion in society. Systems of subordination, combined with fragile social policies and patriarchal structuring of society, directly reflect female impoverishment, leading to the perverse selection of women due to social vulnerability. The work was developed based on the principles of human rights, and the concept of intersectionality clarified by Kimberlé Crenshaw, in order to uncover a culture that encourages a perverse classist, racist and misogynistic selection process. Finally, it presents hypotheses to minimize the problem through public policies that promote social inclusion. For the present study, bibliographical research and the deductive method were used, analyzing official documents that reveal statistics and research on the topic discussed.
Keywords: Discrimination; Intersectionality; Human rights.

1. Introdução

O presente estudo tem por objeto a luta de mulheres baseada no desejo da efetivação dos Direitos positivados ao longo dos anos, tais como: direito à igualdade, Direitos humanos, Direitos de não discriminação. Tem-se o desígnio de investigar a relação lógica de poder e mulheres que possuem características em comum.

Primeiramente, se faz necessária a exposição da relevância do discurso da luta das mulheres no âmbito da conquista de direitos e o reflexo para todos os indivíduos os quais são representados pelo combate por elas travado, assim como, para fins de visibilidade social.

A eleição do tema se dá por entender que quando uma mulher tem seu direito invisibilizado, todas as outras permanecerão com seus direitos infringidos, desrespeitados.

Para tanto, demonstrará que o princípio da igualdade não atende, por completo, o direito das mulheres, uma vez que desconsidera a real existência da desigualdade de gênero, raça, e classe social. Em outras palavras, a interseccionalidade não é contemplada pelo poder estatal.

Assegurar que todas as mulheres sejam amparadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos fundamentados no gênero prescinde um olhar mais atento às formas pelas quais o gênero interage com tantas outras características. Ademais, se faz imperioso abarcar o nexo de causalidade entre as referidas formas de discriminações e resultado dessa conjectura, que tende a ser fator primordial para a permanência da condição de vulnerabilidade de distintos grupos de mulheres.

Tendo em vista que as experiências específicas de mulheres de grupos definidos pela similaridade de perfis, são muitas vezes pulverizadas dentro de camadas mais extensas de raça e gênero, a vulnerabilidade interseccional é despercebida e, por consequência se torna indiferente, invisível para a sociedade.

Deste modo, a presente pesquisa traz à baila, por meio de uma crítica interseccional, as peculiaridades que envolvem a realidade dessas mulheres, e aponta que é possível buscar políticas públicas que permitam uma inclusão social. Ou seja, a importância deste estudo reside na análise social sob a perspectiva da interseccionalidade como fator determinante perpetuação da injustiça social.

Portanto, a metodologia aplicada ao presente estudo é a pesquisa bibliográfica e o método hipotético dedutivo, observando desde um ponto de vista macro para uma compreensão micro analítica acerca do tema. Por fim, como procedimento técnico busca sugestão para a solução da questão destacada.

2. Direito das mulheres: a relativização do direito à igualdade

Inicialmente, se faz importante distinguir os estudos que abarcam os direitos das mulheres e os assuntos de gênero, já que não

tratam sobre o mesmo tema. Segundo Zapater, “Estudar questões de gênero significa observar como se constroem as identidades femininas e masculinas em um campo social no qual as relações entre mulheres e homens se articulam a partir de uma circulação assimétrica de poder” (ZAPATER, 2017, p. 62).

O constitucionalismo brasileiro tem como marco a Constituição da República de 1988. Historicamente, as Constituições anteriores abordaram a questão da igualdade entre homens e mulheres, inclusive, proibindo a distinção salarial em razão do gênero.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, deu maior enfoque aos direitos e garantias fundamentais, reforçando o direito à igualdade independente do sexo. “Eis aí, pois, o que é o justo: o proporcional; e o injusto é o que viola a proporção. ” (ARISTOTELES, 1991, p. 103)

A previsão Constitucional está contida no art. 5º, inciso I:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988).

Segundo o filósofo Aristóteles, o conceito de igualdade pressupõe tratar as desigualdades de forma desigual a fim realizar a efetiva equidade.

> E a mesma igualdade se observará entre as pessoas e entre as coisas envolvidas; pois a mesma relação que existe entre as segundas (as coisas envolvidas) também existe entre as primeiras. Se não são iguais, não receberão coisas iguais; mas isso é origem de disputas e queixas: ou quando iguais tem e recebem partes desiguais, ou quando desiguais recebem partes iguais. (ARISTOTELES, 1991, p.103).

Diante do exposto, tratar as pessoas de forma igualitária sem observar suas peculiaridades não é atingir plenamente o conceito de

igualdade. Sendo assim, é imperioso não perder de vista a diferenciação entre sexo e gênero. Nos estudos de Andrea da Silva Lima e Thaís de Campos, a dicotomia entre sexo e gênero, pode ser definida assim:

> O sexo está ligado a características biológicas e físicas das pessoas. A diferenciação decorre, especialmente, da genitália que o indivíduo possui. Já o gênero, consiste, basicamente, no papel que socialmente se espera de cada um dos sexos biológicos. São construções sociais históricas. (LIMA; CAMPOS, 2017, p. 25).

Neste sentido, a igualdade tão almejada e idealizada durante os séculos pode ser resumida como a o direito “das possibilidades de realização pessoal e social, sem que isto signifique anular a liberdade individual, a autonomia da vontade e a necessidade de construção, pelo indivíduo, dos caminhos para seu desenvolvimento. ” (BITENCOURT NETO, 2010, p. 104)

A terminologia “gênero” não menciona exclusivamente mulheres. Não se pode considerar o sexo biológico, isoladamente do discurso ou construção em que o indivíduo se encontra estabelecido. A presente pesquisa foi verticalizada de forma a tratar exclusivamente gênero feminino, tendo como foco aquelas mulheres de sexo biológico correspondente com a identidade e reconhecimento feminino.

3. Discriminação interseccional: Origem e perspectivas de igualdade

A sociedade expõe estrutura constituída a partir da capacidade de moldar práticas sociais específicas e as áreas de ligação fundamentalmente nos campos econômico e político. Ante essa formação social, esquematizada e disposta a partir do modo de produção a condição de participação e de oportunidades efetivamente ofertadas às mulheres não recebe a devida atenção, sendo tratada de maneira superficial.

> A condição das mulheres sempre tendeu, então, a não ser interpretada por meio de generalizações –a mulher universal-, com reprodução de estereótipos estigmatizastes ou mesmo opressores e misóginos, que pouco se aproximam das vivências plurais das mulheres (PIMENTEL, 2020, p.124)

De modo geral, as sociedades capitalistas são instituídas pela desigualdade social, e perpetuam uma lógica de manutenção que visa reprodução desse contraste, a fim de que as posições e status sociais se sustentem. Para aproveitar oportunidades no mercado de trabalho e a consequente inclusão em espaços sociais selecionados é necessário que se tenha condições para isso, ou seja, ativos físicos, humanos e sociais.

A partir daí surge dois panoramas a serem analisados. O primeiro deles é a desconsideração das vivências experimentadas pelas mulheres de modo abrangente. O segundo panorama, considera as experiências das mulheres sob uma ótica mais concentrada, reconhecendo a pluralidade de opressões que sofrem e os distintos impactos causados a depender das condições de raça, classe social e entre outras circunstâncias determinantes para convivência em todos os âmbitos da sociedade.

Assim que, diante do primeiro panorama apresentado, não se pode interpretar amplamente as experiências de todas as mulheres perante da unicidade de gênero. A generalização não assegura a efetivação da igualdade; ao contrário, faz com que permaneçam as exclusões dentro da mesma categoria.

Em suma, em pese o alvo do estudo ser o gênero feminino, há que se observar as condições complementares e as particularidades de cada uma. Como se verá a seguir, algumas mulheres apresentam similaridade quanto a alguns aspectos determinantes para seu desenvolvimento, o que torna possível delimitar um perfil de mulheres que enfrentam maiores obstáculos que outras.

A luta pela igualdade de gênero foi motivada no objetivo ordinário de lutar contra a injustiça patriarcal, êxitos que só foram possíveis quando as mulheres se uniram. Apesar disso, as benesses conquistadas não foram auferidas de forma igualitária. As mulheres competiam entre si e, por consequência, surgiu uma divisão entre mulheres.

As mulheres brancas, que já detinham certo prestígio pela condição social, mas não detinham direitos, passaram a ser possuidoras de algum poder. Porém, por não renunciarem à cultura sexista enraizada, afastaram-se das mulheres negras, ocasionando mais uma desigualdade. Nas palavras de Bittencourt Neto (2010, p.111) “há que distinguir a solidariedade enquanto fenômeno social inspi-

rado por valores éticos, religiosos ou culturais" daquele conceito jurídico de solidariedade "que informa a consagração de direitos e deveres fundamentais, impondo condutas informadas pelo valor da comunhão de esforços e da participação de todos na satisfação das necessidades básicas de todos e de cada um. " (BITTENCOURT NETO, 2010, p.111)

Sob essa ótica, note-se o valor em se ponderar os múltiplos sistemas de subordinação, como a raça, identidade de gênero e orientação sexual. Tendo em vista que, sendo numerosas as formas de ser mulher, são também fartas as reclamações acerca dos direitos que devem ser efetivados.

A interseccionalidade, conceituada por Kimberlé Williams Crenshaw, pondera a associação de múltiplos sistemas de subordinação e examina as consequências estruturais e dinâmicas do intercâmbio de dois ou mais eixos. Assim:

> A exclusão das mulheres, portanto não se daria de um único modo. A posição ocupada por uma mulher branca, acadêmica, com boa condição econômica, heterossexual é diferente da mulher pobre, gorda, com baixa escolaridade, não binária e negra. Nessa ordem de ideias não poderia criar uma categoria abstrata de mulher, sob pena de, na verdade, sufocar grupos que não teria condições de colocar seus interesses em discussão. (COSTA; QUADROS, 2019, p. 410).

A interseccionalidade nas palavras de Crenshaw:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Frente ao conceito de interseccionalidade, percebe-se que a subordinação a um conjunto de discriminações incorre na exclusão já estabelecida na sociedade que segrega os indivíduos, dificultando, ou até mesmo, evitando sua interação na esfera pública. Mostrar-se, então, como um mecanismo relacional e cultural que celebra a desigualdade como condição de não inclusão.

> A exclusão se refere à não incorporação de uma parte significativa da população à comunidade social e política, negando sistematicamente seus direitos de cidadania - envolvendo a igualdade de tratamento ante a lei e as instituições públicas - e impedindo seu acesso à riqueza produzida no país. (FLEURY, 2007, p. 1423).

O processo de banimento social se concretiza por meio da falta de oportunidades educacionais, que, atualmente, é a principal maneira para a mobilidade social no país. Segundo a pesquisa do IBGE (2022) restou demonstrada, por estatísticas, a situação de desvantagem das mulheres negras em relação as mulheres brancas, no que diz respeito as oportunidades no mercado, a pesquisa apontou que as mulheres pardas ou negras "representavam 5,3 milhões desses jovens (41,9%), enquanto as brancas formavam menos da metade desse montante: 2,6 milhões (20,5%), totalizando 7,9 milhões de mulheres ou 62,5% dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados. "

Outro ponto que deve ser ressaltado como influência direta acerca da inserção da mulher negra de baixa renda no mercado formal de trabalho é o tema dos cuidados destinados à família. De um lado tem-se as mulheres que são mais abastadas financeiramente e remuneram outras para que executem as tarefas do lar. Do lado oposto, estão as mulheres pobres que, por falta de opção, avocam para si essa responsabilidade e, por isso, terão menos tempo para se qualificar e sofrerão em seus corpos o preconceito por sua classe. Desse modo:

> O sistema de privilégios se perpetua e se fortalece, pois, tendo mais tempo livre, as mulheres com maior poder aquisitivo poderão estudar, fazer cursos de capacitação profissional, se especializar e, assim, galgar melhores postos de trabalho. Por outro lado, as mulheres pobres, a quem de forma crescente tem sido atribuída a respon-

> sabilidade pelo sustento de seus lares, ao acumularem funções mal remuneradas no mercado informal de trabalho, terão menos tempo para se qualificar e suportarão em seus corpos o peso de sua classe, contribuindo-se, assim, para a feminização da pobreza. (OLIVEIRA, 2019, p. 83).

A imagem de ser bem-sucedida no mercado de trabalho incide em desfrutar das mesmas condições que o homem branco, ao oposto de romper as estruturas de opressão. É estar acolhida no sistema sem empenhar nenhuma insurreição. As mulheres que ambicionam essa ideologia não estão se importando com as negras e pobres que prestam serviços em suas casas.

Sob esta ótica:

> O mais prejudicial é que se cria a ideia de que ser bem-sucedida é possuir os mesmos direitos que o homem branco, e não romper com as lógicas da opressão. É fazer parte do sistema sem transformá-lo de fato. As mulheres que perseguem esse ideal não estão necessariamente preocupadas com as negras e pobres que trabalham em suas casas ou em discutir as várias possibilidades de ser mulher e enxergar seus privilégios. (RIBEIRO, 2018, P.85).

Diante de tantos obstáculos enfrentados as mulheres que sofrem a associação de múltiplos sistemas de subordinação, vivem em condições vulnerabilidade social. Para Abramovay a vulnerabilidade social pode ser assim conceituada:

> A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos1 dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. (ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

A Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, publicada em 2022 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ao analisar os indicado-

res da força de trabalho decompondo a pesquisa por grupos populacionais específicos, de acordo com critérios que tornassem possíveis a delimitação características comuns, como por exemplo: por cor ou raça, sexo, nível de instrução e grupos de idade, conclui-se que “mulheres, pessoas pretas ou pardas, jovens e a população com menor nível de instrução apresentaram maiores vulnerabilidades. ”

Sobre o tema Ferreira (2020, p. 161) aponta que “ a forma e o grau que a opressão genérica se estabelece não é equânime entre as diversas classes sociais e grupos racializados”

A discriminação repousada em mais de um critério deve ponderar as experiências específicas do grupo submisso, sob uma perspectiva qualitativa e não apenas quantitativa. A interseccionalidade proporciona uma visão ampla, abarcando os contextos habituais que não são neutros e permite identificar composições que perpetuam a invisibilidade e injustiças.

> a discriminação interseccional fornece ferramentas para a identificação de estruturas de subordinação que ocasionam determinadas invisibilidades perpetuadoras de injustiças. Por exemplo, em um caso de discriminação contra a mulher, a percepção pode ser reduzida meramente ao critério sexual, ficando invisível o contexto racial. A interseccionalidade permite visualizar não só o aspecto imediato, mas também que certos contextos nada têm de neutro ou natural, ainda que cotidianos. (RIOS, 2015, p. 24).

Destaca-se que combater a discriminação sexual e racial não é satisfatória, uma vez que a injustiça tolerada por mulheres negras é distinta daquela vivida por mulheres brancas, assim como, a discriminação vivenciada por homens negros é diferente da vivida por mulheres negras.

Observa-se que, na sociedade patriarcal, a referência é sempre um homem, a mulher negra só pode ser o “outro” de si mesma, não exprimindo reconhecimento em si, contudo, sendo incluída como um objeto que possui uma finalidade. Mulheres brancas têm status mais proeminentes se comparadas ao homem branco, já que são da mesma raça, mas não do mesmo gênero. Enquanto homens negros são vistos como oponentes de homens brancos, por serem do mes-

mo gênero e se diferenciarem pela raça. Paradoxalmente, a mulher negra não é nem branca e nem homem, e por isso só pode ser o "outro" de si mesma. Assim:

> Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o "outro" do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas nem homens, e exercem a função de "outro" do outro. (RIBEIRO, 2018, p.84).

Os vários rudimentos que distinguem as mulheres criam vulnerabilidades particulares, não as descortinar é asseverar essa exclusão já existente perpetuando a invisibilidade e a discriminação.

4. O papel da interseccionalidade nas políticas públicas

Para tratar da vulnerabilidade social é preciso "assimilar os problemas e desafios que as políticas sociais enfrentam, tendo em vista a corresponsabilidade do Poder Público perante as pessoas que se submetem a condições de afronta à dignidade da pessoa humana. " (TOURINHO, 2016, p. 161).

Para tanto, faz-se imperioso tratar acerca da biopolítica delineada por Michel Foucault, que entende que, a partir do século XVIII, as questões intrínsecas à vida e ao grupo de cidadãos enquanto população, converteram em objeções necessárias de serem administradas para o exercício da prática governamental, quais sejam: saúde, sexo, raça, higiene, entre outros. A vida natural, biológica, foi incluída nas engrenagens do poder e transformou a política em biopolítica. Em outras palavras, a justificação do poder sobre a vida é a biopolítica. A disposição do poder sobre a vida se ampliou a partir disciplinas do corpo, assim como as limitações da população. É o que se extrai da obra de Foucault:

> Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois po-

> los de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. (FOUCAULT, 1988, p.131-132)

Destarte, o Estado Democrático de Direito, a jurisdição, é direito fundamental de todos. “Se é direito fundamental do povo, em contrapartida, é atividade-dever do Estado prestada pelos seus órgãos competentes, indicados no texto da própria Constituição. ” (DIAS, 2018, p.92)

De acordo com Bitencourt Neto: “Manter uma existência digna é dar condições para que o ser humano não perca tal capacidade de autodeterminação e de ser sujeito, não sendo comparado a simples objeto de ação do Estado ou de terceiros. ” (BITENCOURT NETO, 2010, p. 118)

Inicialmente, é imperioso ressaltar que homens e mulheres são desiguais em inúmeros aspectos. Caracterizar a mulher como delicada, inerte, dominada, mansa, e sintetizar essas diferenças exclusivamente no quesito biológico aloca a mulher como um ser integralmente afastada dos aspectos inerentes ao convívio social em igualdade com seus pares. Ademais, ressalta um domínio masculino sobre o feminino, que ainda é legitimado pela sociedade a partir da imposição dos papeis sociais de gênero.

Igualmente, salta aos olhos que o Estado governa para mulheres assim como para os homens, depreciando as implicações des-

sa equiparação. Não é apenas uma questão de violação às peculiaridades de gênero, vai além, manipula o gênero enquanto instrumento de controle. Configura-se uma punição imposta à mulher que rompe o papel convencionado ao feminino.

Essa forma de atuação estatal pode ser reputada como uma construção de controle social pelo qual se estabelece as dinâmicas das relações sociais, espelhando e corroborando as desigualdades sociais, de modo a reiterar hierarquias morais, e de forma velada normalizar esses padrões comportamentais.

A Constituição de 1988 prevê como um dos objetivos fundamentais do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Outrossim, afirma o poder estatal mediante previsão de certa liberdade legislativa para criação, implementação e efetivação de políticas públicas. Bitencourt Neto (2010, p. 106) exemplifica a referida autonomia governamental salientando a possibilidade de "prestação de serviços públicos, a adoção temporária das chamadas ações afirmativas para o combate de discriminações em razão de gênero, raça, classe social, entre outras. "

Bitencourt Neto (2010, p.119) vai além abordando a importância de garantir o acesso ao ensino "por meio da frequência à escola, que assegura, para além da qualificação que abre portas no mercado de trabalho, a preservação da autoestima do indivíduo e melhores condições de autodeterminação. "

Conforme ressalta Natacha A. de Oliveira (2019) a meritocracia é uma ideia muito utilizada para legitimar critérios objetivos, ocultando as minorias nos espaços institucionais, sobretudo em posições de poder:

> Por sua vez o conceito de meritocracia apresenta a ideia, sobretudo em âmbito institucional, de que os papeis sociais são definidos pelo mérito, acabando por legitimar, por meio da fixação de um processo seletivo pautado em critérios objetivos, ausência de minorias raciais nos espaços institucionais, sobretudo em posições de poder, mascarando assim, o racismo estrutural. (OLIVEIRA, 2019, p.81)

Para Ferreira (2020, p. 169) " Propõe assim o fim da divisão binárias e a produção de conhecimento-experiência, começando por

mesclar o conhecimento acadêmico e político enquanto formas de mudança social. ”

Segundo Butler (2022, p.18) a representação política “serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos. ”

Logo, as políticas públicas deveriam proporcionar verdadeiramente oportunidade de trabalho e estudo. Ademais, investir em melhoria na gestão de recursos destinados a projetos que visem facilitar o acesso à saúde e educação dessas mulheres vítimas de múltiplas discriminações.

5. Considerações finais

A segregação social, produto do conjunto de opressões que as mulheres sofrem, descortina as engrenagens do poder. O conjunto de múltiplas opressões forma um sistema discriminatório que fomenta desigualdades básicas.

Assim, a presente pesquisa apontou que a maior parte da população feminina em condições de vulnerabilidade sofre pelo menos três formas de subordinação, quais sejam: gênero, classe social e raça. A inserção da mulher negra de baixa renda no processo de socialização é mais difícil, especialmente no mercado de trabalho formal. Ademais, a repetição de violação dos direitos pela falta de perspectiva de gênero no âmbito das políticas públicas fomenta a invisibilidade política, e social desse grupo de mulheres.

Uma sugestão para solucionar o problema é a adoção de mecanismos proativos que tenham por finalidade diminuir a discrepância quanto à classe social, além das políticas públicas eficazes. O acesso ao estudo e emprego no mercado formal de trabalho se mostra o caminho mais viável para aumentar as possibilidades e oportunidades para as mulheres.

Destarte a igualdade de condições é direito constitucional que assegura a efetivação das liberdades, deste modo, dentro do capitalismo deve existir possibilidade de desenvolvimento sob a garantia de igualdade de oportunidades.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam et al. (Orgs.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco; Poética. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BITENCOURT NETO, Eurico. **O direito ao mínimo para uma existência digna**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 19 janeiro 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.

DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. **Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito**. 4ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

FERREIRA. Natalia Damazio Pinto. (Re)aprender a pensar: por uma epistemologia decolonial feminista. In: SANTOS, Michelle Karen (org.). **Criminologia feminista no Brasil**: diálogos com Soraia Mendes. São Paulo: Blimunda Estudio Editorial, 2020. p. 155-176.

FLEURY, Sônia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? **Ciência & Saúde Coletiva.** Vol. 12, nº 6, dezembro de 2007, p. 1422–25.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv779.pdf Acesso em 20 janeiro 2025.

LIMA, Andrea da Silva; CAMPOS, Thaís de. Tutela jurídica e políticas públicas direcionadas às pessoas trans, analisadas a partir de um caso concreto. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São Paulo**, n. 2, p. 24-37. Abr 2017.

OLIVEIRA, Natacha Alves de. **Execução penal e dignidade da mulher no carcére**: uma visão por trás das grades. São Paulo: Liber Ars, 2019.

PIMENTEL, Elaine. Novos paradigmas da criminologia feminista como caminhos para estudos sobre o encarceramento feminino. In:

SANTOS, Michelle Karen (org.). **Criminologia feminista no Brasil**: diálogos com Soraia Mendes. São Paulo: Blimunda Estudio Editorial, 2020. p. 124-136.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** Companhia das Letras. São Paulo. 2018.

RIOS, Roger Raupp; SILVA Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 11-37.

TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; SOTERO, Ana Paula da Silva; LIMA, Mariana Gomes; NONATO, Leles João. Politização da criminalidade e vulnerabilidade social Entre os paradigmas da justiça criminal e da seletividade penal. **Sistema Penal & violência**. Porto Alegre, v. 8, n2, p. 152 – 167. Dez. 2016.

ZAPATER, Maíra. Por que falar de gênero no ensino jurídico? **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São Paulo**, n. 2, p. 61-71. Abr 2017.

CAPÍTULO 15

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AUTONOMIA FINANCEIRA

WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE – PUBLIC POLICIES AIMED AT FINANCIAL AUTONOMY

Elianna Holanda Silva
Professora de Direito - Faculdade Vale do Aço – FAVALE
Açailândia – Ma
eliannahs18@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as particularidades existentes no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher no argumento da independência econômica da mulher frente ao seu agressor. Adotou-se o método dedutivo analisando o tema através de material bibliográfico realizado com pesquisas de artigos e livros. Seguindo, há uma apresentação histórica referente a violação dos direitos da mulher e a evolução das conquistas no combate ao abuso do Direito da Mulher. Na sequência, é estudado a Lei 11.340/2006 sob a ótica das políticas públicas no intuito de apresentar a Lei e sua razão de existir. Finalmente, o estudo apresenta análise dos fatores que se associa a permanência da vítima junto ao agressor por dependência financeira. Concluiu-se o estudo ao propor avaliação das políticas públicas existentes e a eficácia da aplicação delas com o escopo de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, apresentando proposta de amparo à mulher vítima de violência com o intuito de garantir a aplicação dos seus direitos já estabelecidos na Lei sob pena de estar negando vigência ao sistema de proteção à mulher.
Palavras-chave: Violência. Doméstica. Política Pública. Lei Maria da Penha. Independência.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the particularities that exist in the context of domestic and family violence against women in the

argument of women's economic independence from their aggressor. The deductive method was adopted by analyzing the topic through bibliographic material carried out with research of articles and books. Following, there is a historical presentation regarding the violation of women's rights and the evolution of the conquests in the fight against the abuse of Women's Rights. Then, Law 11.340 / 2006 is studied from the perspective of public policies in order to present the Law and its reason for existing. Finally, the study presents an analysis of the factors associated with the victim's permanence with the aggressor due to financial dependence. The study was concluded by proposing an evaluation of existing public policies and the effectiveness of their application with the scope of eradicating domestic and family violence against women, presenting a proposal of support to women victims of violence in order to guarantee the application of their rights already established in the Law, under penalty of denying the system of protection for women.
Keywords: Violence. Domestic. Public policy. Maria da Penha Law. Independence.

Introdução

A violência contra a mulher é uma realidade e advém de uma sociedade oriunda do machismo que persiste e, por diversos fatores impedem as mulheres de denunciar os fatos às autoridades, seja pelo desconhecimento do Direito, medo, constrangimento, dependência econômica e outros. É um fenômeno que atinge todas as classes sociais, ocorre de variadas formas, até mesmo pouco observada, mas que são transformadas em práticas rotineiras de subordinação e dependência na vida de muitas mulheres vítimas de violência doméstica.

Historicamente, nas relações familiares não são aceitas intervenções externas, o que compromete a denúncia por parte das mulheres vítimas de agressões, que ao se calarem mantém o agressor sobre o comando da situação.

Através de Convenções realizadas com o escopo de eliminar toda forma de discriminação e violência contra a mulher impulsionados por movimentos feministas, o Direito da Mulher ganhou espaço internacional e nacionalmente.

O Brasil tornou-se signatário dessas convenções no intuito de combater a violência contra a mulher, no entanto, foi com a Lei 11.304/2006 – Lei Maria da Penha, que alcançou um avanço representativo no combate à violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha trouxe uma estrutura de medidas que garantem à mulher vítima de violência, meios de proteção, combate à violência e punição ao agressor, cujo objetivo é erradicar a violência contra a mulher.

Pode-se observar que a violência contra a mulher tem exigido atenção do poder público, que tem implementado políticas de combate e prevenção. Diante dos números de casos que persistem e da quantidade de mulheres vítimas que se submetem a permanecerem a conviver com os agressores, surge a necessidade de analisar os motivos pelos quais essas vítimas não usufruem das benesses trazidas pelas Lei Maria da Penha e as políticas públicas existentes.

Não obstante, os casos de violência permanecem mesmo diante de legislação para coibir tais atos violentos, o que se torna necessário à efetivação no enfrentamento da violência feminina no âmbito familiar e doméstico, a busca de contribuir com esclarecimentos dos direitos das mulheres a fim de viverem uma vida sem violência.

O presente artigo propõe identificar as particularidades imersas no contexto da violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, a fim de conhecer as nuances presentes nas situações de violência e convivência da vítima e o autor da violência e, analisar a independência econômica da vítima como fator de liberdade do relacionamento abusivo.

O estudo realizado por material bibliográfico através de artigos periódicos e livros, teve por base o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher e a permanência da vítima ao autor da violência por dependência econômica.

No primeiro capítulo entende-se necessário a realização do estudo da violência contra a mulher sob uma síntese histórica com o objetivo de alcançar respostas à violação dos direitos da mulher na sociedade desde remota a atual, e, apresentar a evolução ocorrida no combate da violência doméstica e familiar no cenário brasileiro, indo desde os movimentos feministas a promulgação da Carta Magna de 1988 e análise da atual Lei 11.304/2006.

Seguindo o objetivo do estudo, o segundo capítulo apresenta as políticas públicas desenvolvidas com o escopo de combater, prevenir e proteger a mulher vítima de violência, elencando pontos relevantes dos resultados alcançados favoráveis ou não às vítimas da violência, no intuito de demonstrar a efetivação da lei e sua razão de existir.

Na sequência, no terceiro capítulo, é apresentado a questão problemática da pesquisa, com análise de fatores associados a permanência da vítima no ambiente violento por dependência econômica do agressor e o posicionamento da sociedade frente ao tema. Por fim, é apresentado nas considerações finais proposta de amparo à mulher vítima de agressões que se sujeitam a permanecerem no ambiente violento sob a dependência financeira.

No estudo, entende-se forçoso avaliar as políticas públicas existente e as que se fazem necessárias serem impostas como resposta compensatória do Estado à mulher vítima de violência e tornar eficaz a Lei promulgada para erradicar a violência doméstica e familiar, garantindo o exercício dos direitos estabelecidos constitucionalmente e leis infraconstitucionais.

1. Violência contra a mulher: síntese histórica

A violência contra a mulher compõe uma das formas mais corriqueiras da violência, no entanto, pouco visível. Advém de uma sociedade machista oriunda de um patriarcalismo, atinge mulheres de todas as idades, níveis econômicos, instrução, religião, raça e orientação sexual, ou seja, não tem distinção, sendo uma grave violação dos direitos e da dignidade humana, como relata Teles e Melo:

> O drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, do país e do mundo. É pouco comovente porque é por demais banalizados, tratado como algo que faz parte da vida; tão natural que não se pode imaginar a vida sem sua existência. É um fenômeno antigo que foi silenciado ao longo da história e passou a ser desvendado há menos de 20 anos. A mídia busca fatos novos, e quando se fala de violência contra a mulher, nada é novo (Teles e Melo, 2003, pag. 11).

A figura feminina no mundo antigo, sempre foi deixada de lado, ocupando posição de submissão, sendo discriminada, escravizada, ocupando papel secundário, tida como objeto, e não apenas pelo homem, marido, pai, filho, mas também pela religião, vista como porta dos pecados. O homem, por sua vez, era o possuidor de direitos e detentor de poderes, era quem atinha força para defesa nas guerras. Às mulheres tinham os afazeres domésticos, gerar e criar filhos, o que era considerado de pouca importância à sociedade. (Porto, 2014, pag. 15).

Como exemplo tem-se a Grécia Antiga, onde as mulheres não possuíam direitos jurídicos, viviam confinadas em suas residências, sem educação formal e proibidas de estarem em público desacompanhadas. No entanto, aos homens, não apenas possuíam direitos civis e políticos, como também gozavam de poder absoluto sobre a mulher, além de serem polígamos e soberanos no patriarcalismo. (Vrissimtzis, 2002, pag. 38).

Na Roma, a função da mulher era a de ser procriadora, pertenciam ao patamar das crianças e escravos, tinham identificação negada, eram excluídos social, jurídico e politicamente. As mulheres não eram consideradas cidadãs e, portanto, cargos públicos não exerciam. (Funari, 2002, pag. 94).

Com a chegada do cristianismo, pouco mudou; a mulher era tida culpada pelos erros dos homens e, deviam por isso serem passivas e submissas aos homens, como forma de adquirirem a salvação, incutindo nelas a manutenção de dependência. É o que se observa por Macedo (1992, pag. 19):

> A mulher era vista pelos religiosos como 'naturalmente' inferior ao 'sexo viril'. Deus havia criado primeiro o homem. Ele foi criado à imagem e semelhança do Todo-Poderoso. Ela era meramente um reflexo da imagem masculina, uma imagem secundária. Sexos diferentes, ambos se uniam pelo casamento. Contudo, não se tornavam iguais. Considerada a responsável pela queda da humanidade no pecado, a dominação do esposo sobre ela e as dores do parto eram vistos como o seu castigo (Macedo,1992, pag. 19).

Essa linha de pensamento começou a mudar a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa em 1789, onde as mulheres

na luta pela igualdade, fraternidade e liberdade, participaram ao lado dos homens com o pensamento de que seriam estendidos a elas os mesmos ideais. Contudo, ao perceberem que as conquistas não se desdobraram para o público feminino, elas, passaram a reivindicá-los. Como exemplos, temos o texto de Olympe de Gouges, publicado em 1791 no qual indaga:

> Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? [...] Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais. [...] Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade (Alves, Pitanguy, 1985, pag. 33-34 apud Tânia Pinafi, 2007).

Com a materialização do sistema capitalista no século XIX, mudanças passaram a acarretar a sociedade de um modo geral. A mulher começa a sair do seu espaço doméstico e passa a articular meios que comprovam a sua igualdade ao homem, iniciando o movimento feminista.

Nesse sentido, grandes avanços foram conquistados pelas mulheres, mas infelizmente, permanecem insuficientes para que o sexo feminino tenha seus direitos respeitados, pois a discriminação permanece presente nos mais diversos âmbitos e assim, as mulheres continuam sendo alvo de violação de direitos.

A violência contra a mulher tem sido nos últimos anos um dos temas mais debatidos e pesquisados no Brasil e no mundo, como assunto que envolve abuso de direito da mulher. A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua violência como “uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (Dahlberg, Krug, 2007, pag.1165 apud Santos, Renato). Seguindo o relato de Michaud,

> Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja

> em sua integridade moral, em suas posses, ou em participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989, pag. 11 apud Santos, Renato).

Observa-se que a violência contra a mulher é fruto de uma construção histórica, sendo assim, está sujeita a desconstrução. Faz parte da característica humana o lado agressivo para a sobrevivência, "a agressividade, matriz psicofisiológica da agressão, faz parte de nosso arsenal de comportamentos dirigidos à adaptação. O ser humano não sobreviveria sem a agressividade", no entanto, pode ser civilizado, ou seja, ser capaz de conviver em consonância com outro ser humano. (Barata & Scholer, 2001, pag. 1).

Contudo, por muito tempo ficou entendido como proibido a intervenção de alguém nas relações pessoais de outrem; cada um teria sua vida familiar e era particular, não podia sofrer interferência externa, nem mesmo do poder judiciário, mesmo que a violência fosse posta em prática.

No entanto, considerando que a violência doméstica ocorre dentro de uma relação afetiva, o rompimento desse ciclo necessita quase sempre de uma intermediação externa, o que se demonstra na dificuldade de uma mulher se desprender de um homem violento, não por serem passivas ou desinteressadas em cessar a violência. (Pimenta, Fabrícia, 2011, nº10). Conforme se observa, aponta Araújo:

> No caso da violência contra a mulher ou violência de gênero, pode-se dizer que embora a dominação masculina seja um privilégio que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos a utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação. Se o poder se articula segundo o "campo de forças", e se homens e mulheres detêm parcelas de poder, embora de forma desigual, cada um lança mão das suas estratégias de poder, dominação e submissão (2008, apud Saffioti, 2001).

O agressor se aproveita de uma afinidade que manteve ou continua mantendo com a mulher e ainda da relação de hierarquia ou poder que detém sobre ela para cometer a violência. A vítima tende a possuir um grau de afetividade com o agressor proporcionando a vol-

ta de repetidas agressões, é a partir dessa nuance que surge a exigência de uma atitude mais complexa pela vítima frente ao agressor.

A estreita relação patriarcal proeminente no mundo e na sociedade brasileira, a qual atribui aos homens o direito a reprimir e dominar suas mulheres, e em certos casos, atingir os limites da violência, é que tem alimentado por tanto tempo a permanência da violação dos direitos da mulher.

De geração a geração tem sido passado que as mulheres têm papel doméstico, portanto, deve dedicação na realização dos afazeres do lar, educar os filhos e ser submissa aos homens. E aos homens é assegurado o direito de fazer uso da força e superioridade. É o que pode se notar no relato de Assis, quando narra que:

> O homem se tem como proprietário do corpo e da vontade da mulher e dos filhos. A sociedade protege a agressividade masculina, constrói a imagem de superioridade do sexo que é respeitado por sua virilidade. Afetividade e sensibilidade não são expressões de masculinidade. Desde o nascimento é encorajado a ser forte, não levar desaforo para casa, não ser 'mulherzinha' ... "Os homens precisam ser super-homens, não lhes é permitido ser apenas humanos. Essa errônea consciência masculina de poder é que lhes assegura o suposto direito de fazer uso de sua força física e superioridade corporal sobre todos os membros da família (Dias, 2007, pag. 16).

Nota-se que ainda permanece a imagem de que homens são instruídos para serem protagonistas, para não se apresentarem emocionalmente e agirem agressivamente, doutro modo, as mulheres são criadas para serem gentis, flexíveis e para servir.

A violência contra mulher ainda persiste por causa dessa cultura machista, e tem severas consequências para as vítimas, e independe da orientação sexual, possui fator de risco a diversas patologias que podem levar a morte da vítima, ou por feminicídio ou por suicídio. (Krug et al., 2002; Alarcão, 2006).

Com o surgimento dos primeiros passos no combate das práticas de violação de direitos, principalmente relativo as questões pertinentes a violência doméstica, elas começaram a ganhar relevância e fazer parte das pautas políticas e jurídicas.

1.1 Evolução no combate à violência contra a mulher no contexto brasileiro

Não distante da realidade mundial, a violência doméstica e familiar contra a mulher brasileira é oriunda da mesma sociedade patriarcal e machista, onde se dizem que o reduto do lar é segredo de família. (Matos; Cortes, 2011, pag.40).

No Brasil, por volta de 1830, os homens podiam assassinar as mulheres que cometiam adultério, no qual havia o costume de dar chicotadas nos escravos e mulheres infiéis. (Teles; Melo, 2003).

Na década de 70 surgiu no Brasil as primeiras agitações pelos movimentos feministas organizadas e engajadas politicamente na defesa do direito da mulher contra o sistema opressor e machista – do qual possui o lema, "quem ama não mata". (Mota, Adriana, 2017).

As principais causas, segundo Cavalcanti (2007, pag. 48), que colaboram para a propagação dessa violência no Brasil são a discriminação, preconceito, além dos fatores econômicos e socioculturais.

A luta pela erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, vem sendo realizado há tempos pelos movimentos sociais, no entanto, já existe previsão constitucional relativo a proteção das relações familiares e mais, o Brasil tornou-se signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, além de outras convenções tais como: Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – CEDAW 1979, Convenção Interamericana de Belém do Pará, 1994, Conferência do Cairo, 1994, Conferencia de Beijing, 1995, Conferencia de Viena sobre Direitos Humanos, 1993. (BRASIL, 2025).

A Carta Magna de 1988 incorporou aos direitos e garantias do seu texto original os estabelecidos em decorrência de acordos e tratados internacionais, dessa forma torna-os garantias constitucionais, assegurados no § 2º do artigo 5º: *" Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".* (BRASIL, 2025).

A fim de regularizar uma inovação na condição de direitos à mulher, a Constituição Federal em seu artigo 226, parágrafo 8º, busca coibir a violência nas relações familiares, veja-se:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Contudo, tais mecanismos não foram suficientes para coibir a violência contra a mulher principalmente no âmbito das relações familiares, pois a violação ao direito assegurado constitucionalmente permanecia sendo violado.

O que impulsionou a criação de uma lei de combate à violência sofrida pela mulher em âmbito doméstico, foi o caso da brasileira Maria da Penha, que repercutiu nacional e internacionalmente pelo tamanho sofrimento provocado pelo seu marido, que deixou sequelas irreversíveis como a paraplegia. No entanto, a violência sofrida não a amedrontou a desistir de ir em busca de justiça.

Ressalta-se que a reprovação do Estado brasileiro ao caso Maria da Penha foi tamanha que o Estado sofreu a responsabilização por negligencia e omissão pela Comissão Internacional de Direitos Humanos, pelo qual recebeu a recomendação para tomada de medidas de simplificação dos procedimentos judiciais penais com o escopo de reduzir o tempo processual. (Dias, 2007, pag. 14). Importa considerar que:

> [...] origina como fato ocorrido em virtude da coragem de uma das mulheres vítimas de violência doméstica no país, Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, cearense, que sofreu durante seis anos, agressões de seu marido, Marco Antônio Heredia Viveiros. Ela, como muitas outras mulheres, reiteradamente denunciou as agressões que sofreu. Em maio de 1983, ele atentou contra sua vida com disparos de arma de fogo enquanto dormia, simulou um assalto fazendo uso de uma espingarda. Maria da Penha ficou hospitalizada por algumas semanas e então retornou para seu lar paraplégica. Não satisfeito com o resultado da violência contra a vida da mulher, ele prosseguiu: em um momento em que ela tomava banho, por meio de uma descarga elétrica, tentou eletrocutá-la no chuveiro, mas Maria da Penha sobreviveu. Este fato ocorreu em Fortaleza, Ceará. As investigações iniciaram em junho de 1983, a denúncia foi ofe-

> recida em setembro de 1984; em maio de 1991 ele foi condenado pelo tribunal de júri, recorreu em liberdade e teve anulado seu julgamento. Levado a novo julgamento em 1996, teve imposta a pena de dez anos e seis meses, quando também recorreu em liberdade. Somente 19 (dezenove) anos e seis meses após o fato, foi finalmente preso e condenado. Contudo, cumpriu apenas dois anos de prisão". (Dias, 2007, pag. 13).

Assim, como visto acima, Brasil no intuito de proteger a mulher em contexto de violência doméstica, promulgou-se a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, com medidas para proteção à mulher e punição ao agressor, visando desse modo, erradicar a violência doméstica e familiar, sendo a primeira norma com punição específica com objetivo de modificar comportamento da sociedade. Marco histórico referente ao tema. De acordo com a lei, artigo 5º, considera-se violência doméstica:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:(Vide Lei complementar nº 150, de 2015)
>
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
>
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
>
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
>
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2025).

Conforme a Lei, toda mulher, independente de raça, renda, classe, etnia, religião, idade, cultura e nível educacional, deve ter garantia de viver de maneira digna, sem violência ou crueldade, de forma ampla, tanto no âmbito doméstico, familiar ou qualquer outra; a opressão a um membro da família causa instabilidade a todos os de-

mais membros, de modo que a integridade física é o básico para que o ser humano tenha dignidade. Para Catão:

> O significado de integridade diz respeito à completude ou perfeição, ou seja, o que não sofreu redução e é suscetível de manter-se íntegro ou desenvolver-se normalmente, porque está ileso, logo, o bem da integridade física é definido como de ser físico da pessoa, perceptível mediante os sentidos. De fato, o direito à integridade física protege a incolumidade do corpo e da mente, por intermédio da conservação física e lucidez mental da pessoa, opondo-se a qualquer ato que venha a comprometê-los (Catão, 2004, pag.168).

A Lei Maria da Penha, faz referência às agressões sofridas por mulheres, praticadas no âmbito das relações familiares, que envolva qualquer relação de vínculo afetivo. A lei transformou os casos de mulheres vítimas de violência antes tratado como de menor potencial ofensivo, em processos que sejam tratados com mais agilidade tornando como problema de justiça social, público.

A Lei também trouxe a abolição das penas alternativas para os agressores, antes eram punidos com prestação de cesta básica ou multas. No entanto, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Brasil, ingressaram no Poder Judiciário 640.867 mil processos de violência doméstica e familiar e/ou feminicídio em 2022. No mesmo período, foram proferidas 399.228 mil sentenças, com ou sem resolução de mérito. (BRASIL, 2025).

A informação acima revela que a violência doméstica não é apenas um problema da mulher-vítima, mas pertence ao Estado-sociedade o envolvimento e a responsabilidade, pois o contrário, impactos serão observados em todo o sistema econômico, psicológico, social e outros.

Observa-se que a efetividade da lei necessita de alteração legislativa, com a alternativa de promover maior capacitação dos magistrados e operadores do Direito na busca decisões efetivas e com maior celeridade da sentença judicial a fim de punir os agressores.

Ficou estabelecido na Lei no artigo 7º as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, que não está limitada tão somente a violência física, mas incluiu diversos tipos de agressão que

vitimam as mulheres, como a violência sexual, psicológica, moral e patrimonial;

(BRASIL, 2025).

Mesmo após a legislação, a cultura de violência contra a mulher permeia nas residências dos brasileiros, motivo pelo qual movimentos feministas reivindicam políticas públicas que sejam efetivas no combate a violação dos direitos das mulheres. (Campos, 2011, p.143 apud Silva, 2018).

Nesse contexto, foi promulgada a Lei 13.104/2015 – Lei Do Feminicídio, anseio dos movimentos de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei veio introduzir uma qualificadora ao crime hediondo de homicídio, que define que será feminicídio o crime praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino – violência doméstica e familiar, ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (BRASIL, 2025). De acordo com a observação de Montani:

> [...] os efeitos dessa lei contribuem para levar até as mulheres um amparo, além de garantir as mesmas, os Direitos Fundamentais que são assegurados a todos, o direito à vida, a sua integridade física e o acesso à justiça, impedirá também a ocorrência de um fator de extrema importância que é a desigualdade que afeta as mulheres, pois seu gênero feminino é o suficiente para que tenham suas vidas ceifadas por atitudes machistas, e com histórico de grande sofrimento tanto emocional como físico, e ao final as famílias das vítimas acabam sofrendo em dobro, pois passam a conviver com a dor da perda e a dor da impunidade, ou seja, grosso modo pode-se dizer que o principal intuito dessa lei é levar a mensagem de que todos têm direito à vida, principalmente aqueles que por seu gênero são mais vulneráveis, frágeis e sem dúvida merecem ser olhadas de forma diferenciada, como de fato ocorreu com a qualificação desse crime de homicídio por feminicídio, e que os agressores (as) não fiquem isentos de serem penalizados, mesmo que a vítima decida retirar a denúncia oferecida, o que atualmente não é mais possível com a lei Maria da Penha (Montani et al., 2015).

Ressalta-se que a omissão é uma forma de violência, desse modo, a responsabilidade de oferecer socorro à vítima, cabe tanto ao

Estado, como a família e a sociedade. Diante das diversas formas que a violência pode ser praticada, a Conferencia Das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, considera a violência contra a mulher uma violação aos direitos humanos. (BRASIL, 2025).

A Lei 11.340/06 inova em distintos aspectos, destacando-se a sua natureza jurisdicional mestiça (civil e penal), como também as medidas cautelares, conhecida de medidas protetivas, porém, apesar de a Lei constituir um marco na proteção da dignidade da mulher, com avanços para a erradicação da violência, ainda persistem situações de agressões contra a mulher. A Lei também se aplica para casais homo afetivos, formados por duas mulheres ou transgêneros (que se identificam com o gênero feminino).

2. Políticas Públicas de Combate, Prevenção e Proteção à Mulher

A Lei 11.340/06 estabelece políticas públicas para prevenção, proteção e assistência à violência a fim de criar mudanças para abolir as desigualdades que persistem existir entre homens e mulheres. Essas medidas tem o cunho de oferecer segurança à mulher prosseguir e exercer seu direito de cidadã. Estabelece ainda que, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios têm responsabilidade partilhada – cada um na sua esfera de desempenho – para assegurar que a lei seja cumprida.

O Título III da Lei Maria da Penha, trata “da Assistência à Mulher em situação de violência doméstica e familiar. O capítulo I, vem apresentar “das medidas integradas de prevenção”, enquanto o capítulo II, “da assistência”. Entende-se a necessidade da viabilidade das políticas públicas bem como seu desempenho como uma rede de proteção e atendimento.

Através do movimento feminista junto ao Estado Brasileiro para implantação de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento à violência contra a mulher na década de 1980, foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa Da Mulher e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por meio da Lei 7.353/1985. (BRASIL, 2025).

Os serviços especializados de atendimento à mulher, são os que atendem excepcionalmente a mulheres e que possuem expertise no tema da violência contra as mulheres.

A criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher foi “uma iniciativa pioneira no âmbito das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres”, contribui para dar visibilidade a problemática da violência contra a mulher e cria um caminho de enfrentamento, como a investigação e apuração dos fatos registrados pelas vítimas, com o escopo de erradicar a violência doméstica e familiar no Brasil. (Venturi; Recamán, 2004, pag. 24).

A mulher vítima de violência pode requerer diretamente na Delegacia da Mulher que as medidas protetivas de urgência sejam aplicadas conforme necessário. As medidas que podem ser utilizadas estão elencadas no artigo 22 da Lei 11,340/06 a fim de preservar a mulher. (BRASIL, 2025).

Estas medidas incidem em uma ordem judicial apontada pelo juiz, que devem ser exercidas e acatadas. No caso de descumprimento, fica assinalado o crime de desobediência, podendo advir a prisão preventiva. Além dessas, ainda são medidas protetivas de urgência à vítima, as que estão presentes no art. 23 da lei 11.340/2006. Pode, também, solicitar o afastamento do agressor do domicilio e assegurar o retorno da ofendida, e se for o caso, de seus dependentes ao lar.

Não obstante a existência de Delegacias Especializadas, em sua maioria elas se encontram nas capitais e nos grandes centros urbanos, deixando desassistidas as regiões de interior dos estados, onde há inúmeras mulheres com necessidade de proteção. (BRASIL, 2025).

Seguindo a perspectiva de atendimento à mulher que sofre violência, destaca-se o Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CRAM, como lugar destinado a resolver conflitos, pois atuam no sentido de proporcionar o fortalecimento, reconhecimento e apoio à mulher vítima de violência, com o intuito de possibilitar aparato psicológico e social. De acordo com Godinho e Costa, existe a necessidade de elevar a quantidade de espaços nesse sentido de atendimento à mulher. Para Godinho e Costa:

> *É preciso multiplicar os locais a que as mulheres possam recorrer no caso de violência sexista nas suas mais diversas formas e fases (violência doméstica em geral; violência sexual – dentro ou fora do âmbito doméstico; manifestação física da violência ou de caráter psicológico, ame-*

> *aças e constrangimentos, etc.), sem que se vincule, necessária e automaticamente, a um encaminhamento jurídico ou policial* (Godinho, Costa, 2006, pag. 52-53).

Apesar de previsto na Lei Maria da Penha, o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica em Casa Abrigo, somente 2,4% dos municípios brasileiros contavam com casas-abrigo de gestão municipal para mulheres em situação de violência doméstica, em sua maioria na Região Sudeste, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2019. A Lei tem cooperado para um crescimento de conscientização da sociedade sobre a violência doméstica, no entanto, como vimos, a lei não bloqueia os agressores de cometer a violência doméstica, fato que preocupa com o aumento dos dados estatísticos. (IBGE, 2025).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher efetivada pelo Instituto de Pesquisa Data Senado em conjunto com o Observatório da Mulher, mostra que 30% das mulheres do país já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Dentre elas, 76% sofreram violência física. A pesquisa ainda demonstra que existe o desconhecimento da Lei 11.340/2006, senão, veja-se:

> A Lei Maria da Penha, que tipifica o crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, é muito conhecida por 19% das brasileiras, enquanto 68% afirmam conhecê-la pouco e 11%, alegam não conhecer nada. No total, 87% das brasileiras conhecem ao menos um pouco sobre a legislação que cria mecanismos para coibir e prevenir as agressões domésticas. Em anos anteriores, esse percentual já havia chegado a 95%, o que demonstra a necessidade de que a divulgação da norma e o combate à violência sejam constantes (DATASENADO, 2025).

Sendo assim, existe no Brasil milhares de mulheres que sequer sabem reconhecer que sofrem ou já sofreram violência doméstica e familiar, uma vez que desconhecem totalmente a garantia que possuem de viver com dignidade humana.

Abraçando a perspectiva dos serviços de atendimento à mulher, os Centros de Referências “são espaços de atendimento psico-

lógico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento e resgate da cidadania da mulher". (BRASIL, 2025).

Seguindo no intuito de acolher a vítima de violência, a Casa de Acolhimento Provisório abriga temporariamente, mulheres e seus filhos que não correm risco de morte. Nessas casas, não se restringe o atendimento somente a mulheres vítimas de violência doméstica, mas acolhem mulheres que sofrem qualquer tipo de violência. É realizado o diagnóstico da situação da vítima e após, encaminhada ao atendimento necessário. (BRASIL, 2025).

O Estado, através de seus governos possuem a função de realizar a prevenção e o combate da violência, onde a vítima é a mulher, além de prestar assistência necessária. A sociedade civil também é convocada para a responsabilidade no texto da Lei. Familiares, vizinhos, empresas e organizações não-governamentais são tidos como parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A necessidade de uma Rede de Atendimento é exatamente a porta de entrada para diversos serviços que podem ser prestados a atender a mulher vítima de violência, no sentido de articular a assistência com resultado positivo e não o contrário, onde a mulher volta a ser vítima.

A Rede de Atendimento à Mulher é formada pelos serviços já mencionados supra, assim como através dos Centros de Referência Especializado de Assistência – CREAS, Defensorias da Mulher, Promotorias Especializadas, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Secretaria de Políticas para as Mulheres Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, entre outros. A Rede foi criada no sentido de articular ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

> Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agresso-

> res e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – combate, prevenção, assistência e garantia de direitos – e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres" - Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. (BRASIL,2025).

As políticas públicas de proteção à mulher são diretrizes que vem sendo desenvolvidas com o aprimoramento das normas pertinentes para o enfrentamento da violação dos direitos da mulher, entretanto, surge a necessidade de realização de estudos com maior alcance nos serviços, no intuito de dar suporte as vítimas a fim de minimizar os danos e punir os agressores.

No caput do artigo 9º da Lei 11.340/2006 garante a assistência à mulher vítima de violência doméstica e familiar, compreendendo melhor a obrigação das políticas públicas e seu funcionamento como rede de amparo e acolhimento, in verbis:

> Art. 9º- A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único da Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (BRASIL, 2025).

Ainda que tenha avanços significativos nas políticas públicas voltadas a pôr o fim à violência doméstica e familiar, existe a necessidade de estruturar as políticas públicas para que cada vez mais sejam efetivas e que consiga combater a violência contra a mulher, no entanto, surge a necessidade de iniciativas de compreensão do complexo cenário que envolve a violência contra a mulher. Seguindo Maria Berenice Dias, temos o alerta que:

> O ciclo da violência é perverso. Primeiro vem o silêncio seguido da indiferença. Depois surgem as reclamações, reprimendas, reprovações e começam os castigos e as punições. Os gritos transformam-se em empurrões, ta-

> pas, socos, pontapés, num crescer sem fim. As agressões não se cingem à pessoa da família, o varão destrói seus objetos de estimação, a humilha diante dos filhos. Sabe que estes são os seus pontos fracos e os usa como massa de manobra, ameaçando maltratá-los (Dias, 2007, pag. 18).

A política de combate da violência contra a mulher requer eficácia, para que abarque todos os fatores de riscos e intensifique o acolhimento com o intuito de apoiar e libertar a vítima desse ciclo violento. Ainda de acordo com Maria Berenice Dias:

> Facilmente a vítima encontra explicações, justificativas para comportamento do parceiro. Acredita que é uma fase, que vai passar, que ele anda estressado, trabalhando muito, com pouco dinheiro, procura agradá-lo, ser mais compreensiva, boa parceira. Para evitar problemas, afasta-se dos amigos, submete-se à vontade do agressor, só usa as roupas que ele gosta, deixa de se maquiar para agradá-lo. Está consequentemente assustada, pois não sabe quando será a próxima explosão, e tenta não fazer nada errado. Torna-se insegura e, para não incomodar o companheiro, começa a perguntar a ele o que e como fazer, torna-se sua dependente. Anula a si própria, seus desejos, sonhos de realização pessoal, objetivos próprios. Neste momento a mulher vira um alvo fácil (DIAS, 2007, p. 19).

A efetiva implementação da garantia legal já existente torna decisivo o rompimento do ciclo de violência no âmbito doméstico e familiar quando a mulher se sente abrigada nessa proteção. Enquanto essa evolução não ocorre, mulheres vítimas de violência convivem com posturas machistas.

Não obstante as benesses trazidas pela Lei Maria da Penha através das políticas públicas, não tem sido eficiente e eficaz, quando é visto o aumento da violência doméstica e a falta ou demora de punição ao agressor, permitindo a sociedade alarmar a sensação de impunidade.

No entanto, a criação de políticas públicas através da Lei, tem incentivado às denúncias, porém ainda existe muitas limitações nesse processo de busca da eficácia da lei. “É necessário que as mulhe-

res tenham noção de seus direitos. É preciso, em primeiro lugar, informá-las que têm direitos; em segundo, quais são e que elas podem exigir esses direitos; e, em terceiro, aonde ir para exigi-los".

A vítima de violência doméstica acaba por perder a sua identidade ao se sentir humilhada e incapaz, por esse motivo, quando a mulher tem consciência da situação e deseja denunciar o agressor, é necessário que receba o apoio e atenção especializada para fins de orientação e incentivo na decisão.

Imperativo se faz a colaboração da sociedade, capacitação de profissionais, divulgação a respeito de punição, investimentos em delegacias e rede de enfrentamento, entre outros mecanismos que assegure a efetivação das medidas garantidas na lei. A violência contra a mulher é um reflexo do abuso aos direitos humanos, e suas implicações são calamitosas à estrutura emocional da mulher que aniquilam a autoconfiança da vítima.

3. Políticas públicas de amparo à mulher que permanece na relação abusiva por dependência financeira ao agressor.

Desde o começo do desenvolvimento humano, os papéis exercidos pelas mulheres se resumiam nas atividades de reprodução – dar luz, e cuidados domésticos, atividades consideradas sem importância econômica. De outro modo, aos homens cabiam as atividades remuneradas e assim, considerados de valor econômico.

Desse modo, o estereótipo do gênero feminino foi crescendo não permitindo a oportunidade de a mulher desempenhar papel remunerado no mercado de trabalho, e, sem renda própria, eram consideradas sem importância na economia, dependentes economicamente seguindo ordens de seus maridos e sem possuir autonomia para administrar suas vidas. As condições adversas e de inferioridade vividas pelas mulheres historicamente foram transformadas em comportamentos rotineiros de sujeição, conforme se observa na declaração da Ex Promotora de Justiça Maria Gabriela Prado Manssur:

> Surge inclusive deste contexto um dos principais motivos que justifica o alto número de violência contra a mulher, muito relacionada aos estereótipos de gênero: a dependência econômica. Caso as mulheres não cumprissem

> com os papéis a elas destinados de “bela, recatada e do lar” e sem renda própria, eram maltratadas, humilhadas, controladas e, muitas vezes, agredidas física, moral, psicológica e sexualmente. Infelizmente, esse quadro ainda é muito visível nos dias de hoje, havendo uma forte ligação entre estereótipos de gênero, violência doméstica e mercado de trabalho”. (Manssur, 2018).

Uma das cenas que repetidamente nós achamos é a desvalorização do trabalho feminino. Ainda vivemos em uma sociedade patriarcal quando vemos, por exemplo, o trabalho visto com frequência como algo pertencente ao masculino.

Por inúmeras vezes o homem faz uso do patrimônio para dominar as mulheres e diante dessa circunstância a ameaça de empobrecimento as condicionam a tolerar vexames e outras formas de violência.

De acordo com a Pesquisa realizada entre as mulheres que declararam ter vivido agressão no âmbito doméstico e familiar, 41% foram o marido, companheiro ou namorado, os agressores dessas mulheres, ou seja, foram pessoas com quem convivem intimamente. (DataSenado, 2025).

A indagação que permeia é – Por que uma mulher permanece em um relacionamento abusivo? Não há uma resposta simples para essa indagação. Eventualmente, diferentes situações atrapalham as vítimas de violência doméstica e familiar de encontrarem alternativas para sair da relação abusiva e violenta. Essa mulher precisa ser ouvida, entendida, reconhecida.

Entender o que leva a mulher vítima de violência por parte de seu companheiro a permanecer com ele, implica em considerar fatores subjetivos e objetivos. Dos fatores objetivos, a vinculação econômica da mulher em relação ao marido é apontada em 29% das mulheres, fator que impede a denúncia. (DataSenado, 2025).

Para a sociedade surge o mito de que a mulher permanece na relação em situação de violência pelo apreço a situação, porém esse argumento não prevalece se for analisado os fatores da relação entre vítima e agressor. De acordo com Benegas e Corrêa, além de situações de medo, preocupação com filhos, entre outros, tem-se a dependência financeira:

> O que a evidência empírica tem demonstrado é que devido ao medo de retaliação do marido, a dependência fi-

> nanceira da esposa, a ausência de um suporte familiar ou de amigos, a preocupação com os filhos em comum e até mesmo a ligação emocional e afetiva da mulher, ao seu parceiro violento, levam a que o divórcio não se apresente como a estratégia natural a ser seguida (Benegas, et al, BRASIL, 2025).

Com a presença de filhos na relação abusiva, a mulher, vítima da agressão fica mais propensa a suportar a violência e transferir a culpa do agressor para si. Existe uma lógica, consciente ou não, que a mulher busca justificar a sua permanência no relacionamento, os filhos, falta de recursos, medo, fatores emocionais e outros, são usados para explicar a submissão ao agressor. (Miller, 1999). A maioria das mulheres ficam presas na relação abusiva por sentirem a maior responsabilidade com os filhos e ou dependerem financeiramente do agressor. (Strauss, 1980 apud Brehm, 1985).

A cultura no Brasil e o raro conhecimento sobre direitos da mulher leva a interpretações errôneas e explicações superficiais e estereotipadas comumente usadas, como: “mulher gosta de apanhar”. São entendimentos manifestados pela população que tende a transferir a culpa do agressor para a vítima e justificar a agressão ao desejo feminino.

Se levarmos em conta o processo histórico de violência contra a mulher, terá de se levar as razões financeiras como condições que agravam as decisões das mulheres no caso de separação. Para a mulher sem renda, a situação piora. No entanto, a dependência econômica, é apenas uma das facetas da violência feminina. Os mecanismos psíquicos, sociais e econômicos são basilares para o rompimento dos laços de dependência da mulher sob opressão e o empoderamento. (Rangel, 2004).

A carência de recursos para a sobrevivência, a falta de uma fonte de renda, o amparo social, evidencia o despreparo da mulher para deixar a relação abusiva. Diversas vezes o abuso, a opressão, a violência aumentam quando a mulher abandona a relação, são fatos vistos diariamente nos noticiários.

Vale ressaltar que grande parte das mulheres que acessam os serviços e programas públicos são de baixa renda, e não possuem possibilidades imediatas de sustento e, geralmente são as que ficam

com o compromisso de cuidarem dos filhos, dificultando acesso ao trabalho com renda.

A finalização de um relacionamento violento dependerá das alternativas de qualidade que a vítima possui relativo as consequências que pode sentir pós fim da relação, tais como: fim da violência, capacidade financeira, apoio social e familiar e, recursos psicológicos, são necessidades que devem ser atendidas e que levarão a vítima de violência a tomar decisão.

A mulher ao colocar fim no relacionamento abusivo se sente como uma pessoa que falhou, e não apenas que perdeu o vínculo afetivo, muitas se desequilibram, se desvaloriza e outras entram em depressão. A vítima de violência que permanece na relação, permanece por se sentir incapaz de ir embora. (Bleichmar, s.d., p. 50).

Nesse sentido, pode-se compreender diante da problemática o quão necessário, para romper uma vida sem violência, a autonomia financeira. O Empoderamento da mulher é instrumento decisivo para o rompimento desse ciclo. Tendo em vista a sua importância, é transformador o quanto a autonomia financeira tem o poder de contribuir positivamente na vida das mulheres, e ainda segundo o posicionamento do Grupo Focal mencionado por Táboas, o empoderamento é:

> ...ter autonomia, porque nós mulheres antes não tínhamos, tinha que pedir permissão ao marido, avançamos muito, ... ter nossa renda própria, através dos nossos artesanatos, ter cooperativa de mulher, porque antes até a autonomia financeira dependia dos homens. Muito humilhante e constrangedor pedir dinheiro para o parceiro pra tudo. Hoje, eu, enquanto mulher, tenho essa autonomia, ganhar meu dinheirinho, gastar naquilo que quero, com meus filhos, isso pra mim é um avanço, e esse avanço é parte de ser feminista. Ter seu próprio dinheirinho também é ser feminista (Grupo Focal, 2014 apud T*áboas*, 2014, p. 84).

A mulher que sofre violência e tem dependência financeira total do agressor, para não mais permanecer na relação afetiva abusiva, precisará conseguir renda que lhe permita ser inserida em uma realidade social produtiva, alcançar uma forma de gerar rendimentos econômicos.

Introduz-se nesse ponto, a implementação de políticas públicas voltadas ao trabalho e renda que sejam passiveis de uso pelas mulheres que vivem em situação de violência doméstica com dependência financeira do agressor. Políticas consoantes ao princípio da dignidade da pessoa humana, no sentido de conceder o direito a um padrão de vida estipulado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante:

> 1 - Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
>
> 2 - A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social (ONU, 2020).

Seguindo nessa ideia, uma mulher que vive em situação de violência doméstica e que dependa financeiramente do agressor, necessita pelo menos de renda e, assim conseguir exercer sua liberdade no processo de empoderamento decorrente do reconhecimento da autonomia econômica, como uma forma de adquirir, gerir e decidir o que fazer com os recursos financeiros que obtém. “(...) é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar (...)” (SPM, 2016, p. 6). “(...) o processo de empoderamento das mulheres questiona e desafia as relações patriarcais demarcadas pelas relações desiguais e desequilibradas entre homens e mulheres, especialmente, no âmbito familiar e na esfera do trabalho”. (Rocha et al, 2017, p. 84)

Em vista disso, a autonomia econômica por si só não pode ser adotada como garantia de que uma mulher vítima de violência doméstica alcance obstruir o ciclo de violência. Entretanto, é possível assegurar que a autonomia financeira se apresenta como meio possibilitado para denúncia da violência sofrida junto aos órgãos de segurança pública por exatamente serem economicamente independentes.

A participação da mulher no mercado de trabalho, contribui para a renda familiar e assim, a mulher passa a possuir um maior poder familiar, desse modo, é essencial a liberdade financeira da mulher para que atinja um maior poder no domicílio. Contudo, muitas mulheres ainda permanecem desamparadas e possuem como único abrigo a moradia com o agressor que viola o direito à mulher. “Não é apenas a pobreza absoluta, mas, principalmente, a existência de profundas desigualdades sociais que podem gerar um campo propício para a violência” (Zaular, Abranches, 1990, p. 95).

Ajustar medidas de amparo à mulher vítima de violência, demonstrará que ela não está sozinha, e que independente da condição financeira que a possua, a lei está presente para dar guarida no rompimento da relação abusiva ou na denúncia.

O artigo 9º da Lei 11.340/2006 assegura a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, de forma que a assistência seja prestada seguindo as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social, utilizando de outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

A Assistência social além de gerar serviços, programas e projetos direcionados à proteção de direitos, também confere benefício pecuniário, apontados de benefícios assistenciais.

A Lei Orgânica da Assistência Social é quem trata da proteção social, organizando seus serviços através de dois tipos de proteção, a proteção social básica e a especial, conforme pode ser observa no artigo 6º da mencionada Lei:

> Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:
>
> I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
>
> II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

> Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (BRASIL, 2025).

Não obstante constar a previsão na Lei 11.340/2006 referente a "inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal", não há legislação específica sobre essa conjuntura, inviabilizando a execução da medida assistencial assegurada na Lei Maria da Penha. (BRASIL, 2025).

A falta de independência financeira põe a mulher vítima de violência doméstica em posição de submissão econômica em relação ao agressor, iniciando outra violência, a psicológica, fazendo com a vítima se sinta incapaz de conseguir liberdade financeira e acreditando que deve permanecer na relação como a melhor saída.

Ainda no artigo 9º da Lei 11.340/2006, existe a possibilidade de incluir a vítima de agressão em programas de assistência social e afastamento do trabalho, no entanto não informa qual será a garantia de autonomia financeira que essa mulher terá assegurada.

A inclusão financeira da mulher vítima de violência doméstica e familiar é promover o enfrentamento às agressões e oferecer a oportunidade de recuperação da violência sofrida como um avanço para a efetivação de aplicação da legislação que criminaliza a violência doméstica e familiar.

Permanece em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5019/2013 que dá amparo a mulheres agredidas a obterem ajuda pecuniária e treinamento profissional através do Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas, cujo teor da ementa propõe: " Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA), acrescenta § 3º ao art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências. (BRASIL, 2025 – Câmara dos Deputados).

O projeto tem a proposta de ajudar as mulheres que vivem numa relação abusiva e que não abandonam o relacionamento por dependerem da renda dos agressores. Tem como prioridade as mulheres de baixa renda. A medida prevê a oferta de um benefício men-

sal equivalente a um salário mínimo vigente pelo prazo de um ano. (BRASIL, 2025, Câmara dos Deputados).

Ao ofertar apoio financeiro às mulheres vítimas de relação abusiva, inicia o fortalecimento da quebra do ciclo de violência doméstica e familiar ao promover, em especial, as mulheres com mínima escolaridade, que quase sempre estão entre as mulheres de baixa renda, a adquirirem capacidade técnico profissional, abrindo portas ao emprego. No entanto, o projeto ainda permanece em tramitação há anos, sem conclusão final.

Seguindo a proposta tem-se o projeto de lei nº 8330/2015 cuja medida diz: "Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22". (BRASIL, 2025, Câmara dos Deputados).

Com a finalidade de alterar dispositivos da Lei Maria da Penha e da Lei Orgânica de Assistência Social, o legislador quer obter com a medida, a criação de benefício assistencial no campo do Sistema Único de Assistência Social, a ser conferido à mulher vítima de violência no âmbito doméstico e familiar.

Constata-se que o projeto condiz com a realidade da mulher brasileira vítima de violência doméstica, que precisa de condições financeiras para afastar-se do agressor e iniciar uma readaptação à vida com o suporte financeiro, indispensável para iniciar uma nova vida.

A mulher mesmo possuindo independência financeira sente-se impedida de usufruir dessa garantia legal constante no artigo 9º, §2º, II da Lei 11.304/2006, pois não poderão se afastar do ambiente violento sem a garantia de um benefício assistencial, mesmo aquelas que possuem uma certa autonomia financeira, o que torna empecilho à efetividade da Lei.

Desse modo, os projetos em tramitação possuem relevância para a efetivação da Lei Maria da Penha, em especial ao artigo 9º, § 2º, II, que assegura a" manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses", em especial, onde se constata a dependência financeira da vítima em relação ao agressor. (BRASIL, 2025).

O amparo que o Estado oferecer à mulher vítima de relação abusiva através de assistência financeira, aperfeiçoará a Lei 11.340/2006 e trará estímulo a muitas vítimas que sofrem de agressões diariamente e não conseguem romper o ciclo de violência porque o agressor é o provedor econômico do lar. Com a garantia de um amparo assistencial financeiro através de pecúnia, a mulher terá liberdade do domínio do agressor.

Conclusão

Diante da conjectura de que a violência contra a mulher é uma questão relacionada com os direitos humanos pois afronta a dignidade da pessoa humana, impede o desenvolvimento da mulher, causa danos psicológicos, compromete a autonomia financeira e dificulta o rompimento da relação abusiva. Essa violência acaba se reproduzindo em um ambiente vicioso.

Compreender que a violência doméstica é consequência direta do aspecto cultural de uma sociedade machista e patriarcal, onde a diferença de gênero fez com que a mulher se sentisse inferior ao homem, tornou-se uma barreira para muitas vítimas, independentemente de seu nível social, de denunciar o agressor. Essa situação é comprometedora da independência da mulher, pois vivem com receio, sob ameaça da violência, frágeis e vulneráveis ao agressor.

As marcas da violência doméstica não afetam apenas a mulher, mas todos os integrantes da família e são carregadas para toda a vida. É um infortúnio grave que deve ser visto e combatido pelo Estado em todos os níveis, com políticas públicas e recursos compatíveis para defesa, combate e proteção da mulher.

A vinculação econômica da vítima de violência doméstica ao agressor, influencia na ampliação do sofrimento, pois impede o rompimento do ciclo abusivo, uma vez que a mulher em termos financeiros não possui poder de decisão na relação violenta e opta em seguir no relacionamento por receios de não conseguir superar todos os danos e se erguer economicamente.

Reconhece-se os avanços das políticas públicas desenvolvidas para combater e amparar a mulher vítima de violência doméstica. No entanto, deve-se ampliar o enfrentamento e a prevenção da

violência doméstica como ponto de saída à mulher que busca ajuda para romper o relacionamento violento. Políticas públicas eficazes de amparar a vítima resguardando a integridade física, psicológica e econômica.

A implantação da Lei Maria da Penha, foi um marco importante na construção de medidas protetivas de urgências a fim de proteger a integridade da mulher vítima de violência doméstica, medidas que são imprescindíveis ao empoderamento da mulher, contudo não se visualiza os instrumentos necessários que concretizem a lei com eficácia.

Observa-se que sem independência econômica, a mulher que segue ao lado do companheiro agressivo, não consegue a ruptura da relação com o agressor devido a necessidade de poder e estabilidade econômicos. Faz-se necessário o reconhecimento e ações que confira visibilidade a essa mulher que permanece vítima de violência e sem autonomia econômica.

O caminho a ser percorrido para erradicar a violência doméstica é intenso e prolixo. A Lei 11.304/2006, para alcançar eficácia, faz-se forçoso o empenho de aplicabilidade e melhoramentos nas relações de gêneros, mudanças culturais e conscientização da sociedade para denunciar quando for necessário, fortalecimento e empoderamento feminino.

O Estado pode amparar a mulher vítima de violência doméstica através de assistência financeira, dando eficácia à Lei 11.340/2006 e estímulo às mulheres que sofrem de agressões no dia-dia sem forças para ruptura do ciclo violento, por possuir total ou parcial dependência financeira do agressor.

Referências

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 1. Ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

Araújo, Maria de Fatima. **A abordagem de gênero na clínica com casais**. Em Gomes, I.C. (org) Família: diagnóstico e abordagens terapêuticas (p.38-44). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008

BARATA, Germana; SCHOLER, Juliana. **Violência extrema pode ter causas biológicas, Consciência**, n. 26, novembro de 2001. Dis-

ponível em: < http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/violencia/vio01.htm > Acesso em: 23 de janeiro de 2025.

BRASIL, **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em 23 de janeiro de 2025.

____. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm > Acesso em 22 de janeiro de 2025.

____. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm > Acesso em 20 de janeiro de 2025.

____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 23 de janeiro de 2025.

____. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm> Acesso em 23 de janeiro de 2025.

____. **Relatório aponta aumento no número de processos de violência doméstica ou feminicídio em 2022**, CNJ. 2023. Disponível em: < https://www.cnj.jus.br/relatorio-aponta-aumento-no-numero-de-processos-de-violencia-domestica-ou-feminicidio-em-2022/ > Acesso em 23 de janeiro de 2025.

____. **Projeto obriga estados a criar Delegacias da Mulher em suas microrregiões**. Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em < https://www.camara.leg.br/noticias/552769-projeto-obriga-estados-a-criar-delegacias-da-mulher-em-suas-microrregioes > Acesso em 20 de janeiro de 2025.

_____- **Projeto cria benefício para mulheres que se separarem após sofrer agressão.** Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em < https://www.camara.leg.br/noticias/405053-PROJETO-CRIA-BENEFICIO-PARA-MULHERES-QUE-SE-SEPARAREM-APOS-SOFRER-AGRESSAO **>** Acesso em 23 de janeiro de 2025.

CAVALCANTI, Stela V. S. F. **Violência Doméstica: Análise da Lei "Maria da Penha", Nº 11.340/06**. Salvador, BA: Editora Jus Podium, 2007

CORTÊS, Iáris Ramalho; MATOS, Myllena Calasans de. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário**. Brasília: CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007. Disponível em www.cfemea.org.br. Acesso em 27 de março de 2020.

DAHLBEG; Linda L; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública.** Ciência e Saúde Coletiva, 11 (Sup): p. 1163-1178, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007 > Acesso em 23 de janeiro de 2025.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Grécia e Roma**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2002.

LOSCHI, Marília. **Mesmo com Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios oferecem casas-abrigo.** Dados IBGE, 2018. Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo > Acesso em 24 de janeiro de 2025

MACEDO, José Rivair de. **A mulher na idade média**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

MANSSUR, Maria Gabriela Prado. Violência doméstica e a autonomia financeira das mulheres. 2018. Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2018-out-30/mp-debate-violencia-domestica-autonomia-financeira-mulheres > Acesso em 24 de janeiro de 2025.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. Tradução: L. Garcia. Editora: Ática, 1989.

MOTA, Adriana. **Quem ama não mata**. Brasil, 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quem-ama-nao-mata-40-anos-depois/ > Acesso em 20 de janeiro de 2025.

PAPERETTI, Branca. Casas Abrigo: Como funcionam os refúgios para mulheres vítimas de violência doméstica. 2018. Fonte: CNJ. Disponível em: < http://www.justificando.com/2018/11/19/casas-abrigo-como-funcionam-os-refugios-para-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica/ > Acesso em 20 de janeiro de 2025.

PIMENTA, F. Resenha do livro Gênero, Patriarcado, Violência, de Heleieth Saffioti. Em Tempo de Histórias, n. 10, 3 fev. 2011. Disponível em: < https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/acoes-direitos-e-servicos-para-enfrentar-a-violencia/acesso em 28/03/2020 > acesso em 23 de janeiro de 2025.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: lei 11340/06: análise crítica e sistemática**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

SILVA, Marcio Evangelista Ferreira Da. **O Pronasci1 e a Violência Doméstica contra a Mulher.** Revista do Observatório de Direitos Humanos do Curso de Direito IESB: Brasília, 2018. Disponível em: < https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2288/1183 > Acesso em 20 de janeiro de 2025.

TELES, Maria Amélia de Almeida. MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VERGO, Terezinha Maria Woelffel. **Autonomia e empoderamento das mulheres usuárias das políticas públicas sociais: algumas considerações a partir das teorias políticas feministas no trato dos conceitos de empoderamento e autonomia para as mulheres**. Recife/PE, 2014. Disponível em: < http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/696/765 > Acesso em 20 de janeiro de 2025.

VRISSIMTZIS, Nikos A. **Amor; sexo e casamento na Grécia antiga**. Trad. Luis Alberto Machado Cabral. São Paulo: Odysseus, 2002.

CAPÍTULO 16

MULHERES, EXTRATIVISMO E JUSTIÇA AMBIENTAL: EDUCAÇÃO CRÍTICA VOLTADA À SAÚDE DO ECOSSISTEMA SOCIAL EM REGIÕES CARBONÍFERAS DO PAMPA GAÚCHO

WOMEN, EXTRACTIVISM AND ENVIRONMENTAL JUSTICE: CRITICAL EDUCATION FOCUSED ON THE HEALTH OF THE SOCIAL ECOSYSTEM IN COAL MINING REGIONS OF THE PAMPA GAÚCHO

Ana Paula Tacques
Advogada (PUCRS) e educadora popular
Porto Alegre/RS
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-4650-2067
ana.tacquesadv@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Analisar os impactos do extrativismo no Pampa Gaúcho à luz da justiça ambiental, com enfoque nos direitos fundamentais das comunidades carboníferas, em especial das mulheres, apurando a relevância da educação popular em chave freireana como estratégia de resistência, cidadania ativa e emancipação social.**Metodologia:-** Trata-se de pesquisa qualitativa baseada em revisão crítica de estudos epidemiológicos que abordam o conceito de saúde ampliado, como direito fundamental. Os estudos tratam de problemas relacionados à saude feminina e materna em comunidades carboníferas, relacionando-os às condições socioambientais e carência de políticas públicas locais.**Resultados:** O estudo revela que mulheres expostas à poluição ambiental possuem maiores riscos de complicações gestacionais incluindo nascimentos prematuros, além de problemas cognitivos e malformações congênitas de neonatos. A injustiça ambiental afeta as condições de vida de mulheres e crianças, aclarando a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde pública e educação crítica, destinadas a promover a emancipação ao modelo econômico extrativista. **Conclusão:** A exploração carbonífera no Pampa Gaúcho agrava as desigualdades de gênero e afeta a saúde do ecossis-

tema social. Neste sentido, a educação popular detém relevante papel ao conjugar ecologias de saberes e resistências em prol da cidadania ativa e justiça ambiental.
Palavras-Chave: Mulheres; Carvão; Candiota; Justiça Ambiental; Educação Popular

ABSTRACT

Objective: To analyze the impacts of coal mining in the Pampa Gaúcho in light of environmental justice, focusing on the fundamental rights of communities, especially women, while exploring the relevance of Paulo Freire's popular education as a strategy for resistance active citizenship and social emancipation. **Methodology:** This is a qualitative study based on a critical review of epidemiological research addressing the concept of health as a fundamental right. The studies examine women and maternal health in areas affected by coal mining, analyzing socio-environmental conditions and the lack of effective public policies**.Results**: The research reveals that women exposed to polluted environments are more likely to give birth to premature children with cognitive issues, and congenital malformations. Enviromental Injustice highlight the poverty of living conditions, especially among women and children, and the urgent need for public policies and education promoting economic alternatives to the extractivist model**. Conclusion:** Coal mining exacerbates gender inequalities and the health of social environment, emphasizing the importance of popular education and ecologies of knowledge and resistance to foster active citizenship and environmental justice.
Keywords: Women; Coal; Candiota; Environmental Justice; Popular Education

INTRODUÇÃO

A exploração carbonífera no Pampa Gaúcho gera significativos impactos à saúde do ecossistema social.

Em meados dos anos 1990, Tacques (1993) centrava suas pesquisas epidemiológicas na capacidade respiratória de crianças residentes próximo à Usina Termelétrica Presidente Médici, na cidade gaúcha de Candiota, atualmente conhecida como a "capital do carvão".

Este estudo é inspirado no pioneirismo e na preocupação social de Tacques, à luz do conceito de justiça ambiental (Shiva, Mies, 2021; Acselrad, 2022) de modo a desvelar as desigualdades de gênero que agravam de maneira desproporcional os problemas relacionados à saúde de mulheres residentes em regiões marginalizadas pela exploração carbonífera, buscando compreender e expor as vulnerabilidades específicas enfrentadas por esses grupos bem como os impactos da mineração e a necessidade urgente de políticas públicas que atendam as demandas de mulheres e também crianças, sujeitos de direitos ora transformados em sujeitos econômicos à mercê da lógica espoliatória neoextrativista (Gudynas, 2024).

Nesta égide, a justiça ambiental, um conceito central na obra de Vandana Shiva (2021), está intimamente relacionada à forma como as mulheres em comunidades extrativistas são duplamente afetadas: pela exploração dos recursos naturais e de seu trabalho, muitas vezes invisibilizado e desvalorizado.

Gize-se que, a mera leitura do artigo 225 da Carta Magna de 88 revela o dever de proteção ao meio ambiente, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil organizada, no intuito de preservar o equilíbrio ambiental (Wedy, 2019).

Com efeito, evidencia-se o relevante papel das mulheres na autonomia alimentar e gestão dos recursos naturais, notadamente em regiões marcadas por extenso passivo socioambiental e pela dependência ao modelo econômico neoextrativista que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social (Acosta, 2016; Shiva, 2024; Gudynas, 2024; Acselrad, 2009), restando aclarada a necessidade de políticas públicas e ações intersetoriais destinadas à saúde (Garcia, 2014) e emancipação social, por meio valorização dos saberes dos povos tradicionais do Pampa Gaúcho (Mazurana et al, 2016).

Desta forma, o foco desta pesquisa recai sobre as mulheres e suas vulnerabilidades aos modelos econômicos depredatórios diante da insuficiência de políticas publicas e ações intersetoriais de incentivo ao desenvolvimento e emancipação social, promovendo segurança alimentar, e, consequentemente, o reconhecimento do relevante papel socioeconômico destes sujeitos.

Neste sentido, “(...) não se pode falar em integração de setores, de participação da comunidade ou de programa de vigilância

sem a matéria-prima básica que é a informação de saúde.” (Funasa, 2002).

Por conseguinte, este estudo propõe uma análise crítica que integra saúde, educação e justiça ambiental, como um conceito amplo voltado ao resguardo dos direitos fundamentais (Acselrad, 2009) das comunidades carboníferas, suprindo a lacuna informacional acerca da saúde das mulheres através da análise crítica fundamentada em pesquisas epidemiológicas realizadas entre os anos de 2021 e 2022, voltadas à saúde materrna e gestacional de mulheres residentes em áreas afetadas pela mineração no Pampa Gaúcho, destacando a urgência de políticas públicas intersetoriais (Garcia, 2014) e práticas de educação popular que promovam cidadania ativa, autonomia e igualdade de gênero (Freire, 2024; hooks,2013; Santos, 2007).

Desta feita, o objetivo desse estudo é analisar de que forma a mineração afeta o meio ambiente e a saúde das mulheres no Pampa Gaúcho, com enfoque na cidade de Candiota, a capital do carvão.

Valendo-se de uma abordagem pedagógica em chave freireana, o estudo versa sob a hipótese de que a educação popular em perspectiva crítica e dialógica, voltada à justiça ambiental pode atuar como ferramenta de resistência frente aos amplos riscos e impactos do modelo econômico neoextrativista (Acselrad, 2009; 2022) agravado pela ausência de políticas públicas sensíveis às necessidades de mulheres membros de comunidades carboníferas. (Svampa, 2015;2019).

Logo, a pedagogia freireana pode ser uma das chaves de desarticulação da lógica de dominação extrativista, precisamente pela potencialização de saberes tradicionais e capacidades existenciais e de ação comunitárias (Brandão, 2006). Portanto, é imprescindível que os estudos sobre os impactos da mineração sejam integrados à práticas pedagógicas dialógicas (Freire, 2023; 2024; Loureiro et al, 2014) à luz da justiça ambiental, viabilizando uma compreensão mais justa e aprofundada dos impactos do neoextrativismo (Acselrad, 2022; Svampa, 2019) e promovendo políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessas populações, especialmente as mulheres.

Assim, ao reconhecer o relevante papel das mulheres na gestão dos recursos naturais e na luta por justiça ambiental (Shiva,Mies,

2021) a pesquisa, conjuga a análise de estudos epidemiológicos às particularidades e necessidades específicas das comunidades carboníferas (Breilh, 2006), propondo uma abordagem integrada que respeite as ecologias de saberes, com enfoque na proteção dos direitos humanos de comunidades extrativistas (Rodriguez Garavito, 2016) marginalizadas pela injustiça ambiental.

REVISÃO DA LITERATURA:

No contexto da exploração carbonífera no Pampa Gaúcho o direito à cidade não se limita à posse do território urbano (Lefebvre, 2001) estendendo-se aos direitos e garantias das comunidades de sentipensar com a terra (Escobar, 2024) desafiando a dependência à lógica neoextrativista, que opera transferindo tecnologias arcaicas e seus graves impactos aos países em desenvolvimento. (Gudynas, 2024).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos-DIEESE, a contaminação hídrica e do solo compromete a subsistência agrícola da comunidades carbonífera de Candiota e adjacências. Essa realidade é exacerbada pela falta de acesso a informações e pela carência de programas educativos (DIEESE, 2019) voltados à conscientização crítica, cidadania e emancipação social.

Desta forma, a mineração de carvão no Pampa Gaúcho revela um processo de colonização do corpo e do território, criando uma hibridação entre o ambiente natural e as tecnologias da indústria extrativa, que, por sua vez, afetam a saúde, o território e a cultura local (Haraway, 1994).

Neste sentido, o estudo intitulado “Maternal, neonatal and socio-economic factors associated with intellectual development among children from a coal mining region in Brazil” de Dupont-Soares et al. (2021), com enfoque na cidade gaúcha de Candiota e em “seis municípios vizinhos sob a influência indireta da atividade de mineração de carvão” investiga os fatores que influenciam a saúde materna durante a gestação, destacando que o contato com poluentes ambientais e a falta de acesso ao pré-natal estão diretamente relacionados aos problemas de desenvolvimento intelectual de neonatos.

A pesquisa também sugere que bebês nascidos com baixo peso ou prematuros apresentam maior risco de comprometimento no desenvolvimento intelectual. Outrossim, famílias de baixa renda têm menor acesso a cuidados médicos de qualidade, nutrição adequada e estímulos educacionais, fatores que influenciam diretamente o desempenho cognitivo infantil.

Com efeito, a contaminação por metais pesados e outros poluentes, resultantes da mineração e queima de carvão, foi identificada como um fator de risco significativo. Esses poluentes podem ser transmitidos da mãe para o feto durante a gravidez, afetando o desenvolvimento do sistema nervoso central das crianças. Elementos como chumbo e mercúrio são mencionados como altamente neurotóxicos, podendo prejudicar a capacidade cognitiva das crianças a longo prazo.

Em conclusão, o estudo revela que as condições socioeconômicas das famílias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento intelectual das crianças e a precariedade das condições de vida nas regiões de mineração exacerba a vulnerabilidade dessas crianças, neste contexto, aquelas expostas a altos níveis de poluentes ambientais, apresentaram desempenhos significativamente mais baixos em testes de habilidades intelectuais, como resolução de problemas e memória.

Os autores enfatizam a importância de intervenções no campo da saúde pública, visando a redução da exposição materna a poluentes ambientais, o amplo acesso ao pré-natal e a programas de desenvolvimento infantil em regiões vulneráveis. Além disso, destaca a necessidade de suporte educacional para mitigar os efeitos negativos causados pela exploração carbonífera e fomentar o desenvolvimento socioeconômicas das famílias em situação de risco e vulnerabilidade.

Adicionalmente, o estudo intitulado “Gestational and Neonatal Outcomes in Cities in the Largest Coal Mining Region in Brazil” de Soares et al. (2022) analisa os desfechos gestacionais e neonatais em cidades situadas na região que detém quase 40% da mineração de carvão do Brasil, a cidade de Candiota. O foco é compreender como a exposição ambiental à poluição resultante da exploração carbonífera afeta a saúde de gestantes e recém-nascidos.

Dentre as complicações gravídicas, destacam-se enfermidades como pré- eclâmpsia e diabetes gestacional. Evidentemente, a exposição a poluentes atmosféricos, como partículas finas e gases tóxicos emitidos pelas atividades de mineração e usinas termelétricas pode contribuir para o desenvolvimento dessas condições, afetando a saúde materna.

Os desfechos neonatais também foram impactados, com uma maior incidência de nascimentos prematuros, baixo peso ao nascer e malformações congênitas. Essas condições estão associadas ao ambiente poluído, onde a exposição a metais pesados e outros poluentes também pode interferir no desenvolvimento fetal e na saúde geral do neonato.

A pesquisa sugere que a exposição crônica a poluentes atmosféricos pode alterar os processos biológicos normais durante a gestação, levando a uma série de problemas de saúde tanto para a mãe quanto para o bebê. Destacando, por meio de métodos quantitativos, as diferenças significativas nos desfechos gestacionais e neonatais com base em variáveis regionais e socioeconômicas.

Em meio às políticas públicas sugeridas pelos autores está a adoção de regulamentações mais rigorosas sobre as emissões industriais, além de programas de monitoramento da qualidade do ar e principalmente, iniciativas de saúde pública voltadas para a proteção de populações vulneráveis.

Outrossim, cidades do sul do Brasil mais próximas às fontes de poluição e com condições socioeconômicas precárias apresentaram maiores índices de complicações. Isso reforça a importância de epistemologias críticas, propiciando a intersecção entre questões ambientais e contexto socioeconômico das populações (Breilh, 2006; Freire, 2023; Haraway, 1994; Santos, 2007).

Com efeito, para Lia Pinheiro Barbosa (2019) “(...) essa compreensão, enraizada em outro paradigma onto-epistêmico de interpretação dos territórios como espaços de reprodução da vida, se contrapõe, se antagoniza, com a concepção de território na perspectiva do capital.”

No âmbito da justiça ambiental (Shiva, 2021; 2024; Mies, 2021), o impacto de desastres climáticos sobre a vida das mulheres é evidente (Svampa, 2015). Em situações de desastres ambientais, como enchentes e secas, as mulheres enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades, desde cuidar da família até buscar formas alternativas de sustento, sem receber o suporte necessário do Estado ou

reconhecimento social, como no caso do estado do Rio Grande do Sul, em que famílias foram abruptamente despejadas de ocupações, justo em meio à enchente histórica de 2024. (Mascarenhas, 2024).

A justiça ambiental, nesse contexto, demanda o reconhecimento dessas desigualdades estruturais e a inclusão das mulheres como protagonistas na formulação de ações intersetoriais e políticas públicas voltadas ao resguardo de seus direitos fundamentais.

Em síntese, a análise de estudos epidemiológicos acerca da exploração carbonífera no Pampa Gaúcho oferece um estudo de caso eloquente para o desvelamento da realidade que permeia o cotidiano de comunidades que cresceram à sombra da carvão (Fritz et al, 2023), historicamente negligenciadas por políticas paternalistas que legitimam interesses econômicos neoliberais e enaltecem o labor extrativista.

Tais políticas incentivam a dependência desses atores ao modelo econômico espoliatório que afronta os direitos das mulheres, em uma realidade em que disputas conceituais que permeiam o debate saúde-meio ambiente são utilizadas como artifício para ratificar relações arbitrárias que agem usurpando questões desenvolvimentistas e marginalizando minorias (Latour, 2020).

Acertadamente, bell hooks (2013) sustenta que a educação deve atuar fornecendo ferramentas para que as comunidades possam transgredir a lógica hegemônica e buscar alternativas para sua própria emancipação.

Desta forma, a práxis pedagógica dialógica surge como força motriz para a conscientização crítica, emancipação social e resistência contra o modelo econômico predatório que oprime as comunidades extrativistas.

Consequentemente, a educação popular atua como um ponto de convergência entre questões ambientais, sociais e econômicas, através da valorização das mulheres como sujeitos de direitos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado do Rio Grande do Sul abriga 90% das reservas carboníferas nacionais inseridas no bioma Pampa, reconhecido como um dos mais antigos e ameaçados do Brasil (Fritz et al, 2023).

Neste quadro teórico, a presente pesquisa adota uma abordagem crítica com enfoque qualitativo (Minayo, 2010) com o objetivo de sintetizar as evidências disponíveis sobre os riscos e impactos da exploração carbonífera na saúde de mulheres e neonatos, com foco específico na cidade carbonífera de Candiota.

Embora os artigos selecionados sejam predominantemente técnicos e apresentem dados quantitativos, a análise realizada não se concentrou na interpretação estatística desses dados, mas sim em uma abordagem qualitativa, de modo a compreender amplamente a realidade local, à luz de temas como justiça ambiental e educação popular, destacando as implicações dos dados para a saúde das mulheres, sem recorrer a uma análise quantitativa detalhada.

A pesquisa foi realizada na base de dados PubMed, utilizando as palavras- chave “Candiota” e “women” para buscar artigos relacionados ao impacto da exploração carbonífera local sobre a saúde das mulheres.

1) Critérios de inclusão

A busca foi conduzida com os seguintes critérios:

• Palavras-chave: A combinação de “Candiota” e “women” foi utilizada inicialmente, mas não retornou resultados. Outrossim, a busca com as expressões “maternal” e “Candiota”, resultou em somente 4 artigos.

• Critérios de Inclusão: Artigos que abordam, de forma direta ou indireta, os impactos da mineração na saúde das mulheres no contexto da cidade de Candiota e adjacências.

2) Critérios de Exclusão:

• Artigos que não fornecem dados relevantes sobre os impactos da mineração especialmente no contexto de Candiota (1)

• Estudos que não abordam diretamente os aspectos de saúde da mulher (1)

Ou seja, após a busca, apenas 2 artigos discutem diretamente a relação entre a mineração e a saúde de mulheres, ainda que com enfoque na questão materna e neonatal em contextos relacionados. Esses artigos foram selecionados para a análise.

3) Análise dos Artigos

A análise foi realizada de forma qualitativa, com foco na interpretação crítica dos resultados. O processo de análise seguiu os seguintes passos:

• Leitura Crítica: Cada artigo selecionado foi lido na íntegra para identificar e extrair informações relevantes sobre os impactos da exploração carbonífera na saúde das mulheres, com especial atenção ao contexto socioespacial da cidade de Candiota e adjcências.

• Resumo dos Achados: Foram extraídos os principais achados dos estudos, com ênfase na saúde materna e neonatal face à exploração carbonífera na cidade de Candiota e adjacências.

• Síntese Temática: A partir dos resumos dos artigos, foram identificados temas recorrentes e relevantes para o estudo, como os efeitos adversos da mineração na saúde reprodutiva das mulheres e o impacto da exploração carbonífera sobre o desenvolvimento infantil. Esses temas foram agrupados e discutidos criticamente, considerando a literatura sobre justiça ambiental e educação popular.

4) Discussão das Limitações

A principal limitação desta revisão crítica foi a escassez de dados mais amplos sobre a saúde das mulheres no contexto da cidade carbonífera de Candiota, a capital nacional do Carvão. Embora a busca tenha sido realizada de forma abrangente e sistemática, poucos artigos abordam diretamente os impactos da mineração na saúde da mulher. Essa limitação pode ter restringido a amplitude da revisão e dificultado uma compreensão mais aprofundada desta temática.

5) Conclusão da Revisão:

A revisão crítica com enfoque qualitativo permitiu uma análise interpretativa dos impactos da exploração carbonífera sobre a saúde das mulheres e o desenvolvimento infantil, destacando as particularidades do contexto socioambiental do Pampa Gaúcho.

A escolha de um recorte de gênero, focado nas mulheres, se justifica pela escassez de estudos específicos sobre os impactos da mineração na saúde dessa população, configurando uma lacuna significativa na literatura.

Embora seja amplamente reconhecida a necessidade de políticas públicas para monitoramento da qualidade do ar e práticas educativas que alertem sobre os riscos da exposição ao ar, solo e recursos hídricos contaminados – que constituem os principais causadores de doenças respiratórias e circulatórias –, poucos estudos abordam a saúde das mulheres relacionada à mineração de carvão.

Contudo, ainda que a escassez de dados sobre a saúde das mulheres na literatura específica tenha sido um desafio, a síntese dos artigos existentes oferece uma base importante para futuras pesquisas e intervenções.

A pesquisa selecionou dois estudos que discutem a saúde das mulheres em regiões mineradoras, analisando-os à luz da justiça ambiental, entendida como a garantia dos direitos fundamentais, com ênfase nos direitos reprodutivos das mulheres, relacionados ao direito à saúde (art. 196 da Constituição Federal de 1988), à vida (art. 5º, caput, da Constituição Federal de 1988) e ao meio ambiente equilibrado (art. 225 da Constituição Federal de 1988).

A partir disso, evidencia-se a necessidade urgente de políticas públicas específicas que atendam às particularidades de mulheres e crianças residentes nestas áreas, considerando tanto a carência de acompanhamento neonatal quanto as questões econômicas e sociais que emergem da exposição constante aos riscos ambientais e destacando-se outras necessidades, como a garantia de emprego e segurança alimentar, todas fundamentais para a preservação da saúde e do bem-estar dessas populações, especialmente em contextos de injustiça ambiental.

Neste sentido, a pesquisa busca a integração entre estudos epidemiológicos e aportes teóricos voltados à justiça ambiental, com enfoque em questões de gênero e educação popular, propondo a formulação de práticas pedagógicas dialógicas que fortaleçam o papel das mulheres como sujeitos de direitos e, principalmente, agentes de transformação, articulando ecologias de saberes e luta comunitária.

Nesta seara, a resistência da população local em debater questões relacionadas ao extrativismo exige futuras mobilizações com enfoque na educação crítica que estimule e valorize atividades voltadas à economia popular, utilizando metodologias participativas, com o intuito de compartilhar experiências comunitárias, fomentando a cidadania e valorização do papel das mulheres na sustentabilidade econômica e transformação social.

Com efeito, os trabalhos analisados embasaram a construção de uma proposta metodológica prospectiva voltada a práticas educativas como círculos de cultura (Loureiro, 2014) e oficinas participativas, integrando entrevistas com membros da comunidade, educado-

res e lideranças locais e fomentando o engajamento social, com enfoque na justiça ambiental, ou seja, na resistência das comunidades locais frente ao avanço da lógica espoliatória neoextrativista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração carbonífera e seus consequentes desastres ambientais amplificam as desigualdades de gênero, afetando de maneira singular as mulheres do Pampa Gaúcho.

Este artigo evidencia a necessidade de uma abordagem interdisciplinar destinada à compreensão da realidade local, aliando saúde, educação e direitos das mulheres como pilares fundamentais para a construção da efetiva justiça ambiental.

As mulheres, desproporcionalmente afetadas pelos impactos do colapso ambiental, são detentoras de ecologias de saberes ancestrais que atuam no fortalecimento das comunidades locais, orientando a formulação de politicas publicas que respondam às necessidades e aspirações comunitárias voltadas à emancipação social, promovendo a articulação entre conhecimento científico e popular.

Desta forma, os estudos epidemiológicos críticos relacionados à saúde da mulher, aliados à práxis pedagógicas dialógicas evidenciam caminhos para a construção de uma educação popular que fomente a cidadania ativa e a emancipação das comunidades dependentes de modelos econômicos espoliatórios.

Perspectivas futuras voltadas à pesquisa acadêmica e ao fomento de políticas públicas destinadas à saúde de mulheres e crianças em áreas impactadas pela mineração no Pampa Gaúcho são promissoras e urgentes.

Gize-se que, é fundamental que novos estudos acadêmicos com foco específico na saúde e direitos das mulheres sejam realizados, a fim de preencher a lacuna existente na literatura.Ademais, urge que políticas públicas específicas sejam formuladas para atender às necessidades particulares desses grupos, como o acesso a cuidados de saúde adequados, programas de monitoramento da saúde materno-infantil e o suporte a medidas de justiça ambiental que garantam os direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Estas ações, aliadas à educação crítica e promoção de alternativas econômicas à exploração carbonífera, constituem importantes ferramentas para o fortalecimento da cidadania e reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, dotadas de relevante papel na construção de uma economia popular e solidária, voltada à cidadania e transformação social.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A**. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**.São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ACSELRAD,H. **Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências/** H. ACSELRAD (org).-Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

ACSELRAD, H. et al. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARBOSA, L.P. "Paradigma Epistémico do Campo e a construção do conhecimento na perspectiva dos movimentos indígenas e camponeses da AméricaLatina". In: Santos, A. R. et al. **Educação e movimentos sociais. Análises e discurs**os. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 279-299.

BRANDÃO, C. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. In: BRANDÃO, C.R; STRECK, D.R. (org**.). Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: FUNASA, 2002.

BREILH, J.**Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

DIEESE. **As trajetórias de vida que se cruzam com a produção do carvão em Candiota, Capivari de Baixo, Lauro Müller, Treviso e Siderópolis**. São Paulo: DIEESE, NIDES & ICS, 2023

DUPONT-SOARES,M. et al. Maternal, neonatal and socio-economic factors associated with intellectual development among children from a coal mining region in Brazil. **Environ Geochem Health**. 2021

Aug;43(8):3055-3066. doi: 10.1007/s10653-021-00817-1. Epub 2021 Jan 26. PMID: 33496915.

ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: la diferencia de Abya Yala-Afro-Latino-América.[S. l.]:**Pueblos en camino**, 26 jan. 2016. Disponível em: http://pueblosencamino.org/?p=2213&-gt. Acesso em: 06 set. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 78. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

FRITZ, K.B.B et al. A percepção da população do município de Candiota sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da exploração e emprego do carvão mineral. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 11, n. 20, p. 119-134, maio 2003.

GARCIA, L. M. T. et al. Intersetorialidade na saúde no Brasil no início do século XXI: um retrato das experiências. **Saúde em Debate,** [S. l.], v. 38, p. 966-980, dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/rZnYjDrJMxmjzhRNbRBBr6z/?lang=pt. Acesso em: 02 jan. 2025.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad,** Buenos Aires, set. 2013. Disponível em: https://nuso.org/articulo/estado- compensador-e-novos-extrativismos-as-ambivalencias-do-progressismo-sul- americano/. Acesso em: 07 set. 2024.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.**/ Maristella Svampa; Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

HARAWAY, D. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H.B (Org). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rocco: Rio de Janeiro, 1994.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LATOUR, B. **Onde aterrar?: como se orientar politicamente no Antropoceno.** Tradução: Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO, C. et al. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.R.B; TORRES, J.R (orgs). **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

MASCARENHAS, G. Sob chuva, Brigada Militar despeja famílias afetadas pela enchente de prédio público em Porto Alegre**. Matinal.** Porto Alegre, jun. 2024. Disponível em: https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem- matinal/brigada-militar-despeja-ocupantes-de-predio-da-antiga-sede-da-fepam- no-centro-de-porto-alegre/ . Acesso em 25/01/2025

MAZURANA, J. et al**. Povos e comunidades tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RODRÍGUEZ GARAVITO, C. (coord.). Extractivismo versus derechos humanos. Buenos Aires: **SigloVeintiuno,** 2016.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

SHIVA, V. **Terra viva : minha vida em uma biodiversidade de movimentos** / Vandana Shiva ; tradução Marina. Kater. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2024

SHIVA, V., MIES, M. **Ecofeminismo.** Tradução Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

SOARES, R.D. et al. Gestational and Neonatal Outcomes in Cities in the Largest Coal Mining Region in Brazil. Int J **Environ Res Public Health**. 2022 Sep 24;19(19):12107. doi: 10.3390/ijerph191912107. PMID: 36231407; PMCID: PMC9564524.

SVAMPA, M. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127131, mar./abr., 2015.

TACQUES. P.R.. Estudo epidemiológico prospectivo nas proximidades da usina termoelétrica em Candiota. In: RAHDE, A.F. **TOXPUC 1985-1992: memória bibliográfica de toxicologia. Porto Alegre: Edipucrs,1993**. (Cadernos Edipucrs, série Toxicologia 4)

WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco. **Litígios Climáticos: de acordo com o Direito Brasileiro, Norte-Americano e Alemão**. Salvador: Editora JusPodivm,2019.

CAPÍTULO 17

"O FIAT DE MARIA NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO E NA PIEDADE POPULAR!" "AS VIRTUDES TEOLOGAIS NA DINÂMICA DO SIM DE MARIA."

"MARY'S FIAT IN THE HISTORY OF SALVATION AND IN POPULAR PIETY!" "THE THEOLOGICAL VIRTUES IN THE DYNAMICS OF MARY'S YES."

Carmem Lúcia Cantilho da Silva
Faculdade Dehoniana; Academia Marial de Aparecida (AMA)
Aparecida - SP
ORCID 0009-0007-2045-202X
ccantilhosilva68@gmail.com

RESUMO

Maria, ícone de Mulher à frente do seu tempo, une teologicamente o passado, presente e futuro na História da Salvação, apresentada pelo estudo com objetivo geral à contextualização do assunto pesquisado aos objetivos específicos em analisar, descrever e compreender o envolvimento do povo de Deus à justificativa em retratar as experiências pessoais e comunitárias, como uma marca de intimidade, através dos tempos e em todos os lugares, nações e culturas. A hipótese firmada nessas atitudes autênticas, seria a força espiritual que unifica a comunhão e o diálogo nas crenças populares diversas, pela Fé pura e simples, expressados desde a época anterior a Jesus aos nossos dias. A metodologia da pesquisa será qualitativa, bibliográfica e de campo, sendo o procedimento da observação aplicado por entrevistas orais, entre outros, a fim de demonstrar a mística particular sob motivos, necessidades e alcances nos pedidos, súplicas e agradecimentos à Virgem Maria a Jesus, na Piedade Popular. O que se conclui, que o FIAT (SIM) de Maria, se reflete e vivifica cada ser humano pela experiência em participar no Mistério da Redenção, junto

à Santíssima Trindade, caminhando juntos na diversidade da trilha sinodal- comunitária pela Fé, Esperança e Caridade!
Palavras-Chave: FIAT; Maria; Sim; Salvação; Piedade

ABSTRACT
Mary, icon of a Woman ahead of her time, theologically unites the past, present and future in the History of Salvation, presented by the study with the general objective of contextualizing the subject researched with the specific objectives of analyzing, describing and understanding the involvement of the people of God to the justification in portraying personal and community experiences, as a mark of intimacy, across time and across places, nations and cultures. The hypothesis established in these authentic attitudes would be the spiritual force that unifies communion and dialogue in diverse popular beliefs, through pure and simple Faith, expressed from the time before Jesus to our days. The research methodology will be qualitative, bibliographic and field, with the observation procedure being applied through oral interviews, among others, in order to demonstrate the particular mystique under motives, needs and scope in the requests, supplications and thanks to the Virgin Mary and Jesus, in Piedade Popular. What can be concluded is that the FIAT (YES) of Mary is reflected and vivifies each human being through the experience of participating in the Mystery of Redemption, together with the Holy Trinity, walking together in the diversity of the synodal-community path through Faith, Hope and Charity!
Keywords: FIAT; Maria; Yup; Salvation; Piety

1. Introdução

O Tema que a pesquisa apresenta, juntamente com a sua problematização, é perceber o **SIM** de Maria, dentro do contexto social dos povos em todo lugar no mundo, em comunhão às diversas crenças na Piedade Popular, se entrelaçando à espiritualidade como fortaleza e direcionamento a cada pessoa, expressado num simples olhar filial à Nossa Senhora, (com características física e cultural, de cada lugar que representa o povo em particular) presenciando visões, aparições, venerando suas imagens ou ícones, contemplan-

do as músicas e hinos, rezando suas orações junto aos altares, sacramentais, rosários, terços, ou, apenas pensando nela na dimensão das graças cotidianas.

Humildemente, a chamam de “Mãezinha do Céu” e, outros nomes ou apelidos respeitosos, carinhosos e, ou, familiares ao alcance transcendental, pois, muitas vezes não se sentem “dignos” em estarem na presença de Deus e, por ser a “Mãe”, conseguem apresentar seus pedidos e clamores de forma mais natural, como um filho ou filha, se aconchegando em um abraço protetor e seguro.

Essas lembranças, desde a infância encantam todo o povo de Deus, pela dinâmica que a devoção à Maria e sua intercessão a seu filho Jesus, tornam-se eficazes às respostas que procuram por necessidades espirituais, físicas e psicoemocionais. Exemplos que vemos ou ouvimos pelos testemunhos em Aparecida (Brasil), Guadalupe (México), Fátima (Portugal), Lourdes (França), mesmo em nossos lares, as manifestações populares em sua Piedade parecem se comunicar conduzindo os clamores e agradecimentos à Deus, por Ela, como sendo o “rosto materno” do Pai! Percebe-se nessas experiências populares, o reflexo em seus íntimos da figura sofrida de Jesus, que clama por equidade confiando à Maria, as suas Esperanças alimentadas na Fé e reciprocidade que esperam nos olhares caridosos que trocam, em uma empatia espiritual, onde necessitam serem compreendidos e aceitos do jeito que são e estão em suas realidades, a serem transformadas à Vida Plena. Neste momento, o **FIAT** de Maria, termo bíblico usado por Deus para criar a Luz, a partir do nada, (**cf. Gn 1, 3**), se conecta às Virtudes Teologais do povo de Deus, autenticando na Piedade Popular um contínuo e atuante “Avivamento do Canto do Magnificat”, como Evangelho de Cristo, O Filho do Deus Vivo! E, é desta forma que o povo a vê, envolvida na Santíssima Trindade, bem próxima, simples, uma irmã, amiga, “comadre” por ser a madrinha de seus filhos, a Mãe que conduz... À Nossa Senhora de todos os títulos, em cada lugar do mundo! Por isso, o povo canta e encanta:

> “**Versos e Prosas à Maria**”
>
> Maria, mulher profética, atuante e libertadora de tudo que oprime a Igreja!
>
> Como serva, escutou e internalizou a Vontade de Deus em seu FIAT!

Como filha agradeceu por toda sua vida, de espera e de entrega na Graça, pela Graça e por Graça Divina e Eterna!

Como discípula de seu Filho, reuniu em um eterno e destemido Sim, o Povo de Deus a só Testamento e Esperançou toda a Humanidade!

Como missionária em saída, exaltou O Sagrado Coração de Jesus junto ao Seu, em Anunciá-Lo a todos os povos na oferta de todo seu ser!

Como nossa irmã na História da Salvação, resignou-se persistindo na Verdade à Vitória da Cruz!

Como guardiã de seu Filho, mostrou-Lhe que o Ser Humano é a Obra Prima da Criação de Deus! ***É O Seu Próprio Coração****!*

Como Mãe do Salvador, sensibiliza-se ao partilhar O Caminho, A Verdade e A Vida com toda a Assembléia da Nova Evangelização, nas Bodas de Caná!

Como Arca da Aliança conduziu o "Mais Belo Amor", à Humanidade livre, pelo Redentor!

Como Mãe da Igreja nos acolhe desde a Anunciação!

Em sua Assunção, nos mostra o "Querer Infinito de Deus à Vida Ressuscitada", Na Luz de Cristo, fortificando nossa Caminhada pela Fé, Esperança e Caridade!

(Poema de autoria própria, 2023)

E, é este percurso que a pesquisa irá trilhar com visão qualitativa, bibliográfica e de campo, e procurar-se-á envolver, o início da motivação à conclusão dos caminhos que autenticam a Piedade Popular, na dinâmica das Virtudes Teologais no Sim de Maria, durante toda a História da Salvação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Maria[1], do Sim à Salvação na Piedade Popular!

Como iniciar este assunto tão importante diante do mundo?! Será que a Salvação realizada por Jesus**,** O Cristo, ficou apenas àquela época como um fato histórico do povo de Israel, como muitos pensam?! Realmente, ela é bem atual! Como o Sim de Maria, confirmando todo um percurso da História Salvífica, dignificando a memória de uma menina, que aos +-13 anos de idade esteve diante da

maior decisão de sua vida! Como também ardia em seu coração, a chama viva na busca da Libertação total de seu povo, que há tempos esperava o Salvador (**cf. Zacarias 9, 9**): **"Exulta de alegria, filha de Sião, solta gritos de júbilo, filha de Jerusalém; eis que vem a ti o teu rei, justo e vitorioso; ele é simples e vem montado num jumento, no potro de uma jumenta**" e, (**cf. Sof 3, 14.17**): **14"Solta gritos de alegria, filha de Sião! Solta gritos de júbilo, ó Israel! Alegra-te e rejubila-te de todo o teu coração, filha de Jerusalém!"; 17"O Senhor, teu Deus, está no meio de ti como herói Salvador! Ele anda em transportes de alegria por causa de ti, e ele te renova seu amor. Ele exulta de alegria a teu respeito**."

[1]**Maria** (em hebraico: מִרְיָם; romaniz: Miriam; em aramaico: *Maryām*; em árabe: مريم; romaniz.: Maryam;

em grego coiné: Μαριας ou Μαριαμ), também conhecida como **Maria de Nazaré** e chamada pelos católicos e ortodoxos de **Virgem Maria**, de **Santíssima Virgem** e de **Nossa Senhora**, foi a mulher israelita de Nazaré, identificada no Novo Testamento e no Alcorão como a mãe de Jesus através da intervenção divina. Jesus é visto como o messias — o Cristo — em ambas as tradições, dando origem ao nome comum de Jesus Cristo. Maria teria vivido na Galiléia no final do século I a.C. e início do século I d.C. É considerada pelos cristãos como a primeira adepta ao cristianismo.

Messias: Nome ou título do rei ideal da era messiânica; usado sem o artigo como nome próprio—*Māxyāḥ*, como Χριστός nos Evangelhos.

A palavra grecificada Μεσσιας do Novo Testamento, é uma transliteração da forma aramaica (*Mĕxīḥā*), língua popular, falada da Palestina no tempo de Yeshua, ou como os católicos, protestantes e religiosos em geral conhecem, Jesus.

Os antigos **hebreus** (etnônimo possivelmente oriundo do termo hebraico *Éber*, ou עברים, transl.ʿIvrim, significando "povo do outro lado do rio") foram um povo semítico da região do Levante, localizado no Oriente Médio. O etnônimo também foi utilizado a partir do período romano para se referir aos judeus, um grupo étnico e religioso de ascendência hebraica.

Acredita-se que, originalmente, os **hebreus** chamavam a si mesmos de israelitas, embora esse termo tenha caí-

do em desuso após a segunda metade do século X a.C.. Os hebreus falavam uma língua semítica da família canaanéia, à qual se referiam pelo nome de "língua de Canaã" (Isaías 19:18). Esse povo, apagado pela grandeza de estados muito maiores, tecnologicamente avançados e mais importantes politicamente, foi responsável, contudo, pela composição de alguns dos livros que compõem a Bíblia, obra considerada sagrada por religiões ocidentais e orientais.

Os hebreus foram um dos primeiros povos a cultuar um único Deus, isto é, a professar uma religião monoteísta.

Na crença dos hebreus, o único Deus é Javé (Jeová), cuja imagem não pode ser representada em pinturas ou estátuas para evitar idolatria. Essa crença é a origem das três maiores religiões monoteístas do mundo.

Cristianismo (do grego Χριστός, "Christós", messias, ungido, do heb. חישמ "Mashiach") é uma religião abraâmica monoteísta[1] centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, tais como são apresentados no Novo Testamento.[2] A fé cristã acredita essencialmente em Jesus como o Cristo, Filho de Deus, Salvador e Senhor.[3] A religião cristã tem três vertentes principais: o Catolicismo Romano (subordinado ao bispo romano), a Ortodoxia Oriental (se dividiu da Igreja Católica em 1054 após o Grande Cisma) e o Protestantismo (que surgiu durante a Reforma do século XVI). O protestantismo é dividido em grupos menores chamados de denominações. Os cristãos acreditam que Jesus Cristo é o Filho de Deus que se tornou homem e o Salvador da humanidade, morrendo pelos pecados do mundo. Geralmente, os cristãos se referem a Jesus como o Cristo ou o Messias.

Os seguidores do cristianismo, conhecidos como cristãos,[4] acreditam que Jesus seja o Messias profetizado na Bíblia Hebraica (a parte das escrituras comum tanto ao cristianismo quanto ao judaísmo). A teologia cristã ortodoxa alega que Jesus teria sofrido, morrido e ressuscitado para abrir o caminho para o céu aos humanos;[5] Os cristãos acreditam que Jesus teria ascendido aos céus, e a maior parte das denominações ensina que Jesus irá retornar para julgar todos os seres humanos, vivos e mortos, e conceder a imortalidade aos seus seguidores. Jesus também é considerado para os cristãos como modelo de uma vida virtuosa, e tanto como o revelador quanto a encarnação de Deus.[6] Os cristãos chamam a mensagem de Jesus Cristo de Evangelho («Boas

Novas»), e por isto referem-se aos primeiros relatos de seu ministério como evangelhos.

O cristianismo se iniciou como uma seita judaica[7][8] e, como tal, da mesma maneira que o próprio judaísmo ou o islamismo, é classificada como uma religião abraâmica.[9][10][11] Após se originar no Mediterrâneo Oriental, rapidamente se expandiu em abrangência e influência, ao longo de poucas décadas; no século IV já havia se tornado a religião dominante no Império Romano. Durante a Idade Média a maior parte da Europa foi cristianizada, e os cristãos também seguiram sendo uma significante minoria religiosa no Oriente Médio, Norte da África e em partes da Índia.[12] Depois da Era das Descobertas, através de trabalho missionário e da colonização, o cristianismo se espalhou para a América e pelo resto do mundo.

O cristianismo desempenhou um papel de destaque na formação da civilização ocidental pelo menos desde o século IV.[13] No início do século XXI o cristianismo conta com entre 2,3 bilhões de fiéis,[14][15][16] representando cerca de um quarto a um terço da população mundial, e é uma das maiores religiões do mundo.[17] O cristianismo também é a religião de Estado de diversos países. No entanto, os cristãos continuam a ser perseguidos em algumas regiões do mundo, especialmente no Médio Oriente, Norte de África, Ásia Oriental, e Ásia do Sul.[18][19][20]"

(Wikipédia)

A importância em saber os porquês de todos os fatos passados que fortificam o Sim de Maria, é a que nos irá levar ao entendimento da sua Missão na História da Salvação, o que a encorajou escutar minuciosamente a manifestação de Deus naquele momento em que viviam, na esperança de um auxílio divino às desigualdades, as quais resultavam pelas injustiças políticas, socioeconômicas e exclusão cultural, pois, o povo que dominava era o Romano, como hoje em dia pode-se dizer que inúmeras pessoas, em diferentes lugares, são marginalizadas e deixadas à sua própria sorte! O Sim de Maria e sua disponibilidade em servir, confirmaram as mensagens em sonhos e visões que Profetas, no passado, pré-anunciavam como Esperança num tempo propício (**cf. Is 9,1**): **"*O povo que andava nas trevas viu uma grande luz, uma luz raiou para os que habitavam uma terra sombria*."** Por esta base teológica e histórica, todos nós

passamos a ser herdeiros e participativos também do seu Sim, confirmando ser Maria, a Mãe da Igreja, em que reafirma o Papa Paulo VI: [...] “Para glória da Virgem e para nosso bem, proclamamos Maria Santíssima «Mãe da Igreja», isto é, de todo o Povo de Deus, tanto dos fiéis como dos pastores, que lhe chamam “Mãe amantíssima”; e queremos que com este título seja a Virgem doravante honrada e invocada por todo o povo cristão”[...].

Maria ao longo do tempo salvífico, entre todos os povos, passa a ser o reflexo de Jesus! Gerado em seu ventre, transfere à Humanidade, um Elo Eterno de Identidade Única do Evangelho do Amor!

2.2 “O Renascer do Magnificat”: O Sim de Maria como modelo de Esperança e Liberdade sociopolítica do Ser Humano

Ao pronunciar seu Sim a Deus, Maria confirmou e, eternizou sua profissão e ato de Fé, na liberdade, fidelidade e fortaleza em anunciar a vinda da Justiça, assim como nos diz Clodovis Boff (2014, p. 33): [...] Maria, como mãe, virgem, crente, orante, mulher livre, etc., é preciso desenvolver também a imagem de Maria do Magnificat, isto é, a da mulher profética e libertadora.”

Mesmo que a razão caminhasse junto nesse percurso, que todo ser humano sustenta quando necessita ser forte e corajoso diante de inúmeros desafios, Maria soube discernir suas batalhas e, venceu todas elas, pela ousadia em não temer o que poderia vir contra à Vontade de Deus! Seguiu firme, perseverante, resgatando o passado no presente, mas, com visão do futuro, acolhendo em si quem a criou! Une-se de forma indissolúvel, nesta ação, O Amor Maior à Sua Criação!

Maria estava à escuta de Deus! Por isso, diante de tudo o que viria, ficou em Paz! Soube ser Igreja, aprendendo e nos ensinando! Acreditou na Palavra de Deus que se revelava em seu coração, pouco a pouco, como alimento que nutre a fome e, água que sacia a sede, se preparando a conduzir o Projeto do Pai até à Eternidade, conservando-nos junto ao seu serviço no caminho de Libertação por seu filho Jesus, O Cristo.

As incertezas e desesperanças que convivemos em nossas labutas, estimulam cada ser humano a buscar o equilíbrio da espiritualidade como um alívio e harmonia no cotidiano! Não que seja um comodismo ou alienação, ao contrário, o exemplo de fortaleza e persistência que encontramos em Maria, nos motiva a enfrentarmos as lutas e, desejarmos vitórias no despertar da vida mais digna, firmada nos passos de Jesus. É o que chamamos de **"Esperançar"**, ter ânimo, ir em frente sem duvidar, com profundo e constante discernimento! E, foi aí que ao se esvaziar de seu tudo, houve o encontro da Essência Divina, nela e em nós, pois, os tempos cronológicos se uniram a um Único Senhor e Salvador. Somos Consagrados desde a nossa criação à Deus! Exatamente ali na Visitação do Anjo Gabriel à Maria, como já havia predito em (**cf.Is 7, 14)**: **"Portanto o Senhor mesmo vos dará um sinal: eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel"**, o Céu se abriu a ressoar apenas uma voz em corresponder!

O silêncio se fez canto celestial à espera do Sim daquela mulher! Somente àquela Mulher... Maria!

O reconhecer do **FIAT por Maria, "O FAÇA-SE DE DEUS",** mais uma vez estava se tornando visível, (**cf. Gn1,3**): **"Deus disse: "Faça-se a luz!". E a luz foi feita."**

A brisa terna e suave do Espírito Santo envolveu toda a Humanidade num novo renascer do Batismo de pertença, a partir do seu Sim, rompendo os "nós" da desobediência e perpetuando a Plenitude da Vida Eterna na Misericórdia... **O sonho de Deus**!

Essa compreensão favorece nossa conversão e nos torna mais fiéis, participantes da Graça Divina como também das graças diárias, pois, a corrente que nos escravizava do pecado da negação, nos converte em peregrinos e peregrinas de Esperanças pela Fé, num único chamado que nasce dentro em cada um de nós, inteligível e perspicaz: (**cf. Rom 8,37**) **"Mas, em todas essas coisas, somos mais que vencedores pela virtude daquele que nos amou."**

Assim como nos passos de nossos irmãos no Antigo Testamento (AT), que iniciaram a História da Salvação, com seus erros e acertos, hoje em dia também unidos a eles, estamos em construção pela busca de Jesus, O Cristo! E Nele nos encontramos, em particular, cada qual ao seu modo, na caminhada como Povo de Deus! Ma-

ria nos ensina que a confiança, fidelidade e solidariedade nos proporciona esse encontro! Sendo serva, discípula, mulher, esposa, mãe e, principalmente, missionária da presença viva de seu Filho, pois, sua Luz é Jesus por e para nós, em todos os tempos, momentos e nações! **E, a mensagem foi deixada por Maria: "Que possamos viver o Magnificat, cada dia de nossa existência, pois, é o Sim de entrega a Deus!"**

2.3 Maria, a Mulher Repleta do Espírito Santo, na Plenitude dos Tempos!

Conforme **Gálatas 4,4-7**, Paulo nos faz refletir sobre toda a magnitude salvífica que reafirma a qual condição pertencemos à Família de Deus, sem qualquer dependência de escravidão, pois, por Cristo fomos salvos e libertos. A expressão [...] **"nascido de mulher, nascido sob a Lei" [...],** nos provoca reações de renovadas atitudes à uma nova evangelização, fortalecida pelos Dons do Espírito Santo, em que Maria, singular mulher sob a Lei Judaica, no seu consentimento, valorizou e defendeu sua Fé ao Deus de seu povo. Com aceitação à sua Missão, justificou e preservou todo percurso à Terra Prometida, pela Lei do Senhor, sendo agora gerada A Promessa em sua essência humana, A Palavra do Verbo Encarnado, no ventre de Maria!

Maria passa a ser o Êxodo entre o Antigo Testamento (AT) e o Novo Testamento (NT) ao encontro da Páscoa do Povo de Deus! Uma transição de introspecção de toda a História da Salvação renascida, confirmada em Jesus e, por isso, Maria torna-se a nova criatura, "O Espírito jovializa porque é impulso irreprimível à vida nova em Cristo", como diz Lúcia Pedrosa-Pádua em seu livro: "Maria e a Espiritualidade Cristã" (Coleção Escola de Maria, 2020, p. 12).

O Sim de Maria é fruto profético e apostólico! A Cheia da Graça Divina, em seu Sim acolheu tanto o **Kerigma**[2] quanto o **Kairós**[3] no Espírito Santo, como nos lembra Pe. Léo, SCJ em seu livro ("Cheia de Graça", 2015) e, também Mons. Jonas Abib ("Maria, a Mulher do Gênesis ao Apocalipse", 2011) reunindo a Santíssima Trindade em todo seu ser e em toda sua história!

Sua humilde prontidão como Serva de Deus, transpareceu em seus atos, a maturidade dos novos caminhos até mesmo em seu si-

lêncio de reflexão, no tempo propício e oportuno de Deus à sua Criação, uniu todos os aspectos e dimensões da Salvação.

> Irineu é o primeiro Padre da Igreja que sugere explicitamente, pelo ano 180, a presença de Maria na pregação dos apóstolos. Sua exposição do Kerigma apostólico contém, de fato, as linhas seguintes a respeito de Eva e de Maria: "Era preciso (...) que uma virgem, fazendo-se a advogada de uma virgem, destruísse a desobediência de uma virgem pela obediência de uma virgem. (Dombes, 2005, p.19).

Maria de todos os povos, de todos os rostos, evangeliza com seu testemunho, praticando as Virtudes Teologais* no meio de seu povo, enaltecendo a Fé*, a Esperança* e a Caridade*, como Discípula Missionária em saída e Peregrina de Esperança!

Acolhe e, principalmente pratica a Teologia pela empatia e a escuta em prontidão, às pressas em cada necessidade percebida, como fez ao visitar Isabel e Zacarias, assim como à sensibilidade que teve nas Bodas de Caná, possibilitando ali o início da Redenção Salvífica! Quanta Fé nos transmite a Mãe de Nosso Senhor, que somente com seu olhar terno e firme na Salvação, intercede à Misericórdia de Jesus! Quantos reflexos de Caridade a Mãe tem por nós, em todos os momentos e passos nesta Santa Peregrinação ao Pentecostes em que como Igreja em Cristo, como diz Paulo em **Efésios 1, 3-14**, fomos feitos sua herança!

Maria, como Mãe do Verbo Encarnado, nos leva à participação nessa Missão Ágape, onde, em que tempo estivermos, Maria, a Mulher escolhida a ser Mãe do Salvador, comunga e proclama juntamente conosco a linda Profissão de Fé em **Gálatas 2, 20**: "Já não sou eu que vivo, mas, é Cristo que vive em mim. Minha vida presente na carne, vivo-a pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou a si mesmo por mim."

[2]**Kerigma** (do grego: κήρυγμα, *kérygma*) é uma palavra usada no Novo Testamento com o significado de *mensagem*, *pregação*, *anúncio* ou *proclamação*.

[3]**Kairós** (em grego: *καιρός*, «o momento oportuno», «certo» ou «supremo»

(Wikipédia)

2.4 Discípulos Missionários num Processo de Escuta!

> "O que nos mostra Deus, é o que atrai a Ele... Aí, O conhecemos!" (Autoria própria, 2023)

E, aí devemos ter muito cuidado ao ser próximo ao próximo, pela forma que falamos ou, acolhemos uns aos outros, pela Fé, na Esperança e por Caridade!

Quando queremos imitar a Jesus, passamos ser como Ele no meio de nosso convívio e, deixamos tudo mais Divino, num envolvimento Humano! **Passamos a ler a Bíblia com o povo** e, na linguagem que entendem, sentem e fazem o seu dia a dia acontecer, porque é o próprio reflexo de Jesus em suas necessidades, como também nos corações de cada um que chega ao Mestre.

Ao iniciar o "Processo de Escuta", Maria também partilhou com o Anjo, diálogos, que "provocaram" transformações em sua vida pessoal, missionária, social e espiritual, e não se deixou paralisar com o conformismo e, ou, dúvidas, mas, preferiu ouvir, escutar o sussurro de Deus com acolhimento, conseguindo permanecer em silêncio n'alma e possibilitando em "fazer-se Igreja" no meio de seu povo, buscando evangelizar na união de forças em estar disponível ao serviço, em levar "**A Face e O Coração de Cristo"** aos que lutam sem cessar pela valorização de seus direitos! As reações são interdependentes através das causas 1ª e 2ª, em que **Deus é a causa 1ª** e, pelas **transferências (confianças depositadas)** possibilitam-se interações, pelas mediações concretas (caminhos, lugares, pessoas, sacramentais...), psicossociais e afetivas (exemplos de vida dos Santos, familiares, amigos, fatos e experiências pessoais de Fé, testemunhos que fortalecem e alavancam ânimos à Vida Plena...) **como causas 2ª**, em que o passar pelo humano, transporta-se a Deus. Como fez Jesus ao realizar Milagres, Curas e Libertações. É um ao outro, mutuamente! O Reino de Deus está dentro de nós, somos esse "lugar" e, o que falta é estarmos atentos ao Seu Chamado, a todo instante, em todas as necessidades, multiplicando os frutos do Seu Amor Misericordioso!

Nossas vozes têm que ecoar, ir à defesa aos pedidos de socorro, em toda emergência nas situações de riscos à vida! E, esse é

o grande alerta que nos fez Maria, ao proclamar o belo **Cântico do Magnificat,** como extensão de seu Sim (**cf. Lc 1, 46-55**): ***"E Maria disse: "Minha alma glorifica ao Senhor, meu espírito exulta de alegria em Deus, meu Salvador, porque olhou para sua pobre serva. Por isso, desde agora, me proclamarão bem-aventurada todas as gerações, porque realizou em mim maravilhas aquele que é poderoso e cujo nome é Santo. Sua Misericórdia se estende, de geração em geração, sobre os que o temem. Manifestou o poder do seu braço: desconcertou os corações dos soberbos. Derrubou do trono os poderosos e exaltou os humildes. Saciou de bens os indigentes e despediu de mãos vazias os ricos. Acolheu a Israel, seu servo, lembrado da sua Misericórdia, conforme prometera a nossos pais, em favor de Abraão e sua posteridade, para sempre".***

Com esta Oração, já estava nos congregando a sermos, verdadeiramente, **Discípulos(as) Missionários(as) em saída!**

O dinamismo de Maria é totalmente Sinodal, unindo O Querer de Deus à Sua Misericórdia! Quando se acredita nos milagres, eles acontecem! **O Milagre de Maria e de José... é Jesus!** E, assim como o Anjo saudou à Maria, toda a Igreja também faz todos os dias, no reconhecimento e gratidão como retorno à sua fidelidade ao Senhor e, em todas as línguas, os povos rezam (**cf. Lc 1,28**)**: "Entrando, o Anjo disse-lhe: "Ave, Cheia de Graça, o Senhor é contigo".**

3. CONCLUSÃO

Em **Lc 1,35-38**; **Gl 4,4**; **1Jo 4,7-16**; **1Cor 13,13,** encontramos um diálogo que compreende a contextualização do **SIM** de Maria e seu **FIAT** na conscientização da Fé no meio do povo.

Maria, a partir do seu **SIM**, livre de seu desejo, esvaziou-se e acolheu o **FIAT**, ***FAÇA-SE***, da Santa Vontade de Deus em gerar Sua Luz, Sua Misericórdia, Seu Amor à Humanidade de forma totalmente Humana e, profundamente Divina, onde Maria como filha deixou-se ser renovada pela Ação do Espírito Santo, primeiro em seu coração e, logo em todo seu ser, por sua fidelidade ao Senhor de sua vida.

A Piedade Popular muito nos tem a oferecer de reflexões profundas sobre a ação do Espírito Santo em seus movimentos ecle-

siais, num processo holístico, em que há renovação constante de ânimos nas comunidades participativas com comunhão de caminhada da Igreja, em todo tempo, lugar, cultura, tradições nas expressões populares, como Povo de Deus à Missionalidade! Um "Esperançar", como entrega diária, onde O Criador une-Se à Sua Criatura, de forma completa, vivificante, transformadora ao anunciar Cristo uns aos outros, fortalecidos pelas vivências experimentadas e sopradas nos Dons do Espírito Santo, a toda a Humanidade!

Os Frutos do Espírito, reafirmam a Eterna Aliança da Redenção oferecidos a nós pela Santíssima Trindade, onde iniciou-se, completou-se e vivificou-se em Maria, nossa Irmã e, Mãe de Seu Filho Jesus, O Cristo, doando-se por inteira e completa a ser também Discípula e Mãe da Igreja, iniciada há tempos na História da Salvação, em continuação nos tempos atuais ao Caminho à Pátria Celeste pelos Mistérios Trinitários!

Sendo assim, conclui-se ao longo desta pesquisa, que essa é a mensagem que Maria de Nazaré gerou em seu coração, em seu silêncio...O Puríssimo Amor Incondicional a seu Deus, em todos os tempos e povos.

Maria é a que mais presencia a busca e o encontro de Cristo na História da Salvação!

Somos movidos por essa verdade em nosso ser, pensar e agir! Essa presença viva nos fortalece na contextualização da Fé, numa relação intrínseca entre o Divino e o Humano.

Nenhuma Teologia deveria subtrair essa Verdade de Fé, pois, Maria especificamente sintetiza tudo!

As expressões de Fé nos títulos de Maria, nos seus Santuários, nas manifestações de espiritualidade e fidelidade do povo à Mãe de Deus**,** fortificam esse vínculo à vocação profética e apostólica entre o Humano e o Sagrado.

> [...] os fiéis têm um instinto para a verdade do Evangelho, o que lhes permite reconhecer quais são a doutrina e prática cristãs autênticas e a elas aderir. Esse instinto sobrenatural, que tem uma ligação intrínseca com o dom da fé recebido na comunhão da Igreja, é chamado de *sensus fidei*, e permite aos cristãos cumprir a sua vocação profética. Em seu primeiro Angelus, o Papa Fran-

cisco citou as palavras de uma senhora idosa humilde, que ele havia encontrado certa vez: “Se o Senhor não perdoa tudo, o mundo não existiria”; e o Papa comenta com admiração: “Essa é a sabedoria dada pelo Espírito Santo”[1]. A intuição dessa mulher é uma manifestação marcante do *sensus fidei*, que, ao mesmo tempo, lhe permite algum discernimento no que diz respeito às questões de fé, nutre a verdadeira sabedoria e suscita a proclamação da verdade, como neste caso. É, portanto, claro que o *sensus fidei* representa um recurso vital para a nova evangelização, que é um dos principais compromissos da Igreja de hoje[2]. (**O *SENSUS FIDEI* NA VIDA DA IGREJA,** cf. PAPA FRANCISCO, Exortação Apostólica Evangelii gaudium, 2013, n. 119-120).

As Virtudes Teologais*: Fé*, Esperança* e Caridade*, preenchem significados e Graças em cada pessoa, que pelos sentidos (um olhar, o tocar, o sentir...) passam do sofrimento ao agradecimento, como filhos e filhas “Peregrinos (as) de Esperança”, caminhando com a Mãe, mas, com olhar direcionado no Filho Ressuscitado! Cumpre-se desta forma até a Esperança definitiva, O Plano Salvífico de Deus, que por Seus Mistérios, Uniu-Se com totalidade à Sua Criação na perfeita liberdade do **SIM** de Maria e, assim como parte de seu Povo, A dignificou em sua humilde condição de serva. Ela, em seu **FIAT**, fortalece o Caminho Sinodal na intercessão às necessidades e Bem-Aventuranças à entrega a Jesus, na completa Graça da Redenção e Salvação Eterna!

A Humanidade se reconhece como Criação de Deus na profunda obediência de Maria! Na autonomia de quem caminha com liberdade, a Misericórdia envolve e direciona todos os passos à razão de nossas buscas!

O mesmo sussurro em que Elias também experimentou ao saber distinguir como Deus Se deixa sentir, **(cf. I Reis, 19,12): “Passado o tremor de terra, acendeu-se um fogo, mas o Senhor não estava no fogo. Depois do fogo, ouviu-se o murmúrio de uma brisa ligeira”**, em sua Anunciação, Maria, Cheia da Graça, também O sentiu, compreendeu no “Silêncio Orante”, o servir ao seu Senhor e, continua nos dizendo caridosamente, como seguirmos o discipulado do

Seu Filho, reafirmando seu pedido nas Bodas de Caná, **(cf. Jo 2,5) [...] "Fazei o que ele vos disser".**

REFERÊNCIAS

ABIB, Mons. Jonas. **Maria A Mulher do Gênesis ao Apocalipse**. Ed. revisada e atualizada. Cachoeira Paulista, SP: Editora Canção Nova, 2011.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **A Virgem Maria**: Cem textos Marianos com comentários. 1ª ed. São Paulo: Paulus,1996. 9ª reimpressão,2019.

ALMEIDA, João Carlos. **Uma leiga chamada Maria**. 1ª ed. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2019.

ANCHIETA, José de. **Poema da Bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus**: de beata virgine dei matre Maria. 1ª ed. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2020.

BALTHASAR, Hans Urs Von. **Maria para hoje**. Coleção Fides Quaerens. São Paulo: Paulus, 2016.

BARBOSA, Pe. Carlos; BARROS, Wellington da Silva de. **Maria, ícone da sinodalidade na Igreja**. 1ª ed. Aparecida: Editora Santuário, 2022.

BERGOGLIO, Jorge Mario. Papa Francisco. Só o Amor nos salvará.1ª ed. Edição especial Brasil (CN). São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. **"Maria: a que soube dizer "não"**, in: Grande Sinal. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

BOFF, Clodovis. **O Cotidiano de Maria de Nazaré**. São Paulo: Salesiana, 2009.

BOFF, Clodovis. Mariologia social. **O significado da Virgem para a Sociedade**. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2014.

BOFF, Lina**. Como tudo começou com Maria de Nazaré**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

BOFF, Lina. **A figura da Virgem Maria nas conferências gerais do episcopado da América Latina e Caribe**. 1ª ed. Aparecida: Editora Santuário, 2022

BOFF, Lina. **Mariologia**: Interpelações para a vida e para a fé. Iniciação à Teologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio. **Eis tua mãe**: Síntese de Mariologia. São Paulo: Paulinas, 2017.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Lumen Gentium, n. 52-59. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COSTA, Jonas Nogueira da. **Maria e o Espírito Santo**: nas Sagradas Escrituras e nos Santos Padres. Aparecida: Editora Santuário, 2020.

DOMBES, Grupo. **Maria no desígnio de Deus e a comunhão dos Santos**: na história e na escritura controvérsia e conversão/ Tradução de José Augusto da Silva. Aparecida: Editora Santuário, 2005.

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA MARIALIS CULTUS. SANTO PADRE PAULO VI PARA A RETA ORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CULTO À BEM- AVENTURADA VIRGEM MARIA.

FRANCISCO I, Papa; POZZA, Marco. **Ave Maria**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

FRANCISCO I, Papa. **Exortação Apostólica do Papa Francisco: Evangelii Gaudium** – A Alegria do Evangelho. 1ª ed. Edições CNBB, 2013.

FILHO, João da Silva Mendonça. **A mulher que acreditou**: O Magnificat de Maria cantado hoje. 2ª ed. Aparecida: Editora Santuário, 2005.

GERALDO, Márcia Terezinha C. Miné. **O silêncio de Maria**. Aparecida: Editora Santuário, 2020.

LÉO, Padre. **Cheia de Graça**. Cachoeira Paulista, SP: Editora Canção Nova 2015.

MAZZI, Rita Torti. **Maria, Filha de Sião**. O Antigo Testamento na Mariologia. Roma: Locus Mariológicus, 2021.

MELLO, Pe. Alexandre Awi. **"Ela é minha mãe!" Encontros do Papa Francisco com Maria**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

MONFORT, Luis Grignont. **Tratado da verdadeira devoção a Santíssima Virgem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MURAD, Afonso. **Maria Toda de Deus e tão humana**. Compêndio de Mariologia. 1ª ed. São Paulo: Paulinas: Santuário 2012. 9a reimpressão 2021.

OLIVEIRA, Ir. André Luiz, C.Ss.R. **Santo Afonso e a Imaculada Conceição Breve Tratado de Mariologia**. 1ª ed. Aparecida: Editora Santuário, 2021.

PÁDUA, Lúcia Pedrosa. **Maria e a Espiritualidade Cristã**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2020.

PAULO II, Papa João. **Redemptoris Mater** (Sobre a Bem-aventurada Virgem Maria na vida da Igreja). São Paulo: Edições Loyola, 1987.

RATZINGER, Joseph. Papa Bento XVI. **A filha de Sião**: a devoção Mariana na Igreja. São Paulo: Paulus, 2018.

RIBEIRO, Pe. Eduardo C.Ss.R. **Maria e a Ação Evangelizadora da Igreja**: Maria de Nazaré: uma aproximação cristológica e eclesiológica e sua colaboração na ação evangelizadora da Igreja. 1ª ed. Aparecida: Editora Santuário, 2022.

RICORDI, Angelo Alberto Diniz. **Maria e seu FIAT COTIDIANO**. Marista.org.br. Ano Mariano Subsídio 8. 2020/2024.

SOUSA, Celia Soares de. **O perfil Mariano da Igreja e a atuação da mulher na Igreja**. Aparecida: Editora Santuário, 2021.

SOUSA, Celia Soares de; COSTA, Jonas Nogueira da. **Maria Onde o céu encontra a terra**. Aparecida: Editora Santuário, 2022.

Texto conclusivo da **V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**: Edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2007. Documento Pontifício, Exortação Apostólica Christifideles Laici, sobre a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo, João Paulo II, São Paulo: Edições Loyola, 1989.

VIAN, Dom Itamar; GRAMOSA, Pe. Hipólito. **Maria, quem é essa mulher?** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2017.

VIGNERON, Jomar. **O Rosário uma Bíblia do povo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://wikipedia.org/> Acessado em 2023

CAPÍTULO 18

OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES-MÃES

THE IMPACTS CAUSED BY SOCIAL MEDIA ON THE MENTAL HEALTH OF MOTHERS

Tainara Mirian Salvador Passos
Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC)
tainaramirian.psi@hotmail.com

Janaína Silva
Mestre em Psicologia, Docente no Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC)
https://orcid.org/0000-0002-9468-6087
nanasjdr@hotmail.com

Reziele Maria Malavasi
Mestre em Psicologia, Docente no Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC)
https://orcid.org/0000-0003-4948-7799
rezimalavasi@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Este artigo buscou entender como a exposição da maternidade nas redes sociais afeta o comportamento das mulheres-mães no dia a dia. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, analisando artigos científicos publicados nos últimos 10 anos e livros que abordam as principais dúvidas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante a maternidade, bem como o impacto do fluxo de informações nas redes sociais. **Resultados:** A revisão bibliográfica revelou que a exposição da maternidade nas redes sociais tem impacto significativo no comportamento das mulheres-mães. As redes sociais apresentam tanto aspectos positivos quanto negativos: por um

lado, oferecem espaços para troca de experiências, acesso a informações e suporte emocional, contribuindo para a criação de redes de apoio. Por outro lado, a exposição a padrões idealizados de maternidade e vida familiar intensifica a comparação social, gerando sentimentos de inadequação, baixa autoestima e aumentando os riscos de ansiedade e depressão. **Conclusão:** As redes sociais desempenham papel significativo na maternidade contemporânea, atuando como suporte complementar. No entanto, é essencial conscientizar sobre os impactos das interações virtuais na saúde mental e fomentar o uso equilibrado das redes para potencializar seus benefícios.
Palavras-Chave: Maternidade, Redes Sociais, Saúde Mental

ABSTRACT
Objective: This article sought to understand how the exposure of motherhood on social media affects the behavior of mothers in their daily lives. **Methodology:** The research was conducted through a bibliographic review, analyzing scientific articles published in the past 10 years and books addressing the main doubts and challenges faced by women during motherhood, as well as the influence of the flow of information on social media. **Results:** The literature review revealed that the exposure of motherhood on social media significantly impacts the behavior of mothers. Social media presents both positive and negative aspects: on the one hand, it provides spaces for experience-sharing, access to information, and emotional support, contributing to the creation of support networks. On the other hand, exposure to idealized standards of motherhood and family life intensifies social comparison, leading to feelings of inadequacy, low self-esteem, and increased risks of anxiety and depression. **Conclusion:** Social media plays a significant role in contemporary motherhood by acting as a complementary support system. However, raising awareness about the mental health impacts of virtual interactions and encouraging balanced usage is essential to maximize its benefits.
Key-Words: Motherhood, Social Networks, Mental Health

1. Introdução

A experiência da maternidade é uma vivência única na vida da mulher envolvendo diversas mudanças e adaptações, conforme des-

tacado por Zanatta e Pereira (2015). No aspecto psicológico, é fundamental considerar os sentimentos emocionais que emergem durante a gestação. Embora o nascimento de um bebê traga alegrias, também pode ser um período marcado por angústia, uma vez que os pais enfrentam uma reorganização psíquica significativa, quando muitas vezes não estão totalmente preparados para isso.

Com a ascensão da internet, a conexão, a comunicação e a socialização entre as pessoas tornaram-se mais acessíveis. As redes sociais e mídias digitais estão profundamente integradas ao cotidiano, permitindo que indivíduos de diferentes contextos e idades consumam informações e postagens constantemente. Nesse cenário, é crucial estar atento ao uso dessa tecnologia, que deve contribuir para o desenvolvimento social sem se tornar prejudicial (Arirama; Reis; Ribeiro, 2023).

Segundo Oliveira *et al*. (2021), as redes sociais frequentemente retratam uma vida idealizada, o que não é diferente no contexto da maternidade. Apesar das transformações que ocorrem no corpo das mulheres e em seus contextos familiares, a saúde mental delas é influenciada tanto pelo ambiente social quanto pela busca de uma maternidade ideal, frequentemente moldada pelas imagens nas redes sociais. Em contrapartida, a conexão constante pode se tornar um local de refúgio e pertencimento em grupos de perfis que discutem abertamente os desafios da maternidade, oferecendo um espaço para a construção de comunidades de apoio. Essa troca de experiências pode ser terapêutica, proporcionando um sentimento de que não estão sozinhas em suas lutas, sendo possível criar uma rede de empatia e solidariedade, mas também pode resultar em isolamento e, em casos extremos, chegando em atitudes desesperadas, incluindo o suicídio.

Dessa forma, o artigo objetiva entender como a exposição da maternidade nas redes sociais afeta o comportamento das mulheres-mães no dia a dia. Nossa hipótese é a de que essa distorção pode levar muitas mães a se sentirem incapazes, frustradas e tristes, contribuindo para o aumento de condições como depressão pós-parto, ansiedade, entre outros transtornos.

2. A maternidade e o papel da mulher na sociedade ao longo do tempo

Nos dias atuais, as mulheres continuam a lutar por um espaço no mercado de trabalho, adaptando-se às suas necessidades, como a maternidade. Historicamente, suas limitações não se restringem apenas a determinadas funções no espaço público, mas também estão ligadas à formação religiosa e ao acesso restrito à educação. Rezzutti (2018) popularizou uma expressão que afirmava que uma mãe de família deveria saber pouco ou nada, caso contrário, seria considerada uma mulher desajeitada. Com o tempo, ocorreram mudanças importantes, especialmente com a criação das Escolas Normais, que permitiram que as mulheres se tornassem professoras e utilizassem essa profissão como fonte de sustento. Inicialmente, as mulheres solteiras e sem filhos tiveram mais facilidade para acessar a profissão, que passou a ser vista como uma extensão do papel feminino, permitindo que trabalhassem sem ultrapassar os limites socialmente aceitáveis.

No século XX, ocorreram inúmeras mudanças na cultura e nos costumes, que interferiram na forma como os indivíduos se comportam no mundo, impulsionadas pela revolução tecnológica que transformou as maneiras de locomoção e comunicação (Dias; Canavez; Matos, 2018). Com essas transformações, as mulheres começaram a ganhar mais espaço no mercado de trabalho, ingressando geralmente nas fábricas, o que proporcionou uma certa liberdade, embora as condições de trabalho fossem insalubres. Isso levou ao surgimento de diversos movimentos trabalhistas e feministas em busca da emancipação feminina (Del Priore, 2020).

Ainda nesse período, por volta dos anos 70, as mulheres ampliam sua entrada no mercado de trabalho, em um processo gradual. As mulheres solteiras, sem filhos e mais jovens foram as que mais rapidamente conseguiram essa aceitação, para as mulheres casadas e com filhos, essa transição foi mais lenta (Fiorin; Oliveira; Dias, 2014). Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, os papéis tradicionalmente atribuídos a elas, como os de esposa e mãe, passaram a ser questionados. As mulheres naquele momento passaram a ter oportunidade de buscar outras carreiras, permitindo que seus de-

sejos e realizações pessoais se tornem mais evidentes (Smeha; Calvino, 2009).

Uma pesquisa realizada por Stelmachuk (2012) revela que, apesar de as mulheres sempre terem trabalhado, sua inserção no mercado formal de trabalho a partir de meados do século XX houve um novo reconhecimento de seu potencial e competência. Este reconhecimento é crucial para que as mulheres não aceitem mais a diferença de remuneração em relação aos homens. Além disso, a evolução da presença feminina no mercado de trabalho é acompanhada por uma luta contínua por igualdade de gênero, que ainda enfrenta desafios como discriminação e assédio.

De acordo com Urzedo (2022) com o fortalecimento do feminismo e a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, apesar das desigualdades de gênero frequentemente perpetuadas pela cultura machista e patriarcal presente na sociedade, novos espaços começaram a se abrir para elas. Contudo, essa nova realidade trouxe a dupla jornada de trabalho, gerando sentimentos negativos como angústia, tristeza e frustração, exigindo que as mulheres equilibrassem suas funções profissionais com as responsabilidades familiares. Essa situação resultou em uma sobrecarga de tarefas, mas também possibilitou o desenvolvimento de uma nova forma de subjetividade, caracterizada por uma maior independência.

Essa dupla jornada tende a se tornar ainda mais conturbada durante a gestação e com a chegada dos filhos. Segundo o Ministério da Saúde (2021), a maioria das gestações ocorre sem complicações significativas. Contudo, em algumas situações, pode surgir o risco de mortalidade materna, o que exige cuidados e atenção médica adicionais para a mãe.

Para Boris e Cesídio, (2021) a maternidade é uma das experiências que mais modificam a vida das mulheres, abrangendo dimensões básicas ao tornar-se mãe, tanto com relação aos seus corpos alterados, ao seu tempo e sua autonomia comprometidos, quanto em relação às responsabilidades impregnadas à maternidade, sendo assim, como citado anteriormente, tende a um aumento da sobrecarga das mães juntamente com as atividades que um lar requer.

Falar sobre a sobrecarga de trabalho, dupla jornada de trabalho e sobre como a maternidade é vivenciada em meio a tantas ati-

vidades, se tornou mais fácil com o livre e fácil acesso às redes sociais que vivenciamos hoje em todo o mundo. Essas plataformas não apenas facilitam a comunicação, mas também permitem que as organizações se conectem de maneira mais próxima e interativa com os consumidores, transformando-os em co-criadores de conteúdo. Sendo assim, as redes sociais se tornam ambientes dinâmicos que moldam a forma como as empresas se relacionam com seus públicos-alvo, refletindo a importância do engajamento e da presença digital no cenário contemporâneo.

De acordo com Boris e Cesídio (2022) as redes sociais, desempenham um papel fundamental na construção da subjetividade, uma vez que impõem padrões estéticos e morais que influenciam os indivíduos, afetando, assim, sua subjetividade. Essa influência é particularmente evidente na publicidade, que utiliza os desejos e a subjetividade das influenciadoras para criar identificação com os seus seguidores.

Ao consumir o conteúdo das postagens online, não é incomum que as seguidoras passem a modificar seu comportamento, buscando alcançar a maternidade que muitas vezes foi idealizada durante meses e não se concretizou após a gestação ou nascimento da criança (Boris; Cesídio, 2022). Sendo assim, para uma mulher que se torna mãe pode ser desafiador compreender e atender às expectativas do papel maternal. Este período é repleto de afetos que podem não ser totalmente elaborados, levando a um descompasso em relação às normas sociais e culturais estabelecidas. A experiência da maternidade é frequentemente idealizada como um momento que gera sentimentos nobres e espontâneos, desconsiderando que o amor materno é uma construção subjetiva que varia de mulher para mulher em sua singularidade.

Desde a gestação, surgem questionamentos, desejos e medos que frequentemente estão ligados ao ideal social de que a mulher deve atender a uma lista de requisitos para se tornar a mãe perfeita, evitando julgamentos e sentimentos de inadequação. Lemos e Kind (2017) descrevem que a construção da subjetivação materna é marcada pelo imperativo da expressão “ter que”, que inclui obrigações como amamentar, brincar com os filhos e equilibrar diversos papéis, como ser mulher, mãe, profissional e dona de casa. Existe uma

pressão para corresponder ao ideal de uma mãe perfeita, dedicada e heroína, que é perpetuada pela cultura. Essa idealização da maternidade traz uma carga de cobrança e sofrimento para as mulheres, levando-as a questionar sua capacidade de serem boas mães e a amarem seus filhos (Badinter, 2010; Emídio e Gigek, 2019; Iaconelli, 2015).

Com base em Fonseca e Moraes (2020), quando a criança nasce também é comum que surjam sentimentos, pensamentos e atitudes conflitantes, como alegria e tristeza, bem-estar e desconforto, além de alguns sintomas de ansiedade e depressão que foram citados anteriormente. Essas emoções podem ser intensificadas por mudanças hormonais e pela expectativa em relação ao futuro, resultando em uma experiência emocional complexa e ambivalente.

Santos (2014) destaca a relevância de considerar o espaço doméstico como um elemento fundamental na construção da identidade feminina, além de analisar como as relações de gênero se manifestam nesse ambiente. As mulheres, frequentemente responsáveis pelos cuidados da casa e dos membros da família, acabam relegando seus interesses pessoais a um segundo plano, o que pode trazer prejuízos à sua saúde mental. Além disso, sobre as relações de gênero e o espaço doméstico revela que, mesmo com as mudanças sociais, as mulheres ainda enfrentam desafios significativos. As expectativas sociais enraizadas e as tradições culturais continuam a influenciar a distribuição das responsabilidades domésticas, resultando em uma resistência masculina em compartilhar igualmente essas tarefas. Assim, a análise do espaço doméstico e das dinâmicas de gênero é crucial para entender as complexas interações que moldam a vida das mulheres e suas identidades dentro e fora do lar.

2.1 O impacto das redes sociais na saúde mental das mulheres-mães

Gonçalves *et al*. (2019) destacam que a saúde mental enfrenta um aumento significativo nas incidências de distúrbios psíquicos, resultando na exclusão social de muitos indivíduos. Essa situação limita frequentemente as relações sociais a um círculo familiar restrito e leva muitos a buscarem apoio nas mídias sociais. O aumento de

transtornos mentais no Brasil, como evidenciado por pesquisas recentes, mostra que 86% da população apresenta algum tipo de transtorno, sendo a ansiedade e a depressão os mais comuns. Muitos desses transtornos estão associados ao uso excessivo ou mau uso das redes sociais gerando má qualidade do sono, ansiedade, depressão e baixa autoestima em crianças, incluindo suicídio, solidão e diminuição da empatia em adolescentes e jovens adultos (Thorisdottir *et al*., 2019).

Além dos problemas que a ansiedade pode causar na vida dos indivíduos, a depressão também é uma morbidade associada ao uso excessivo de redes sociais. Um fator que pode contribuir para o desenvolvimento desse transtorno é a maior taxa de insônia, resultante do uso da internet até durante a madrugada. Estudos indicam que o uso intenso das redes sociais está ligado a um aumento nos sintomas depressivos, especialmente entre adolescentes, que podem experimentar baixa autoestima e insatisfação com a própria imagem devido à comparação social e ao cyberbullying. Esses fatores podem levar a um ciclo vicioso de ansiedade e depressão, prejudicando ainda mais a saúde mental dos jovens (Tremolada; Silingardi; Taverna, 2022).

Para Schwengber e Piccinini (2003) a Depressão Pós-Parto (DPP) é uma condição que muitas mulheres enfrentam após o nascimento de seus bebês. Ela representa um fator relevante no cuidado com a saúde das mulheres, mas muitas vezes não recebe a devida atenção e tratamento, pois ainda é percebida como um tabu na sociedade. Os estudos sobre a Depressão Pós-Parto (DPP) começaram com o pioneirismo de Pitt em 1968, que descreveu essa síndrome como uma leve variante da depressão fisiológica, afetando principalmente mulheres jovens ou com personalidades imaturas, embora pudesse atingir mulheres de todas as idades e classes sociais (Arrais; Araújo; Schiavo, 2017). O reconhecimento precoce dos sinais de DPP e a implementação de intervenções adequadas são fundamentais para melhorar a saúde mental das mães e, consequentemente, o bem-estar dos recém-nascidos. A falta de apoio emocional e psicológico durante a gravidez e o pós-parto pode agravar os sintomas da DPP, tornando essencial que profissionais de saúde abordem essa questão de maneira aberta e sensível.

Os sintomas da Depressão Pós-Parto (DPP) são semelhantes aos da depressão em geral e incluem tristeza profunda, baixa autoestima, perda de motivação para a vida e sentimento de incapacidade. O tratamento geralmente envolve o uso de antidepressivos e acompanhamento psicológico. Além disso, a DPP pode manifestar-se através de irritabilidade, choro frequente, sentimentos de desamparo e desesperança, falta de energia e motivação, desinteresse sexual, alterações alimentares e do sono, além de sintomas físicos como cefaléia e dores musculares (Arrais; Mourão; Fragalle, 2014).

Diversos fatores de risco contribuem para o desenvolvimento da Depressão Pós-Parto (DPP). Entre esses fatores, destacam-se: ser uma gestante solteira, enfrentar conflitos conjugais, ter histórico familiar de depressão, experiências anteriores de transtornos depressivos, passar por uma gravidez não planejada, possuir um frágil sistema de suporte social e vivenciar eventos negativos durante a gravidez (Arrais; Mourão; Fragalle, 2014). A literatura aponta que esses fatores podem aumentar a vulnerabilidade das mulheres à DPP, tornando essencial a identificação precoce e o suporte adequado durante e após a gestação. Além disso, a falta de apoio emocional e social pode agravar os sintomas da DPP, impactando negativamente tanto a saúde da mãe quanto o desenvolvimento da criança (Tremolada; Silingardi; Taverna, 2022).

Para Campanella (2019) a análise da circulação e consumo de narrativas nas redes sociais digitais é fundamental, considerando a importância desses espaços na contemporaneidade para a troca intersubjetiva e formação identitária. Sendo assim, nesse contexto, é crucial refletir sobre como as imagens, mensagens e associações criadas por usuários nas redes sociais se sustentam pelo que denomina “reconhecimento midiático”, que envolve a visibilidade e aprovação do “outro” na maternidade.

A imposição de um padrão “ideal” veiculado pelas mídias, leva os usuários a desejarem esse padrão, seja estético ou social. No entanto, muitas vezes esse ideal se torna inalcançável, especialmente quando os indivíduos percebem a discrepância entre o que é imposto e a realidade. Essa situação gera conflitos internos que vão além do psicológico, afetando também a saúde física. A correlação entre os padrões impostos e sua toxicidade resulta em impactos diretos na saúde mental (Cassemiro, 2023).

2.2 Importância das redes de apoio para além das redes sociais na maternidade

O conceito de rede de apoio foi introduzido por John Barnes em 1954, sendo utilizado para descrever as relações interpessoais que criam laços, seja por meio de parentesco, vizinhança, amizade ou proximidade. Este conceito fundamenta-se nos desejos e escolhas dos indivíduos, refletindo a diversidade de cada um. A rede de apoio é caracterizada pelo cuidado mútuo, onde os integrantes se ajudam e cuidam uns dos outros. Essas redes funcionam como alternativas de apoio e amparo em momentos de sofrimento (Camarano; Pinheiro, 2014).

Segundo Campos e Férez-Carneiro (2021), quando um bebê nasce, tudo muda. Inicia-se um processo de reorganização para a mãe, o pai e toda a família, que devem ajustar suas rotinas e espaços para incluir esse novo membro. Esse momento crítico requer um suporte significativo. A presença de uma rede de apoio, composta por amigos, familiares e profissionais, é essencial para ajudar os pais a lidarem com as novas responsabilidades e desafios. Essa colaboração não apenas alivia o estresse associado aos cuidados com o recém-nascido, mas também promove um ambiente emocional seguro para a mãe, reduzindo a probabilidade de adoecimento mental no pós-parto.

Fonseca e Moraes (2020), apontam que a puérpera não deve ficar sozinha, pois esse é um período extremamente sensível em que a mulher estabelece uma forte ligação emocional com o bebê, resultando em oscilações de humor semelhantes às do recém-nascido. As mudanças que ocorrem nesse momento exigem apoio, tornando essencial a presença de uma rede de suporte composta pelo pai, familiares e a comunidade. Essa rede não apenas ajuda a sustentar a mãe emocionalmente, mas também facilita a adaptação às novas responsabilidades e desafios da maternidade.

É comum que amigos e famíliares visitem o recém-nascido no hospital, quando se recebe a alta as mães necessitam de atenção e companhia contínuas, sendo fundamental que ela e a criança recebam o suporte de pessoas que respeitem seu tempo e suas necessidades, que se preocupem com suas demandas e ofereçam refor-

ço possitivo, demonstrando uma postura empática e acolhedora para com a mulher (Fonseca; Moraes, 2020).

Para Santos *et al*. (2024), as redes de apoio desempenham um papel crucial, concentrando-se em oferecer acompanhamento por meio do amor, empatia e compreensão. Mulheres que sentem não ter recebido a atenção necessária durante a gestação e o puerpério apresentam um risco aumentado de desenvolver sintomas depressivos, dificultando uma gestação e maternidade saudáveis.

As redes sociais criam um espaço onde mães vulneráveis podem buscar informações sobre diversos aspectos da maternidade, incluindo diretrizes globais sobre aleitamento materno, além de compartilhar experiências com outras mães que enfrentam situações semelhantes (Riemenschneider; D'Aquino, 2017). A participação em redes sociais por mães em busca de apoio, informações e suporte emocional tem crescido, especialmente quando essas mulheres não encontram assistência adequada nos serviços de saúde (Pinheiro, 2014).

Além disso, a colaboração entre esses grupos oferece segurança e conforto, fatores vitais para a saúde mental da mulher. Uma rede de apoio robusta pode ser decisiva na superação das dificuldades do pós-parto, evitando o desenvolvimento de uma depressão mais severa. Estudos mostram que mulheres com maior suporte social apresentam menores índices de depressão pós-parto, ressaltando a relevância desse apoio emocional e prático em momentos de vulnerabilidade (Konradt *et al*., 2011).

A experiência das mulheres após o parto pode ser significativamente influenciada pela presença ou ausência de apoio social. Pesquisas indicam que crises e dificuldades são mais bem enfrentadas quando há suporte social disponível. O apoio familiar se destaca como o mais relevante nesse contexto. Essa rede de apoio é crucial para promover a resiliência e facilitar a adaptação às novas circunstâncias da maternidade, contribuindo para o bem-estar geral da mulher e do bebê (Arrais; Mourão; Fragalle, 2014).

3. Materiais e Métodos

Para a produção deste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos publicados nos últimos 10 anos e em

livros que abordam as principais dúvidas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante a maternidade, além de como elas lidam com o grande fluxo de informações provenientes das redes sociais. Assim, tornou-se necessário buscar literaturas que discutam as influências dessas redes na saúde mental das mães. Foram utilizas como base de dados o *Google* Acadêmico, SciELO e livros didáticos encontrados na plataforma *Bookplay*. Os dados coletados para a seleção de artigos analisados neste estudo atenderam a critérios específicos: os textos deveriam ser relatos de experiência ou estudos de caso, além de serem artigos em língua portuguesa. Os artigos foram selecionados com base nos seguintes objetivos específicos: definir o que é maternidade, enfatizando o papel da mulher nesse contexto; identificar o impacto da saúde mental pelas redes sociais, incluindo a importância das redes de apoio na maternidade.

Para exclusões, foram considerados como principais motivos outras formas de literatura, artigos em língua estrangeira e aqueles que não abordassem o tema proposto. Ao final, foram utilizados 22 artigos que atenderam aos critérios de inclusão, as quais foram lidas integralmente e utilizadas na pesquisa.

4. Resultados e Discussão

Segundo Costa (2019), o relatório "*Digital in* 2019", elaborado pela *We Are Social* em parceria com a *Hootsuite*, revelou que o Brasil possui mais de 140 milhões de usuários ativos de redes sociais, representando 66% da população. Dentre essas plataformas, o Instagram se destacou como a rede social de maior crescimento e engajamento, com 69 milhões de usuários no país.

Uma pesquisa realizada por Arrais, Araújo e Schiavo (2018) revela que aproximadamente 35% das gestantes no Brasil apresentam altos níveis de ansiedade, 60% enfrentam estresse e cerca de 25% demonstram sintomas de depressão. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) confirma em suas pesquisa que muitas mulheres experimentam mudanças significativas em sua saúde mental durante a gravidez e no primeiro ano após o parto. Esse impacto afeta 1 em cada 10 mulheres em países de alta renda e 1 em cada 5 em países de baixa e média renda. Esses dados ressaltam a necessida-

de de atenção à saúde mental materna, especialmente considerando que a maternidade pode ser um período repleto de desafios emocionais e psicológicos.

Os estudos atuais revelam que o uso das redes sociais pode ter efeitos significativos na saúde mental de mulheres-mães, com implicações tanto positivas quanto negativas. Um dos principais resultados observados é o impacto da comparação social, que frequentemente ocorre nessas plataformas. Pesquisas indicam que mulheres-mães que passam muito tempo em redes sociais tendem a se comparar com outras mães, o que pode levar a sentimentos de inadequação e baixa autoestima (Correia, 2022; Hawi; Samaha, 2017). Essa comparação é intensificada pela exposição a representações idealizadas da maternidade e da vida familiar, o que pode resultar em ansiedade e depressão (Coyne *et al*., 2020).

Por outro lado, as redes sociais também oferecem oportunidades de apoio social. Durante períodos de isolamento, como os impostos pela pandemia, muitas mulheres-mães encontraram grupos de apoio online que proporcionam um espaço seguro para compartilhar experiências e buscar conselhos sobre maternidade e saúde mental (Delboni, 2020; Gil, 2024). Esses grupos podem servir como uma rede de suporte vital, ajudando as mães a se sentirem menos sozinhas em suas lutas.

Aproximadamente 1 (uma) em 4 (quatro) mulheres em estado gestacional, apresentam algum sofrimento psíquico durante a gravidez, sendo a depressão o distúrbio mais comum em decorrência das expectativas, cobranças, comparações, pressões da sociedade, machismo e exposição às mais diversas vulnerabilidades sociais, que permeiam a vida da maioria das mulheres mães (Puff, 2016). Tais fatores, consequentemente, aumentam as chances de graves adoecimentos mentais os quais podem ser cronificados, justificando a necessidade de maior atenção à avaliação de situações de ansiedade, medo e problemas de enfrentamento para o estresse destas mulheres (Benassule *et al*., 2020).

5. Considerações finais

É essencial que as mulheres-mães desenvolvam uma relação consciente e equilibrada com as redes de apoio e as redes sociais,

de forma que promovam práticas saudáveis de uso dessas plataformas, podendo limitar o seu tempo online e buscar conteúdos positivos que possam minimizar sentimentos e sensações de inutilidades. Dessa forma, ao cultivar uma abordagem equilibrada em relação às redes sociais, é possível transformar essas ferramentas aliadas na jornada da maternidade, promovendo uma melhor saúde mental e bem-estar emocional.

Por meio desta revisão foi possível perceber que não há estudos suficientes que abordem o uso das redes sociais a vivências femininas durante o período da maternidade e puérpério. Sendo assim, a maioria dos estudos encontrados enfatizam apenas os transtornos da ansiedade e a depressão na população feminina e no pós parto. Sendo assim, podemos inferir que tais resultados vão em direção à duas questões importantes: a primeira aponta para o uso indiscriminado das redes sociais como um fenômeno relativamente novo e em movimento o que dificulta sua rastreabilidade. O segundo diz respeito as vivências femininas que passaram a ganhar voz nas últimas décadas a partir de um movimento de empoderamento das mulheres, entretanto, ainda insuficiente para lhe dar com tantas demandas e lacunas.

Desta forma, apontamos para a necessidade de novas pesquisas que possam gerar uma compreensão mais assertiva sobre quais são os impactos psicológicos causados pelas redes sociais durante a maternidade e como as mulheres-mães são influenciadas a viver a maternidade idealizada promovida pelas redes sociais.

Referências Bibliográficas

ARIRAMA A. S.; REIS, S.; RIBEIRO, A. C. A relação entre redes sociais e saúde mental: uma análise crítica. **Ciências da Saúde**, v. 27, n. 127, out. 2023.

ARRAIS, A. R., MOURÃO, M. A., FRAGALLE, B. O pré-natal psicológico como um programa de prevenção à depressão pós-parto. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, 2014.

ARRAIS, A. R.; ARAÚJO, T. C. C. F.; SCHIAVO, R. A. Depressão e ansiedade gestacionais relacionadas à depressão pós-parto e o pa-

pel preventivo do pré-natal psicológico. **Revista Psicologia e Saúde**, v, 11, n. 2, p. 23-34, 2019.

BENASSULE, S. C. *et al*. Saúde mental de mães de crianças entre 15 e 36 meses da coorte BRISA - São Luís, Maranhão. **Medicina**, v. 53, n. 4, p. 415-423, 2020.

BORIS, G. D. J. B.; CESIDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Doenças não Transmissíveis. Promoção da Saúde: **aproximações ao tema: caderno 1 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Doenças Não Transmissíveis.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.

CAMARANO, A. A.; PINHEIRO, L. **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023.

CAMPANELLA, B. Em busca do reconhecimento midiático: a autorrealização do sujeito na sociedade midiatizada. **E-COMPÓS**, v. 22, p. 1-19, 2019.

CAMPOS, P. A.; FÉRES-CARNEIRO, T. Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério. **Psicol. USP** , v. 32, 2021.

CASSEMIRO, D. Y. S. **A psicologia em uma maternidade de alto risco: um relato de experiência**. 2023. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas.

CORREIA, K. G. S. **Percepções de mulheres mães no pós-parto acerca de sua imagem corporal: um olhar da psicologia sobre a influência das redes sociais**. 2022. 30 p. (Trabalho de conclusão de curso) - Graduação de Psicologia, Universidade La Salle – Unilasalle.

COSTA, T. **Quais são as redes sociais mais usadas no Brasil em 2019?**. Rockcontent, 2019. Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/. Acesso em: 21 jan. 2025.

COYNE, S. M.; ROGERS, A. A.; ZURCHER, J. D.; STOCKDALE, L.; BOOTH, M. Does time spent using social media impact mental heal-

th?: An eight year longitudinal study. **Computers in Human Behavior**, v. 104, out. 2020.

DIAS, S. A. S.; CANAVEZ, L. S.; MATOS, E. S. Transtorno de estresse pós-traumático em mulheres vitimas de violência domestica: Prejuízos cognitivos e formas de tratamento. **Revista Valore**, v. 3, n. 2, 597–622, 2018.

DELBONI, C. **Grupos de apoio materno crescem com a pandemia**. Estadão, 2020. Disponível em: https://www.estadao.com.br/emais/carolina-delboni/grupos-de-apoio-materno-crescem-com-a-pandemia/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 jan. 2025.

DEL PRIORE, M. **Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história da mulher no brasil de 1500 a 2000**. São Paulo, Editora Planeta, 2020.

DUTRA, Maria; FARIA, Hila. **A rede de apoio como forma de prevenção à depressão pós parto.** Cadernos de Psicologia, v. 4, n. 8, 2023.

EMÍDIO, T. S.; GIGEK, T. Elas não querem ser mães: algumas reflexões sobre a escolha pela não maternidade na atualidade. **Trivium - Estudos Interdisciplinares**, v. 11, n. 2, 186-197, 2019.

FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014.

FONSECA, G. F. M.; MORAES, L. F. **Representação social da gravidez em mulheres primigestas assistidas no ambulatório de pré-natal da maternidade escola da UFRJ**. In: A psicologia na construção de uma sociedade mais justa. Paraná, Atena, 2020. Cap. 16. p. 182.

GIL, N. A. N. **Grupos virtuais de mulheres-mães:** um fator protetivo para a saúde mental de puérperas?. 2024. (Tese de doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES. B. *et al*. Mídias sociais e saúde mental: um mundo em transformações. **Revista Remecs – Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, [S. l.], p. 30, 2019.

HAWI, N. S.; SAMAHA, M. The relations among social media addiction, self-esteem, and life satisfaction in university students. **Social Science Computer Review**, v. 35, n. 10, p. 576-586, 2017.

IACONELLI, V. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna**. Annablume, 2015.

KONRADT, C. E. *et al*.. Depressão pós-parto e percepção de suporte social durante a gestação. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 33, n. 2, p. 76–79, 2011.

LEMOS, R. F. S.; KIND, L. Mulheres e maternidade: faces possíveis. **Estud. pesqui. psicol**., v.17, n. 3, p.840-859, 2017.

OLIVEIRA, J. C. O. P. *et al*. A relação entre as representações da função materna em uma rede social virtual e a experiência de mulheres no processo gravídico-puerperal. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 43, p. 492-511, 2021.

PUFF, J. **"Pensei em me matar": 1 em 4 mulheres sofrem de depressão pós-parto no Brasil**. Rio de Janeiro, BBC Brasil, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160308_pesquisa_fiocruz_depressao_parto_jp. Acesso em: 21 jan. 2025.

REZZUTTI, P. **Mulheres do Brasil: a história não contada**. 1. ed. São Paulo, Leya, 2019.

RIEMENSCHNEIDER, P. S.; D'AQUINO, L. **Maternidade, redes sociais e sociedade de consumo: vulnerabilidade ou empoderamento da lactante?** In: Anais do 4° Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria; p. 1-14, 2017.

SANTOS, L. **Donas de casa: donas da própria vida? Problematizações acerca do trabalho (in)visível e da saúde mental de mulheres (des)valorizadas**. 2014. (Tese de doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SANTOS, N. S. *et al*. Puerpério: amparo psicológico para mães. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, nov. 2024.

SCHWENGBER, D. D. S.; PICCININI, C. A. O impacto da depressão pós-parto para a interação mãe-bebê. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 403-411, 2003.

SMEHA, L. N.; CALVINO, L. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicologia Argumentada**, n. 27, p. 207-217, 2009.

STELMACHUK, M. S da luz. **Mulheres do século XX*:* memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

THORISDOTTIR I. E. *et al*. Active and Passive Social Media Use and Symptoms of Anxiety and Depressed Mood Among Icelandic Adolescents. **Cyberpsychol Behav Soc Netw**, v. 22, n. 8, p. 535-542, 2019.

TREMOLADA, M.; SILINGARDI, L.; TAVERNA, L. Social Networking in Adolescents: Time, Type and Motives of Using, Social Desirability, and Communication Choices. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 19, n. 4., 2022.

URZEDO, L. F. **Cenário de inserção da mulher no ambiente de trabalho: desafios e trajetória histórica**. 2022. (Trabalho de Conclusão de Curso) -Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

ZANATTA, E.; PEREIRA, C. R. R. Ela enxerga em ti o mundo: a experiência da maternidade pela primeira vez. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 23, n. 4, p. 959-972, dez. 2015.

CAPÍTULO 19

POSSIBILIDADES E DIFICULDADES NAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DE MULHERES NEGRAS EM CARGOS DE LIDERANÇA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE

POSSIBILITIES AND DIFFICULTIES IN THE ACADEMIC AND PROFESSIONAL PATHS OF BLACK WOMEN IN LEADERSHIP POSITIONS IN RECIFE MUNICIPAL SCHOOLS

Maria Juliana dos Santos Farias
Universidade Federal de Pernambuco
Recife- PE
jufarias1402@gmail.com

RESUMO

O presente artigo contempla as possibilidades e dificuldades inerentes às trajetórias de mulheres negras que atuam na Gestão de Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife. Percurso este que foi marcado pelo silenciamento e invisibilidade históricos. Torna-se relevante evidenciar as dificuldades que os marcadores do gênero e classe social impactam nesses itinerários e na escolha pela profissão docente, repercutindo,no contexto contemporâneo, como a atuação dessas mulheres em cargos de liderança educacional pode ser representativa para toda a comunidade escolar na qual está inserida. O método empregado no presente estudo foi o cartográfico, por nos basearmos numa proposta de transversalidade, por meio de um movimento de diálogo entre as realidades das mulheres sujeitos da pesquisa. A abordagem foi qualiquantitativa, utilizando mecanismos como aplicação de formulários do Google Forms e entrevistas semiestruturadas. O objetivo geral foi analisar os desafios e pontos de intersecção nas trajetórias de mulheres negras em cargos de gestão escolar nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife, estabelecendo uma correlação das experiências de vida e os itinerários formativos com os seus contextos de experiência profissional. As mu-

lheres participantes da pesquisa foram gestoras negras de 4 (quatro) escolas da Rede Pública da cidade do Recife. Ao finalizar a pesquisa, foi possível constatar que, as mulheres têm em comum a opção pela docência oriundos de um contexto de pobreza em suas infâncias e todas buscam transformar os marcadores de opressão e subalternidade em vivências que estimulem, no chão das escolas nas quais estão atuando, oportunidades de uma construção pautada em dirimir as desigualdades movidas pelos marcadores de gênero, raça e classe social.

Palavras-chave: Mulheres negras; Interseccionalidade; Educação; Gestão escolar;

ABSTRACT

This article addresses the possibilities and difficulties inherent in the trajectories of black women who work in the Management of Public Schools in the Municipal Network of Recife. This journey has been marked by historical silencing and invisibility. It is important to highlight the difficulties that gender and social class markers have on these itineraries and on the choice of the teaching profession, reflecting, in the contemporary context, how the performance of these women in educational leadership positions can be representative for the entire school community in which they are inserted. The method used in this study was cartographic, as we based it on a proposal of transversality, through a movement of dialogue between the realities of the women subjects of the research. The approach was qualitative and quantitative, using mechanisms such as the application of Google Forms and semi-structured interviews. The general objective was to analyze the challenges and points of intersection in the trajectories of black women in school management positions in schools in the Municipal Education Network of Recife, establishing a correlation between life experiences and training itineraries with their contexts of professional experience. The women participating in the research were black managers of 4 (four) public schools in the city of Recife. At the end of the research, it was possible to confirm that the women have in common the choice of teaching coming from a context of poverty in their childhoods and they all seek to transform the markers of oppression and subalternity into experiences that stimulate, on

the ground of the schools in which they are working, opportunities for a construction based on resolving inequalities driven by markers of gender, race and social class.
Keywords: Black Women;Intersectionality; Education; School Managament.

1. Introdução

Inicialmente, destaca-se que, nos últimos anos, o cenário das relações que envolvem raça e gênero no Brasil vem trilhando mudanças significativas que se configuram como frutos de movimentos coletivos nacionais e internacionais antiescravagistas e antirracistas.

Adicionalmente a essas mobilizações, cabe mencionar que também ocorreram, mais especificamente, movimentos organizados por mulheres negras ativistas no tocante à luta pela garantia dos direitos sociais, tais como: direito a frequentar escolas, direito ao voto e direito à participação em movimentos sindicais e associativos.

Diante desse cenário, percebe-se, no entanto, que a atuação em cargos de gestão em espaços escolares e não escolares por profissionais mulheres e que se autoafirmam negras tem crescido nos últimos anos, o que rompe com alguns padrões que estavam culturalmente presentes em nossa sociedade.

É nesse sentido que Tavolaro (2009) lembra que, em uma sociedade em que diferenças sociais são utilizadas para classificar pessoas, dando uma ideia de que há aspectos de superioridade ou inferioridade entre raças, tais diferenças passam a existir de maneira latente na prática, ganhando relevância.

Assim, ao observar a quebra da hegemonia branca no que se refere ao regime escravocrata, ampliar a discussão para a questão de gênero e observar a ocupação, ainda tímida, dos cargos profissionais de liderança pelas mulheres negras torna-se essencial, uma vez que, segundo pesquisas, as mulheres negras ainda estão em situação desfavorável quanto à colocação no mercado de trabalho.

Durante o estudo, o exemplo mais claro disto é a situação das mulheres negras, “exemplo típico é o caso das mulheres negras, que em todos os indicadores de mercado de trabalho brasileiro se encontram em pior situação: taxas de participação baixas, altas ta-

xas de desemprego (chega a ser 100% superior em relação ao homem branco desempregado) e informalidade (66,7% mais elevada), bem como rendimentos inferiores (74,5% quando comparadas aos homens brancos)" (Both, 2017, p. 16).

O interesse pela temática surgiu a partir da minha atuação como pedagoga em espaços não escolares a partir de 2009, tais como Instituições sociais, organizações não governamentais e escolas de cursos profissionalizantes para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Tais vivências suscitaram, enquanto mulher negra ocupando cargo de liderança na educação, inquietações e desafios quanto ao percurso e à identidade profissional de mulheres negras.

2. Revisão da Literatura

Na educação brasileira, o Ensino Fundamental I geralmente é a etapa de escolarização onde o quantitativo de mulheres predomina, sendo composta por uma maioria expressiva de professoras. Sendo um espaço predominantemente feminino, mostra-se relevante identificar as mulheres negras nesse contexto do Ensino Fundamental, nas modalidades de Anos iniciais, como também dos Anos finais, mais especificamente nos cargos de liderança das escolas.

Ao passo que avançamos nos estudos, fica ainda mais latente a necessidade de ampliar a discussão sobre o processo de ocupação de mulheres negras em cargos de liderança na educação, especificamente em gestão escolar, focando não apenas no âmbito da teoria ou da subjetividade, mas também da realidade de fato, reconhecendo-as como pessoas ativas e participantes de um projeto educacional mais justo e igualitário.

Portanto, "não existe somente uma ideologia de classe no cotidiano escolar. Há também uma ideologia racial e de gênero. Estas ideologias podem ser observadas nas práticas, nos livros didáticos, na formação dos professores/as, nos discursos e nos valores" (Gomes, 1999, p. 2).

A discussão sobre gênero e a questão racial torna-se fundamental quando estas duas temáticas relacionam-se à ocupação de cargos de liderança também como ato político, uma vez que, enquan-

to gestoras de rede pública, atuando junto a comunidades menos favorecidas, cujos estudantes são pertencentes a uma classe social considerada inferior, acabamos assumindo um papel representativo diante da realidade dos discentes atendidos.

Nesse contexto, também deve ser considerada a necessidade de identificar o percurso dessas mulheres que legitimou a chegada ao cargo, bem como abordar a relevância dessa atuação junto aos estudantes atendidos e o modo como essa posição ocupada por elas pode despertar, sobretudo nas discentes, a busca pelo rompimento com uma sociedade desigual.

Essa discussão deve ser fomentada para além do âmbito do cotidiano escolar, não apenas para reproduzir um movimento ou uma pauta específica, como a feminista, uma vez que: “a relação entre política e representação é uma das mais importantes no que diz respeito à garantia de direitos para as mulheres, e é justamente por isso que é necessário rever e questionar quem são esses sujeitos que o feminismo estaria representando”(Ribeiro, 2019, p. 30)

O olhar para as desigualdades no contexto educacional também pressupõe perceber as interseccionalidades que permeiam os processos educativos e o exercício de funções de liderança por profissionais com um itinerário marcado pelo silenciamento e pela invisibilidade.

Nesse intuito, é necessário considerar a interseccionalidade , termo adotado no início do século XXI, a princípio, no mundo acadêmico e por ativistas estadunidenses, como um conceito que se preocupa em entender os diversos marcadores sociais nas vidas das minorias, contemplando as mais variadas dimensões, de tal modo que se propõe que sejam associadas.

Muitas vezes, os novos campos de estudo eram herdeiros de histórias distintas e constructos de conhecimento que explicavam a desigualdade social, e o conceito de raça/classe/gênero desafiava essas abordagens.

Davis (2016, p. 17) afirma que “[...] o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão”. Podemos inferir, a partir do pensamento de Davis, que essa lacuna contribuía para a reprodução do sistema escravocrata, e revela como a

forma de trabalho compulsório ofuscava todos os outros aspectos da vida dessas mulheres escravas, diante do contexto do século XIX.

Os estudos a respeito da atuação de mulheres negras ocupando posições de liderança em gestão escolar foram realizados com o objetivo de contribuir para que ampliemos o nosso olhar acerca das dificuldades enfrentadas por esse grupo,contribuindo para repensar e estabelecer conexões entre as disparidades sociais e econômicas à luz de marcadores como gênero, raça e classe social, além de vizualizar possibilidades que a atuação dessas mulheres podem suscitar no contexto em que atuam.

O entendimento a respeito do processo de elaboração das desigualdades raciais e de gênero torna-se indispensável, visto que comprova a influência da ideologia dos mecanismos discriminatórios no contexto histórico, ao passo que esclarece o quadro de reprodução dessas desigualdades através desses mesmos mecanismos.

No contexto das desigualdades, portanto, a interseccionalidade constitui-se como uma ferramenta analítica que se aplica quando se trata do enfrentamento de problemas sociais. Nesse sentido, Collins (2019, p. 20), acrescenta que: [...] O reconhecimento crescente da desigualdade social global como um fenômeno interseccional e a ascensão do movimento de mulheres negras brasileiras em resposta a desafios específicos, como o racismo, o sexismo e a pobreza, ilustram diferentes usos da interseccionalidade como ferramenta analítica.

Diante desse contexto, nota-se que as mulheres negras brasileiras necessitaram, a partir de suas fragilidades, extrair forças para ocupar lugares e vencer o silenciamento ao qual eram submetidas historicamente. Nesse sentido, Carneiro (2011, p. 112) salienta que “as mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero”.

Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina.

Na Rede Municipal do Recife, 313 das 333 unidades de ensino são lideradas por mulheres e apenas 20 por gestores homens .

Isso evidencia no contexto recifense a tendência nacional, entretanto, percebe-se um desconhecimento de informações quanto ao mapeamento de quantas dessas gestoras se autodeclaram negras.

A Rede Municipal do Recife não possuía, antes desta pesquisa, dados quanto ao mapeamento de mulheres negras ocupantes da função de gestão escolar.

Diante do contexto da cidade do Recife, que possui a maioria das Unidades escolares geridas por pessoas que se autodeclaram do gênero feminino, sendo 313 das 333 Unidades, fica evidenciada a importância de aferir o quanto os itinerários pessoais e formativos dessas mulheres negras, bem como suas narrativas, podem contribuir com o trabalho relacionado às identidades de estudantes negras e de suas comunidades escolares.

Tal lacuna é ainda mais sensível quando lembramos que a escola deve ser um espaço plural e de fomento às discussões sobre as desigualdades e a respeito da necessidade da existência de políticas públicas que combatam o racismo e quaisquer outros estigmas que os(as) estudantes negros(as), maioria da clientela atendida pela Rede Municipal, enfrentam.

É oportuno lembrar que as disparidades observadas quanto à questão do gênero no mercado de trabalho são consideradas entraves no sentido de dar visibilidade às mulheres enquanto seres capazes e cidadãs de direitos.

Nesse sentido, é necessário apontar para um novo rumo, para uma redefinição dos papéis anteriormente atribuídos às mulheres, dentro e fora de casa, devendo-se considerar uma nova divisão sexual/social do trabalho, contrária à reprodução de ideias machistas, sexistas e racistas, desconstruindo, sobretudo através da educação, as construções sociais em torno do gênero.

Isso deve, portanto, significar o rompimento de séculos de um fardo pautado por trabalhos forçados, castigos, estupros e estigmatizações. O discurso sobre as identidades quanto aos aspectos de gênero e raça, presente na estrutura da sociedade, acaba sendo reproduzido em relações no espaço escolar, uma vez que a escola não existe dentro de uma perspectiva da neutralidade, e é diretamente influenciada pelos conflitos e discussões do campo social que perpassam os seus muros.

É relevante pontuar que muitas vezes esses discursos tentam "suavizar" ou justificar a presença de uma mulher professora ou gestora escolar negra em uma unidade educacional. O viés do gênero e da raça com um tom reducionista revela-se entrelaçado nas falas proferidas pela comunidade escolar, em especial por estudantes e pelos próprios pares educacionais, corroborando ações discriminatórias.

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

A pesquisa assumiu o caráter qualiquantitativo por meio da utilização de formulários e entrevistas semiestruturadas. Pretendeu-se, com a elaboração do formulário digital e das entrevistas, viabilizar a coleta de dados de modo que as mulheres negras identificadas em cargos de gestão conseguissem traduzir, a partir de suas histórias de vida, formação e atuação profissional, suas opiniões, percepções, posicionamentos e preferências.

Assim, foi possível evidenciar o espaço ocupado por elas e acentuar a reflexão sobre a importância política desse mecanismo, já que a história nos permite perceber que até muito recentemente as questões de gênero e de raça eram impedimentos para que cargos gerenciais não tivessem sido ocupados por esse perfil de mulher.

No caso deste estudo, ao realizar o mapeamento dentro da "geografia" da Rede Municipal do Recife, no que se refere à localização e à atuação das mulheres negras em cargos de gestão de escolas, e ao debruçarmo-nos sobre a trajetória dessas profissionais, foi possível estabelecer uma relação individual para entender o panorama na sua coletividade, como uma das características do método cartográfico, de modo a evitar a individualização na abordagem.

Os itinerários percorridos pelas mulheres negras da pesquisa, baseados em suas histórias de vida, acadêmicas e profissionais, constituíram-se como pistas que guiaram o trabalho de investigação, o que nos levou a inferir que, para acompanhar processos, seria necessário abrirmos mão inicialmente de ter a totalidade dos procedimentos metodológicos.

Após realizar o mapeamento do quantitativo de mulheres e das raças a que pertencem, segundo suas autodeclarações, observamos os critérios determinantes para que se tornassem participantes da pes-

quisa, tais como ocupar cargo de liderança em escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife e ser negra, entre outras variantes.

4. Considerações Finais

A partir do percurso metodológico e análise dos dados, podemos dimensionar o quanto as mulheres negras tiveram de enfrentar percalços para chegarem à ocupação do espaço de poder e de representatividade diante do contexto escolar e educacional. Percebeu-se ainda que suas trajetórias, permeadas pelo entrecruzamento de marcadores como o gênero, a raça e a classe social, dialogam e de alguma forma se encontram.

Foi possível ainda evidenciar as trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais dessas mulheres, rompendo com os grilhões da invisibilidade e repercutindo a importância dessas lideranças e de sua representatividade no contexto escolar.

O presente estudo sugere a continuidade do olhar voltado às mulheres, suas potencialidades, e de que estas sejam consideradas como sujeitos de direitos, onde os marcadores, sejam eles relacionados ao gênero,raça e classe social não seja um impeditivo para que suas identidades sejam reafirmadas, nem suas potencialidades sejam silenciadas.

Além disso, a proposta desse estudo pretende fomentar a socialização das ações e das práticas exitosas realizadas por mulheres negras que ocupem cargos de liderança educacional, quanto às temáticas da raça, do gênero e da classe social em suas Unidades de ensino.

Referências Bibliográficas

BOTH, Laura Jane Ribeiro Garbini. **A mulher negra em cargos de liderança**: a influência do colonialismo e do feminismo negro nas relações de trabalho da mulher negra. Curitiba: Unibrasil, 2017. v. 27. Disponível em https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3863/3134. Acesso em: 30 out. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Mulheres Negras e Educação: Trajetórias de vida, Histórias de Luta. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 6 e 7, 1999.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TAVOLARO, L. Teoria Social e o (re)conhecimento da raça: dilemas e reflexões. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/183. Acesso em 29 out. 2021.

CAPÍTULO 20

PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE MATERNA NO CONTEXTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

PREVALENCE OF MATERNAL DEPRESSION AND ANXIETY IN THE CONTEXT OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

Jordânea Freitas Ponte
https://orcid.org/0009-0004-6160-4841
Universidade de Fortaleza
Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, Ceará, Brasil.
jordaneapontepsi@gmail.com

Christina César Praça Brasil
https://orcid.org/0000-0002-7741-5349
Universidade de Fortaleza
Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, Ceará, Brasil.
cpraca@unifor.br

Catarina Nívea Bezerra Menezes
http://orcid.org/0000-0003-3894-320X
Universidade de Fortaleza
Curso de psicologia, Fortaleza, Ceará, Brasil.
catarinanivea@unifor.br

Maria Vieira de Lima Saintrain
https://orcid.org/0000-0003-1514-3218
Universidade de Fortaleza
Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, Ceará, Brasil.
mvlsaintrain@yahoo.com.br

Mirna Albuquerque Frota
https://orcid.org/0000-0003-3004-2554
Universidade de Fortaleza
Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, Ceará, Brasil.
mirnafrota@unifor.br

RESUMO

Introdução: O diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) promove grandes transformações no contexto familiar. O impacto dessa notícia altera consideravelmente a dinâmica familiar repercutindo em todos os membros, em especial, na figura materna por assumir as responsabilidades em relação aos cuidados diários e ao tratamento. **Objetivo:** Avaliar a prevalência de depressão e ansiedade materna no contexto da criança com transtorno de espectro autista. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, realizado entre fevereiro e março de 2023, na Policlínica Regional Senador Almir Pinto da 3ª Região de Saúde do estado do Ceará. A população do estudo foi composta por 55 mães de crianças autistas atendidas na referida Policlínica. Aplicou-se um questionário semiestruturado e a Escala Hospitalar para Depressão e Ansiedade (*Hospital Anxiety and Depression Scale*) - HAD. A análise dos dados foi realizada pelo SPSS versão 20. **Resultados**: A média de idade das mães foi de 32,1 ± 6,6 anos, 65,5% (n=36) se autodeclararam de cor branca, 34,5% solteiras, 34,5% casadas, 75,5% têm entre 1 e dois filhos, 72,7% (n=40) não trabalham fora de casa. Foi evidenciada alta prevalência de ansiedade (75%; n=41) e depressão (65,5%; n=36). Na análise bivariada, não houve associação entre o nível de ansiedade e de depressão com as demais variáveis investigadas. **Conclusão:** Alerta-se para a alta prevalência de ansiedade e depressão em mães de crianças com TEA, que configura um problema de saúde pública. Diante disso, destaca-se a importância do desenvolvimento de políticas e programas de intervenção que forneçam o suporte adequado para o cuidado psicológico dessas mães.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Ansiedade. Depressão.

ABSTRACT

Introduction: The diagnosis of Autism Spectrum Disorder (ASD) promotes major changes in the family context. The impact of this news considerably alters family dynamics, affecting all members, especially the maternal figure, who assumes responsibilities regarding daily care and treatment. Objective: To assess the prevalence of maternal depression and anxiety in the context of children with autism spectrum disorder. Methodology: This is a cross-sectional study, car-

ried out in February and March 2023, at the Senador Almir Pinto Regional Polyclinic of the 3rd Health Region of the state of Ceará. The study population consisted of 55 mothers of autistic children treated at the aforementioned Polyclinic. A semi-structured questionnaire and the Hospital Anxiety and Depression Scale (HAD) were applied. Data analysis was performed using SPSS version 20. Results: The mean age of the mothers was 32.1 ± 6.6 years, 65.5% (n=36) self-reported as white, 34.5% were single, 34.5% were married, 75.5% had between 1 and 2 children, and 72.7% (n=40) did not work outside the home. A high prevalence of anxiety (75%; n=41) and depression (65.5%; n=36) was evidenced. In the bivariate analysis, there was no association between the level of anxiety and depression and the other variables investigated. Conclusion: The high prevalence of anxiety and depression in mothers of children with ASD is noteworthy, as it constitutes a public health problem. In view of this, the importance of developing policies and intervention programs that provide adequate support for the psychological care of these mothers is highlighted.
Keywords: Autism Spectrum Disorder. Anxiety. Depression.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem como características o prejuízo persistente na comunicação social recíproca, na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. É um transtorno do neurodesenvolvimento, geralmente identificado por volta dos 2 a 3 anos de idade, mas, em alguns casos, dependendo da severidade dos sintomas, tende a ser diagnosticado ainda mais cedo. No entanto, muitas vezes esse diagnóstico é feito de forma tardia. Na adolescência, ou até na idade adulta. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que aproximadamente 1% da população mundial esteja dentro do espectro do autismo. A prevalência é quatro vezes mais em meninos que em meninas, cerca de 1 em cada 59 crianças norte-americanas está no espectro autista (WHO, 2018).

O tratamento deve ser conduzido por uma equipe multiprofissional formada por neuropediatras e psiquiatras infantis, psicólo-

gos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, pedagogos, educadores físicos, dentre outros. Quanto mais cedo o diagnóstico e mais rápido o início do tratamento individualizado, maiores as chances de a criança evoluir e desenvolver as habilidades requeridas. As principais modalidades terapêuticas utilizadas são: psicoeducação, suporte e orientação de pais, grupos de apoio, mediação escolar, acompanhante terapêutico, terapia comportamental, fonoaudiologia, treinamento de habilidades sociais, medicação, terapia ocupacional e terapia de reorganização sensorial (Gaiato et al., 2018).

O diagnóstico de autismo promove grandes transformações no contexto familiar que precisa se adaptar a uma nova realidade repleta de desafios e restrições. O impacto dessa notícia altera consideravelmente a dinâmica familiar repercutindo em todos os membros, em especial, na figura materna que geralmente assume as responsabilidades em relação aos cuidados diários e ao tratamento. Essa fase inicial é permeada de incertezas, dúvidas, receios, inseguranças e sentimentos de tristeza, angústia, medo, ansiedade, frustração e negação. O anúncio traz consigo inúmeros questionamentos, uma gama elevada de novas informações sobre o TEA, a constatação de que as coisas jamais serão como antes e a revelação de que um novo caminho escuro e desconhecido terá que ser trilhado (Maciel; Vieira, 2020)de sua relação coparental. Essa investigação caracteriza-se como de caráter exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa. Participaram nove casais, pais (n=9.

Nesse contexto, os pais passam por um processo doloroso de luto por não ter o filho que foi idealizado e planejado em suas mentes e em seus corações ao mesmo tempo em que precisam buscar com urgência terapias apropriadas no sistema de saúde disponível em sua região, obedecendo à rotina exaustiva de terapias, de idas e vindas às unidades de saúde, somadas à dependência e falta de autonomia do filho. Os sintomas do próprio transtorno contribuem para o maior isolamento social das famílias de autistas. As limitações do quadro clínico e os comportamentos autísticos considerados socialmente inapropriados dificultam o convívio social, geram situações de constrangimento e discriminação, fazendo com que os pais prefiram permanecer em seus lares ou acompanhados por outras pessoas e famílias que vivem as mesmas dificuldades e compreendem as ati-

tudes dos seus filhos com naturalidade, empatia e tolerância (Oliveira *et al.*, 2020).

Os fantasmas em relação ao futuro não demoram a invadir as suas mentes e cenários ameaçadores passam a povoar seus pensamentos. Quem vai cuidar do meu filho quando eu morrer? Ele vai conseguir ser independente? Quanto ele vai conseguir evoluir? E se eu adoecer? A elevação do nível de ansiedade repercute na relação pais e filho, podendo impactar na evolução da criança. Nessa perspectiva, os serviços de saúde precisam desenvolver atividades específicas voltadas ao cuidado desses pais como forma de fortalecer a rede de apoio e contribuir para o processo de desenvolvimento das crianças com TEA, pois a saúde física e mental dos pais impacta nos resultados do tratamento dos filhos (Maciel Portes; Vieira, 2020) de sua relação coparental. Essa investigação caracteriza-se como de caráter exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa. Participaram nove casais, pais (n=9. Segundo Öz Yüksel e Nasiroğlu (2020), quanto maior a sintomatologia do autismo, associada a um número maior de transtornos psiquiátricos na criança com autismo, maior é o risco para depressão materna e comprometimento da qualidade de vida (Oz, Yuksel, & Nasiroglu, 2019).

Diante do exposto, justifica-se a realização desta pesquisa, devido à ansiedade e a depressão poderem ter um impacto significativo na qualidade de vida das mães de crianças com TEA. Esses transtornos podem afetar a saúde física e mental, o bem-estar emocional, as relações sociais e a capacidade de cuidar da criança. Assim, apresentar evidências sobre o tema pode contribuir para conhecimento e redução do problema em questão. Portanto, objetivou-se avaliar a prevalência de depressão e ansiedade materna no contexto da criança com transtorno de espectro autista.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo transversal descritivo com coleta de dados foi realizada no período de 17 de fevereiro a 31 de março de 2023.

A pesquisa foi desenvolvida na Policlínica Regional Senador Almir Pinto, responsável pelo atendimento da atenção especializada dos municípios da 3ª Região de Saúde do estado do Ceará. A popula-

ção foi composta por 55 mães de crianças autistas atendidas na Policlínica Regional Senador Almir Pinto. As crianças são acolhidas no Núcleo de Estimulação Precoce de um serviço público de saúde e recebem também atendimentos de psicologia, terapia ocupacional e fonoaudiologia. Este serviço é responsável pelo atendimento dos municípios da 3ª Região de Saúde do Estado do Ceará. Algumas dessas mães, eventualmente, fazem terapia de grupo. A maioria não dispõe de tempo para atendimento psicológico individual, dada a demanda excessiva com seus filhos. O recrutamento das mães deu-se por meio de cartazes fixados na sala de espera da policlínica, além do convite realizado durante o atendimento de seus filhos no referido Núcleo. Destaca-se que o estudo se iniciou mediante a autorização da instituição através de carta de anuência.

Aplicou-se um questionário semiestruturado, com perguntas, fechadas e no formato de resposta sim e não e de múltipla escolha, para coleta dos dados das mães e das crianças. Foram coletadas as variáveis: a) sociodemográficas como: idade, sexo, escolaridade, renda, estado civil, naturalidade e ocupação. Além de questões com base no modelo do prontuário da criança (idade do filho, tempo de descoberta da doença, tempo de tratamento, além das comorbidades que a criança possui a fim de possibilitar o cruzamento dos dados; b) dados sobre saúde (doenças autorreferidas); e, c) percepção de saúde atual (excelente, razoável, ruim), e do último ano (melhor, igual ou pior).

Para avaliar o nível de depressão e ansiedade, foi aplicada a Escala Hospitalar para Depressão e Ansiedade (*Hospital Anxiety and Depression Scale*) - HAD. Validada para a população brasileira por Botega *et al.* (1995). A escala é composta de 14 questões autoaplicáveis de múltipla escolha divididas em duas subescalas, de depressão e ansiedade. A escala HAD apresenta pontuação global de 0 a 21 em cada subescala, sendo que 0 corresponde ao menor índice de depressão e 21 ao maior índice. O ponto de corte para ansiedade foi de ≥ 8 e para depressão ≥ 9 (Botega *et al.*, 1995).

Os dados foram analisados por meio do Programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), na análise descritiva foram apresentadas as frequências absolutas (n) e relativas (%), e as variáveis numéricas por meio da média ± Desvio Padrão (DP). Este estudo foi

aprovado pelo comitê de ética da Universidade de Fortaleza com parecer de n° 5.885.070. Ressalta-se que a concordância das mães em participar da pesquisa foi mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

Sobre as variáveis sociodemográficas, verificou-se que a média de idade das mães foi de 32,1 ± 6,6 anos, 65,5% (n=36) se autodeclararam de cor branca, 34,5% (n=19) são mães solteiras, 34,5% (n=19) são casadas, 75,5% (n=42) tem entre 1 e dois filhos, 72,7% (n=40) não trabalham fora de casa.

Tabela 1. Distribuição das variáveis sociodemográficas das mães. Maracanaú, Ceará, Brasil, 2023.

Variável	N	%	**Média** ± DP
Idade da mãe			32,1 ± 6,6
≤ 30 anos	24	43,6	
> 30 anos	31	56,4	
Cor (autodeclarada)			
Amarela	1	1,8	
Branca	36	65,5	
Parda	18	32,7	
Quantidade de Filhos			
1-2	42	75,5	
3-4	10	19,1	
5 ou mais	3	5,4	
Estado Civil			
Casado(a)	19	34,5	
Divorciado(a)	6	10,9	
Solteiro(a)	19	34,5	
União Estável	11	20,0	
Trabalha fora de casa			
Sim	15	27,3	
Não	40	72,7	

Fonte: dados da pesquisa.

Referente as características dos filhos, a média de idade foi de 3,6 ± 1,1 anos, sendo a maioria do sexo masculino. 80% (n=44). Em maior proporção, 62% (n=31) apresenta birra com muita frequência, 89,1% (n=49) se desorganizam quando há mudanças de rotina ou são contrariados, 80% (n=44) são resistentes a frustração, 54,5% (n=30) são agressivas quando contrariadas, 60% (n=33) respondem de forma agitada em caso de situações imprevisíveis, 45,9% (n=17) possuem seletividade alimentar em nível médio, 96,4% (n=53) não praticam atividade física, 90,9% (n=50) estudam, 50,9% (n=28) dormem bem. 37 (80%) crianças usam medicamento, destes, 21 (60%) usam risperidona. 94,5% (n=52) conseguem se comunicar e 52,7% (n=29) utilizam a comunicação não verbal (Tabela 2).

Tabela 2. Características dos filhos com TEA. Maracanaú, Ceará, Brasil, 2023.

Variável	**n**	**%**	**Média** ± DP
Idade			3,6 ± 1,1
2	7	12,7	
3	23	41,8	
4	13	23,6	
5	9	16,4	
6	3	5,5	
Sexo			
Feminino	11	20,0	
Masculino	44	80,0	
Comorbidade ou transtorno associado (n=20)			
Convulsões	8	45,0	
Atraso no neurodesenvolvimento	8	40,0	
Outros	4	15,0	
Apresenta birra (n=50)			
Muito frequente	31	62,0	
Pouco frequente	19	38,0	
Situações costumam desorganizar a criança			
Barulho	6	10,9	
Mudança de rotina ou contrariado	49	89,1	

Resistência à frustação			
Sim	44	80,0	
Não	10	18,2	
Não informado	1	1,8	
Reação quando contrariada			
Agressiva	30	54,5	
Chora	25	45,5	
Resposta diante de situações imprevisíveis			
Agitado	33	60,0	
Não agitado	22	40,0	
Seletividade alimentar (n=37)			
Alto	13	35,1	
Médio	17	45,9	
Baixo	7	18,9	
Prática de atividade física			
Sim	2	3,6	
Não	53	96,4	
Estuda			
Sim	50	90,9	
Não	5	9,1	
Qualidade do sono			
Dorme bem	28	50,9	
Não dorme bem	27	49,1	
Uso de medicamento			
Sim	35	63,6	
Não	19	34,5	
Não informado	1	1,8	
Tipo de medicamento (n=35)			
Risperidona	21	60,0	
Melatonina	2	5,7	
Depakene	1	2,9	
Depakene e Amato	1	2,9	
Depakene e neuroleptil	1	2,9	
Fenorbital	1	2,9	
não soube informar	1	2,9	

Neuroleptil	1	2,9	
Respiridona e cabamazepina	1	2,9	
Risperidona e ácido valproico	1	2,9	
Risperidona e clonazepam gotas	1	2,9	
Risperidona e depakene	1	2,9	
Risperidona, Clobazan e neuroleptil	1	2,9	
Risperidora e Neosine	1	2,9	
Finalidade do medicamento (n=35)			
Para dormir	28	80,0	
Outras patologias	7	20,0	
Consegue se comunicar			
Sim	52	94,5	
Não	3	5,5	
Tipo de comunicação			
Verbal	26	47,3	
Não verbal	29	52,7	
Utiliza comunicação alternativa			
Sim	34	61,8	
Não	21	38,2	
Tipo de comunicação alternativa (n=34)			
Aponta	16	46,5	
Leva a mãe até o objeto	11	32,0	
Gesticula	7	20,5	

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação às alterações de humor autorrelatadas pelas mães, 80% (n=44) afirmam ter tempo suficiente para cuidar do(s) filho(s), 78,3% (n=43) fica ansiosa/nervosa em caso de choro ou dificuldade da criança para dormir, 56,4% tiveram alegria nos últimos 3 meses. No entanto, 87,3% (n=48) e 85,5% (n=47) tiveram pensamentos ruminativos e sentem tristeza habitualmente respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3. Alterações de humor autorrelatadas pelas mães. Maracanaú, Ceará, Brasil, 2023.

Variável	n	%
Tempo suficiente para cuidar do(s) filho(s)		
Sim	44	80,0
Não	11	20,0
Fica ansiosa/nervosa em caso de choro ou dificuldade da criança para dormir		
Sim	43	78,2
Não	12	21,8
Alegria nos últimos três meses		
Sim	31	56,4
Não	24	43,6
Pensamentos ruminativos		
Sim	48	87,3
Não	7	12,7
Tristeza habitualmente		
Sim	47	85,5
Não	8	14,5

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com itens avaliados pela escala HAD descritos na tabela 4, foi evidenciada alta prevalência de ansiedade (75%; n=41) e depressão (65,5%; n=36).

Tabela 4. Distribuição dos itens avaliado pela escala HAD. Maracanaú, Ceará, Brasil, 2023.

Variáveis	n	%
Eu me sinto tensa (o) ou contraída(o)		
De vez em quando (1)	34	61,8
Boa parte do tempo (2)	10	18,2
A maior parte do tempo (3)	11	20,0
Eu ainda sinto que gosto das mesmas coisas de antes		
Sim, do mesmo jeito que antes (0)	6	10,9
Não tanto quanto antes (1)	24	43,6
Só um pouco (2)	22	40,0
Já não consigo ter prazer em nada (3)	3	5,5

Eu sinto uma espécie de medo, como se algum coisa ruim fosse acontecer		
Um pouco, mas isso não me preocupa (1)	27	49,1
Sim, mas não tão forte (2)	9	16,4
Sim, de jeito muito forte (3)	19	34,5
Dou risada e me divirto quando vejo coisas engraçadas		
Do mesmo jeito que antes (0)	21	38,2
Atualmente um pouco menos (1)	20	36,4
Atualmente bem menos (2)	11	20,0
Não consigo mais (3)	3	5,5
Estou com a cabeça cheia de preocupações		
Raramente (0)	1	1,8
De vez em quando (1)	17	30,9
Boa parte do tempo (2)	9	16,4
A maior parte do tempo (3)	28	50,9
Eu me sinto alegre		
A maior parte do tempo (0)	6	10,9
Muitas vezes (1)	13	23,6
Poucas vezes (2)	35	63,6
Nunca (3)	1	1,8
Consigo ficar sentado à vontade e me sentir relaxado		
Nunca (0)	6	10,9
Poucas vezes (1)	3	5,5
Muitas vezes (2)	41	74,5
Nunca (3)	5	9,1
Eu estou lenta(o) para pensar e fazer coisas		
Nunca (0)	5	9,1
Poucas vezes (1)	25	45,5
Muitas vezes (2)	7	12,7
Sim, quase sempre (3)	18	32,7
Eu tenho uma sensação ruim de medo, como um frio na barriga ou um aperto no estomago		
Nunca (0)	6	10,9
De vez em quando (1)	34	61,8
Muitas vezes (2)	8	14,5
Quase sempre (3)	7	12,7

Eu perdi o interesse em cuidar da minha aparência		
Me cuido do mesmo jeito que antes (0)	5	9,1
Talvez não tanto quanto antes (1)	18	32,7
Não estou mais me cuidando como eu deveria (2)	28	50,9
Completamente (3)	4	7,3
Eu me sinto inquieta(o), como se eu não pudesse ficar parada(o) em lugar nenhum		
Não me sinto assim (0)	12	21,8
Um pouco (1)	22	40,0
Bastante (2)	11	20,0
Sim, demais (3)	10	18,2
Fico animada(o) esperando animado as coisas boas que estão por vir		
Do mesmo jeito que antes (0)	11	20,0
Um pouco menos que antes (1)	18	32,7
Bem menos que antes (2)	23	41,8
Quase nunca (3)	3	5,5
De repente, tenho a sensação de entrar em pânico		
Não senti isso (0)	16	29,1
De vez em quando (1)	29	52,7
Várias vezes (2)	7	12,7
Quase todo momento (3)	3	5,5
Consigo sentir prazer quando assisto a um bom programa de televisão, de rádio ou quando leio alguma coisa		
Quase sempre (0)	12	21,8
Várias vezes (1)	9	16,4
Poucas vezes (2)	21	38,2
Quase nunca (3)	13	23,6

Fonte: dados da pesquisa.

DISCUSSÃO

Este estudo buscou avaliou os níveis de depressão e ansiedade materna no contexto do autismo. O TEA tem como características prejuízos na comunicação social recíproca, na interação social, o qual geralmente é identificado e diagnosticado por volta dos 2 a 3 anos de idade. O diagnóstico de autismo desencadeia mudanças no âmbito familiar, que precisa se adaptar a uma nova realidade perme-

ada por desafios e restrições. Com o diagnóstico, mudanças consideráveis alteram a dinâmica familiar em relação em todos os membros, principalmente no que se refere às mães, que na maioria das vezes assumem as responsabilidades em relação aos cuidados diários e ao tratamento. Em consequência, surgem as incertezas, dúvidas, receios, inseguranças, o que podem desencadear o adoecimento mental (Paula *et al.*, 2020).

No tocante ao perfil sociodemográfico, verificou-se que a média de idade das mães foi de 32,1 ± 6,6 anos, tem entre 1 e dois filhos e não trabalham fora de casa e 56,4% (n=31). Corroborando com este perfil, outros estudos caracterizam semelhanças em relação ao encontrado neste estudo, destacadamente no que se refere à idade, estado civil, número de filhos e não trabalhar fora de casa como evidenciado por uma revisão sistemática que avaliou diferentes pesquisas realizadas em 15 países com população materna (Schnabel *et al.*, 2020) Assim como verificado em estudos realizados no Brasil (Cai; Uljarević; Leekam, 2020; Cunha *et al.*, 2022; Silva et al.,, 2020)

Relatos anteriores de Estanieski e Guarany (2015) e Balestro e Fernandes (2012), evidenciaram em seus estudos com pais de crianças com TEA, que a tarefa de cuidar dos filhos é de responsabilidade da mãe, onde elas assumem o papel de cuidadoras, o que também corrobora com os resultados deste estudo (Balestro; Fernandes, 2012; Estanieski; Guarany, 2015). Além disso, tais achados se alinham ao padrão de famílias brasileiras, ficando a tarefa de cuidar dos filhos, a cargo das mães ou mulheres do lar (Perdomo; Cantillo-Medina; Perdomo-Romero, 2022)

Referente as características dos filhos, a média de idade foi de 3,6 ± 1,1 anos, sendo a maioria do sexo masculino 80%. Em maior proporção, 62% apresentam birra com muita frequência, 89,1% se desorganizam quando há mudanças de rotina ou são contrariados. A maioria faz tratamento farmacológico e utilizam a comunicação não verbal. A caracterização encontrada na presente pesquisa é condizente com a descrita na literatura. De acordo com a OMS cerca de 70 milhões de pessoas o que equivale entre 1 e 2% da população mundial, encontra-se dentro do espectro do autismo, no entanto a maioria possui diagnóstico desconhecido ou inconclusivo, onde a idade em que se conhece e inicia-se o tratamento é entre 3 e 4 anos (Baio *et*

al., 2020)No cenário brasileiro, a prevalência é de 27,2 crianças diagnosticadas com TEA para cada 10.000, sendo diagnosticadas por volta dos 4 anos (Girianelli et al., 2023)

A respeito do atípico comportamento de crianças autistas, este dependerá do nível em que ela se encontra, que podem ser: comportamentos inflexíveis e dificuldade extrema em lidar com mudanças, padrões repetitivos e restritivos, medo, menor tolerância à mudança, dificuldades em compreender e seguir regras, impulsividade, desatenção, fuga e comportamentos agressivos. Além de baixa habilidade interpessoal na interação com outras crianças e com a própria família, o que leva a formas de comunicação alternativa, como por exemplo a não verbal (Falcão *et al.*, 2022). Também condiz com a literatura que o uso de risperidona é comum em crianças com TEA que fazem uso de medicamentos (Alves; Monteiro; Souza, 2020).

Sobre as alterações de humor autorrelatadas pelas mães, 80% (n=44) afirmam ter tempo suficiente para cuidar do (s) filho(s), 78,3% (n=43) fica ansiosa/nervosa em caso de choro ou dificuldade da criança para dormir, 56,4% tiveram alegria nos últimos 3 meses. No entanto, 87,3% (n=48) e 85,5% (n=47) tiveram pensamentos ruminativos e sentiram tristeza habitualmente respectivamente. Em consonância, uma pesquisa realizada por Ang e Loh (2019) com 106 mães e 97 pais de crianças com TEA, os níveis de estresse materno foram maiores que dos pais (Ang; Loh, 2019). Níveis elevados de estresse, depressão e ansiedade em mães e pais de crianças autistas têm apresentado associação com problemas de comportamento dos filhos (Bitsika; Sharpley, 2020). Diante desses achados, entende-se que essas mães tendem a desenvolver alterações de humor e consequentemente sofrimento psíquico.

Mães de crianças com TEA são propensas a apresentar piores desfechos em saúde mental e em qualidade de vida em relação a outras mães. Além de ser comum que essas relatem dificuldades na maternidade, problemas em relacionamentos interpessoais e pouco apoio social, assim como altos níveis de estresse, já que historicamente assumem uma carga maior de responsabilidade como cuidadoras primárias (Kulasinghe; Whittingham; Mitchell, 2021).

A experiência de ter um filho com TEA coloca os pais diante de uma nova realidade, que requer adaptação psíquica, reestrutura-

ção da vida familiar, econômica e social. A espera do nascimento de uma criança, gera na família expectativas e idealizações, e quando os pais se deparam com o diagnóstico do filho, essas expectativas de como será a criança se tornam mais intensas e confusas, que somadas a medos e incertezas, são potenciais agravantes para estresse, ansiedade ou depressão, que podem resultar em baixa qualidade de vida destes, e do próprio filho, uma vez que a dinâmica familiar é alterada (Cunha *et al.*, 2022).

De acordo com itens avaliados pela escala HAD, no presente estudo foi evidenciada elevada prevalência de ansiedade (75%) e depressão (65,5%) materna. Tais transtornos nesta população é um tema que vem sendo evidenciado na literatura científica recente, em virtude deste público enfrentar um risco aumentado de depressão e ansiedade. Uma revisão sistemática que analisou 41 estudos que avaliaram a prevalência de ansiedade e depressão em mães de crianças com autismo, apontam que a prevalência de ansiedade em mães de crianças autistas foi de 39,2%, enquanto a prevalência de depressão foi de 31,5%. Os autores destacaram que esses valores são significativamente mais altos do que as taxas de ansiedade e depressão em mães de crianças sem autismo (Schnabel *et al.*, 2020).

Outro estudo, essa prevalência em diferentes contextos culturais, incluindo países como Reino Unido, Estados Unidos, Índia, Paquistão e Nigéria. Os resultados mostraram que a prevalência de ansiedade variou de 23,5% a 80,8%, enquanto a prevalência de depressão variou de 10,8% a 77,8%. Além disso, os autores observaram que a prevalência de ansiedade e depressão em mães de crianças autistas foi influenciada por fatores culturais, como crenças e valores em relação à saúde mental (Vernhet *et al.*, 2019).

Em relação ao cenário Brasileiro, Souza et al. (2021) verificou em sua pesquisa que as mães demonstraram prevalência de 26,1% de ansiedade e 17,4% de depressão(Souza *et al.*, 2021). Já Alves et al. (2022) que objetivou investigar a presença e a intensidade de estresse, depressão e ansiedade em mães de crianças com TEA, evidenciou que as mães são afetadas significativamente pelo estresse, bem como sintomas depressivos e de ansiedade(Alves; Gameiro; Biazi, 2022).

Algumas das preocupações comuns que podem contribuir para a ansiedade e a depressão em mães de crianças com TEA in-

cluem a dificuldade em lidar com os comportamentos desafiadores da criança, a coordenação de terapias e cuidados médicos, a preocupação com o futuro da criança e a percepção de que o filho é diferente dos outros. Além disso, as mães muitas vezes experimentam isolamento social devido ao tempo e compromisso exigidos no cuidado da criança com TEA, o que pode acentuar a sensação de solidão e desamparo. Diante disso, entende-se que a ansiedade e depressão são problemas de saúde mental que podem afetar negativamente a qualidade de vida das mães de crianças com TEA. A ansiedade pode levar a preocupações excessivas e medo do futuro, enquanto a depressão pode causar sentimentos de tristeza, perda de interesse e baixa autoestima, esses problemas podem afetar a capacidade da mãe de cuidar da criança com TEA e, por sua vez, ter um impacto negativo no desenvolvimento e bem-estar da criança (Ang; Loh, 2019).

É relevante que as mães de crianças com TEA tenham acesso a suporte adequado para lidar com esses problemas de saúde mental, isso pode incluir terapia individual ou em grupo, programas de treinamento de habilidades de enfrentamento e grupos de apoio. Além disso, é imprescindível que as mães tenham tempo para cuidar de si mesmas e participar de atividades que promovam seu bem-estar emocional (Weitlauf *et al.*, 2020).

Ademais, são reconhecidas algumas limitações no presente estudo, como a mostra reduzida e por conveniência, o que dificulta a generalização dos resultados. Contudo, acredita-se que os dados desta pesquisa possam contribuir para a discussão do tema e incentivar a criação de medidas que mitiguem a problemática estudada.

CONCLUSÃO

A criação de uma criança com TEA pode ser um desafio emocional especialmente para as mães, que além das preocupações típicas de qualquer mãe, aquelas que cuidam de uma criança com TEA muitas vezes enfrentam estressores adicionais, como o gerenciamento de comportamentos desafiadores e a coordenação de terapias e cuidados médicos. Esses fatores podem aumentar o risco de depressão e ansiedade materna, embora seja válido destacar que cada indivíduo é único e a experiência pode variar, é crucial abordar

as questões de saúde mental enfrentadas pelas mães de crianças com TEA, a fim de fornecer suporte adequado e promover o bem-estar geral da família.

Ademais, alerta-se para a alta prevalência de ansiedade e depressão em mães de crianças com TEA, que configura um problema de saúde pública. Diante disso, destaca-se o desenvolvimento de políticas e programas de intervenção que forneçam o suporte adequado para o cuidado psicológico dessas mães, considerando que o tratamento desses problemas de saúde mental pode ajudar a melhorar a qualidade de vida das mães, bem como promover um ambiente mais saudável para a criança com TEA.

REFERÊNCIAS

ALVES, Julia Secatti; GAMEIRO, Ana Cristina Polycarpo; BIAZI, Paula Hisa Goto. Estresse, depressão e ansiedade em mães de autistas: Revisão nacional. **Revista Psicopedagogia**, [*s. l.*], v. 39, n. 120, 2022. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v39n120a11.pdf.

ALVES, Letícia Eleutério; MONTEIRO, Bruno Massayuki Makimoto; SOUZA, José Carlos. Comparação da classificação dos transtornos do desenvolvimento infantil por meio do DSM-5, CID-10 e CID-11. **Research, Society and Development**, [*s. l.*], v. 9, n. 10, p. e6579109058, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9058.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. [*S. l.: s. n.*], 2014.

ANG, Karen Qian Ping; LOH, Pek Ru. Mental Health and Coping in Parents of Children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Singapore: An Examination of Gender Role in Caring. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, [*s. l.*], v. 49, n. 5, p. 2129–2145, 2019. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/s10803-019-03900-w.

BAIO, Jon *et al.* Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2016. **MMWR Surveillance Summaries**, [*s. l.*], v. 69, n. 16, p. 503, 2020. Disponível

em: http://www.cdc.gov/mmwr/volumes/69/wr/mm6916a4.htm?s_cid=mm6916a4_w.

BALESTRO, Juliana Izidro; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. Questionário sobre dificuldades comunicativas percebidas por pais de crianças do espectro do autismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, [*s. l.*], v. 17, n. 3, p. 279–286, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342012000300008&lng=pt&tlng=pt.

BITSIKA, Vicki; SHARPLEY, Christopher F. Age-related differences in the association between autistic sons' challenging behaviour and maternal anxiety and depression: implications for counsellors. **British Journal of Guidance & Counselling**, [*s. l.*], v. 48, n. 3, p. 406–417, 2020. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03069885.2020.1750561.

BOTEGA, Neury J. *et al.* Transtornos do humor em enfermaria de clínica médica e validação de escala de medida (HAD) de ansiedade e depressão. **Revista de Saúde Pública**, [*s. l.*], v. 29, n. 5, p. 359–363, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000500004&lng=pt&tlng=pt.

CAI, Ru Ying; ULJAREVIĆ, Mirko; LEEKAM, Susan R. Predicting Mental Health and Psychological Wellbeing in Mothers of Children with Autism Spectrum Disorder: Roles of Intolerance of Uncertainty and Coping. **Autism Research**, [*s. l.*], v. 13, n. 10, p. 1797–1801, 2020. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aur.2341.

CUNHA, Beatriz Ferreira *et al.* As repercussões emocionais em pais com filhos do Transtorno do Espectro Autista. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [*s. l.*], v. 15, n. 11, p. e11129, 2022. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/11129.

ESTANIESKI, Ingrid Ioost; GUARANY, Nicole Ruas. Qualidade de vida, estresse e desempenho ocupacional de mães cuidadoras de crianças e adolescentes autistas. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [*s. l.*], v. 26, n. 2, p. 194, 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/84621.

FALCÃO, Sheila Maria Alves de Carvalho *et al.* O papel do enfermeiro na detecção precoce do Transtorno do Espectro Autista infantil. **Research, Society and Development**, [*s. l.*], v. 11, n. 16, p.

e238111638013, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38013.

GIRIANELLI, Vania Reis *et al.* Diagnóstico precoce do autismo e outros transtornos do desenvolvimento, Brasil, 2013–2019. **Revista de Saúde Pública**, [*s. l.*], v. 57, n. 1, p. 21, 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/210325.

KULASINGHE, Kavindri; WHITTINGHAM, Koa; MITCHELL, Amy E. Mental health, broad autism phenotype and psychological inflexibility in mothers of young children with autism spectrum disorder in Australia: A cross-sectional survey. **Autism**, [*s. l.*], v. 25, n. 5, p. 1187–1202, 2021. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1362361320984625.

MACIEL PORTES, João Rodrigo; VIEIRA, Mauro Luís. COPARENTALIDADE NO CONTEXTO FAMILIAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. **Psicologia em Estudo**, [*s. l.*], v. 25, 2020. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/44897.

MAYRA GAIATO, Gustavo Teixeira. **Reizinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis**. [*S. l.: s. n.*], 2018.

OLIVEIRA, Rogério Nazário *et al.* O Autismo no Contexto Familiar. **Brazilian Journal of Development**, [*s. l.*], v. 6, n. 1, p. 3065–3076, 2020. Disponível em: http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/6244/5540.

OZ, BUSRA; YUKSEL, TUGBA; NASIROGLU, SERHAT. Depression-anxiety symptoms and stigmatization perception in mothers of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder. **Archives of Neuropsychiatry**, [*s. l.*], v. 293, n. 5830, p. 307–9, 2019. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7024823.

PAULA, Fernanda Mendes *et al.* Transtorno do Espectro do Autismo: impacto no comportamento alimentar. **Brazilian Journal of Health Review**, [*s. l.*], v. 3, n. 3, p. 5009–5023, 2020. Disponível em: http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/10562/8821.

PERDOMO, Claudia Andrea Ramírez; CANTILLO-MEDINA, Claudia Patricia; PERDOMO-ROMERO, Alix Yaneth. Competência do cuidar e seu impacto na qualidade de vida de cuidadores. **Acta Paulista de Enfermagem**, [*s. l.*], v. 35, 2022. Disponível em: https://acta-ape.org/

article/competencia-do-cuidar-e-seu-impacto-na-qualidade-de-vida-de-cuidadores/.

SCHNABEL, Alexandra *et al.* Psychopathology in parents of children with autism spectrum disorder: A systematic review and meta-analysis of prevalence. **Autism**, [*s. l.*], v. 24, n. 1, p. 26–40, 2020. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1362361319844636.

SILVA, FRANCISCO VALTER MIRANDA, BRITO, CLAUDIANA BATISTA DE, RIBEIRO, ALINE BARBOSA, MESQUITA, ERIANY DE LIMA, CRISPIM, ROSELLY BARROS, Nunes Paula Pessoa. Qualidade de vida dos cuidadores familiares de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Ciências & Cognição**, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 117–126, 2020.

SOUZA, Erica Teles de *et al.* Efeito Preditivo de Características Comportamentais sobre Ansiedade e Depressão em Mães de Crianças com Autismo / Predictive Effect of Behavioral Characteristics on Anxiety and Depression in Mothers of Children with Autism. **Brazilian Journal of Development**, [*s. l.*], v. 7, n. 8, p. 79978–79992, 2021. Disponível em: https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/34335.

VERNHET, Christelle *et al.* Coping strategies of parents of children with autism spectrum disorder: a systematic review. **European Child and Adolescent Psychiatry**, [*s. l.*], v. 28, n. 6, p. 747–758, 2019.

WEITLAUF, Amy S. *et al.* Mindfulness-Based Stress Reduction for Parents Implementing Early Intervention for Autism: An RCT. **Pediatrics**, [*s. l.*], v. 145, n. Supplement_1, p. S81–S92, 2020. Disponível em: https://publications.aap.org/pediatrics/article/145/Supplement_1/S81/11567/Mindfulness-Based-Stress-Reduction-for-Parents.

CAPÍTULO 21

RESSIGNIFICANDO O FEMININO: CORPO, DESEJO E ESCRITA COMO RESISTÊNCIA E MULTIPLICIDADE

RESIGNIFYING THE FEMININE: BODY, DESIRE, AND WRITING AS RESISTANCE AND MULTIPLICITY

Elizabeth Fátima Teodoro
Universidade Federal de São João del Rei
São João del Rei – Minas Gerais
https://orcid.org/0000-0003-0977-7265
elektraliz@yahoo.com.br

Wilson Camilo Chaves
Universidade Federal de São João del Rei
São João del Rei – Minas Gerais
https://orcid.org/0000-0003-2368-0080
camilo@ufsj.edu.br

RESUMO

Este artigo investiga a relação entre corpo, desejo e escrita feminina sob a ótica da psicanálise, explorando de que maneira a escrita opera como um espaço de resistência e transformação simbólica. A análise tem como base teorias psicanalíticas clássicas, incluindo Freud e Lacan, e é ampliada pelas contribuições de Hélène Cixous e Julia Kristeva, que articulam o feminino enquanto uma força disruptiva e múltipla. Obras literárias de Anaïs Nin, Clarice Lispector, Conceição Evaristo e Luiza Romão são examinadas por sua capacidade de tensionar as fronteiras entre corpo, linguagem e cultura, ressignificando o corpo como um espaço de subjetividade e resistência. Essas autoras evidenciam o feminino por meio de narrativas fragmentadas, linguagens sensoriais e poéticas, questionando os limites da linguagem patriarcal e propondo novas possibilidades discursivas. Conclui-se que a escrita feminina, ao deslocar o corpo da submissão no campo puramente simbólico para o campo do real e da resistência, inaugu-

ra horizontes inéditos para os debates sobre subjetividade, gênero e cultura. Mais que um movimento literário, a escrita feminina é apresentada como um ato político de ressignificação e emancipação do feminino em sua multiplicidade.
Palavras-chave: Escrita feminina; Psicanálise; Corpo; Desejo; Subjetividade.

ABSTRACT
This article investigates the relationship between body, desire, and feminine writing through the lens of psychoanalysis, exploring how writing operates as a space of resistance and symbolic transformation. The analysis is based on classical psychoanalytic theories, including those of Freud and Lacan, and is expanded by the contributions of Hélène Cixous and Julia Kristeva, who articulate the feminine as a disruptive and multifaceted force. Literary works by Anaïs Nin, Clarice Lispector, Conceição Evaristo, and Luiza Romão are examined for their ability to challenge the boundaries between body, language, and culture, reconfiguring the body as a space of subjectivity and resistance. These authors highlight the feminine through fragmented narratives, sensory and poetic language, questioning the limits of patriarchal language and proposing new discursive possibilities. It is concluded that feminine writing, by shifting the body from submission in the purely symbolic realm to the realm of the real and resistance, opens new horizons for debates on subjectivity, gender, and culture. More than a literary movement, feminine writing is presented as a political act of reconfiguration and emancipation of the feminine in its multiplicity.
Keywords: Feminine writing; Psychoanalysis; Body; Desire; Subjectivity.

Introdução

> A mulher não é apenas a matriz de novas formas de linguagem, mas de uma nova relação com o corpo e o desejo (Kristeva, 1984, p. 17).

As palavras de Kristeva, mais que uma informação, ecoam como um convite ao desconhecido – um espaço no qual corpo e es-

crita convergem para dar voz ao feminino em sua potência criadora e transformadora. É nesse cenário que a escrita feminina se firma como um campo pulsante, no qual o silêncio cede lugar ao grito e o invisível encontra expressão. Mais do que narrar histórias, ela rompe fronteiras, desafia os limites da linguagem e reivindica o corpo como território de memória, desejo e resistência. Este artigo parte da perspectiva psicanalítica para explorar como a escrita opera nesse domínio – um espaço em que o simbólico se desestrutura, abrindo caminho para o múltiplo, o disruptivo e o que escapa às categorias fixas.

Nessa perspectiva, Sigmund Freud, Jacques Lacan, Hélène Cixous e Julia Kristeva fornecem o arcabouço teórico necessário para articular o feminino como uma lógica que transcende categorias fixas, propondo novas formas de subjetividade e expressão. Na literatura, autoras como Anaïs Nin, Clarice Lispector, Conceição Evaristo e Luiza Romão exploram o corpo feminino como espaço simbólico de memória, desejo e resistência. Essas obras não apenas desestabilizam convenções narrativas, mas também reinscrevem o corpo e o feminino na linguagem, desafiando o que é tradicionalmente silenciado pela lógica patriarcal.

Assim, este estudo procura desvendar como a escrita feminina ressignifica o corpo e o desejo, expandindo os debates sobre gênero, subjetividade e resistência cultural. Ao integrar diferentes dimensões do corpo – biológica, simbólica, política e poética –, a escrita feminina revela sua potência como uma prática transformadora, capaz de romper estruturas e inaugurar novos horizontes de emancipação.

FEMININO: TEORIA E ESCRITA COMO BASE DISRUPTIVA

Na psicanálise, o feminino é concebido como algo que transcende definições fixas, resistindo às tentativas de representação simbólica que estruturam o discurso. A partir de Freud, percebe-se que, em um contexto patriarcal, o feminino é frequentemente silenciado ou representado de forma parcial, moldado para atender às demandas de uma lógica masculina. Assim, o feminino se associa ao que é recalcado, ao não dito e ao desconhecido. Nesse sentido, o conceito de pulsão (*Trieb*), formulado por Freud (1915/2017), aponta para o corpo como um lugar no qual desejos inconscientes se inscrevem,

escapando tanto à linguagem quanto à plena consciência, e tensionando as fronteiras entre o biológico e o cultural.

Posteriormente, Jacques Lacan avançou essas ideias ao explorar mais diretamente a relação entre o corpo, a linguagem e o desejo no campo do simbólico. Para Lacan (1972-1973/2010), o feminino encontra-se no registro do "não-todo" (*pas-tout*), ou seja, ele não é totalmente capturado pela lógica fálica que organiza o simbólico. Esse deslocamento do feminino para fora da completude fálica abre caminho para uma concepção do feminino como algo múltiplo, móvel e em constante tensão com os limites da linguagem e da representação. A lógica do "não-todo" sugere que o feminino não busca completude ou fechamento, mas opera em um campo de multiplicidade e abertura. Lacan também destacou que o feminino está ligado ao gozo "Outro", uma experiência que excede as limitações da linguagem e do falocentrismo, conectando-se a intensidades e sensações que resistem à codificação simbólica. Essa perspectiva articula o feminino como um espaço paradoxal, no qual coexistem a criação de novos sentidos e a resistência à captura pelo simbólico, reafirmando-o como um "anti-conceito" impossível de fixar em categorias tradicionais (Maurano, 2023).

Essa visão do feminino como uma força que opera nos limites do representável também está presente no debate sobre a escrita feminina. Há uma tensão essencial entre a possibilidade e a impossibilidade de articular uma escrita genuinamente feminina dentro de um sistema linguístico estruturado pela lógica patriarcal. Esse paradoxo destaca que a escrita feminina não apenas subverte as normas, mas também enfrenta as barreiras impostas pela linguagem enquanto espaço culturalmente moldado. É nesse contexto que emergem as ideias de Hélène Cixous e Julia Kristeva, que articulam o feminino como força disruptiva na linguagem e na literatura.

Hélène Cixous (2022), em "O riso da Medusa" (1975), propõe a *écriture féminine* como uma prática literária que nasce do corpo da mulher e de suas experiências sensoriais e emocionais. Para ela, as mulheres foram historicamente afastadas tanto da escrita quanto de seus corpos, e recuperar esses espaços é um ato político e subversivo. Essa escrita, segundo Cixous, desestabiliza os binarismos estruturantes da lógica patriarcal, rompendo com categorias rígidas e

celebrando o fluxo e a multiplicidade das experiências femininas. A escrita feminina, para ela, é fluida, múltipla e não linear, refletindo a complexidade da subjetividade feminina e rompendo com as narrativas estruturadas pela lógica fálica. A autora sustenta que, ao escreverem a partir de suas vivências corporais, as mulheres conseguem acessar e expressar dimensões do campo do feminino, transformando a literatura em um espaço de resistência no qual o desejo e a diferença são não apenas reconhecidos, mas também celebrados como forças criativas e subversivas.

Julia Kristeva (1984) complementa essas ideias ao destacar o papel do pré-verbal na escrita feminina, uma dimensão que pode ser associada à teoria freudiana dos "signos da percepção" – registros primários que antecedem a organização consciente e simbólica do pensamento (Freud, 1896/1992). Em sua teoria da "semiose", Kristeva descreve uma camada da linguagem que precede as palavras, manifestando-se em ritmos, fluxos e musicalidades. Esse campo, como os signos freudianos da percepção, é onde as marcas das pulsões inconscientes encontram expressão, conectando corpo, desejo e o indizível do feminino ao texto. Para Kristeva, a escrita feminina vai além do discurso convencional, traduzindo o que escapa ao simbólico e confrontando os limites impostos pelo sistema linguístico. Essa articulação entre semiose e os signos da percepção evidencia o caráter transformador da escrita feminina, que desestabiliza e reinventa as convenções culturais.

A professora e crítica literária Lúcia Castello Branco (1997) também contribui para esse campo ao definir a escrita feminina como uma escrita que nasce de uma perda e se inscreve no vazio deixado por essa falta. Em outras palavras, a escrita feminina emerge como uma tentativa de dar forma ao que escapa à memória – semelhante aos signos da percepção teorizados por Freud (1896/1992) – e ao que foi silenciado pela história, seja ela psíquica ou externa, articulando-se como um discurso fragmentado, tecido em torno do silêncio e da ausência.

Segundo Pommier (1987), essa falta é decorrente do que ele nomeou como "exclusão do feminino", uma vez que em sua concepção o que é excluído do aparelho psíquico e que gera essa ausência é o feminino. Para Pommier, Freud revela, ao elaborar suas teorias sobre o desenvolvimento infantil e a sexualidade, que o indiví-

duo neurótico é estruturado pela exclusão do feminino, visto como seu "não-todo", um resíduo que não pode ser completamente assimilado. Desse modo, o feminino, por escapar ao jogo das representações fálicas, não é inteiramente capturado pelo simbólico, gerando assim uma falta estrutural de representação.

É a partir da falta deixada pelo esquecimento do feminino que a escrita feminina se constitui como uma escrita da desmemória, um discurso tecido em torno de silêncios, perdas e lacunas que sustentam e moldam a narrativa. Para Castello Branco (1997), essa escrita não busca preencher o vazio, mas acolher a incompletude e transformá-la em potência criativa. Ao tomar a ausência como fundamento, a escrita feminina desafia as lógicas de totalidade e estabilidade, inaugurando um espaço fértil para a subversão e a criação.

Essas teorias, ao compreenderem o feminino como uma força disruptiva que escapa à lógica patriarcal, oferecem contribuições fundamentais para a análise da literatura produzida por mulheres. Mais do que narrar vivências, a escrita feminina redefine as relações entre corpo, linguagem e desejo, convertendo silêncios e ausências em territórios de resistência e invenção.

ESCRITA E CORPO NA LITERATURA FEMININA

A literatura de autoria feminina evidencia a conexão profunda entre escrita, corpo, desejo e linguagem, demonstrando como o corpo, mais do que um objeto biológico ou estético, é transformado em um território de significação, resistência e criação, assumindo, ainda, a função de pré-texto do feminino. Sob a ótica da psicanálise, Freud revelou que o corpo pode se tornar um suporte para a manifestação de conflitos psíquicos. Em seus estudos sobre a histeria, Freud e Breuer (1893-1895/2016) identificaram que a histeria 'escrevia' no corpo, em forma de sintomas, aquilo que não podia ser expresso em palavras. Esse corpo simbólico, descrito por Freud (1900/2019) como um "pré-texto", funciona como um espaço no qual o inconsciente inscreve marcas que desafiam a linguagem verbal, tornando o corpo uma superfície de leitura do desejo recalcado.

Essa concepção de corpo como suporte de significações reprimidas e não verbalizadas dialoga com a literatura feminina, que

frequentemente inscreve o corpo como elemento central para abordar temas como desejo, opressão, memória e resistência. Autoras transformam o corpo em espaço ativo de contestação, no qual linguagem e pulsões inconscientes se entrelaçam, permitindo que as mulheres passem de objetos a sujeitos de suas histórias.

Uma dessas autoras é Anaïs Nin que, em "Delta de Vênus" (1977)[1], explora a relação entre corpo, desejo e linguagem, utilizando o erotismo como veículo literário para transgredir normas patriarcais. Sua escrita simboliza o desejo feminino de maneira complexa, utilizando uma "linguagem dos sentidos" que rompe com representações tradicionais.

No conto *O Basco e Bijou*, Nin (2004) utiliza descrições sensoriais para capturar o "indizível" do inconsciente, conectando o corpo ao desejo de forma simbólica, sem reduzi-lo ao físico ou ao explícito. Ao recusar os moldes da pornografia tradicional, Nin recorre a metáforas que revelam sua habilidade em entrelaçar o corpo humano com elementos da natureza e sensações intensas, transformando-os em símbolos de desejo. Isso é evidente na descrição de *Elena*: "o corpo daquela mulher tinha gosto de orvalho, de flores e folhas molhadas, de grama quando o dia amanhece" (Nin, 2004, p. 112). Aqui, o corpo feminino se torna mais do que um objeto; ele simboliza pulsões inconscientes que ultrapassam a satisfação imediata, evocando a complexidade do desejo como algo que habita o limite entre o físico, o psíquico e o simbólico.

Sob a perspectiva lacaniana, Nin (2004) subverte a lógica fálica ao posicionar o corpo feminino como um espaço de significação, no qual o desejo se define pela plenitude e pela autonomia. Narrativas como *Lilith* e *Mathilde* exemplificam essa subversão, ao apresentar mulheres que desafiam padrões impostos e ressignificam o corpo como força criativa e de resistência. Em *Lilith*, por exemplo, a personagem não se satisfaz com "um mero impacto físico", mas busca algo que vá além, algo que desafie sua condição de "total isolamento – como um animal selvagem que habitasse uma região deserta" (p. 91). Da mesma forma, em *Mathilde*, a protagonista rejeita as abordagens previsíveis, desejando que "lhe fizessem a corte usando uma

1 Os textos que compõem "Delta de Vênus" foram escritos na década de 1940, mas sua publicação ocorreu apenas em 1977, de forma póstuma, após a morte da autora, permanecendo inéditos até então.

linguagem misteriosa" (p. 105). Essas personagens simbolizam um desejo que ultrapassa o físico, transformando o corpo em um território de criação, resistência e significação que escapa às lógicas tradicionais de submissão.

A relação entre corpo, desejo e significação também se manifesta de forma potente na obra de Clarice Lispector. Em "A paixão segundo G.H." (1964), a autora narra a desconstrução identitária da protagonista G.H., que confronta o "real" lacaniano – aquilo que escapa à simbolização. O encontro com a barata desestabiliza as fronteiras entre humano e inumano, levando G.H. a um mergulho visceral no indizível. Ao refletir sobre sua transformação, G.H. afirma:

> Perdi alguma coisa que me era essencial, e que já não me é mais. Não me é necessária, assim como se eu tivesse perdido uma terceira perna que até então me impossibilitava de andar mas que fazia de mim um tripé estável (Lispector, 1964, p. 9).

Essa metáfora da "terceira perna" representa uma parte de si que, embora estabilizadora, também a limitava. Assim, ao esmagar e ingerir a substância da barata, a protagonista experimenta um rompimento com o simbólico, acessando dimensões ocultas de desejo e identidade. Lispector (1964) explora o corpo como mediador entre o simbólico, o imaginário e o real. Esse gesto de ruptura propõe uma reconciliação com o que Lacan (1972-1973/2010) descreve como gozo – uma experiência que transcende os limites da linguagem e revela aspectos primitivos da subjetividade.

A escrita feminina também transforma o corpo em um sujeito do discurso. Como Castello Branco (1990) argumenta, o corpo feminino na literatura deixa de ser objeto de representação para se tornar "*corpus*, sujeito do discurso, matéria de linguagem" (p. 207), desafiando a separação entre corpo e subjetividade. Para a autora, a escrita feminina habita o limiar entre corpo e linguagem, revelando tensões, fragmentações e pulsões que escapam à codificação linear, o que reforça sua força criativa e disruptiva.

De forma distinta, mas igualmente potente, Conceição Evaristo (2003), em "Ponciá Vicêncio", ressignifica o corpo negro como espaço de resistência e memória coletiva. Sua técnica da "escrevivên-

cia"[2] articula a dor histórica da escravidão e as experiências individuais da diáspora africana, transformando o corpo em lugar de elaboração simbólica e luta. Sob uma perspectiva psicanalítica, o corpo de Ponciá reflete traumas herdados, funcionando como um "texto" no qual estão inscritas as violências da escravidão e as lutas por reconhecimento. Essa luta é sintetizada quando Evaristo escreve: "O inspirado coração de Ponciá ditava futuros sucessos para a vida da moça. [...] Haveria, sim, de traçar o seu destino" (Evaristo, 2003, p. 35). A referência ao "inspirado coração" de Ponciá revela sua conexão com a ancestralidade e a força interna necessária para moldar sua trajetória, ressignificando sua existência diante das adversidades.

A memória coletiva na obra de Evaristo (2003) conecta passado e presente, permitindo que o trauma seja simbolizado e transformado em resistência. Sua escrita, enraizada na oralidade e na ancestralidade africana, cria um espaço simbólico em que o inconsciente coletivo da diáspora é representado e ressignificado. Sob essa perspectiva, Castello Branco (1990) relaciona escrita feminina e memória como processos intrinsecamente vinculados ao esquecimento e à criação. Para ela, a memória é urdida sobretudo com os fios do esquecimento e, consequentemente, com os fios da criação, da invenção, destacando a capacidade de a escrita emergir a partir do vazio e da ausência, dando origem a significados sustentados por uma lógica não-linear e descentrada.

Além disso, Castello Branco (1990) ressalta que a escrita feminina e a memória compartilham uma temporalidade descontínua, marcada por "um retorno que se abre para o futuro" (p. 175), em que o passado é utilizado como "um pré-texto, como uma relíquia arqueológica sobre a qual se construirá um novo objeto" (p. 174). Nesse sentido, a escrita feminina é associada ao movimento de desconstrução e reinvenção, em que a linguagem flui entre oralidade e fragmentação, convertendo o silêncio e o esquecimento em potência criativa.

2 O termo escrevivência foi cunhado pela escritora Conceição Evaristo para descrever uma prática literária que emerge das vivências pessoais e coletivas, especialmente de pessoas negras, conectando histórias individuais à memória coletiva da diáspora africana. Evaristo (2020) define escrevivência como uma escrita ancorada nas realidades históricas e sociais, carregada de dor, resistência, ancestralidade e luta, mas também de afeto e transformação. Segundo a autora, "A escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para inquietá-los em seus sonhos injustos" (p. 30).

Assim como Evaristo (2003) transforma a ausência em resistência, Castello Branco (1990) reforça que a escrita feminina não busca capturar o real em sua totalidade, mas sim habitar as brechas e os interstícios deixados pelo esquecimento, transformando-os em narrativa. Essa escrita, ao resgatar o silêncio e o esquecimento de seu povo, projeta memórias para o futuro, criando uma forma de resistência que impede que essas histórias sejam apagadas, preservando-as como símbolos de luta e identidade coletiva.

Seguindo essa mesma lógica de ressignificação, Luiza Romão (2017), em "Sangria", transforma o corpo feminino em um campo de batalha simbólico, conectando experiências corporais às violências históricas e sociais. A obra, estruturada em 28 poemas que refletem o ciclo menstrual, associa fases uterinas a eventos históricos, como ciclos econômicos do Brasil, criando um diálogo entre biologia e história. Romão rompe com o simbólico patriarcal ao personificar o útero, dando voz às experiências femininas silenciadas. Sua narrativa poética articula o corpo como espaço de resistência, mostrando como o feminino pode subverter normas históricas e culturais por meio da linguagem e da memória coletiva.

Essa prática literária pode ser articulada com a noção de desmemória feminina apresentada por Castello Branco (1990), que entende a escrita como uma lógica fragmentada e desterritorializada, situada no limiar entre o esquecimento e a criação. Para Castello Branco, a memória feminina se apresenta mais como uma fala ou voz do que como uma escrita linear, remetendo ao que ela chama de "escrita do impossível" (p. 176). Da mesma forma, "Sangria" transforma o silêncio e a ausência em potência criativa, ressignificando o passado por meio de uma linguagem poética que conecta o íntimo do corpo ao trauma histórico, projetando novas significações e subvertendo o esquecimento.

A literatura de autoria feminina utiliza o corpo como território simbólico, articulando desejo, memória e resistência para subverter normas patriarcais. Esse corpo, longe de ser um objeto passivo ou meramente representacional, torna-se sujeito do discurso, matéria de linguagem e espaço de reinvenção. Ao tensionar os limites entre linguagem e pulsão, silêncio e criação, essas autoras criam narrativas que desafiam estruturas hegemônicas e reinscrevem o feminino como força criativa e disruptiva.

Seja no erotismo transgressor de Anaïs Nin, na crise existencial de Clarice Lispector, na ancestralidade e resistência de Conceição Evaristo, ou na denúncia política e poética de Luiza Romão, o corpo feminino emerge como um espaço dinâmico de significação, no qual pulsões inconscientes e memórias silenciadas ganham voz. Essa prática literária não apenas resgata histórias apagadas, mas projeta novas possibilidades de existência, desafiando os padrões simbólicos patriarcais e transformando a escrita em um ato de resistência e emancipação.

MULTIPLICIDADE E RESISTÊNCIA NA ESCRITA FEMININA

A multiplicidade do feminino na literatura não é apenas uma celebração da diversidade, mas um movimento de ruptura com as estruturas normativas que tentam reduzir a subjetividade das mulheres a categorias fixas. Sob um viés psicanalítico, essa multiplicidade se configura como uma resistência à lógica fálica, que busca organizar o desejo e o sujeito a partir de uma ordem centrada na completude e no simbólico. A ideia de que o feminino é um "conjunto aberto ao infinito", como sugere Bessa (2012), reforça a impossibilidade de capturar o feminino em uma definição única ou estática, revelando-o como um campo de possibilidades em constante transformação.

Essa multiplicidade não se manifesta apenas no conteúdo das narrativas, mas também nas estratégias formais utilizadas pelas autoras mencionadas anteriormente, que exploram novas formas de linguagem, fragmentação e estetização da experiência para revelar a complexidade do feminino. Em vez de propor um "feminino universal", essas autoras revelam a coexistência de perspectivas e vivências atravessadas por marcadores como raça, classe e sexualidade, ampliando os horizontes de expressão literária.

Cixous (2022) sugere que a *écriture féminine* é um espaço de multiplicidade em que a escrita flui como um corpo vivo – fragmentado, pulsante e em constante transformação. Esse corpo, na perspectiva psicanalítica, pode ser associado à noção de gozo "Outro" de Lacan (1972-1973/2010), que ultrapassa a lógica fálica e aponta para uma experiência de prazer que escapa às limitações impostas pela linguagem patriarcal. Essa ideia encontra eco nas autoras aqui abor-

dadas, que recusam narrativas lineares e buscam na linguagem um reflexo da pluralidade da experiência feminina.

Anaïs Nin, por exemplo, utiliza a metáfora do corpo como uma ponte entre o sensorial e o simbólico. Sua escrita erótica, como em "Delta de Vênus", desafia a pornografia tradicional ao explorar o desejo feminino como força subjetiva, múltipla e dinâmica. Nin (2004) transforma o corpo em um espaço de transgressão e criação, recusando rótulos moralistas e propondo uma abordagem que subverte o olhar masculino. Esse trânsito entre o sensorial e o inconsciente dá à sua escrita uma qualidade quase semiótica, que Kristeva (1984) associaria ao pré-verbal – o estágio em que as pulsões encontram expressão antes de serem capturadas pelo simbólico. Assim, o desejo em Nin não é estático ou previsível, mas fluido, habitando o espaço entre o que pode ser dito e o que escapa à linguagem.

Já em Clarice Lispector, a multiplicidade do feminino se revela na desconstrução da identidade e da linguagem. Em "A paixão segundo G.H.", o corpo é um lugar de confronto com o real lacaniano – aquilo que não pode ser simbolizado ou organizado pela linguagem. O encontro com a barata, uma figura ao mesmo tempo repulsiva e simbólica, leva G.H. a uma crise de identidade em que ela experimenta o vazio e a incompletude como potências criativas. Lispector (1964) propõe, assim, uma subjetividade feminina que não busca totalidade, mas que se afirma nos espaços de ausência e de silêncio, desafiando a linearidade narrativa e a completude simbólica.

Conceição Evaristo (2003) amplia a noção de multiplicidade ao entrelaçar memória coletiva e resistência em sua escrita. Em "Ponciá Vicêncio", sua técnica da escrevivência insere vozes silenciadas – mulheres negras e suas ancestralidades – no centro do discurso literário. A memória coletiva aqui não é apenas um resgate do passado, mas também uma força que permite a simbolização do trauma, transformando-o em resistência. Sob a perspectiva psicanalítica, o corpo de Ponciá funciona como um texto, um suporte no qual as marcas das opressões históricas e as lutas por liberdade são inscritas. Essa articulação entre corpo, memória e resistência evidencia que o feminino, especialmente na diáspora africana, é múltiplo, histórico e político.

Na literatura contemporânea, Luiza Romão (2017) também evidencia a multiplicidade do feminino ao explorar o corpo como es-

paço de memória e denúncia. Em “Sangria”, o ciclo menstrual é usado como metáfora para os ciclos históricos de opressão e resistência no Brasil. Sua poesia fragmentada reflete a multiplicidade das vivências femininas ao mesmo tempo que revela como o corpo feminino, atravessado por violências estruturais, pode se tornar um espaço de criação e reinvenção.

Dessa forma, a multiplicidade na escrita feminina transcende as limitações temáticas e formais da literatura tradicional, transformando o ato de escrever em um exercício de resistência e criação. Não há um “único feminino” em suas narrativas, mas um tecido dinâmico de subjetividades que habitam diferentes tempos, corpos e histórias. Na psicanálise, essa multiplicidade dialoga com o conceito de “não-todo” lacaniano, no qual o feminino é concebido como algo que escapa à completude, operando nos limites do simbólico e abrindo espaços para a reinvenção do sujeito. Como Cixous (2022) propõe, a escrita feminina não é uma busca por fechamento, mas uma celebração das lacunas e interstícios, em que o silêncio e o esquecimento são transformados em potência literária e política.

POR CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SEJAM FINAIS

A escrita feminina é menos um ponto de chegada e mais um movimento constante, profundamente político e de resistência, que desafia as normas culturais que historicamente silenciaram e marginalizaram o feminino. Nesse sentido, ela não busca capturar o real em sua totalidade, mas habitar as brechas, os silêncios e os interstícios deixados pelo simbólico, transformando-os em potência criativa. Por meio da literatura, o corpo e o desejo são reinscritos como espaços de autonomia, rompendo com as estruturas patriarcais que os aprisionavam e propondo uma linguagem que celebra a multiplicidade do feminino.

Ao reconfigurar o corpo e o desejo como espaços de resistência, a escrita feminina intervém diretamente na linguagem e na cultura, subvertendo normas dominantes e propondo horizontes mais inclusivos. As obras analisadas ao longo deste texto – sejam elas centradas no erotismo, na memória coletiva ou na denúncia política – demonstram que a literatura feminina é também um ato

social transformador. Não se trata apenas de narrar experiências ou desconstruir categorias opressivas, mas de criar novas subjetividades e reimaginar relações humanas e sociais sob perspectivas mais plurais e igualitárias.

Essas práticas literárias, como as de Anaïs Nin, Clarice Lispector, Conceição Evaristo e Luiza Romão, evidenciam que a multiplicidade do feminino não é apenas um tema ou conceito, mas um campo de ação que conecta o íntimo ao coletivo. As vozes femininas literárias, ao romper silêncios históricos, reconfiguram o simbólico, questionando e transformando estruturas de poder que delimitam corpos, subjetividades e histórias.

Além disso, o impacto social e cultural da escrita feminina é inegável. Ela não apenas contribui para a ampliação do cânone literário, mas também serve como ferramenta de resistência contra múltiplas formas de opressão, como racismo, machismo e desigualdade social. Em tempos em que as discussões de gênero e subjetividade são centrais para os debates culturais e políticos, a literatura feminina inscreve-se como um espaço privilegiado de criação, resistência e transformação.

Entretanto, este estudo apresenta algumas limitações que precisam ser reconhecidas. A análise concentrou-se em um conjunto específico de autoras – Anaïs Nin, Clarice Lispector, Conceição Evaristo e Luiza Romão –, cuja relevância é inegável, mas que não representa a totalidade das vozes femininas na literatura. Autoras indígenas, periféricas e LGBTQIA+ foram apenas tangencialmente mencionadas, embora ofereçam contribuições essenciais para a discussão sobre a multiplicidade do feminino. Além disso, a abordagem psicanalítica, embora tenha permitido uma leitura rica e profunda, representa apenas uma das muitas possibilidades teóricas que podem ser aplicadas à análise da escrita feminina.

Diante dessas limitações, pesquisas futuras poderiam ampliar as discussões ao incluir narrativas de escritoras indígenas, asiáticas, LGBTQIA+ e periféricas, trazendo novas perspectivas sobre as interseções entre gênero, raça, classe e território. Além disso, seria relevante explorar como o feminino se reinscreve em outras formas de expressão artística, como o cinema, a música e as artes visuais, estabelecendo diálogos entre diferentes linguagens e suportes. Outra

possibilidade seria investigar a escrita feminina nas plataformas digitais e nas mídias contemporâneas, analisando de que maneira esses espaços possibilitam novas formas de resistência e representação. Por fim, um aprofundamento teórico que integre os estudos culturais, a crítica decolonial e os feminismos interseccionais poderia enriquecer ainda mais a compreensão sobre a multiplicidade do feminino e suas ressignificações no simbólico.

Escrever o feminino não é um fim, mas um movimento contínuo de subversão e emancipação. Ao romper silêncios históricos e criar novos significados, a escrita feminina celebra a riqueza das experiências femininas, afirmando a multiplicidade como força transformadora e política. Dessa maneira, a literatura feminina não apenas ressignifica o simbólico, mas também projeta novas subjetividades e práticas culturais que abraçam a complexidade do feminino em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSA, Graciela Lopes Pontes. **Feminino: um conjunto aberto ao infinito**. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **A falta**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **Traição de Penélope – uma leitura da escrita feminina da memória**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

CIXOUS, Hélène. **O riso da Medusa.** Tradução de Natália Guerellus; Raíssa França Bastos. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2022.

EVARISTO, Conceição. Escrevivência e seus subtextos. In: NUNES, Isabella Rosado; DUARTE, Constância Lima (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. In: FREUD, Sigmund. **Sigmund Freud Obras completas**. Tradução de Paulo César de

Souza. 7. reimpressão. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. (Trabalho original publicado em 1900).

FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos. In: FREUD, Sigmund. **Obras incompletas de Sigmund Freud – As pulsões e seus destinos**. Tradução de Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 13-72. (Trabalho original publicado em 1915).

FREUD, Sigmund. Carta 52 (6 de diciembre de 1896). In: FREUD, Sigmund. *Obras completas Sigmund Freud*. Tradução de J. L. Etcheverry. 3. reimp. v. 1. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. p. 274-279. (Trabalho original publicado em 1896).

FREUD, Sigmund.; BREUER, Josef. Estudos sobre a histeria. In: FREUD, Sigmund. **Sigmund Freud Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza e Luiz Barreto. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Trabalho original publicado em 1893-1895).

KRISTEVA, Julia. **Revolution in Poetic Language**. Translated by Margaret Waller. New York: Columbia University Press, 1984.

LACAN, Jacques. **Encore**. Escola Letra Freudiana, 2010. (Trabalho original publicado em 1972-1973).

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Editora do autor, 1964.

MAURANO, Daniella. **Reviramentos do feminino e seus mistérios gozosos.** Aller, 2023.

NIN, Anaïs. **Delta de Vênus**. Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. São Paulo: Rocco, 2004.

POMMIER, Gerard. **A exceção feminina: os impasses do gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ROMÃO, Luiza. **Sangria**. São Paulo: Editora Quelônio, 2017.

CAPÍTULO 22

TRAJETÓRIAS FEMININAS: INVESTIGANDO ORALIDADE, MIGRAÇÃO, COTIDIANO E MEMÓRIA SOB PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

FEMININE TRAJECTORIES: INVESTIGATING ORALITY, MIGRATION, DAILY LIFE, AND MEMORY FROM THEORETICAL AND METHODOLOGICAL PERSPECTIVES

Darlene Rodrigues Area Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
Araguaína – Tocantins
https://orcid.org/0000-0002-2073-7048
darlene.rodrigues@estudante.ufjf.br

RESUMO

Este estudo busca investigar os aspectos teórico-metodológicos e práticos que atravessam a vida das mulheres do campo no interior do Maranhão, abordando sua luta pela terra, as relações familiares com filhos e companheiros, as vivências como migrantes e trabalhadoras rurais, bem como os papéis sociais desempenhados dentro de uma propriedade rural. O trabalho enfatiza a relevância de valorizar a oralidade como ferramenta essencial para compreender e preservar a memória histórica, promovendo uma análise que dialoga com o campo da história das mulheres e contribui para a construção de narrativas que destacam suas experiências, resistências e protagonismo no espaço rural.

Palavras-chave: Mulheres do campo; Oralidade; Migração; Cotidiano; Maranhão.

ABSTRACT

This study aims to investigate the theoretical-methodological and practical aspects that shape the lives of rural women, addressing their struggles for land, family relationships with children and partners, experiences as migrants and rural workers, as well as the social ro-

les they perform within a rural property. The research highlights the importance of valuing orality as an essential tool for understanding and preserving historical memory, promoting an analysis that engages with the field of women's history and contributes to the construction of narratives that emphasize their experiences, resistance, and leadership in rural spaces.
Keywords: Rural women; orality; migration; daily life; Maranhão.

1. Introdução

No âmago das vidas cotidianas, no contexto do trabalho doméstico, na dedicação à criação dos filhos, na experiência diária do meio rural e nas batalhas constantes pela sobrevivência, as mulheres camponesas forjaram e teceram suas trajetórias. No entanto, sua inserção na sociedade e na historiografia ocorreu dentro de um panorama mais amplo de diferenças de gênero, que as designou a papéis sociais específicos na configuração da sociedade. Mesmo assim, as vidas e memórias dessas mulheres atestam que elas foram protagonistas de suas próprias histórias e escolhas, independentemente da presença masculina.

Nesse sentido, este estudo busca investigar os desafios enfrentados por mulheres do campo no interior do Maranhão, com foco nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais que permeiam suas lutas pela terra, relações familiares e experiências como trabalhadoras e migrantes no contexto rural. O objetivo principal é compreender como essas mulheres articulam suas vivências e desempenham múltiplos papéis sociais, além de explorar o papel da oralidade na preservação de suas memórias históricas.

A pesquisa se justifica pela lacuna na literatura acadêmica que frequentemente negligência as vozes femininas no espaço rural e suas contribuições para o entendimento de questões como propriedade de terra, trabalho rural e gênero. Nesse sentido, o estudo busca dar visibilidade às experiências dessas mulheres, promovendo uma análise crítica de suas resistências e protagonismo.

Metodologicamente, a investigação adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na importância dada as narrativas orais. Essa metodologia permite acessar perspectivas íntimas e históricas, ofe-

recendo uma compreensão mais aprofundada da relação entre memória, identidade, construção do cotidiano e história das mulheres no contexto rural.

2. Revisão de Literatura

A história das mulheres emerge como um campo historiográfico que desafia a distinção entre os sexos e desvela a "cultura dominada pelos homens, que as havia subjugado", expondo as diversas formas de opressão e silenciamento às quais as mulheres eram constantemente submetidas (Pedro, 2005, p. 81).

Conforme ressalta a historiadora Pedro (2005, p. 85), na busca por desenterrar uma história das mulheres e na reconstrução de fontes viáveis para essa narrativa, os pesquisadores e pesquisadoras devem se atentar às "minúcias" e à interpretação "entre as linhas" das fontes, conduzindo um processo contínuo e meticuloso de análise na construção do objeto de estudo. Para a pesquisadora, isso se assemelha a "garimpar o metal precioso das fontes no meio de abundante cascalho".

Registrar a história das trabalhadoras rurais do interior do Maranhão, que deixaram para trás suas famílias e locais de origem para seguir seus maridos ou pais na busca por um pedaço de terra, centralizá-las no debate, equivale a escrever uma "história que desafia as 'verdades' estabelecidas, contribuindo para uma existência menos excludente" (Pedro, 2005, p. 92).

No caso das mulheres, as diferenças sociais foram utilizadas para demarcar funções e valores sociais específicos que frequentemente as relegaram ao silenciamento, opressão, submissão e culpa. Conforme coloca Pedro (2005, p. 83), "[...] não importava o que a cultura definisse como atividade feminina: essa atividade era sempre desvalorizada em comparação com as atividades realizadas pelos homens na mesma cultura".

Por uma série de razões, tanto explícitas quanto sutis, as mulheres viram seus aspectos públicos e privados apagados e silenciados pela história dita oficial, frequentemente sendo destituídas de existência própria e de suas peculiaridades individuais. Nesse contexto, as próprias mulheres, como observa Perrot (2005, p. 37), che-

gavam a apagar “[...] de si mesmas as marcas tênues de seus passos neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem”.

Apesar disso, as mulheres camponesas encontraram maneiras extraordinárias de se articular entre si sob o véu dessa “mesma insignificância”, moldando os ambientes doméstico, familiar e profissional (Perrot, 2005, p. 42). Isso se manifestava tanto na luta para criar seus filhos como na crença religiosa em seu direito à terra, na busca por educação e na batalha pela sobrevivência.

Por volta da década de 1970, o movimento das mulheres e a afirmação da existência de uma história das mulheres desencadearam questionamentos profundos sobre as vidas das mulheres comuns e “obscuras”, estimulando a busca por tornar visíveis, coletar dados e estabelecer lugares de memória para as experiências femininas.

No entanto, as fontes históricas tradicionais frequentemente as excluíam e apagavam suas trajetórias. Nos registros escritos, elas apareciam como uma “sutil sombra” ou em papéis coadjuvantes, perpetuando um estado de submissão e esquecimento. Portanto, na construção de uma história das mulheres, a “oralidade testemunhal” tornou-se um recurso fundamental. (Perrot, 2005, p. 42).

O desenvolvimento da história oral e o enfoque na oralidade estavam intrinsecamente ligados à valorização da memória das mulheres. É por isso que os “avanços recentes na história oral representavam, de certo modo, uma revanche das mulheres”, permitindo-nos “escutar suas vozes” e “ler suas palavras”. Nas palavras da historiadora, “a memória das mulheres é um verbo” e, portanto, está profundamente conectada à oralidade (Perrot, 2005, p. 33-40).

Assim, no campo da História das Mulheres, além de recorrer às fontes tradicionalmente consideradas clássicas, é fundamental, sempre que possível, incluir aquelas oriundas da história oral e das “autobiografias de quem não escreve”, as quais podem ser registradas por meios eletrônicos. Esse procedimento se difundiu bastante, tendo mesmo despertado um entusiasmo exagerado nos anos 1970, na esteira de um certo populismo cultural que queria fazer falar os mudos, os ausentes da história: os operários, as mulheres. Essas últimas despertavam um duplo interesse: como testemunhas da vida privada [...] e testemunhas de si mesmas. (Perrot, 2019, p. 35).

Nesse contexto, a história das mulheres surge como algo "ainda em andamento, uma luta contínua, uma narrativa histórica em construção", uma vez que o crescente processo de visibilidade das mulheres na sociedade e suas lutas por ocupar diversos espaços apontam para questões sociais ainda não resolvidas pelo sistema capitalista, como a busca pela plena cidadania, por diminuição das desigualdades sociais, da pobreza, enfrentamento do racismo e da discriminação, da violência e exploração sexual, além do trabalho escravo. Questões estas que estão intrinsecamente ligadas às questões de gênero (Pinsky, 2019, p. 10-11).

3. Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão

Ao escrever sobre mulheres e suas vivências, compreendemos que as mulheres são diversas, tal como suas trajetórias e lutas, e que as opressões enfrentadas por algumas não necessariamente se aplicam a todas. É evidente que na sociedade existem inúmeras formas de opressão. As mulheres, em particular, são atravessadas por diferenças de gênero, sexo, religião, etnia, classe social e raça.

Evidencia-se, portanto, que as mulheres estiveram e estão presentes em todos os aspectos da vida cotidiana; a supressão de seus relatos e feitos estava intrinsecamente ligada à interpretação das fontes e à escrita da história. A vida das mulheres tem suas próprias vozes, e suas memórias atuam como testemunhas privilegiadas da vida privada, da organização familiar, do cuidado dos filhos, da alimentação, administração do lar, trabalho doméstico e maternidade. No contexto das mulheres camponesas, a oralidade serviu como meio de análise das atividades rurais, preparação da terra, desafios enfrentados e da luta pela afirmação de seu lugar no mundo.

A inclusão de suas trajetórias no registro historiográfico representa uma tentativa a "contrapelo" de romper com o longo silenciamento das memórias e contribuições femininas. Assim, no âmbito da história das mulheres, ao enfatizarmos as "experiências comuns, labores, lutas, sobrevivências e resistências" das mulheres comuns, tanto no passado quanto no presente, estamos moldando uma narrativa que questiona as "verdades" arraigadas, além de influenciar a formulação de políticas públicas para esse grupo (Pedro, 2005, p. 85-92).

Ao adotar a abordagem da história oral no estudo da história das mulheres, é essencial destacar e aprofundar alguns aspectos, especialmente no que diz respeito à migração interna dessas famílias para novos territórios, sejam eles ainda em estágio inicial de desenvolvimento ou já estabelecidos.

O processo migratório remete a questões mais amplas de construção de um lugar e do perfil social daqueles que migram, além de indicar as possíveis motivações por trás do deslocamento. Essas e outras questões relacionadas à experiência da migração estão intrinsecamente conectadas ao contexto político da época, bem como à ausência de políticas públicas eficazes que pudessem garantir uma vida digna para essas pessoas no local onde se estabeleceram.

A análise das migrações e das memórias femininas têm encontrado uma valiosa fonte na história oral, onde testemunhos orais e entrevistas emergem como recursos teórico-metodológicos essenciais. Esses instrumentos se entrelaçam para investigar movimentos migratórios, sejam eles internos, externos ou inter-regionais, e para dar protagonismo à história das mulheres (Magalhães, 2017, p. 7).

Dentro desse contexto, tanto a dinâmica migratória quanto as lembranças das mulheres destacam-se como tópicos de grande relevância no âmbito da história oral. Por meio de entrevistas, essas temáticas são enriquecidas, conectando-se a panoramas mais abrangentes, como as motivações subjetivas que impulsionam essas jornadas, bem como a complexa experiência de ser mulher, migrante e trabalhadora rural em um novo assentamento, espaço, região ou território.

Assim, o ato de deixar a terra natal e migrar para outra região revelou traços coletivos compartilhados por todas essas famílias e pelas mulheres em particular. Através dos relatos individuais, é possível articular a construção de uma narrativa subjetiva própria, que ressalta uma identidade comum como trabalhadoras rurais, pertencentes à mesma classe social.

Essa identidade é construída sobre a base de experiências partilhadas de extrema pobreza, do sonho em possuir terra própria e da luta unificada contra a exploração de sua força de trabalho. Digiampietri (2017, p. 61) destaca que a história oral desempenha um papel crucial ao analisar tais aspectos, ao combinar elementos narra-

tivos, biográficos e históricos, junto com mudanças individuais e suas implicações sociais.

No contexto das transformações econômico-sociais da época, a migração tornou-se uma realidade cada vez mais comum, especialmente entre as famílias menos privilegiadas. Essas famílias buscavam oportunidades para uma vida melhor, onde pudessem criar seus filhos com dignidade e encontrar terra para trabalhar livremente.

No caso das famílias pobres que decidem migrar havia também o sonho inédito de possuir um pedaço de terra. Isso contrastava com suas experiências anteriores, onde muitos deles dependiam do trabalho nas terras de outros, enfrentando exploração constante de sua mão de obra.

Os caminhos traçados por essas famílias até alcançarem um lugar de fixação foram orientados por um misto de medo e esperança. O medo do desconhecido e daqueles que seriam seus novos vizinhos, entrelaçado com a esperança de um amanhã diferente e mais promissor tanto para elas próprias quanto para seus entes queridos. A grande maioria dessas famílias se deslocam sem possuir qualquer bem material, e o sonho da terra para livre trabalho emergiu como um farol de consolo, iluminando a luta para encarar as adversidades da realidade cotidiana.

Sob essa perspectiva, a narrativa das vidas das mulheres camponesas e sua relação com a tradição oral, também denominada de “história oral de vida” (Digiampietrl, 2017, p. 62), é impregnada de valores e significados que foram moldados gradualmente no tecido do cotidiano do povoado. A rotina das mulheres camponesas, as “mulheres do povo”, que se esforçam cotidianamente para sobreviver e escapar das garras da miséria social, é um retrato privilegiado dos seus embates, das complexidades familiares e da solidariedade que permeia suas realidades diárias.

Quando o cotidiano é transformado em uma ferramenta científica de pesquisa, ele deixa de ser considerado trivial, adquirindo uma riqueza simbólica e múltiplas interações. Ele passa a ser entrelaçado com práticas culturais e sociais, emergindo como um terreno de significados profundos, que se desdobram em situações da vida cotidiana.

> A vida cotidiana é, portanto, ativamente construída, numa interface entre a natureza e a cultura, numa dialética en-

> tre a rotina de vida e o evento que a ela se interpõe, concretamente, produzindo a cotidianidade, através das práticas que elabora, que podem ser atestadas ou recusadas, nas construções sociais refletidas pelos diversos grupos e sociedades. (Medeiros Júnior, 2010, p. 112).

Nessa abordagem, as mulheres que trabalhavam e trabalham em roçados moldaram o seu dia a dia, agindo e contemplando-o de modo a compreender seus significados, imposições e limitações, ao mesmo tempo em que lançavam as bases para um horizonte futuro. O cotidiano, por conseguinte, se torna terreno privilegiado das vivências femininas, um espaço onde as questões familiares e sociais são ponderadas, e onde as estruturas da vida em sociedade se forjam (Medeiros Júnior, 2010, p. 113).

É sob essa perspectiva que a história das mulheres e a vida cotidiana passam a coexistir inseparavelmente, sem que uma seja reduzida à outra. Na luta cotidiana das mulheres camponesas pela posse da terra, encontramos a tessitura das demais dimensões da vida social. Assim, o cotidiano reflete tanto os significados da vida privada de cada mulher camponesa quanto os aspectos da organização da vida coletiva nas regiões em que se estabelecem.

Os relatos orais emergem como chaves para desvendar o cotidiano, revelando as vozes das mulheres e marcando o momento em que o silêncio que envolvia a narrativa histórica sobre elas foi quebrado. A oralidade desempenha um papel crucial nesse processo de transição do silêncio ao discurso permitindo-nos compreender a sua existência concreta no mundo e a singularidade da sua história cotidiana (Perrot, 2019, p. 13).

> [...] no que diz respeito às vias de acesso ao cotidiano, a oralidade pode muito bem aprendê-lo, como um dos caminhos que conduz ao seu conhecimento, possibilitando ainda a definição de uma coerência no espaço e uma permanência no tempo (Medeiros Júnior, 2010, p. 121).

Dessa forma, é nas histórias cotidianas das mulheres que percebemos a vastidão do não dito e a sombra que paira sobre elas. No entanto, também identificamos (ainda que em grau menor e mui-

tas vezes, segundo elas mesmas, no papel de coadjuvantes de seus companheiros) os esforços para afirmar sua própria identidade, individualidade e se reconhecer como peças fundamentais na trama histórica, como sujeitas que enfrentaram suas próprias batalhas e que, por isso, detém sua própria memória dos eventos.

4. Considerações Finais

A narrativa aqui apresentada busca enraizar-se de maneira cronológica e histórica nos significados e vivências das mulheres camponesas do interior do Maranhão, valorizando suas particularidades, memórias e os marcadores sociais que moldaram suas trajetórias. Inspirada na premissa de que "toda história é história contemporânea" (Perrot, 2019, p. 13), a investigação do passado foi conduzida a partir das inquietações e questões do presente, criando uma conexão dinâmica e contínua entre temporalidades.

Cientes da natureza transitória e maleável do trabalho científico, reafirmamos que nossas conclusões estão sempre sujeitas à revisão e enriquecimento. Assim, nossa análise permanece como um convite ao aprofundamento analítico, preenchendo lacunas e ampliando o debate sobre a temática abordada.

Os significados e fenômenos desvelados neste estudo não se restringem à esfera individual, mas sim reverberam de forma ampla e profunda nas intersecções dos processos políticos e históricos do país e do estado do Maranhão. A singularidade e a contextualização dessa experiência emergem como elementos fundamentais, mas são os fios condutores das conexões mais amplas que adquirem especial relevância.

Portanto, qualquer estudo abrangendo os movimentos sociais voltados à Reforma Agrária no país deve invariavelmente considerar a presença e o destaque das mulheres no meio rural. Para elas, a terra sempre representou o fator impulsionador da luta, visto que a sua degradação amplifica a fome das famílias que dependem dela para subsistir. Esse cenário força a migração das populações rurais para áreas urbanas, onde vivem em condições precárias, além de reduzir a biodiversidade e limitar o acesso a recursos naturais.

Federici (2019, p. 277) ressalta que, apesar dos esforços coloniais para suprimir os sistemas femininos de agricultura, as mulhe-

res hoje representam a maioria dos trabalhadores agrícolas em todo o mundo e lideram a batalha por um uso não capitalista dos recursos naturais, como a terra, florestas e águas.

Portanto, a luta global pela preservação das florestas e dos recursos hídricos necessariamente abraça a valorização das mulheres camponesas e da agricultura familiar. Na proteção da terra, as mulheres sempre estiveram na vanguarda da luta e são aquelas que mais sofrem com a sua destruição.

Em última análise, este estudo não é somente um mergulho na experiência dessas mulheres, mas um convite à reflexão sobre a resiliência, a resistência e a capacidade humana de redefinir as narrativas dominantes. As vozes dessas mulheres lavradoras ecoam como testemunhos vivos, revelando a complexidade de suas vidas, as lutas que enfrentaram e o legado que construíram. Que essas histórias sirvam como inspiração para um futuro mais inclusivo e equitativo, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Por fim, esperamos que este trabalho contribua para uma compreensão mais ampla e plural das experiências das mulheres camponesas, reconhecendo-as como agentes fundamentais na construção da memória coletiva e da história regional.

Referências Bibliográficas

DIGIAMPIETRI, Maria Carolina Casati. A 'mulata brasiliana': uma proposta não-prosaica de apresentação de narrativas, histórias de vida e memórias de brasileiras negras casadas com italianos. *In*: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (org.). **História oral e migrações**: método, memória, experiências. São Paulo: Letra e voz, 2017, p. 61-82.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. [trad.] Coletivo Sycorax. Elefante, 2019. Edição do Kindle.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Introdução. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (org). **História oral e migrações**: método, memória, experiências. São Paulo: Letra e voz, 2017, p. 7-24.

MEDEIROS JÚNIOR, Cândido Augusto. **Terra Bela**: memória, significados escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. [trad] Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [trad] Angela M. S. Côrrea. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [trad] Angela M. S. Côrrea. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 9-11.

SOBRE A ORGANIZADORA

Liliane Pereira de Souza

Doutora em Educação pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Foi aluna especial do doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Possui graduação em Administração, Pedagogia e Sociologia. É avaliadora externa convidada da Comissão de Seleção e de Julgamento de Projetos de Extensão e Pesquisa da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, CNPq e FAEPRGS) desde 2016. É revisora do periódico Revista Docência do Ensino Superior da Universidade Federal de Minas Gerais. É professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação, além de pesquisadora desde 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A
Alimentação, 134
Alimentos diet, 134
Ansiedade, 337
Assédio moral, 112
Autoestima, 83

C
Candiota, 275
Carvão, 275
Corpo, 358
Cotidiano, 373
Cuidado da criança, 199
Cultura, 11

D
Deficiência, 83
Depressão, 337
Desejo, 358
Desigualdade de gênero, 32
Direito à educação, 64
Direitos humanos, 227
Discriminação, 227
Discriminação racial, 112
Doméstica, 242

E
Edith Stein, 11
Educação, 327
Educação inclusiva, 64
Educação Popular, 275
Empoderamento, 83
Empoderamento feminino, 184
Empoderamento Feminino, 48
Escrita feminina, 358
Escritoras femininas, 184
Esporte, 48

F
Feminismo, 97
FIAT, 291

G
Gênero, 172
Gestão escolar, 327

I
Igualdade de gênero, 64
Independência, 242
Injustiças epistêmicas, 112
Interseccionalidade, 227, 327

J
Justiça Ambiental, 275

L
Legislação, 134
Lei Maria da Penha, 242
Letramento de gênero, 184
Literatura, 184

M
Machismo, 97
Mãe Solo, 211
Maranhão, 373
Maria, 291
Maternidade, 211, 309
Maternidade atípica, 199

Maternidade na Universidade, 32
Migração, 373
Mulher, 11, 83, 172
Mulheres, 199, 275
Mulheres do campo, 373
Mulheres em vulnerabilidade, 64
Mulheres negras, 112, 327
Mulher negra, 146

O
Oralidade, 373

P
Pescadoras, 172
Piedade, 291
Poder, 83
Política, 11
Política Pública, 242
Políticas públicas, 32, 64
Projeto Social, 48
Psicanálise, 358

Q
Qualidade de Vida, 211

R
Rede de Apoio, 211
Redes Sociais, 309
Rotulagem nutricional, 134

S
Salvação, 291
Saúde mental, 32
Saúde Mental, 211, 309
Sim, 291
Sociedade, 97
Subjetividade, 358

T
Trabalho do cuidado, 146
Transtorno do espectro autista, 199
Transtorno do Espectro Autista, 337

U
Universidade Federal de Sergipe, 32

V
Violência, 242
Vulnerabilidade, 146

ISBN 978-65-5388-300-0